

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CHAIANE LEAL AGNE

**MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: AS POLÍTICAS
LOCAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS NAS
ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2014

CHAIANE LEAL AGNE

**MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: AS POLÍTICAS
LOCAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS NAS
ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Co-orientadora: Prof. Dr. Flávia Charão Marques

Série PGDR – Tese n° 73

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Agne, Chaiane Leal

Mudanças institucionais na agricultura familiar: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul / Chaiane Leal Agne. -- 2014.
259 f.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Coorientadora: Flávia Charão Marques.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Processamento de alimentos. 2. Agricultura familiar. 3. Políticas públicas. I. Waquil, Paulo Dabdab, orient. II. Marques, Flávia Charão, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CHAIANE LEAL AGNE

**MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: AS POLÍTICAS
LOCAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS NAS
ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de abril de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil - Orientador
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Flávia Charão Marques – Co-orientadora
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
UTFPR

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição
PPGE/UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Schneider
PGDR/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Seria bastante audacioso tentar mencionar todas as pessoas que contribuíram tanto de forma direta como indireta para o desenvolvimento deste trabalho. Desde a minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, no ano de 2008, tive a oportunidade não somente de aprender, mas também de conviver com muitas pessoas.

Estou muito agradecida pelos ensinamentos do orientador Professor Paulo Waquil, um dos maiores líderes que já conheci, com quem aprendi as primeiras lições de docência. Ele tem o dom de perceber e entender as diferenças entre as pessoas, e, com humildade, consegue tanto transmitir seus conhecimentos como aprender com elas. Levo as lições de um ser humano e profissional exemplar para a minha vida acadêmica e pessoal. A ele também sou grata por ter me ajudado a desenvolver esta tese de acordo com as minhas motivações de pesquisa e por ter-me apoiado a realizar o doutorado “sanduíche”.

À co-orientadora Professora Flávia Charão, que complementou a orientação com sabedoria. As suas questões me fizeram, muitas vezes, parar e refletir sobre o trabalho. Além disso, elas me inspiraram a encontrar caminhos para fazer mudanças.

Aos demais professores do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, em especial aos Professores Leonardo Xavier e Sérgio Schneider, pelas valiosas contribuições e questionamentos quando esta tese era apenas um projeto. Ao Professor Sérgio, agradeço ainda pela oportunidade de fazer parte do projeto convênio CAPES/NUFFIC “PROCESSOS E POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL EM TRANSIÇÃO: estudo das mudanças sociotécnicas, da segurança alimentar e do papel das instituições no Brasil e na Holanda” e também por creditar em mim a missão de estudar em Wageningen.

Ao Professor Octávio Conceição, que possui o dom de transmitir com facilidade seus conhecimentos. A ele sou grata pelos ensinamentos, pela motivação para a realização da tese e pelas contribuições no projeto desta. A disciplina sobre instituições não foi somente uma fonte de informações, mas também de inspirações.

Aos agricultores, que aceitaram compartilhar um pouquinho das suas vidas comigo. Em muitas situações, mesmo atarefados, sentiram-se motivados, entenderam a importância do trabalho e dividiram comigo suas dificuldades e conquistas.

Aos extensionistas rurais da Emater e das secretarias de agricultura dos municípios visitados, que me auxiliaram com informações e que me oportunizaram o acesso às propriedades rurais. Em especial, agradeço a Vitor Hugo (da Emater de São Lourenço do Sul), a Cleudia (do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul), a Nelcy e a Antônio (da Emater de Gramado). Também agradeço a Edilene, pela hospedagem e pelos momentos de descontração vividos em São Lourenço do Sul.

Aos meus pais, Vilson e Vera, que, desde quando eu era criança, me fizeram entender a importância de lutar pelos meus objetivos e sonhos. A disciplina, o foco, o gosto pelos estudos e a perseverança são características herdadas do meu pai, que creditou nos filhos o seu próprio sonho: estudar. Aos meus irmãos, que, mesmo sentindo a minha ausência, me apoiaram e ficaram orgulhosos de mim a cada novo desafio.

Ao meu esposo, Ricardo, que sempre apoiou as minhas decisões. Foi um companheiro, tanto nas horas das conquistas como nas horas das dificuldades. Não mediu esforços para resolver meus problemas: sua fundamental colaboração estendeu-se desde os reparos em programas e arquivos no meu computador até o constante estímulo por meio de palavras de apoio e motivação.

Aos colegas do mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Agronegócios da UFRGS, que contribuíram muito para o meu

avanço. O contato com pessoas de diversas áreas do conhecimento nesse grupo de pesquisa foi um dos principais elementos que me fizeram crescer, tanto intelectualmente quando pessoalmente.

Também agradeço, em especial, aos amigos Alessandra Matte, Ana Paula Campos, Armando Fornazier, Carlise Schneider, Carolina Silva, Daniela Garcez, Dieisson Pivoto, Ezequiel Redin, Fabiana Thomé, Lívio Claudino, Luciana Scarton, Maycon Schubert, Marcelo Moraes, Márcio Neske e Márcio Pereira, com quem compartilhei ideias, discussões e também momentos de indecisões e angústias.

Às secretárias e coordenadoras do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural e do curso de graduação tecnológica “Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural” Eliane, Tânia, Lisiane, Marilene, Marlene e Danielle. A elas, sou grata por todos os atendimentos às minhas solicitações.

Aos meus professores de inglês, que, desde o início, compreenderam meus objetivos e não mediram esforços para que eu aprendesse o idioma. Em especial, agradeço a Sarah Parkin e a Júlio.

À Capes e ao CNPq, pela oportunidade financeira de poder focar no doutorado, poder concretizar minha pesquisa conforme o planejado e pela experiência do doutorado sanduíche, em Wageningen, na Holanda.

Aos professores da banca de defesa, os professores Miguel Angelo Perondi, Sérgio Schneider e Octavio Conceição.

À professora Tânia, pelas cuidadosas correções de português e por suas motivações em explicar meus erros.

À Universidade de Wageningen, pela oportunidade de acesso ao ensino e aos recursos durante o período do estágio de doutorado sanduíche. Agradeço ainda por toda a recepção e atendimento das secretárias do departamento de imigração do Social Science e do grupo de sociologia rural, Roelfina, Diana e Coby.

Agradeço, em especial, ao Professor Jan Douwe van der Ploeg, pela recepção, por todos os nossos diálogos, pelas importantes críticas à tese e pela oportunidade de inserção no grupo de sociologia rural. Sou grata também aos professores Petra e Pieter, pelo aprendizado na valiosa disciplina sobre democracia e política.

Hoje posso perceber que a experiência na Holanda trouxe não somente avanços profissionais, mas, sobretudo, pessoais. Grande parte do aprendizado da cultura holandesa eu devo à convivência com a Toos, nas nossas conversas e nas nossas confraternizações. Com ela, compartilhei todas as novas experiências de viver no país estrangeiro - desde o primeiro caminhar na neve até a minha apresentação formal ao grupo de sociologia rural.

Em Wageningen, também agradeço Arne, Irene, Oscar, Pieter, Femke, Wiebke, Meng, Nargiza e Agnese, tanto pelas horas de descontração como também pelas trocas de conhecimentos.

A Deus, que me deu a vida e me acompanha sempre. Quanto mais passa o tempo, cada vez mais eu posso sentir que Ele é quem coordena todos os meus passos.

RESUMO

A construção desta tese partiu das reflexões em torno das transformações no contexto da atividade de processamento de alimentos na agricultura familiar no Brasil. Tanto as políticas públicas como as políticas locais estão sendo formuladas com o objetivo de promover a essas famílias o acesso a recursos financeiros e a novos canais de comercialização. Ambas as políticas (locais e públicas) estão condicionadas às ideias das regras da legislação sanitária agroalimentar, que nem sempre refletem as formas como as famílias e os atores sociais locais interpretam as atividades de processamento de alimentos. Considerando esse contexto, esta tese teve como objetivo analisar o papel que as ações políticas locais, os programas e as políticas públicas - construídos para a agricultura familiar desde a década de 1990 no Brasil - exercem no processo de mudança na interpretação e conduta das famílias que desenvolvem tais atividades. Para tanto, a pesquisa foi realizada em quatro regiões do Rio Grande do Sul, as quais corresponderam aos Coredes: Hortênsias, Jacuí Centro, Sul e Vale do Rio dos Sinos. Ao total, foram entrevistadas 64 famílias (agricultores familiares) que processam alimentos oriundos da agricultura e pecuária. Para a coleta dos dados, foram utilizados um formulário composto de questões quali e quantitativas, diários de campo e observações. A análise dos dados foi desenvolvida por meio de técnica qualitativa (análise de conteúdo) e quantitativa (Escala Likert). As famílias foram divididas em 4 grupos (trajetórias), que mostram as diferenças nas formas como iniciaram e modificaram tecnicamente as suas atividades de processamento de alimentos. As diferentes formas como as políticas locais foram construídas explicam a emergência de novos hábitos nas famílias, especialmente no aspecto produtivo. Os agentes ligados aos governos locais e aos órgãos de assistência técnica destacaram-se como os principais atores sociais que influenciaram nesses processos. O regramento sanitário conduziu os agentes locais na formulação de ações visando transformar essa atividade. Nesse contexto, foram evidenciadas três formas de políticas locais: as políticas caracterizadas pela repressão, negociação e construção de ações coletivas entre as famílias envolvidas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é a única política pública que está provocando a transformação de hábitos, identificada pelas novas reflexões das famílias em torno das suas atividades, no ambiente da produção e da comercialização de alimentos. Essas mudanças são explicadas pelo processo de operacionalização e gestão dessa política pública, que demanda novas formas de organização social e coletiva nas atividades de processamento de alimentos.

Palavras-chave: Mudanças de interpretação e de conduta. Atividades de processamento de alimentos. Agricultura familiar. Políticas locais. Políticas públicas.

ABSTRACT

This thesis has started from reflections on transformations in the context of processing food activities developed by family farmers in Brazil. Public and local policies have been developed to promote financial resources and new channel selling for the food produced by family farmers. Both policies reflect the ideas from agri-food hygiene standards, which may not represent the way families and other social actors have been interpreting this activity. Considering this context, this thesis aims to discuss what the role of public and local policies are – constructed for family farms in Brazil from the 90's – in the changes of behavior and interpretation from family farmers that are processing food. The research was developed in 4 different regions in state of Rio Grande do Sul, Brazil, according to Regional Development Councils (Coredes): *Corede Jacuí Centro*, *Corede Sul*, *Corede Vale do Rio dos Sinos* and *Corede Hortênsias*. Interviews have been conducted with 64 families, which process food in the rural area, with the assistance of a semi-structured form (with qualitative and quantitative questions), field diaries and observations. In the data analysis, it was used qualitative (technique called tenor analysis) and quantitative methods (Likert Scale). A typology has been constructed to describe the trajectories of families in the processing food activities, which represents how 4 different groups have started processing food and how they have changed the techniques over time. Different local policies have been developed by rural extension and actors from local government, which represents the main element of institutional changes. In this context, local policies have different characteristics: repressive, negotiated and collective actions. Besides, these actors have been using the ideas from agri-food hygiene standards to develop local policies in order to transform processing food activities. The institutional changes were characterized by the transformations on productive and commercial aspect, especially in the local and stages of production. The National School Feeding Program (PNAE) has been influencing transformations in the family habits, which has been identified by changes in the production and selling of food. Moreover, these changes might be explained by the management process of this program, which involves new collective actions in the context of processing food activities.

Keywords: Thought and behavior changes. Processing food activities. Family farmers. Local policies. Public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Elementos institucionais no processo de reconstitutive downward causation.....	49
Figura 2 - Conceitos convencionais de seleção (a) Seleção na forma de subconjuntos e (b) Seleção na forma Darwiniana.....	55
Figura 3 - Esquema teórico-analítico da tese, com as principais definições que guiaram a pesquisa e análise dos dados.....	61
Figura 4 - Principais ações e etapas realizadas no estudo exploratório.....	67
Figura 5 - Localização dos COREDEs e dos dez municípios do Rio Grande do Sul, selecionados para a pesquisa.	79
Figura 6 - Síntese do quarto critério selecionado para a construção da tipologia: identificação da origem do saber-fazer e evolução dos conhecimentos técnicos.	94
Figura 7 - Síntese do segundo critério selecionado para a construção da tipologia: evolução do perfil da estrutura física e no uso de equipamentos e/ou uso de trabalho manual nas atividades de processamento de alimentos.	95
Figura 8 - Síntese do terceiro critério selecionado para a construção da tipologia: local onde acontece o processamento de alimentos e a relação entre essa atividade e a da produção de refeições familiares.....	97
Figura 9 - Síntese do quarto critério selecionado para a construção da tipologia: diferença de objetivos das famílias nas atividades de processamento de alimentos.....	99
Figura 10 - Síntese do quinto critério selecionado para a construção da tipologia: diferença de objetivos das famílias nas atividades de processamento de alimentos.....	100
Figura 11 - Características das trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos (Trajetórias I, II, III e IV).....	108
Figura 12 - Hábitos de pensamento e comportamento comuns (coletivos) e individuais.	138
Figura 13 - Síntese da relação entre interações locais, políticas locais, programas e políticas públicas: recorte de análise da tese sobre os processos de mudanças institucionais.....	139
Figura 14 - Atores e organizações sociais que influenciaram os processos de mudanças institucionais, de acordo com os diferentes grupos: Trajetórias I, II, III e IV.....	149

Figura 15 - A padronização das feiras reflete a mudança de comportamento das famílias nas atividades de processamento de alimentos: cor verde (indicando que as famílias são agricultores), aventais, apresentação dos produtos e veículo na cor branca.....	156
Figura 16 - Estrutura física e identificação do local de processamento e comercialização dos produtos da agroindústria, em dois momentos distintos: em pleno funcionamento, em 2009 (as duas primeiras fotos acima) e no ano de 2012 (duas fotos abaixo, indicando a interrupção da atividade).	159
Figura 17 - Papel das regras formais e das políticas locais repressivas nos processos de mudanças e não mudanças institucionais.	161
Figura 18 - Rótulos utilizados nos alimentos processados (geleias, doces e conservas): identificação da propriedade rural na rota turística "Aromática". A identificação representa uma parte do processo de mudança institucional que modificou a forma como as famílias organizavam os alimentos e as suas propriedades rurais.....	166
Figura 19 - Identificação do suco de uva de uma família associada e a organização das feiras (detalhes para a construção de ações coletivas, que identificam o grupo frente aos consumidores: cor padronizada, rótulos de identificação do grupo e a exposição dos produtos de várias famílias em todas as bancas).	169
Figura 20 - Rótulo de identificação do produto: suco orgânico integral. Investimento na produção orgânica a partir das informações sobre o consumo e os mercados. Destaque para as certificações participativas da Ecovida.....	171
Figura 21 - Placa de identificação da propriedade rural pertencente à rota turística (à esquerda); veículo de transporte dos turistas até as propriedades rurais; interior da residência: local de refeições e degustações de produtos industrializados e placa de identificação do parque de visitas (à direita).	173
Figura 22 - Feira do Entardecer, mudança institucional originária de um processo de interação e observação das famílias sobre os mercados locais.	175
Figura 23 - Equipamentos comprados com os recursos do Programa Mais Alimentos (primeira foto, à esquerda); Estrutura física construída por meio dos recursos do Pronaf Mulher (no centro) e veículo de comercialização dos produtos da agricultura e alimentos processados (à direita).....	202
Figura 24 - Síntese do processo de funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar no nível local, com ênfase sobre os elementos explicativos dos processos de mudanças institucionais.....	206
Figura 25 - Reunião de discussões sobre o PNAE: construção de associação, debate sobre a organização produtiva (foto, à esquerda). Família que comercializa pães, bolachas e bolos para as escolas do município (foto, à direita).	220

Figura 26: Síntese da tese: relação entre políticas locais e a política pública no processo de mudanças institucionais nas atividades de processamento de alimentos	236
Gráfico 1 - Municípios selecionados segundo a divisão regional dos COREDEs: população rural, urbana e total.	80
Gráfico 2 - Substituição das atividades da agricultura e pecuária pelas famílias, referente ao primeiro período: comparação entre as atividades atuais e as que eram anteriormente desenvolvidas pelos pais.....	88
Gráfico 3 - Tipologia das famílias nas atividades de processamento de alimentos: número total de famílias em cada grupo e número de famílias que possuem registro e/ou selo identificador da produção e/ou acompanhamento técnico.....	109
Gráfico 4 - Tempo (em anos) em que as famílias desenvolvem a atividade de processamento de alimentos.....	113
Gráfico 5 - Tipologia das famílias nas atividades de processamento de alimentos: características técnicas e produtivas das diferentes trajetórias, quando iniciaram essa atividade.	114
Gráfico 6 - Fatores de motivação, que conduziram as famílias a iniciarem a atividade de processamento de alimentos, segundo as Trajetórias: I, II, III e IV.....	116
Gráfico 7 - Idade dos gestores nas atividades de processamento de alimentos, segundo as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	118
Gráfico 8 - Caracterização da mão-de-obra utilizada nas atividades de processamento e o número de pessoas que trabalham nessa atividade, segundo as Trajetórias I, II, III e IV.....	119
Gráfico 9 - Número de famílias que substituíram as atividades da agricultura e pecuária em razão de optar pela maior dedicação às atividades de processamento de alimentos.	121
Gráfico 10 - Contribuição da renda das atividades de processamento de alimentos para as Trajetórias: I, II, III e IV. Porcentagens e medidas de dispersão e localização.....	123
Gráfico 11 - Outras fontes de renda das famílias, além da atividade de processamento de alimentos, segundo as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	125
Gráfico 12 - Medidas de dispersão e localização para a variável renda (aposentadoria): contribuição em porcentagem da renda da aposentadoria na formação da renda total das famílias, segundo as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.	127
Gráfico 13 - Participação atual das famílias nos canais de comercialização, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.	128

Gráfico 14 - Mudanças nos mercados: número de consumidores e participação nos canais de comercialização, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.	129
Gráfico 15 - Planejamentos futuros das famílias, nas atividades de processamento de alimentos, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	132
Gráfico 16 - Perspectivas de continuidade das atividades de processamento de alimentos pelas próximas gerações (filhos) ou outras pessoas da família, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	133
Gráfico 17 - Número de famílias que acessaram políticas públicas no mesmo ano em que iniciaram as atividades de processamento de alimentos, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	184
Gráfico 18 - Programas e políticas públicas acessados: número de acessos, famílias que acessaram e não acessaram, destino dos recursos, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	187
Gráfico 19 - Evolução no número de acessos aos programas e políticas públicas, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	189
Gráfico 20 - Motivos do não-acesso das famílias aos programas e políticas públicas, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.....	193
Gráfico 21 - Produtos comercializados e número de famílias participantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.....	207
Quadro 1 - Órgãos responsáveis pelo registro sanitário agroalimentar, de acordo com a origem e/ou característica do produto	24
Quadro 2 - Critérios utilizados para o desenvolvimento da Tipologia das famílias nas atividades de processamento de alimentos, de acordo com as características iniciais, de evolução e atuais.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Regiões, municípios e número de famílias entrevistadas em cada localidade.	79
Tabela 2 - Número de estabelecimentos produtores e tipos de produtos industrializados nos municípios das regiões dos COREDEs: Hortênsias, Jacuí Centro, Sul e Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.	82
Tabela 3 - Número de estabelecimentos familiares e não-familiares e as cinco principais atividades da agricultura familiar nos municípios selecionados para a pesquisa, no Rio Grande do Sul, RS.	83
Tabela 4 - Produtos processados e número de famílias produtoras.	91
Tabela 5 - Mudanças institucionais: processos e características nas atividades de processamento de alimentos, a partir da influência de ações políticas locais	145
Tabela 6 - Importância dos principais atores sociais nos processos de mudanças institucionais, de acordo com a Escala <i>Likert</i> (Trajetórias: I, II, III e IV).	151
Tabela 7 - Interpretação das famílias sobre o Pronaf Mais Alimentos, segundo a Escala <i>Likert</i>	198
Tabela 8 - Interpretação das famílias sobre o Pronaf Investimento, segundo a Escala <i>Likert</i>	199
Tabela 9 - Interpretação das famílias sobre as linhas do Pronaf (Agroindústria, Mulher e Custeio) e os programas (Agroindústria Familiar e Aquisição de Alimentos), segundo a Escala <i>Likert</i>	200
Tabela 10 - Interpretação das famílias sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, segundo a Escala <i>Likert</i>	214
Tabela 11 - Mudanças institucionais: processos e características nas atividades de processamento de alimentos, a partir da participação das famílias no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.	222

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAPA	Centro de Atendimento ao Pequeno Agricultor
CISPOA	Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
CONCRAG	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
DACA	Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAP	Programa de Agroindústria Familiar
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FECOEP	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Ministério da Pesca e da Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEI	Nova Economia Institucional
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PAF	Programa de Agroindústria Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PROGER	Programas de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISBI – POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISBI – POV	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SUASA	Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUSAF – RS	Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte
VEI	Velha Economia Institucional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	AS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: ORIGEM E DEFINIÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO	22
1.2	AS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ..	28
2	AS INSTITUIÇÕES EM EVOLUÇÃO: ELEMENTOS TEÓRICOS DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS	37
2.1	O QUE SÃO INSTITUIÇÕES?	40
2.1.1	As instituições como hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos: o pensamento Vebleniano	44
2.2	AS INSTITUIÇÕES EVOLUEM: OS ELEMENTOS DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS	50
2.3	HETEROGENEIDADE INSTITUCIONAL, REDES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR	57
3	PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS E CONTEXTOS EMPÍRICOS ...	62
3.1	AS ETAPAS DO ESTUDO EXPLORATÓRIO: AS (RE)DESCOBERTAS DO CAMPO EMPÍRICO.....	63
3.2	FORMAÇÃO DA AMOSTRA: COMO AS FAMÍLIAS FORAM SELECIONADAS?.....	68
3.3	COMO AS INFORMAÇÕES FORAM COLETADAS? A COMBINAÇÃO E TÉCNICAS NA COLETA DE DADOS.....	70
3.4	AS FERRAMENTAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS COMO MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS	74
3.5	CONTEXTUALIZAÇÕES DAS REGIÕES DO ESTUDO: A AGRICULTURA FAMILIAR, AS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	78

4	AS TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS	86
4.1	TIPOLOGIA E EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NOS ASPECTOS PRODUTIVO, SOCIAL E TÉCNICO.....	92
4.2	O INÍCIO DA ATIVIDADE DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS SEGUNDO AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS	110
4.3	AS TRAJETÓRIAS E OS DIFERENTES PERFIS SÓCIOECONÔMICOS ATUAIS	117
4.4	OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E AS SUAS MUDANÇAS NAS TRAJETÓRIAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, ATUAIS E FUTURAS	127
5	MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS LOCAIS: AGRICULTORES FAMILIARES E AS AÇÕES COLETIVAS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS	135
5.1	AS CARACTERÍSTICAS DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS .	142
5.2	AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS SÃO COLETIVAS: UM OLHAR ALÉM DAS REDES SOCIAIS	146
5.2.1	Políticas locais repressivas e o papel das regras formais nos processos de mudanças institucionais	154
5.2.2	Políticas locais negociadas e as “novas” instituições: continuidades e rupturas nos processos de mudanças institucionais	162
5.2.3	Outras formas de políticas locais coletivas: as instituições emergentes nas observações “nos mercados” e “para os mercados”	170
5.2.4	E, quando não há mudanças institucionais? limitações e resistências das famílias em modificar seus hábitos nas atividades de processamento de alimentos	176
6	POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTORES FAMILIARES E ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: TRAJETÓRIAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS	181

6.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: ACESSO, DESTINO DOS RECURSOS NAS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS.....	183
6.2	POR QUE A MAIORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO MODIFICAM OS HÁBITOS DE PENSAMENTO E COMPORTAMENTO DOS AGRICULTORES NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS?.....	194
6.3	O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: AS SEMENTES DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR?	202
6.3.1	As características das instituições no PNAE: a informalidade e heterogeneidade dos hábitos coletivos.....	208
6.3.2	A diversidade das interpretações no PNAE reforça a natureza heterogênea das instituições	212
6.3.3	As mudanças institucionais: os novos hábitos das famílias: emergência das “novas” relações com os mercados.....	217
6.3.4	Organização produtiva diferenciada: a emergência de novos hábitos de produção e de planejamento	218
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	REFERÊNCIAS	238
	APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS: ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES (FAMÍLIAS) QUE PROCESSAM ALIMENTOS	252

1 INTRODUÇÃO

Os debates em torno das atividades de processamento de alimentos desenvolvidas pela agricultura familiar tiveram maior repercussão nos meios acadêmicos e políticos a partir da década de 90. Configuraram-se, com base nessas discussões, dois cenários que se destacam dentre os demais.

O primeiro deles refere-se aos estudos sobre o tema, que relacionam essa atividade às alternativas produtivo-econômicas para a agricultura familiar. Não obstante, uma das principais questões nos debates brasileiros ainda está baseada nas dificuldades das famílias em produzir de acordo com os regramentos para a produção agroalimentar (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, GAZOLLA, 2012, CRUZ, 2012). Por vezes, essas pesquisas ainda enfatizam os elementos controversos entre as ações governamentais, os objetivos das famílias e as particularidades dos produtos industrializados por esses agricultores (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, WESZ JÚNIOR, 2009).

Tais questões estão ligadas ao contexto dessa atividade no Rio Grande do Sul, já que muitas famílias ainda produzem em pequena escala e sem registro nas normas formais de sanidade (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, WESZ JÚNIOR, 2009, AGNE, 2010, GUIMARÃES, 2011, CRUZ, 2012). Estima-se que existam em torno de 8.160 agroindústrias familiares no Estado e que apenas 560 estejam formalizadas (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Em alguns estudos, por exemplo, a ausência desse registro é tratada como sinônimo de perda de canais de comercialização e/ou de oportunidades de conquista de novos mercados. No entanto, em outros, pode-se destacar que a informalidade não é empecilho para a construção de relações de comercialização, especialmente com consumidores (AGNE, 2010, GAZOLLA, 2012, CRUZ, 2012).

O segundo cenário- referente às discussões no ambiente político - emergiu a partir da preocupação do Estado com o desenvolvimento de fontes alternativas de renda para a agricultura familiar na década de 90. Nesse período, um dos destaques consistia na preocupação sobre a origem da renda dos agricultores familiares. Especificamente, as discussões enfatizavam, de forma negativa, a renda que essas famílias obtinham por meio de monocultivos e/ou sistemas de integração. É nesse contexto que surgem programas e políticas públicas específicas para as atividades de processamento de alimentos. Primeiramente, esses programas tinham como objetivo fornecer crédito para as famílias investirem na estrutura

física, por meio não somente da compra de equipamentos e de máquinas, mas também da construção do espaço para a industrialização. As últimas políticas foram construídas com a ideia de ir além do acesso ao crédito, com a criação de canais de comercialização, e, sobretudo, com a oferta de suporte técnico às famílias, especialmente nas etapas de fabricação desses alimentos.

Nesse sentido, os resultados dos programas e políticas públicas nas atividades de processamento de alimentos¹ já são conhecidos, considerando as suas influências no acesso aos recursos, canais de comercialização e processos produtivos. Porém os estudos sobre essa temática no Brasil carecem do conhecimento sobre em que medida esses programas e políticas públicas podem influenciar as mudanças nas formas como as famílias interpretam e conduzem essas atividades.

A partir dos dois cenários de discussão apresentados anteriormente, pode-se afirmar que os debates tanto na literatura como no ambiente político carecem de reflexões sobre as mudanças que englobam diferentes níveis: o das políticas públicas e o dos atores sociais locais. As discussões na literatura brasileira, por um lado, focam nas informações sobre as mudanças no nível macro – que compreendem o contexto das ações políticas e governamentais – e, por outro, percebe-se que o contexto micro – que corresponde à realidade da agricultura familiar – é tratado de forma isolada, ou seja, em desconexão com o contexto de mudanças mais amplas. Mesmo nos estudos que se propõem a apresentar os resultados das intervenções - sejam locais ou governamentais nas atividades de processamento de alimentos da agricultura familiar –, estes estão centrados nas discussões sobre os conflitos e as incoerências dessas interações. Portanto, tais pesquisas carecem do fornecimento de dados mais amplos, que devem incluir não somente as discrepâncias, mas também as questões sobre as possíveis transformações decorrentes das interações micro-macro.

No Brasil, as investigações que objetivam entender os processos de intervenção política e governamental e as suas implicações na vida das famílias estão ganhando espaço no meio acadêmico, especialmente nos últimos anos. Uma das justificativas para o aumento dessas discussões refere-se às mudanças recentes no âmbito das políticas públicas para a agricultura familiar no país, as quais podem ser traduzidas pela emergência de novas formas de gestão e operacionalização de programas a partir da participação de líderes e organizações sociais locais. A compreensão sobre como as famílias modificam as suas atividades

¹ Esta tese utiliza o termo “atividades de processamento de alimentos” para abranger a diversidade de características das famílias que se dedicam a essas produções. A justificativa para o uso dessa expressão será discutida na próxima seção.

produtivas a partir da interação entre diferentes níveis de políticas pode redirecionar a agenda de pesquisas na área do Desenvolvimento Rural no Brasil.

Diante desse contexto, a presente tese objetiva responder à seguinte questão: qual a influência que as ações políticas locais, os programas e as políticas públicas para a agricultura familiar - construídos formalmente a partir da década de 1990 - exercem sobre as mudanças de interpretação e conduta das famílias nas suas atividades de processamento de alimentos?

Como objetivo geral, esta tese tem a finalidade de analisar e discutir o papel que as ações políticas locais, os programas e as políticas públicas - construídos para a agricultura familiar desde a década de 1990 no Brasil - exercem no processo de mudança na forma como as famílias interpretam e conduzem as suas atividades de processamento de alimentos.

E, como objetivos específicos, a presente tese estabelece:

- a) descrever as diferentes histórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos, demonstrando as principais mudanças realizadas nos ambientes técnico e produtivo;
- b) analisar como foram desenvolvidas as mudanças nas formas como as famílias conduzem e interpretam as suas atividades de processamento de alimentos, destacando os hábitos emergentes da interação das famílias com as ações políticas locais e atores sociais locais;
- c) identificar os programas e as políticas públicas que as famílias utilizaram ou estão utilizando nas atividades de processamento de alimentos; apresentar o destino dos recursos, a origem das informações, as suas interpretações sobre estes; e ainda analisar as motivações nos casos em que não houve a participação/acesso;
- d) analisar a influência que os programas e políticas públicas têm/ou podem ter tido nas mudanças de interpretação e conduta das famílias nas atividades de processamento de alimentos, especificando quais foram as mudanças e os processos decorrentes dessas transformações

Da forma como a problemática e os objetivos foram organizados, inúmeros poderiam ser os locais onde esta pesquisa poderia ser desenvolvida. Partindo da ideia de captar a diversidade institucional no contexto das atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul, esta pesquisa foi desenvolvida em diferentes regiões do Estado, porém não teve finalidade de fazer comparações e/ou generalizações.

Além da oportunidade de incluir diferentes situações de famílias que processam alimentos em quatro regiões do Estado, e, dessa maneira, ampliar o entendimento sobre os

elementos que caracterizam as instituições e as suas transformações, este estudo é justificado pelos seguintes aspectos:

O primeiro deles refere-se à contribuição analítica e acadêmica nos estudos que envolvem as atividades de processamento de alimentos, agricultura familiar e Desenvolvimento Rural no Brasil. Especificamente, os estudos sobre esse tema devem considerar que as formas como as ações políticas locais, os programas e as políticas públicas são desenvolvidos envolvem interpretações de um determinado grupo de pessoas, que são os indivíduos que participam e operacionalizam esses processos. Não obstante, as famílias que processam os alimentos podem ou não ter a mesma interpretação acerca dessa atividade. Além disso, considerar as diferenças, semelhanças e possibilidades de transformação entre diversas interpretações são aspectos-chave para compreender não somente o presente, mas também as perspectivas futuras dos agricultores nessas atividades.

O segundo aspecto está relacionado à contribuição para a discussão sobre a formulação de programas e políticas públicas no Brasil, especialmente sobre a avaliação e desenvolvimento de ações para a agricultura familiar. Os novos estudos nessa temática estão propondo entender as possibilidades de transformação envolvendo diferentes interações (GRISA, 2012). Ademais, os programas e políticas públicas, que estão cada vez mais sendo relacionados às dinâmicas locais, podem assumir diferentes formas de operacionalização e funcionamento (TONNEAU; SABOURIN, 2007). Nesse sentido, um dos caminhos de investigação refere-se aos estudos que se propõem a compreender as mudanças de hábitos coletivos de agricultores familiares a partir da influência de intervenções políticas.

No que se refere à discussão acadêmica, são limitados os estudos que utilizam as contribuições da Velha Economia Institucional para entender as temáticas relacionadas ao Desenvolvimento Rural no Brasil. De forma geral, os debates sobre instituições estão restritos à análise sobre as regras formais. Os hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos fazem parte tanto das regras formais como das informais. Ademais, os estudos que utilizam a perspectiva Vebleniana de análise sobre as instituições carecem de uma proposição de caminhos metodológicos, tanto na coleta e investigação das informações empíricas como na análise dos dados da pesquisa. Dessa maneira, esta tese também foi pensada e formulada a partir da motivação em provocar novas reflexões metodológicas a partir do uso dos pressupostos da Velha Economia Institucional e Evolucionária.

Objetivando a apresentação dessa proposta, a presente tese está estruturada em sete capítulos, o primeiro capítulo dos quais se refere à introdução da temática da pesquisa e o último, às considerações finais. No segundo capítulo, serão apresentadas as principais

abordagens teóricas que serviram como suporte para a construção da tese. O desenvolvimento desse capítulo priorizou o foco sobre as principais definições utilizadas no trabalho, as quais guiaram a pesquisa e análise dos dados. No terceiro capítulo, será apresentada a metodologia da pesquisa, que corresponde às etapas de desenvolvimento da pesquisa e análise dos dados. Esse capítulo compreende o esforço em explicar as diferentes técnicas desenvolvidas para a viabilização e operacionalização das noções teóricas utilizadas. Ademais, esse capítulo também apresenta algumas características do campo empírico, que serão discutidas a partir de dados secundários.

Do quarto ao sexto capítulo, serão apresentados os resultados, as discussões e as análises desenvolvidas. O quarto capítulo apresenta informações históricas das famílias nas atividades de processamento de alimentos e nas mudanças técnicas e produtivas. Tais dados históricos serão demonstrados a partir de uma tipologia, que também inclui informações sobre os perfis atuais das famílias. O quinto capítulo foi formulado a partir da análise sobre a influência de diferentes políticas locais (das famílias com atores sociais locais) nas mudanças nas formas como as famílias interpretavam e conduziam as suas atividades de processamento de alimentos. Dessa forma, esse capítulo foi formulado com foco nos processos e nas formas como as mudanças institucionais foram desenvolvidas.

O sexto capítulo apresenta informações gerais e específicas sobre o acesso e participação das famílias nos programas e políticas públicas para a agricultura familiar. Além de esse capítulo ter o foco nos programas e políticas acessados pela agricultura familiar, os quais foram utilizados na atividade de processamento de alimentos, esse tópico também apresenta argumentos sobre a influência - ou não - destes nos processos de mudanças institucionais. Ademais, uma seção desse capítulo foi priorizada para a discussão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as mudanças institucionais decorrentes da participação das famílias nessa política pública.

Não obstante, esta introdução está organizada em diferentes tópicos, que apresentam informações sobre a atividade de processamento de alimentos. Dessa maneira, as seções a seguir complementam esta introdução, destacando as definições de “agroindústrias” e a relação com a agricultura familiar e, por último, uma breve contextualização sobre os programas e políticas públicas específicos para este público-alvo.

1.1 AS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: ORIGEM E DEFINIÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Na literatura brasileira, é comum o uso de expressões, tais como Agroindústrias rurais, Agroindústrias caseiras, Agroindústrias de pequeno porte e Agroindústrias rurais familiares (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, MIOR, 2007, AGNE, 2010, WESZ JÚNIOR, 2009, GAZOLLA, 2012). Um dos conceitos mais utilizados nos estudos sobre esse tema refere-se à definição apresentada por Mior (2007, p.10), que caracteriza as agroindústrias rurais familiares pelas atividades por meio das quais as famílias rurais “produzem, processam e/ou transformam parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”.

No entanto, a forma como a literatura define essas atividades nem sempre está em consonância com a maneira pela qual os órgãos de pesquisa e/ou institutos governamentais a caracterizam. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, as agroindústrias rurais também podem beneficiar e/ou transformar produtos de origem agrosilvopastoril, aquícola e extrativista, incluindo o artesanato (BRASIL, 2004). A definição de Agroindústrias Rurais utilizada pelo IBGE aproxima-se do conceito proposto pelo MDA, porém o IBGE considera que a produção da matéria-prima e o processamento podem ser realizados das seguintes formas: própria, terceirizada ou comunitária. A única ressalva é a destinação do produto final, a qual deverá ser realizada pelo produtor. Considerando ambas as definições, as atividades de processamento não estão restritas à produção de alimentos.

Na literatura internacional, esses termos não são muito utilizados, já que o seu uso pode acarretar diferentes interpretações. Uma das razões para isso refere-se à falta de clareza sobre o significado da diversidade das denominações utilizadas. Essas noções podem não ser claramente entendidas pelos produtores, sejam eles agricultores familiares ou não. Especificamente, quando questionados sobre a existência de “agroindústrias” em suas propriedades, eles tendenciam a interpretá-las como uma estrutura física que é utilizada de forma específica para o desenvolvimento de atividades de processamento de produtos da agricultura e pecuária. Além disso, em muitas situações o padrão identificado refere-se à estrutura física, que se assemelha ao modelo industrial.

Considerando as informações sobre o uso dessas denominações na literatura brasileira, pode-se afirmar que os usos demasiados e recorrentes dessas noções pouco contribuem para clarificar ideias e problematizar as diferenças das famílias nessas atividades. Não obstante, a forma como esses termos são utilizados na literatura podem gerar distintas interpretações no

que se refere ao aspecto analítico, já que há uma tendência em analisar as atividades de processamento de alimentos de forma separada e distinta das demais atividades da agricultura familiar.

É nesse sentido que as discussões na Europa adquirem outro viés. As atividades de processamento são consideradas de forma mais ampla. Para Ploeg et al., 2000, essas atividades fazem parte de dois processos que estão ocorrendo na agricultura familiar europeia, quais sejam: *deepening e broadening*. De acordo com Connor et al, 2006, p. 15 (tradução nossa) *deepening* corresponde a “criação de novas relações entre a produção e o consumo”. Já o processo de *broadening* envolve “diferentes atividades como o agroturismo, a gestão da natureza e da paisagem, o desenvolvimento de novas atividades não-agrícolas e a diversificação dentro de novos setores, como a produção energética”.

No que se refere ao contexto brasileiro, percebe-se que há uma participação significativa de agricultores familiares nessas atividades, embora estas não estejam restritas à agricultura familiar. A informalidade, caracterizada pela ausência de registro sanitário de acordo com as regras formais da produção agroalimentar, ainda é um dos principais tópicos discutidos na literatura brasileira. A razão desse foco é justificada pelo número de famílias que produzem e comercializam esses alimentos sem o (s) registro (s) específico (s). No Rio Grande do Sul, estima-se que existam cerca de 7.600 unidades produzindo e comercializando seus produtos de maneira informal (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

O Quadro 1, a seguir, apresenta as informações sobre os registros e órgãos responsáveis pela fiscalização sanitária no país segundo o Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento - DACA. Esse registro é obtido de acordo com a origem e/ou a característica do produto processado: de origem animal, vegetal e de bebidas e/ou destilados. Para a produção de origem animal, os registros variam desde a fiscalização municipal (SIM) até nacional (SIF) ou unificada (nos casos do SUASA e SUSAF). A responsabilidade da regulamentação e fiscalização da produção de origem vegetal é do Ministério da Saúde, especificamente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Por último, o setor de bebidas e destilados é regulado e fiscalizado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Quadro 1 - Órgãos responsáveis pelo registro sanitário agroalimentar, de acordo com a origem e/ou característica do produto

Origem e/ou característica do produto	Registro e órgãos
Produtos de origem animal	SIM, SIE, SIF, CISPOA (SUASA E SUSAF)
Produtos de origem vegetal	Ministério da saúde (ANVISA)
Vinhos, vinagres, sucos, polpas e néctares	MAPA

Fonte: Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento – DACA; Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Notas: SIM – Serviço de Inspeção Municipal, SIE – Serviço de Inspeção Estadual, SIF – Serviço de Inspeção Federal, CISPOA - Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária e SUSAF - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agroindustrial).

Os autores brasileiros destacam que a obtenção desses registros sanitários é a principal dificuldade para os agricultores, especialmente agricultores familiares (AGNE, 2010, CARVALHEIRO, 2010, GUIMARÃES, 2011, GAZOLLA, 2012, CRUZ, 2012). Tal dificuldade está associada aos altos investimentos na atividade produtiva, especialmente na estrutura física. Esses obstáculos estão mais acentuados nesse contexto devido às características dessas famílias, que, de forma geral, produzem em pequena escala e desenvolvem a industrialização e também outras atividades, especialmente a agricultura, a pecuária e outros serviços. Portanto, modificar suas instalações e construir estruturas físicas condizentes com o regramento sanitário agroalimentar nem sempre representa sinônimo de viabilidade econômica.

Quando desenvolvidas pelos agricultores familiares, as atividades de processamento de alimentos adquirem complexidade e dinamismo específico. Nesse contexto, os agricultores e suas famílias executam (parcialmente ou totalmente) as ações desde a produção da matéria-prima até a comercialização dos alimentos. Outras características referem-se aos aspectos singulares na forma como estas famílias estão relacionadas com a agricultura, nas maneiras como elas viabilizam a produção e constroem relações com os mercados (AGNE, 2010).

Esse acúmulo de funções por parte dos agricultores familiares está relacionado ao processo de desenvolvimento de estratégias que vão além das atividades agrícolas, e referem-se à própria caracterização do que pode ser considerada a agricultura familiar da atualidade

(WANDERLEY, 2000). Esse “novo” perfil da agricultura familiar ² pode ser caracterizado pela diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas e pela constante interação com mercados dinâmicos e complexos.

Considerando esse “novo perfil”, quais são os fatores e/ou elementos que motivam as famílias a processarem produtos da agropecuária? O primeiro cenário, bastante discutido na literatura sobre essa temática, está relacionado com a reprodução de práticas que eram desenvolvidas por gerações passadas. Nesses casos, a família produtora é motivada a dar continuidade à atividade desenvolvida pelos pais e/ou avós (PETTAN, 2004, PEREIRA; NEVES, 2004). Nessa situação, para algumas famílias, as agroindústrias podem também ter origem na história e cultura de imigrantes europeus que trouxeram ao Brasil um conjunto de técnicas para a fabricação de produtos alimentares específicos (PELEGRINI; VELA, 2005).

O segundo fator está relacionado com a busca dos agricultores por outras atividades mais rentáveis, especialmente quando a família não está satisfeita com os ganhos financeiros obtidos com a produção e venda de produtos da agricultura e pecuária, especialmente grãos e tabaco (AGNE, 2010). Essas assertivas relacionam-se com a discussão europeia, no que se refere ao processo denominado “*squeeze* da agricultura” (PLOEG et al., 2000). Esse processo pode ser compreendido pela forma como a modernização foi desenvolvida na agricultura, acarretando a dependência dos agricultores por recursos externos. Tais recursos ocasionaram o aumento do valor dos custos da produção, os quais aumentaram numa proporção maior que

² É pertinente destacar que inúmeras noções do que se pode definir como “agriculturas familiares” estão em jogo, tanto no aspecto teórico-analítico como no político-público. No entanto, o objetivo desse tópico não é descrever cada uma delas e tampouco quantificar e/ou qualificar os diferentes discursos envolvidos nesse debate. A discussão sobre a definição do que é a agricultura familiar no Brasil teve maior repercussão a partir da década de 1990, cujo contexto de debate também incluía a formulação de programas e políticas para esse público alvo. Sobre as noções de agricultura familiar, ver Abramovay, 1992; Wanderley, 2001. A noção de agricultura familiar utilizada nesta tese relaciona-se com as ideias de Wanderley (2001) e Ploeg (2003, p.11), no qual se refere “a unidades em que trabalho e capital são combinados na mesma família”. O reconhecimento da diversidade social e econômica das agriculturas familiares do Brasil por parte do Estado permitiu relacionar, ainda, essa categoria a outros produtores, e não somente a agricultores, como destaca Neves (2007, p. 218): “*extrativistas, pescadores, silvicultores* (definidos pela atividade produtiva mais valorizada nos termos do programa); *ribeirinhos* (definidos pela adequação de práticas sociais aos ciclos de imersão ou emersão de várzeas); e *remanescentes de quilombos* (modo específico de apropriação e legitimação de posse e uso da terra). A opção de não utilizar a definição de agricultura familiar de acordo com a lei número 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) justifica-se pela escolha em incluir famílias que não são consideradas como público-alvo das políticas públicas. A inclusão dessas famílias permite aprofundar a análise sobre a relação entre as mudanças institucionais e as políticas públicas no contexto de diversidade social, econômica e produtiva dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul.

os valores obtidos com a venda dos produtos da agricultura e pecuária (PLOEG et al; 2000). A partir desse contexto, processar alimentos e produtos de origem agropecuária caracterizou-se como uma das ações desenvolvidas pela agricultura familiar, tendo em vista modificar essas situações econômicas (GAZOLLA, 2012).

Ao que tudo indica, o processo de *squeeze* da agricultura teve influência, com mais ênfase, no contexto europeu. Ao considerar a história das famílias brasileiras nessa atividade, percebe-se que tal realidade é dependente da forma como os agricultores familiares construíram as suas trajetórias pessoais, econômicas e políticas. Assim, apesar de um dos fatores relevantes e motivacionais ser o de ordem econômica, é pertinente destacar que, em muitas situações, ele não está isolado de outros interesses das famílias, já que desenvolver a atividade pelo prazer, terapia e ocupação de mulheres e jovens é outra das razões que marcam a origem das “agroindústrias” (AGNE, 2010).

Para Brito (2005) e Mior (2005), a origem das agroindústrias é marcada, sobretudo, pela necessidade dos agricultores em prolongar a vida útil da produção agrícola perecível, oportunizando o armazenamento dos produtos que serviam, primeiramente, como fonte de alimentação para a família. Posteriormente, esses produtos passaram a ter também um valor de troca e constituir uma fonte de renda familiar. Outra situação refere-se à influência de agentes de extensão rural, especialmente atores locais, engajados na proposição de atividades agroindustriais como alternativas de renda e uso de recursos públicos disponíveis (VIEIRA, 1997, AGNE, 2010).

Dessa forma, percebe-se que há um conjunto de motivações que conduzem os agricultores a iniciarem a atividade de processamento de alimentos. Para muitas famílias, por exemplo, não há apenas uma única motivação para isso, mas mais de um fator de influência contribuindo para o início dessa atividade.

No que se refere às características dessas atividades, o complexo de tarefas exige dos agricultores a mobilização de recursos de matéria-prima para o processamento, construção de relações de troca e interação com os demais agentes, governamentais e não-governamentais. No que se refere aos mercados, as atividades de processamento da produção agropecuária da agricultura familiar diferem dos padrões de produção e comercialização das chamadas “cadeias agroalimentares longas”³.

³ No que se refere à organização das suas atividades produtivas e comerciais, as atividades de processamento de alimentos diferenciam-se das cadeias produtivas longas, uma vez que os agricultores acumulam várias funções, que vão desde a produção de matéria-prima até a comercialização. Nas cadeias produtivas longas existem vários elos, em que cada segmento (de forma geral) é responsável por uma determinada função (produção, industrialização, distribuição,

De acordo com Polman et al.,2011, Oostindie et al.,2011 e Ploeg et al., 2002, essas atividades estão sendo cada vez mais relacionadas aos mercados emergentes, onde a origem dos alimentos é conhecida pelos consumidores; os produtos possuem características específicas que conferem diferenciação e as formas de comercialização são distintas e particulares da organização dos grupos sociais envolvidos. Outro aspecto refere-se à ajuda mútua nos processos de produção e comercialização desses produtos. A troca de serviços nas tarefas de processamento de alimentos, bem como a troca de produtos por matéria-prima mediante relações de parentesco e vizinhança, são aspectos que caracterizam os mercados nessas atividades (AGNE, 2010).

Outro aspecto que distingue as atividades de processamento de alimentos e produtos de origem agropecuária - quando desenvolvidas pela agricultura familiar - refere-se às características dos canais de comercialização. Os canais de venda dos produtos envolvem circuitos longos (com a presença de intermediários ou atravessadores) e curtos (em que o agricultor vende o produto diretamente ao consumidor). Nessas relações, organizações como cooperativas, associações, feiras de produtores, redes de supermercados, pequenos armazéns e/ou padarias são outros ambientes onde as trocas podem ser efetuadas (AGNE, 2010, CARVALHEIRO, 2010, GUIMARÃES, 2011).

O dinamismo, a complexidade e a diferença desses mercados têm gerado discussão nos espaços acadêmicos. Um desses debates está relacionado à emergência de uma noção específica para representá-los: *nested markets* (mercados aninhados). Essa noção emerge com o objetivo de diferenciar tais mercados dos chamados “nichos”. Ao contrário disso, eles são caracterizados pela dinâmica das inter-relações envolvidas, o que significa que novos atores podem emergir nesse “ninho” ao mesmo tempo em que este se configure como permeável e protetor (que protege as coisas que estão sendo desenvolvidas no seu interior) (PLOEG, 2013).

De forma sucinta, as atividades de processamento de produtos e alimentos pela agricultura familiar estão enraizadas em um conjunto de elementos, o que implica considerar diferentes papéis e a influência de organizações sociais (associações, cooperativas e outros grupos de cooperação locais e regionais); parcerias entre vizinhos, amigos e parentes podendo contribuir como recursos de mão-de-obra, serviços e na geração de ideias (novos conhecimentos); construção de ideias inovadoras na forma de produzir, comercializar e/ou

armazenagem, comercialização, etc.). Nas atividades de processamento de alimentos na agricultura familiar, esses elos nem sempre são bem delimitados.

gerenciar as atividades pelos próprios integrantes da família e, por fim, o papel das políticas públicas específicas para a agricultura familiar.

As oportunidades de pesquisa nessa área são abrangentes. O número de tarefas que são desenvolvidas pela agricultura familiar nessa atividade é um dos principais aspectos que a diferenciam quando comparada às demais atividades desenvolvidas por esses agricultores.

Considerando essa conjectura, o objetivo da próxima seção é apresentar o contexto no qual essa atividade está inserida nas discussões sobre as ações políticas locais, os programas e as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.

1.2 AS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A década de 1990 constitui o marco das transformações no cenário político da agricultura familiar no Brasil. É durante esse período que o Estado brasileiro inclui o público “agricultores familiares” na agenda de formulação dos programas e políticas públicas. Como já é conhecido na literatura dessa temática, entre as décadas de 1960 a 1990, o cenário era outro: as intervenções estatais estavam direcionadas à modernização da agricultura, com o oferecimento de créditos e assistência técnica únicos, sem considerar as diferenças de renda, de trabalho e de vida das famílias do meio rural.

Em decorrência dos resultados que as políticas de modernização provocaram na agricultura - especialmente pela não inclusão da maioria dos agricultores familiares no acesso ao crédito -, surgiram críticas tanto na academia quanto na sociedade civil. Assim, o diálogo entre o Estado e a sociedade civil modifica-se: há a consolidação de um outro modelo de Desenvolvimento Rural, tendo como alvo o fortalecimento dessas famílias (SCHNEIDER et al., 2004, AQUINO et al., 2004). As primeiras tentativas de formular um programa específico para a agricultura familiar surgiram em 1994, quando foi construído o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Esse programa serviu como base para a formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf - a primeira política pública específica para a agricultura familiar no Brasil (SCHNEIDER et al.; 2004).

O Pronaf caracterizou-se não somente por ser uma política pública, mas por trazer consigo a consolidação e reconhecimento do público “agricultores familiares” nos ambientes

político e acadêmico. Ademais, essa discussão influenciou o crescimento no número de pesquisas e estudos relacionados a essa temática (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, SCHNEIDER et al., 2004, MULLER, 2007). Acrescidas a esses fatos, novas práticas de gestão emergem, especialmente as relacionadas ao foco nas organizações municipais e órgãos locais como principais agentes de operacionalização dos programas e políticas públicas (SILVA; SCHNEIDER, 2004). Com isso, as políticas locais também começaram a ganhar espaço e provocaram, segundo Almeida e Carneiro (2003, p.125), “formas inovadoras de gestão pública e participação dos cidadãos”.

Dessa maneira, nos últimos anos, percebe-se que a disponibilidade de recursos e a forma como os programas e políticas públicas são desenvolvidos, operacionalizados e modificados estão cada vez mais dependentes das ações dos atores sociais locais. Para Wesz Júnior (2009, p.2), esses espaços “são favorecidos pela sua proximidade com os atores diretamente envolvidos na operacionalização das ferramentas de intervenção, tais como assistência técnica e agências bancárias”. Essa relação implica considerar que as intervenções nos âmbitos federais e locais estão conectadas e não devem ser vistas de forma separada e distinta.

Outro marco na consolidação do Pronaf como uma política pública específica para a agricultura familiar refere-se ao processo histórico, o qual envolveu o engajamento de movimentos sociais e a organização de uma série de agentes políticos (SCHNEIDER et al., 2004). Ao longo desse processo, uma série de ajustes foram incorporados pelos gestores públicos, com a finalidade de atender à própria demanda dos agricultores e reivindicações dos grupos sociais. Esses ajustes ocorrem na medida em que os cenários nos quais as famílias estão inseridas não são únicos, e, sim, marcados pela heterogeneidade. Ao que tudo indica, esperava-se que os programas e políticas públicas pudessem solucionar os problemas do meio rural, oportunizando, por meio de tais ações estatais tanto a geração de benefícios como a igualdade de acesso pelos agricultores. Contudo, descrever esse processo como igualitário não corresponde à realidade diversa dessas famílias, sejam usuárias ou não desses instrumentos políticos. Assim, por um lado, é possível observar um conjunto de transformações ocorridas na agricultura a partir desse cenário, e, por outro, pode-se afirmar que foram descobertas novas necessidades e/ou problemas, originários dos próprios processos de intervenção política.

Nesse cenário complexo, que relaciona os processos de intervenção política e a agricultura familiar, as atividades de processamento ocupam um espaço relevante nessa discussão. A literatura (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, WESZ JÚNIOR, 2009, GAZOLLA

2012) é consensual sobre a relação entre o início do debate sobre a agricultura familiar no Brasil e a construção de programas e políticas públicas específicos para as “agroindústrias”. Sobre essa relação, mais três fatores foram marcantes: o primeiro deles referiu-se à expressividade do número de agricultores familiares que processavam alimentos na década de 1990, aumentando a visibilidade política em torno dessa atividade (WESZ JÚNIOR, 2009). O segundo fator caracterizou-se pela atuação de movimentos sociais, tais como MPA, Contag e Concrab (WESZ JÚNIOR, 2009). E, por último, ainda nessa década, os discursos políticos locais destacavam o aspecto negativo dos agricultores familiares que obtinham renda por meio da produção de monocultivos. Diante disso, processar alimentos passa a ser visto e constituído, politicamente, como uma atividade promissora na agregação de valor e na geração de renda para essas famílias (WESZ JÚNIOR, 2009).

Considerando as finalidades que nortearam o desenvolvimento dos programas e políticas públicas no âmbito das atividades de processamento no Brasil, é possível descrevê-las a partir de dois momentos: o primeiro deles, ocorrido a partir da década de 1990, é caracterizado pela emergência de programas e políticas específicas que tinham como foco oferecer crédito e cursos de capacitação para que as famílias realizassem mudanças técnicas – especialmente no que se referia à obtenção do registro sanitário. O segundo refere-se aos últimos programas e políticas desenvolvidos, que objetivam criar canais de comercialização para os alimentos produzidos pelos agricultores.

A primeira tentativa governamental em oferecer crédito para as famílias que processavam alimentos foi em 1998, com o Pronaf Agroindústria: Integração, Agroindústria e Comercialização da Agricultura Familiar. Porém, devido aos conflitos de interesses entre os gestores e formuladores, o programa não foi implementado (MIOR⁴, 2005 apud WESZ JUNIOR, 2009). Depois disso, outros programas surgiram como opções para tais atividades. O Pronaf Agregar - construído em 1999, após a não-operacionalização do Pronaf Agroindústria – constituiu-se como uma alternativa, especialmente para aquelas famílias que haviam realizado investimentos iniciais na atividade (WESZ JUNIOR, 2009). Durante três anos (do período de 1999 a 2002), o Pronaf Agregar constituiu a principal política pública operante nas atividades da agroindústria familiar (WESZ JUNIOR, 2009).

Ao contrário desses programas, outras linhas do Pronaf - o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Investimento, o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher - alcançaram um público significativo. Tais instrumentos também eram caracterizados pelo acesso ao crédito e foram

⁴ MIOR, L.C. **Agricultores Familiares: agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, Unochapecô. Argos: 2005. 338p.

utilizados pelas famílias para o investimento nessas atividades, desde a aquisição de matéria-prima até de equipamentos para o processamento da produção (WESZ JUNIOR, 2009). Recentemente (2008), outra linha do Pronaf, o Mais Alimentos, também foi inserido nessa lógica de destinação de recursos para a aquisição de equipamentos e assistência técnica aos agricultores familiares. Algumas famílias destinam esses recursos, ainda, para a construção e/ou reforma da estrutura física para processar os alimentos (que incluem a compra de equipamentos e/ou máquinas) e compra de veículos (GAZOLLA, 2012).

Ao mesmo tempo em que esses instrumentos de acesso ao crédito estavam sendo implementados, houve evolução nas discussões em torno de quais deveriam ser as finalidades dos programas e políticas públicas nessas atividades. Nesse contexto, o programa exclusivo no Rio Grande do Sul foi o Programa de Agroindústria Familiar (PAF), construído no ano de 1999 e vigente até o ano de 2002, que preconizava o investimento nas etapas da cadeia produtiva (desde cursos de capacitação até compra de embalagens) e a criação de um selo específico para identificar os produtos, denominado selo *sabor gaúcho* (WESZ JUNIOR, 2009).

Primeiramente, a preocupação dos formuladores do Programa de Agroindústria Familiar (PAF) estava centrada na oferta de suporte técnico e de crédito para que as famílias pudessem investir na atividade produtiva e comercializar seus produtos em canais “formais”. Contudo, na região da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, por exemplo, os altos investimentos realizados nas estruturas físicas das agroindústrias não foram suficientes para garantir a inserção dos agricultores nos mercados formais (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007). Esse resultado pode ser explicado pelas exigências de prazos para a entrega dos produtos e pela escala, muitas vezes, divergente do volume de produção das agroindústrias. O não entendimento, por parte dos formuladores desse programa, quanto aos atributos diferenciadores da produção, como o aspecto artesanal, acabaram por excluir alguns canais de comercialização, como a relação direta com o consumidor (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007). Dessa maneira, tais iniciativas nem sempre estão conectadas às diferenças regionais e locais das agroindústrias, e os efeitos nem sempre são positivos.

A proposta do Programa de Agroindústria Familiar (PAF) vem sendo retomada nos últimos anos, porém com algumas mudanças. Uma das principais transformações refere-se à descentralização da gestão do programa, que passa a ser caracterizada pela presença de atores sociais do local e da região, que atuam no cadastro e avaliação dos empreendimentos. No ano de 2012, foi instituída a Lei número 13.921, que condiciona regras para a Política Estadual de Agroindústria Familiar. Conforme as informações do Departamento de Agroindústria

Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA), 656 famílias estavam cadastradas como possíveis participantes desse programa, no Rio Grande do Sul. As principais metas do programa são:

- a) desenvolver e construir pontos de comercialização para os produtos, incluindo a promoção de feiras anuais;
- b) oferecer cursos práticos de fabricação, gestão e processamento.

Abrangendo diferentes finalidades, outros programas surgiram a partir da ampliação de algumas modalidades do Pronaf. Como exemplos, destacam-se o Pronaf Agroindústria, Custeio do Beneficiamento e Industrialização de Agroindústrias Familiares (Custeio Agroindustrial), Diversificação Econômica, Ciência e Tecnologia. O Pronaf Agroindústria, desde o ano de 2003, faz parte do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, com foco no investimento da atividade de industrialização da agricultura familiar, abrangendo etapas do processamento e venda dos produtos (WESZ JÚNIOR, 2009).

Como já comentado anteriormente, os primeiros programas e políticas construídos no contexto da atividade de processamento de alimentos resumiam a preocupação dos governos em oferecer crédito e cursos técnicos de capacitação para as famílias. A crença era de que o crédito e a capacitação das famílias nessa atividade criariam condições para elas produzirem e comercializarem de maneira formal, com acompanhamento técnico e sanitário - local ou regional. Foi com esses objetivos que o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) foi desenvolvido e regulamentado no ano de 2006. A formulação desse sistema, de acordo com Wesz Júnior (2009, p.78), envolveu discussões entre

[...] movimentos sociais representantes da agricultura familiar (Fetraf, Contag, MPA e MST), as grandes agroindústrias, os ministérios responsáveis pela fiscalização dos produtos (MDA, MAPA e Ministério da Saúde) e os ministérios ligados à parte administrativa (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Casa Civil).

Tal programa teve como objetivo unificar três processos de certificação: municipal estadual e federal. Assim, mediante um único processo de certificação, os produtos com os selos⁵ integrantes do “SUASA” poderiam ser comercializados em todo o território nacional

⁵ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2011), os selos não recebem a denominação SUASA. O Suasa é formado por 4 sub-sistemas de inspeção e fiscalização, a saber: o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA (em estágio de implantação); o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SISBI-POV; o

(BRASIL, 2011). No entanto, no ano de 2010, esse sistema sofreu algumas modificações, especialmente com a finalidade de considerar a diversidade regional dos produtos e das escalas de produção (VICENZI, 2011). Essas mudanças foram construídas no sentido de tornar o sistema acessível às agroindústrias de pequeno porte, especialmente aquelas vinculadas à agricultura familiar.

Ao que tudo indica, o SUASA não se constituiu como um sistema acessível às “agroindústrias rurais familiares”, embora não se tenham muitos trabalhos publicados sobre os resultados desse programa na realidade da agricultura familiar. Para Wesz Junior (2009, p.148), os resultados da pesquisa realizada na região de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, demonstraram que “o Suasa não agregou diferencial em relação às exigências das legislações sanitárias anteriormente existentes, pois foram mantidas as normas, modificando somente o órgão de inspeção”.

Devido à demanda por um sistema adequado à realidade das agroindústrias no RS, foi sancionado, em quatro de novembro de 2011 (Lei nº 13.825), o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-RS. Integrante do SUASA, essa regulamentação foi construída com a finalidade de permitir a comercialização dos produtos industrializados do Estado em outras regiões do país. Em outras palavras, objetivou-se aumentar a participação dos empreendimentos gaúchos nos mercados. A principal diferença entre o SUASA e o SUSAF é que este último é um sistema específico para as agroindústrias familiares, artesanais e de pequeno porte. A ausência de informações na literatura pode estar relacionada aos seguintes fatores: baixo número de municípios que aderiram a esse sistema de certificação e constituição recente de ambos os programas.

As finalidades dos programas e políticas públicas nas atividades de processamento de alimentos ampliaram após o desenvolvimento de programas e leis regulamentadas mais recentes. Essas ampliações consolidaram-se a partir da criação de programas e políticas públicas que tinham como alvo a comercialização dos alimentos da agricultura familiar. Nesses casos, estão inseridos os programas Programa Nacional de Alimentação Escolar⁶ (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas e o Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários.

⁶ Informações adicionais sobre o histórico dos programas (PAA e PAE) podem ser obtidas em Triches (2010). Um dado relevante refere-se à mudança da modalidade de compras, passando do processo licitatório à chamada pública, como consta no parágrafo 1º: “A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local [...]” (BRASIL, 2011).

Quanto ao escoamento dos alimentos adquiridos de agricultores, no caso do PAA, tem-se a preocupação em fornecer produtos para a população em situação de vulnerabilidade social, enquanto, no caso do PNAE, o público consumidor é caracterizado por estudantes de escolas estaduais e municipais. Em ambos, percebe-se que as ideias que conduziram os gestores na formulação desses programas estão relacionadas, também, com a preocupação com o consumo da população, de forma que a produção, o acesso e a qualidade dos alimentos sejam conectados (TRICHES, 2010).

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - foi regulamentado no ano de 2003, pela Lei n.º 10.696, e utiliza recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP (TRICHES, 2010). O desenvolvimento de parcerias e relações entre diferentes agentes locais tem sido uma das ferramentas desse processo, em que a demanda e a oferta são conectadas por intermédio da ação pública (GUARESCHI, 2010, TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Apesar de já possuir mais de cinquenta anos de existência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - sofreu uma mudança significativa com a sanção da Lei número 11.947/2009, que regulamentou a obrigatoriedade de aquisição de, no mínimo 30% dos alimentos provenientes de agricultores familiares. Por meio desse programa, alguns agricultores passaram a comercializar seus produtos industrializados nas escolas do município. No entanto, as mudanças não foram evidenciadas somente na construção de um novo espaço para a venda dos produtos. Triches e Schneider (2010, p.942), por exemplo, destacam mudanças na percepção da qualidade dos alimentos e nos hábitos de consumo dos alunos dos dois municípios pesquisados e concluem que “essa política acaba por realimentar esse mercado, na medida em que constrói paladares para alimentos produzidos localmente, por terem características exclusivas e/ou apreciadas pelos futuros consumidores”.

Dentre os segmentos de alimentos adquiridos, algumas famílias estão comercializando produtos industrializados, de origem animal e vegetal. Entretanto, devido ao exíguo espaço de tempo considerado a partir da construção desse programa, as informações ainda são limitantes, especialmente no que se refere às transformações nos hábitos dos agricultores familiares envolvidos.

Apesar disso, é possível descrever algumas mudanças nas atividades de processamento de alimentos na agricultura familiar. Considerando somente as informações históricas sobre montante disponibilizado pelo Pronaf, do período de 1999/2000 a 2007/2008, as contratações de crédito aumentaram 300%. Houve aumento no montante disponibilizado, assim como no número de municípios atendidos (BRASIL, 2013). No ano de 2012, foram mais de 61 milhões

de reais utilizados para as atividades de beneficiamento, no total de 437 contratos realizados (considerando somente dados do custeio agrícola e pecuário) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012). No que diz respeito às mudanças específicas, houve transformações técnicas, produtivas e nos canais de comercialização. Para Sulbacher e David (2008, p.24), esses processos de intervenção estão influenciando a transformação técnica e produtiva das famílias nessas atividades, especialmente sobre o “atendimento aos padrões sanitários exigidos”.

Em contrapartida, nem sempre o capital investido representa o cenário preconizado pelos regramentos constantes nos programas e nas políticas públicas. Inseridos nessas realidades heterogêneas, alguns agricultores familiares, por exemplo, podem estar utilizando os recursos provenientes das políticas públicas para outras necessidades, especificamente as que não estavam previstas nos regulamentos (TOLEDO; SCHNEIDER, 2008). Essas situações podem ser explicadas pelas diversas formas como os atores sociais envolvidos interpretam a utilidade dos programas e políticas públicas. São os diferentes objetivos dos atores sociais e as suas formas de atuação e participação que condicionam, em parte, a emergência da heterogeneidade desses resultados.

Relacionando as definições teóricas utilizadas na tese, isso significa que as “instituições locais” nem sempre representam a forma como as instituições foram desenvolvidas no nível da formulação dos programas e políticas públicas. Assim, compreender uma instituição implica considerá-la no plural (instituições) e em diferentes níveis. Essa diversidade institucional, por exemplo, justifica o motivo pelo qual um resultado específico não pode ser reproduzido para outro contexto social.

Ademais, operacionalização e dinâmica dos programas e políticas públicas adquirem características distintas no contexto das atividades de processamento de alimentos quando comparadas às realidades de outras atividades da agricultura familiar. Essa complexidade é explicada pelo próprio funcionamento dessa cadeia de produção. Tal funcionamento, por sua vez, demanda programas e políticas públicas diferenciados, ou seja, devem ser formulados e pensados ao longo de todas as etapas produtivas (desde a aquisição de matéria-prima até a inserção dos produtos e alimentos nos mercados).

Os novos debates relacionados às definições de políticas públicas as consideram como inseridas no campo holístico do conhecimento científico. E, sendo assim, as análises sobre esse tema abrem possibilidades de diálogo entre vários métodos e disciplinas (SOUZA, 2006). Essa visão considera, por exemplo, que os programas e políticas públicas para a agricultura familiar não são resumidos pelos mecanismos de intervenção e ação governamental. Ao contrário disso, os novos olhares em torno das políticas públicas abrem espaço para não

somente compreender suas possibilidades de transformação, mas também incluir as situações em que esses instrumentos não sejam desejáveis pelo público-alvo.

Tendo em vista abranger essa complexidade, os pressupostos da Velha Economia Institucional, especialmente a noção de instituições de Thorstein Veblen, podem vir a constituir uma abordagem relevante nas pesquisas que relacionam políticas locais, políticas públicas e Desenvolvimento Rural. Para tanto, o próximo capítulo tem como finalidade apresentar os aspectos que definem as instituições e também os elementos envolvidos nos processos de mudanças institucionais de acordo com a perspectiva supracitada.

2 AS INSTITUIÇÕES EM EVOLUÇÃO: ELEMENTOS TEÓRICOS DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

As discussões que envolvem tanto os processos de intervenções locais ou governamentais quanto as maneiras como as famílias organizam as suas atividades de processamento de alimentos estão relacionadas, teoricamente, à definição de instituições. Essa relação se dá na medida em que entender essas ações implicam a discussão sobre as formas como os diferentes indivíduos interpretam, conduzem e formalizam hábitos, que são, por natureza, heterogêneos.

A legitimação desses hábitos, contudo, não acontece de forma linear. O reconhecimento e a aceitabilidade desses hábitos, por exemplo, não contam com a participação de todas as pessoas envolvidas. Assim, cada determinado grupo de indivíduos pode possuir as suas instituições específicas, que funcionam como mecanismos que dão sentido e orientam comportamentos. Um dos principais pressupostos Veblenianos - cuja abordagem teórica será mais bem discutida no decorrer deste capítulo – refere-se ao aspecto evolucionário que deve ser utilizado no tratamento e na análise das instituições. Essa evolução revela o dinamismo e a complexidade por meio dos quais as instituições são modificadas. Assim, essas transformações são incrementais e estão conectadas num processo histórico de relações de causa e efeito, com uma multiplicidade de elementos e indivíduos em interação.

Relacionando tais características aos processos de intervenções políticas, apesar de essas ações objetivarem transformações no meio rural e/ou alcance de resultados padronizados, estas podem provocar ainda mais diversidade e/ou exclusão. Tanto a diversidade no que se refere ao uso de recursos, quanto a inclusão ou exclusão podem ser elementos que emergem nesses processos e que nem sempre podem ser facilmente previsíveis. Essas condições também sustentam a tese Vebleniana evolucionária na medida em que modificar as formas como as pessoas pensam e se comportam não pode ser desenvolvido em um curto espaço de tempo (VEBLEN, 1987). Nesse sentido, o tempo torna-se um elemento relevante na análise Vebleniana, já que ele é um fator explicativo, por exemplo, nos casos em que as pessoas modificam hábitos que estão enraizados e reproduzidos ao longo de gerações. Além disso, tais contribuições teóricas relacionam-se com o contexto das atividades de processamento de alimentos na agricultura familiar, já que as famílias e as suas histórias constituem elementos explicativos das instituições.

As reflexões de Moors et al., 2004, p.34 vão nesse sentido, já que o autor considera que as transformações (incluindo as mudanças na agricultura) não são como processos pré-determinados, pois “cada ator envolvido carrega suas crenças e representações sobre o objetivo final da transição”, e é por isso que, durante esse processo, novas situações podem surgir, conduzindo a mudança para outras direções. Por exemplo, “algumas dessas podem ser favoráveis, enquanto outras podem ser irrelevantes ou ter um efeito negativo para o desenvolvimento rural” (PLOEG et al., 2000, p.394, tradução nossa). Essas condições sustentam a tese, por exemplo, de que as ações políticas não se constituem como ferramentas acabadas, pois elas podem sofrer mudanças no curso de suas ações (SOUZA, 2006).

É pertinente considerar que a heterogeneidade institucional - interpretada como diferentes hábitos de pensamento e comportamento (VEBLEN, 1987) - está presente em diferentes níveis, esferas que envolvem a construção, desenvolvimento, operacionalização de ações, gestão das políticas públicas e agricultores familiares. Essas características colocam em xeque a dificuldade em construir ações padronizadas e/ou políticas que alcancem todos os grupos sociais - o chamado “público-alvo”, por exemplo. Não obstante, tais condições também podem gerar críticas referentes às formas como as ações, os programas e as políticas públicas são desenvolvidos. Essas ideias estão relacionadas com os argumentos defendidos por Neves (2007, p. 245). A autora afirma que a diversificação e a diferenciação dos agricultores familiares obrigam o Estado a repensar suas ações, que devem “responder ao afastamento dos antigos sistemas homogêneos de intervenção, baseados em instituições únicas”.

Essas características diferem, epistemologicamente, por exemplo, da forma como as instituições foram definidas a partir das perspectivas da Nova Economia Institucional, cujos pressupostos serão discutidos brevemente neste capítulo. Na Nova Economia Institucional (NEI), as instituições são entendidas pelos instrumentos que regulam as práticas sociais como um sistema estandardizado ou estático. Ademais, uma das principais críticas diz respeito à forma como as instituições são compreendidas: isentas da ação e modificação humana (HODGSON, 1993)

Traduzindo essas considerações para o contexto das ações políticas e agricultura familiar, os pressupostos da NEI são insuficientes no tratamento de instituições, uma vez que, se as instituições estivessem restritas a tais ações, estas seriam sistemas eficientes quanto às suas formas de impor condutas comportamentais. As instituições, para a NEI, são formas eficientes na imposição de comportamento. Na perspectiva Vebleniana de análise institucional, é possível abranger diferentes cenários. Os indivíduos podem não só decidir

comportar-se da forma prevista em contratos, leis, programas e políticas públicas como também optar pelo desenvolvimento de condutas alternativas, diversas e/ou parcialmente diferentes.

Dessa maneira, entender as instituições nas atividades de processamento de alimentos é compreender a forma como os atores dão sentido às suas atividades e as maneiras como os indivíduos constroem, coletivamente, suas interpretações e condutas. Esses estudos podem ajudar a ampliar o conhecimento sobre as transformações ocorridas na agricultura, especialmente quando essas pesquisas estão relacionadas ao entendimento de mudanças institucionais no contexto da agricultura familiar no Brasil.

Nesse sentido, a perspectiva Vebleniana de instituições é adequada à compreensão sobre os processos mais amplos, que incluem diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos nas atividades de processamento de alimentos. Essa perspectiva amplia o entendimento tanto sobre a forma como essas atividades são compreendidas pelas ações, programas e políticas quanto ao modo como diferentes grupos de agricultores as organizam. Não obstante, essa mesma abordagem fornece subsídios para entender os processos de transformação, que abrangem a possibilidade de emergência de novos comportamentos a partir de interações sociais em “diferentes níveis”, quais sejam, os das ações locais, programas, políticas, regramentos formais de sanidade e os dos agricultores familiares.

Assim, é em cenários heterogêneos que se inserem as famílias que estão processando alimentos e produtos de origem agropecuária. Além dos programas e políticas públicas, essas atividades são regidas (formalmente) pelas normas vigentes nas legislações sanitárias. Somente considerando essas legislações, é possível descrever diferentes realidades, que mesclam comportamentos “mais distantes” ou “mais próximos” dos hábitos preconizados nessas normas formais. Essa realidade é mais uma justificativa de buscar outras perspectivas para compreender tais instituições. A informalidade (ausência de registro) é tratada em muitos estudos como o exercício de atividades ilegais ou como “desvios” às instituições - que são interpretadas de forma restrita às regras formais. Em outras análises, é possível destacar que essa informalidade é vista como empecilho para a inserção de agricultores familiares nos mercados e/ou como entrave para a “competitividade”. Dessa forma, ambas as interpretações reduzem a forma de compreensão sobre as instituições na realidade das atividades de processamento de alimentos na agricultura familiar, já que elas não abrangem a diversidade de hábitos das famílias e dos atores sociais envolvidos.

O debate sobre a definição de instituições, portanto, não é uma discussão finalizada. As diversas abordagens que tratam desse tema pressupõem o uso de diferentes formas de

análise. Dessa maneira, este capítulo tem como finalidade, primeiramente, apresentar uma breve introdução ao tema abrangente das instituições. Em seguida, serão apresentados os principais elementos que definem as instituições segundo a abordagem Vebleniana. E, por último, serão apresentadas algumas definições complementares a essa perspectiva, especialmente tentando suprir as lacunas analítico-metodológicas no que se refere à compreensão de instituições no contexto das atividades de processamento de alimentos pela agricultura familiar.

2.1 O QUE SÃO INSTITUIÇÕES?

Na literatura sobre economia institucional, é possível observar uma série de definições sobre instituições. Enquanto as abordagens do velho institucionalismo priorizam os aspectos cognitivos e as interações sociais nos processos de desenvolvimento de instituições, os elementos como custos de transação, assimetria de informações, direito de propriedade e incompleta racionalidade dos agentes são os aspectos priorizados nas análises dos autores da Nova Economia Institucional (NEI). Ademais, é pertinente ressaltar que não há um consenso, na literatura, sobre a possibilidade de um diálogo entre as duas perspectivas. Embora alguns pressupostos na NEI estejam distantes da proposta da Velha Economia Institucional (VEI), principalmente pelo diálogo que os autores da NEI estabelecem com a economia neoclássica, pode-se afirmar que todos os trabalhos gerados receberam influências de Thorstein Veblen.

A Velha Economia Institucional destacou-se como a primeira vertente ou o primeiro pensamento institucionalista que surgiu no século XIX, com a discussão crítica sobre a economia neoclássica, especialmente sobre a noção de equilíbrio. Dentre os principais autores dessa corrente, destacaram-se Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchel (CONCEIÇÃO, 2007). Para esses teóricos, a economia não deve ser analisada de forma estática, pois as atividades nela envolvidas estão em constante transformação, influenciadas pelo comportamento individual e coletivo, que constitui as instituições.

Para Veblen, instituições são hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos, os quais influenciam qualquer atividade econômica e social. Esses hábitos estão formando, por exemplo, os costumes, as preferências individuais e coletivas, o consumo, o dinheiro, etc. (VEBLEN, 1987). No pensamento de Veblen, a economia está permeada por um conjunto de fatores em processo de evolução, em que os hábitos dos indivíduos formam a base para o processo de seleção e formação de novas instituições (VEBLEN, 1987). As instituições são,

portanto, resultantes do processo de interação humana, podendo tanto restringir quanto reproduzir o comportamento dos indivíduos.

Na segunda vertente de pensamento, que corresponde às contribuições da Nova Economia Institucional (NEI), as instituições são consideradas como restrições ao comportamento social. Essa assertiva aparece com clareza nos argumentos de North (1991, p. 97) “as instituições são dispositivos restritivos que estruturam a política, a economia e a interação social. Estas restrições são informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e formais (constituições, direitos de propriedade, leis)”. Nessa perspectiva, os indivíduos possuem limitações no que se refere às suas ações e escolhas, pois as instituições funcionam como um sistema de regras e normas que impõem e determinam formas de conduta. Essas considerações são descritas por Hodgson (1993, p.3): “o tema da Nova Economia Institucional situa-se sobre a política, leis e instituições sociais como modelos para o comportamento individual, traçando ela as consequências em termos de interação humana”.

Ronald Coase, Douglass North e Oliver E. Williamson são os principais autores da Nova Economia Institucional. Dentre as principais categorias teórico-analíticas dessa vertente, destacam-se os estudos que envolvem as interações da firma com o sistema de regramento institucional, como os custos de transação, governança, direito de propriedade, etc. Douglass North diferencia-se dos demais autores da NEI por considerar instituições dentro de um processo histórico, e, portanto, pela proximidade com as ideias Veblenianas. Uma das preocupações do autor refere-se ao conhecimento dos fatores que determinam o crescimento e desempenho econômico diferenciados entre regiões e países. North (1991) argumenta que essa diferença econômica pode ser explicada pelo processo evolucionário das instituições, cujo resultado é dependente de uma trajetória histórica, influenciada por um conjunto de fatores particulares a cada sociedade, como os costumes, religião, cultura, ideologia, etc.

Uma das características da NEI, para Hodgson (1993, p.8), que diferencia-se da proposta do Antigo Institucionalismo, refere-se à relação entre indivíduo e instituição, pois, para a NEI, “as instituições são interpretadas apenas como constrangimentos externos para indivíduos que são dados”. Nesse sentido, apesar de a NEI incluir as ações dos indivíduos na formação das instituições, a limitação dessa abordagem é não considerar que essas instituições modificam as pessoas e vice-versa (HODGSON, 1993). Hodgson (2006, p.2) argumenta que “as instituições permitem ordenar o pensamento, as expectativas e as ações, impondo tanto consistência quanto restrições à ação humana”. Essa assertiva corrobora a proposta de Viera e Carvalho (2003, p. 123), que definem instituições como:

[...] produto da construção humana e o resultado de ações propostas por indivíduos guiados pelas próprias forças institucionais por eles interpretadas, é, portanto, um processo estruturado e ao mesmo tempo estruturante, que não é necessariamente racional e objetivo, mas fruto de interpretações e subjetividades.

No entanto, um dos principais desafios na análise sobre as instituições a partir das contribuições Veblenianas refere-se à construção de ferramentas metodológicas adequadas à compreensão sobre o quanto as instituições influenciam os indivíduos e vice-versa. Percebe-se um esforço nos trabalhos de Geoffrey Hodgson no resgate das ideias veblenianas, especialmente no entendimento sobre a evolução das instituições. Além disso, os textos do autor são claros no que se refere às críticas aos autores da NEI, especificamente por tratarem instituições como sinônimos de normas, regras, estrutura, convenções e organização. Hodgson (2008, p.278) destaca essa falta de clareza, principalmente com relação ao termo “organização”: “se as instituições constituem “as regras do jogo” (como muitas vezes diz North), então o mesmo vale para as organizações, especialmente do ponto de vista dos indivíduos que estão nelas. “As organizações também são sistemas de regras”.

Para North (1987), as instituições são como as “regras do jogo”, e as organizações são os jogadores. Neste sentido, as instituições determinam o modo de agir dos indivíduos dentro das organizações, porque as organizações, antes de construir normas de comportamento para os indivíduos que a compõem, precisam estar obedecendo às instituições. As instituições então representam um modo de ordenamento maior do que uma regra ou norma de conduta interna da empresa. North (1987) afirma que as organizações são compostas de indivíduos que estão interagindo em busca de uma finalidade comum.

Essa definição de organização é criticada por Hodgson (2007, p.96), que afirma que as organizações possuem outras características, além de serem identificadas por apenas um grupo de pessoas reunidas em busca de objetivos comuns: “as organizações são instituições especiais que possuem critérios para estabelecer seus limites; para distinguir os seus membros e não-membros; princípios de soberania e responsabilidade; e gerenciamento: delineando responsabilidades e comando”. Nos argumentos de Hodgson (2006, p.2), as instituições⁷ são

⁷ A estrutura social também é utilizada recorrentemente como sinônimo de instituição. A natureza pela qual a instituição é entendida pelo Velho Institucionalismo, particularmente por Veblen, assemelha-se com a noção de estrutura e agência de Giddens (1984). Giddens avança na interpretação da dualidade da estrutura, referindo-se a ela como resultado de um processo de construção e restrição social. Contudo, a limitação da interpretação está em não considerar a estrutura social dentro de um processo evolucionário (HODGSON, 2004). A estrutura social, para Giddens (1984), representa um conjunto de normas e recursos, ou um conjunto de relações organizadas como um sistema social.

“sistemas que estabelecem normas e estruturam as relações sociais. A linguagem, o dinheiro, lei, sistemas de preços, firmas e outras organizações são instituições”.

Levando-se em conta a síntese dos principais elementos que definem as diferenças entre as abordagens da Velha e da Nova Economia Institucional, considera-se que a interpretação de instituições apenas como formas de imposição de constrangimentos às ações humanas é limitante e não permite uma análise da heterogeneidade de comportamentos dos agricultores e demais atores sociais envolvidos nas atividades de processamento de alimentos. Como já comentado anteriormente, a opção pela definição de instituições segundo os pressupostos Veblenianos justifica-se pela estreita relação entre essa abordagem e a problemática de pesquisa.

Portanto, tal definição está relacionada com a realidade das atividades de processamento de alimentos pelos agricultores familiares, uma vez que considera o indivíduo como agente participativo do processo de construção e modificação institucional. Essa abrangência analítica permite a inclusão de elementos interacionais, não previstos tanto nos regulamentos de programas e políticas públicas como nos projetos de intervenção governamental local. Isso significa que a forma como as famílias interpretam e conduzem suas atividades de processamento de alimentos pode ou não estar de acordo com as regras formais. Assim, não se pretende fazer uma distinção entre regras formais⁸ e informais, pois entende-se que ambas compõem as instituições e possam estar associadas. O último aspecto que justifica essa escolha relaciona-se à natureza evolucionária pela qual a definição Vebleniana de instituição é caracterizada. As instituições são interpretadas por meio de um processo em evolução, pois elas são modificadas pelos indivíduos ao longo do tempo. A evolução nem sempre é um resultado eficiente, podendo ser, inclusive, uma mudança para uma condição ineficiente. Essa trajetória imprevisível e “cega” não é considerada pela Nova Economia Institucional e é comum nos argumentos de Veblen (que será mais bem discutida a seguir).

Descritas as principais diferenças entre as duas abordagens e as principais justificativas para a escolha dessa definição teórica, o tópico a seguir tem como objetivo principal descrever com mais clareza a discussão sobre a abordagem Vebleniana e apresentar

Para Hodgson (2004), a estrutura social tem um sentido diferente de instituição, pois inclui todas as relações sociais, incluindo tanto aquelas que estão sendo orientadas pelas instituições quanto as interações que não estão de acordo com as regras.

⁸ Serão consideradas como regras formais, nesta tese, todas as ações formalizadas (registradas, documentadas). No contexto das atividades de processamento de alimentos, as regras podem ser constantes em legislação (sanitária), leis específicas (políticas públicas, como Pronaf) e políticas locais.

as principais características que definem instituições por meio dessa perspectiva teórico-analítica.

2.1.1 As instituições como hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos: o pensamento Vebleniano

Como destacado anteriormente, para Veblen (1919, p.239), instituições “são conjuntos de hábitos de pensamento comuns à generalidade dos homens”. Portanto, a origem das instituições, para o autor, está na forma como o indivíduo pensa e se comporta na sociedade.

Uma regra ou norma só é reproduzida a partir da legitimação dos indivíduos, como menciona Veblen (1987, p.32), “no tocante às normas específicas de comportamento, todavia, uma norma determinada permanece em vigor somente quando tem o apoio do hábito ou aptidão que constitui o critério de seu desenvolvimento, ou pelo menos não é incompatível com ele”. Em outras palavras, uma norma só é seguida pelas pessoas quando é construída a partir dos hábitos de pensamento e comportamento⁹ dos indivíduos ou quando as pessoas dão legitimidade a elas. Caso contrário, essa regra é apenas uma regra, e não uma instituição.

As instituições, compreendidas através do processo evolucionário, constituem-se em hábitos de pensamento e ação em constante transformação. Contudo, essas mudanças não são rápidas, ou seja, elas não são verificadas em um curto espaço de tempo. A dificuldade de modificar os hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos é comentada por Veblen (1987, p.51)

[...] os hábitos mais antigos e arraigados que governam a vida do indivíduo – aqueles que afetam a sua existência como um organismo – são os mais persistentes e imperiosos”. [...] em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito concidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará.

⁹ Nesta tese, serão utilizados os termos interpretação e conduta como substitutos de pensamento e comportamento. Essa troca é justificada na medida em que os termos interpretação e conduta estão mais próximos para descrever o contexto dos agricultores familiares nas atividades de processamento de alimentos. Ademais, pensamento e comportamento são termos abrangentes para tratar a problemática da pesquisa, pois as instituições são entendidas, nesta tese, parcialmente. Essa parcialidade corresponde às instituições emergentes a partir das políticas locais, aos programas e às políticas públicas na atividade de processamento de alimentos.

Sobre a citação acima, pode-se inferir sobre o sentido com que o hábito é caracterizado por Veblen. Os hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos estão relacionados ao processo de replicação de costumes e ação das pessoas. A persistência de uma instituição é oportunizada pela herança e pela capacidade dos indivíduos em replicar os hábitos de pensamento e ação. Assim, para Veblen (1987, p.87),

[...] as instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalecentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção.

Portanto, todo hábito de pensamento e comportamento é resultado de uma trajetória histórica, ou seja, é por meio dos acontecimentos passados e seus elementos interacionais que se pode compreender a origem das instituições, bem como entender as suas mudanças ao longo do tempo. Convém ressaltar que, para Veblen (1918, p.7), “nem toda a forma habitual de pensar e agir torna-se um hábito, pois somente quando o hábito é sancionado pela convenção social é que se torna adequado para promover os princípios de conduta”.

Para Hodgson (2005, p.652), “hábitos são mecanismos sociais, que envolvem a imitação de comportamento de uns indivíduos pelos outros; ou é resultado de um comportamento que é repetidamente constrangido por outros indivíduos”. No entanto, é pertinente ressaltar que a replicação é insuficiente para entender a formação de hábitos, ou seja, hábitos não possuem o mesmo sentido que a repetição de comportamentos e ação (HODGSON, 2005). Se hábitos fossem apenas imitação e replicação de comportamento, não só o sentido evolucionário pelo qual as instituições estão enraizadas como também as características de incerteza e complexidade das interações sociais perderiam o sentido, já que as ações sociais seriam facilmente previstas (HODGSON, 2005).

Dessa forma, hábitos e comportamento são distintos, como comenta Hodgson (2006, p.141), “um hábito adquirido não necessariamente é utilizado a todo o tempo. Um hábito é uma disposição de um indivíduo engajar um comportamento ou pensamento, mas ele precisa de um estímulo apropriado ou contexto para ser desenvolvido”. Isso não significa, portanto, que a existência do hábito esteja condicionada à ação social. Pelo contrário, um hábito pode existir, mesmo que o indivíduo não o desenvolva no seu comportamento (HODGSON, 2006).

Entretanto, isso não quer dizer que a intencionalidade humana não está presente na abordagem Vebleniana. Pelo contrário, os instintos humanos são dotados de racionalidade e

reflexão. No entanto, o sentido dessa racionalidade difere da proposta da economia neoclássica, pois, nessa interpretação, os instintos são formados por um conjunto de pensamentos, funcionando como uma orientação para a ação (VEBLEN, 1918). A ação humana está a todo tempo sendo direcionada para alcançar os objetivos previamente estabelecidos, porém é a concretização desses objetivos que é incerta. Essa incerteza está relacionada ao próprio processo evolucionário, que é a diversidade de fatores e suas relações de causa e efeito. Nesse processo, as próprias institucionalidades humanas sofrem ajustamentos e adaptações contínuas (VEBLEN, 1918). Para esse autor, “instinto, ao contrário de uma ação tropismática, envolve consciência e adaptação para um fim almejado” (VEBLEN, 1918, p.4).

Segundo Rutherford (1998, p.465), Veblen não desenvolveu uma definição clara e precisa do que são os instintos, mas “eles podem ser entendidos como elementos determinantes para atingir os objetivos das ações humanas, porém somente os instintos não determinam a finalidade das ações”. É pertinente ressaltar que, nesta tese, não é utilizada a noção de instinto, devido, especialmente, a essa falta de clareza e ao entendimento de que a compreensão sobre as interpretações e condutas são suficientes para responder a problemática da pesquisa.

O pensamento Vebleniano sobre instituições situa-se dentro de uma proposta teórico-analítica que rompe com duas formas de reducionismo, quais sejam, o individualismo e o coletivismo metodológico (HODGSON, 2004). No que se refere ao individualismo metodológico, a limitação está em utilizar os instrumentais da economia neoclássica, que é insuficiente no que concerne à compreensão sobre os fenômenos sociais, já que seus pressupostos buscam entender a sociedade a partir da análise de indivíduos (HODGSON, 2004). É como afirmar, em outras palavras, que o comportamento racional e maximizador de um indivíduo poderia ser generalizado para explicar todas as demais ações sociais. Nesse sentido, é o mesmo que concluir que todo o indivíduo comporta-se da mesma maneira. Para Elster¹⁰ (1982, p.453), apud Hodgson (2004, p.16), o individualismo metodológico pode ser definido pela “doutrina que defende que todo fenômeno social (sua estrutura e sua mudança) é, em princípio, explicável unicamente através de indivíduos – seus objetivos e crenças”.

Tais críticas referem-se tanto ao individualismo metodológico quanto às análises que objetivam explicar o comportamento dos indivíduos a partir do entendimento dos fenômenos sociais. Segundo Hodgson (2004), o coletivismo metodológico também é caracterizado por

¹⁰ Elster, J. Marxism, Functionalism and Game Theory. **Theory and Society**. nº 11, pp. 453-482, 1982.

outra forma de reducionismo¹¹. O indivíduo, nessa perspectiva, seria apenas um sujeito capaz de se adaptar às diferentes mudanças e fenômenos sociais, já que as circunstâncias e elementos da estrutura social estariam determinando o seu comportamento. Assim, é como se todas as ações individuais fossem previstas pelos fenômenos sociais. As mudanças relacionadas à tecnologia, cultura, economia não poderiam ser explicadas pela reflexão dos indivíduos, visto que as suas ações estariam condicionadas ao contexto social já construído (HODGSON, 2004). A única opção dos indivíduos seria reproduzir esse contexto social, porque ele estaria determinado antes mesmo do seu nascimento.

O indivíduo, nessa proposta, é entendido por meio da compreensão da sua ação em um contexto social, como comentam Dugger e Sherman (1997, p.1005): “nesta visão holística, as relações humanas são centrais. [...] antes de fazer qualquer diagnóstico de um determinado indivíduo, primeiramente é preciso entender a família, a raça, a etnia, e as relações de classe em que este indivíduo está inserido”. Além disso, analisar instituições dentro dessa perspectiva é considerá-las como um produto de um processo de *reconstitutive downward causation* (HODGSON, 2004). Isso significa considerar que indivíduos e sociedade não podem ser analisados separadamente, como comenta Hodgson (1997, p.7), “indivíduos constituem e são constituídos pela sociedade”. Em outras palavras, como descreve Hodgson (2006, p.146), “ator e estrutura institucional, embora distintos, estão conectados num círculo de interação mútua e interdependência”.

Essa ideia relaciona-se com a definição de propriedades emergentes, tão bem discutida por Hodgson (1997). A noção de emergência está relacionada com a proposta de análise por meio do processo de *reconstitutive downward causation*. Neste processo, segundo Hodgson (1997, p.9), “qualquer ação no nível macro pode transformar os elementos componentes do nível micro”. Para Hodgson (2004, p.188), essa inter-relação entre o nível macro e micro

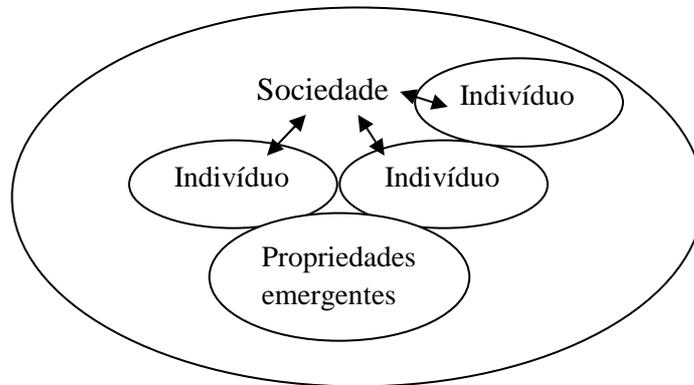
[...] não somente impede ou constrange o comportamento dos indivíduos, mas também pode afetar e alterar propriedades fundamentais, poderes e propensões das pessoas. As estruturas sociais específicas que possuem a capacidade de estabilizar e generalizar *reconstitutive downward causation* sobre os indivíduos são denominadas ‘instituições’.

¹¹ O reducionismo epistemológico, segundo Hodgson (2004, p.29), “refere-se ao conhecimento do todo unicamente através das suas partes constituintes (ou vice-versa)”.

No processo interacional entre indivíduo e sociedade têm-se a emergência de elementos diferentes, que são próprios da interação (HODGSON, 1997). Relacionando essa discussão com a análise sobre as instituições, as propriedades emergentes referem-se a todos os elementos que surgem por meio do processo de interação entre as pessoas. Todavia, duas formas de análise reducionistas devem ser evitadas, a saber: não se pode considerar a sociabilidade como resultado de uma soma de indivíduos (recorrentemente utilizada na economia como “agregado”) ou considerá-la apenas como resultado de um processo de interação humana (HODGSON, 2005). Dessa maneira, os indivíduos não podem ser interpretados isoladamente, fora de seu contexto institucional, pois as instituições influenciam o comportamento das pessoas, da mesma forma que a ação dos indivíduos influencia as mudanças institucionais.

A figura 1, a seguir, tem como objetivo sintetizar esta assertiva: a sociedade é composta por um conjunto de indivíduos, que, por sua vez, estão interagindo uns com os outros. Nesse processo de interação, surgem propriedades específicas, que, por sua vez, emergem somente quando eles estão atuando de forma coletiva. O processo de *reconstitutive downward causation* é diferente e mais complexo do que meramente uma mudança temporária de um hábito (HODGSON, 2006). Como exemplo, tem-se os casos em que algumas pessoas mudam suas ações tendo em vista evitar a ocorrência de multas. Este é o caso dos indivíduos que se comportam de forma diferente quando estão sendo fiscalizados - no trânsito, tal comportamento se revela por meio da redução da velocidade, do respeito ao sinal vermelho, etc. (HODGSON, 2006). Nesse caso, a mudança institucional não é verificada, já que o comportamento do indivíduo terá sido modificado apenas temporariamente, objetivando evitar a punição.

Figura 1 - Elementos institucionais no processo de *reconstitutive downward causation*.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Hodgson (1997, p.7)

No caso específico das atividades de processamento de alimentos na agricultura familiar, têm-se situações semelhantes. Algumas famílias estão constantemente modificando seus comportamentos de forma temporária, devido à ação fiscalizadora dos agentes responsáveis pela cobrança quanto ao cumprimento das normas sanitárias de produção, comercialização e consumo desses alimentos. Em alguns casos, não há a modificação na forma como as famílias interpretam e conduzem as suas atividades pela prática da fiscalização e pela existência do seu aparato legal. Em muitas situações, os agricultores continuam produzindo e comercializando seus produtos de maneira informal, ou seja, não há a legitimação das regras formais. Sintetizando, quando isso acontece, não há mudanças institucionais.

Dessa maneira, o processo de *reconstitutive downward causation* é uma noção-chave para entender a proposta de análise evolucionária institucional. Porém, nesse processo, também estão envolvidos outros conceitos pertinentes, como herança, variação e seleção. Esclarecer, teoricamente, esses três elementos citados bem como descrever como pode ser caracterizada a proposta evolucionária dentro da economia são os objetivos da próxima seção.

2.2 AS INSTITUIÇÕES EVOLUEM: OS ELEMENTOS DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Nas seções anteriores, foram apresentadas as principais características que definem as instituições, a partir dos pressupostos teórico-analíticos da Velha Economia Institucional. A influência do Darwinismo nos trabalhos de Veblen, especialmente na sua forma de tratar instituições, é um dos aspectos comentados nos trabalhos de Geoffrey Hodgson. Como destaca Hodgson (2004, p.83-84), “não há um consenso sobre o significado do termo ‘Darwinismo Social’, além de ter um pequeno valor descritivo”. Em decorrência disso, a sua interpretação pode gerar equívoco, especialmente no que se refere à compreensão dos fenômenos sociais e econômicos. Hodgson (2003, p.86) define Darwinismo como “uma explicação causal”. Assim, para o Darwinismo, todo evento é resultado de uma trajetória histórica.

O entendimento sobre as atividades econômicas e sociais por meio de um processo histórico envolvendo os elementos teóricos do Darwinismo teve origem nas contribuições de Walter Bagehot¹² (1872), William James (1880), George Ritchie e, especialmente, Thorstein Veblen (1899) (HODGSON, 2005). Esses autores observaram a possibilidade de aplicar a epistemologia evolucionária para entender não somente os fenômenos biológicos, mas, principalmente, para compreender as atividades humanas, como a linguagem, política, aprendizagem, ciência, ética, cultura, etc. (HODGSON, 2005).

Herança, variação e seleção, apesar de serem princípios teóricos do Darwinismo biológico, também podem ser utilizados nos estudos sobre as instituições (HODGSON, 2005). Um dos aspectos em que difere a proposta evolucionária Vebleniana do Darwinismo biológico refere-se ao significado da herança, como observa Rutherford (1998, p.466), “apesar do caráter biológico e da natureza hereditária dos instintos, Veblen rejeita claramente o reducionismo da biologia”.

Se o Darwinismo Social distingue-se parcialmente dos pressupostos do Darwinismo biológico, como podem ser definidos os princípios de herança, variação e seleção no que se refere à sua análise sobre as instituições? Assim, a discussão sobre as características da economia evolucionária, a apresentação dos aspectos definidores desses três princípios bem

¹² Os autores Walter Bagehot, William James e George Ritchie estão referenciados em Hodgson (2005).

como a discussão acerca do modo como esses elementos possam servir de subsídios para compreender o processo evolucionário das instituições são os principais objetivos desta seção.

A construção de uma teoria sobre evolução social e ferramentas metodológicas consistentes e adequados com os seus princípios foi um dos principais desafios de Veblen. Essa tarefa, contudo, ainda não está solucionada, já que essa ação ainda se encontra pautada nas principais agendas de pesquisas sobre a evolução de instituições (RUTHERFORD, 1998).

Como comentado anteriormente, a origem do pensamento evolucionário no que se refere à utilização dos princípios Darwinistas nos estudos sobre evolução humana tiveram seu início em 1870. No artigo intitulado *Why is Economics not an Evolutionary Science?* publicado em 1898 (p.381, tradução nossa), Veblen critica a economia neoclássica, ao afirmar que ela “demonstra a tendência em controlar os elementos das relações de causa e efeito do que ser classificada como uma ciência evolucionária”.

Entretanto, a economia percebida como um processo evolucionário não é uma característica restrita ao pensamento de Veblen ou dos autores Nelson e Winter. Para Hodgson (1999), é possível identificar, no mínimo, que a origem da utilização do termo “economia evolucionária” está relacionada com mais cinco escolas de pensamento, além da Vebleniana : a que considera a descrição do desenvolvimento capitalista como um processo evolucionário, defendida por Joseph Schumpeter; a da escola austríaca, cujo foco de estudos concentra-se sobre a compreensão sobre a evolução do dinheiro e outras instituições; as que envolvem Adam Smith e Alfred Marshall, também caracterizados por alguns autores como evolucionários; a que envolve a teoria dos jogos evolucionária, desenvolvida pela economia matemática e a que defende a relação entre a evolução e a teoria da complexidade, especialmente a teoria do caos.

Além disso, podem-se acrescentar, nessa lista, as contribuições de Nelson e Winter (1974), conhecidas como pertencentes à chamada “economia evolucionária”. A abordagem proposta por Nelson e Winter foi influenciada pelos pensamentos do Velho Institucionalismo, especialmente por Veblen. No entanto, algumas diferenças devem ser ressaltadas, quais sejam, a influência schumpeteriana nos seus trabalhos e o foco na tecnologia como objeto analítico. A tecnologia, portanto, é compreendida como resultado de um processo evolucionário e como produto de construção social. Além dos impactos nos estudos que envolvem a tecnologia, a “economia evolucionária” tem influência nas pesquisas nas áreas da economia política, estratégias corporativas e sistemas nacionais de inovação (HODGSON, 1999). No exemplo dos estudos que envolvem a análise tecnológica, um dos interesses de pesquisa é o entendimento das modificações técnicas. Nessa perspectiva, uma tecnologia

construída está enraizada por um conjunto de ações que sofrem modificações ao longo do tempo, é como se fosse uma espécie de aperfeiçoamento contínuo, seja ele por meio do uso de técnicas em constante renovação seja por inovação não-linear. É como bem expressam Nelson e Winter (2002, p.31): o produto final é resultado de “um trabalho de muitas mentes operando ao longo de gerações”. Há, ainda, de forma implícita, nos estudos de Nelson e Winter, a relação entre instituições e tecnologia, como observa Conceição (2009, p.103):

[...] algumas instituições geram condições sobre as quais os avanços tecnológicos possam ocorrer e outras sustentam o desenvolvimento de novas tecnologias fundamentais para a direção do crescimento. Caberia também argumentar, já que crescimento e avanço tecnológico ocorrem sob radical incerteza, que, às vezes, as instituições podem atrapalhar o avanço, se não houver coordenação e estratégias adequadas em relação à orientação do paradigma tecnológico.

Nos últimos anos, alguns pressupostos da economia evolucionária também estão fazendo parte das pesquisas na área do Desenvolvimento Rural. Uma das abordagens que se destacam nessa proposta é a perspectiva multinível. Trata-se de um instrumental teórico-analítico que surgiu pela necessidade de compreender o processo pelo qual se dão as mudanças tecnológicas na sociedade, tendo em vista as transições entre diferentes paradigmas tecnológicos. Paradigma tecnológico refere-se às formas como os indivíduos legitimam determinadas técnicas e passam a utilizá-las na vida diária. De acordo com essa perspectiva, não há rompimentos ou trocas de paradigmas, mas, sim, transições, que representam transformações enraizadas em acontecimentos históricos e passados (MARQUES, 2009).

O sentido de evolução na área econômica difere do da biologia, como é discutido por Dosi e Nelson (1994, p.155): “na economia, os elementos do processo evolucionário (estrutura, modificação e seleção) não são genes, mas categorias mentais, representações e regras”. Portanto, essa análise considera que as ações realizadas no passado influenciam e restringem as opções e escolhas tecnológicas que serão realizadas no futuro, como menciona Dosi (1988, p.1130) “o que a empresa pode planejar em termos de mudanças tecnológicas no futuro está restrito às ações tomadas no passado”.

Douglass North (2006, p.10), no livro “*Understanding the process of economic change*” aproxima-se da perspectiva evolucionária quando considera a importância da evolução institucional para compreender o processo de mudança econômica: “nossas escolhas no presente estão restritas pela herança de instituições acumuladas pelo passado — não no

sentido de inércia, mas como restrições ao conjunto de escolhas no presente derivadas das experiências históricas”.

Portanto, na perspectiva da economia evolucionária, as mudanças tecnológicas não se dão através de rupturas, como a simples substituição de uma técnica por outra ou a exclusão total de um sistema de regras ou normas. Pelo contrário, o desenvolvimento de uma tecnologia é acompanhado de um processo em transição, em que ocorre uma série de ações realizadas pelos indivíduos, ou seja, é pela trajetória histórica que a mudança tecnológico-institucional é compreendida (DOSI, 1988). Entender essas mudanças no longo prazo significa compreender também quais são os mecanismos que operam para modificar as regras, tanto nas organizações individuais quanto nas demais regras que determinam a mudança econômica no nível mais agregado de análise (NELSON; WINTER, 1974).

Apesar de a literatura sobre a economia evolucionária restringir a análise sobre os processos de inovação tecnológica, é conveniente destacar a relação da tecnologia com as instituições. A dificuldade está em conhecer o quanto uma depende da outra, ou seja, o quanto a evolução tecnológica traz consigo modificações nas instituições. Na visão de Conceição (2002, p. 614), “há importantes interações entre instituições, tecnologia e valores”.

Como já comentado anteriormente, a evolução, dentro desse quadro teórico-analítico, apresenta três princípios¹³: herança, variação e seleção. Embora haja muitas lacunas sobre como tais elementos atuam sobre a evolução dos fenômenos sociais e econômicos, eles são fundamentais no pensamento de Veblen (HODGSON, 2004). Logicamente, esses princípios possuem sentidos diferentes daqueles discutidos por Charles Darwin na sua teoria sobre Evolução das Espécies. Dessa forma, é conveniente descrever cada um desses elementos e relacioná-los à proposta de análise sobre as mudanças institucionais, que é o foco desta tese.

O primeiro princípio, **o da herança**, deve ser interpretado de forma distinta do sentido que é atribuído ao da herança genética. Como afirma Hodgson (2004, p.152), “o termo genético como gênese refere-se à origem causal ou determinação. Um erro é interpretar o uso do termo genético por Veblen como um reducionismo genético (biologia)”. Assim, a herança refere-se ao processo pelo qual os hábitos e instintos são adquiridos. Isso significa que a evolução de instituições envolve um conjunto de gerações, e não unicamente um grupo social ou somente uma geração (HODGSON, 2005).

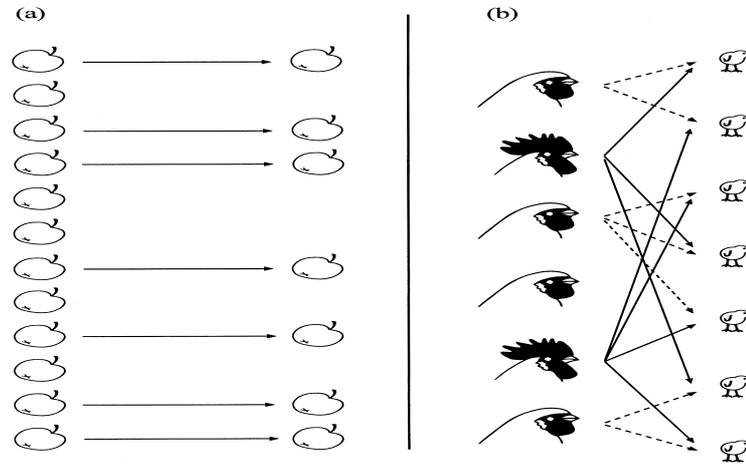
¹³Hodgson (2004) destaca os sete princípios filosóficos do Darwinismo, a saber: a) o princípio do determinismo ubiqüidade; b) o princípio do materialismo emergente; c) o princípio da variação; d) o princípio da doutrina da continuidade; e) o princípio da explanação cumulativa causal; f) o princípio da explanação evolucionária; e g) o princípio da consistência das ciências (diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento - disciplinas).

O segundo e o terceiro princípio, **o da variação e o da seleção**, também são entendidos de forma diferente da preconizada pela biologia. A biologia prevê a seleção como resultado de uma interação entre várias classes e espécies, formando indivíduos com características semelhantes às de suas famílias. Apesar dessa semelhança, há a geração de maior variabilidade, ou seja, há a reprodução de animais que mesclam aspectos de seus pais, assim como também podem apresentar algumas características de gerações passadas.

A interpretação sobre como a seleção ocorre na evolução das espécies difere da proposta como a economia neoclássica entende seleção (para o ambiente econômico). A Figura 2, a seguir, tem o propósito de esclarecer essa diferença. A economia neoclássica entende a seleção, por exemplo, no caso do comportamento do consumidor, como uma ação desenvolvida por indivíduos racionais, munidos de informações completas, e que realizam cálculos, visando à maximização da sua utilidade. Esse é o exemplo da seleção na forma de subconjuntos, representada pelo lado (a) da Figura abaixo. Portanto, a seleção, considerando o comportamento do indivíduo na perspectiva neoclássica, está relacionada com a capacidade das pessoas em fazer escolhas de forma estática, não tendo, assim, qualquer relação com eventos anteriores.

Já no caso da interpretação Darwiniana, que pode ser observada no lado (b) da Figura 2, a seleção é desenvolvida gerando variabilidade, e a diversidade das características das espécies é resultado do próprio processo de evolução. Nesse sentido, uma das preocupações da análise evolucionária é compreender a variabilidade, assim como investigar sobre os fatores e condicionantes da diversidade. No que se refere à evolução biológica, os principais mecanismos de variação são definidos pela genética, pela mutação e recombinação de genes (HODGSON, 1996). Este é o caso do exemplo da Figura abaixo, onde se pode observar que, no lado (b), têm-se diferentes descendentes que possuem características herdadas de seus pais, que variam de acordo com o cruzamento de machos e fêmeas.

Figura 2 - Conceitos convencionais de seleção (a) Seleção na forma de subconjuntos e (b) Seleção na forma Darwiniana.



Fonte: Price (1995)

No caso das instituições, essas contribuições revelam que os hábitos mesclam as características emergentes nas interações sociais. Considerando a evolução, isso significa afirmar que as escolhas dos indivíduos influenciam na trajetória dos eventos futuros. Essas escolhas refletem no processo de formação institucional, que está enraizado no contexto social. Esse “enraizamento” das instituições com a sua realidade social permite afirmar ainda que não é possível desenvolvê-las de maneira programada, seguindo um receituário ou tampouco transferindo-as de um contexto social para outro.

A seleção, segundo Hodgson (1996, p.47), pode envolver “tanto planejamento e reorganização contínua como também mudanças não intencionais”. Essas mudanças “não intencionais” estão relacionadas, sobretudo, com a emergência de situações/elementos nas relações sociais que não podem ser previstas pelos indivíduos, influenciando-os a agirem de forma diferente e inesperada. As mudanças institucionais, portanto, podem ser mais frequentes e persuasivas quando comparadas à evolução biológica. Ainda segundo o mesmo autor (p.48), “os valores humanos, as visões que as pessoas possuem do futuro, as suas expectativas econômicas, podem acelerar o processo de evolução”.

A unidade de seleção na evolução socioeconômica é a instituição (HODGSON, 2005). E, no ambiente dessa evolução, não há uma única instituição, e, sim, uma série de instituições que tanto podem possuir características similares quanto diferentes. **Porém, como**

essa seleção ocorre? Para Veblen¹⁴ (1899), apud Rutherford (1998), a mudança institucional dar-se-á de acordo com dois processos. O primeiro deles está relacionado com a opção dos indivíduos em desenvolver um tipo de comportamento em detrimento de outros. Para Hodgson (1996, p.49), por exemplo, “algumas instituições são menos suscetíveis que outras no que se refere à reprodução de suas características através da imitação”. A opção dos indivíduos em reproduzir ou extinguir uma instituição está condicionada pelo próprio contexto social, como comentam Hodgson e Knudsen (2006, p.5): “os genes não são a única forma de genótipo, mesmo na esfera biológica. Os genótipos (ou replicadores) existem no nível social da mesma forma que existem no nível biológico. Estes genes ou “candidatos” incluem ideias, hábitos e rotinas”.

O segundo processo refere-se à própria adaptação dos indivíduos a diversas circunstâncias e mudanças que se desenvolvem no ambiente institucional. Nesse sentido, os indivíduos reagem e modificam os seus hábitos de pensamento e comportamento, como ressalta Rutherford (1998, p.468):

[...] as mudanças nas circunstâncias mencionadas por Veblen são mudanças na maneira que as pessoas conduzem suas vidas. [...] este processo de adaptação não é uma escolha racional ou premeditado entre hábitos alternativos ou instituições que possuem algum objetivo em vista. Veblen não rejeita a ideia de que as pessoas possuem objetivos, mas a adaptação desses objetivos são resultados de instituições sociais.

No caso da evolução biológica, as espécies selecionadas não necessariamente serão as superiores ou mais eficientes (HODGSON, 1996). O mesmo pode-se afirmar sobre as instituições, pois os hábitos selecionados pelos indivíduos podem não corresponder às expectativas de todos os grupos sociais e também das gerações futuras.

De forma sucinta, nesta seção, foram apresentados os principais elementos teórico-analíticos para a compreensão da noção de instituição, especialmente no que se refere às mudanças institucionais. A mudança institucional está condicionada às transformações das preferências e disposições dos indivíduos. As preferências, por sua vez, são modificadas por meio das mudanças dos hábitos de pensamento e comportamento coletivos. O compartilhamento dos hábitos comuns a um conjunto de indivíduos é que dará origem às instituições (HODGSON, 2002). Assim, a herança, a variação e a seleção são os três

¹⁴ Veblen, T. **The theory of the leisure class: an Economic study of institution**. United States: Macmilan, 1899. 400p.

elementos-chave para entender como as instituições são modificadas num processo em evolução.

Nesta tese, analisam-se as mudanças de interpretação e de conduta das famílias que processam alimentos. Somente há mudanças institucionais quando esses dois elementos (interpretação e conduta) são modificados. Dessa maneira, uma instituição pode não ser reproduzida quando ele somente se manifesta no pensamento ou no comportamento.

Considerando a complexidade da problemática da pesquisa, esses pressupostos apresentam algumas lacunas para a operacionalização do estudo. Para tanto, a próxima seção tem como finalidade apresentar algumas definições complementares e secundárias ao “esquema teórico-analítico” proposto.

2.3 HETEROGENEIDADE INSTITUCIONAL, REDES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Nas seções anteriores, foram apresentadas as principais características definidoras de instituições segundo a abordagem Vebleniana, além dos principais elementos teórico-analíticos. Esta seção tem como finalidade apresentar noções complementares ao pensamento de Veblen, objetivando preencher algumas lacunas para responder à problemática da pesquisa.

Embora Veblen tenha deixado um legado relevante para uma compreensão mais abrangente de instituições, o entendimento sobre a (s) forma (s) como as mudanças institucionais ocorrem não está (ão) clara (s).

Portanto, três definições secundárias foram adotadas, quais sejam:

- a) a noção de redes sociais;
- b) a noção de instituições em diferentes níveis e
- c) a definição de política.

Cada uma dessas noções será apresentada de forma detalhada, a seguir, tornando clara a relação entre estas, os autores utilizados e a relação com o objeto de estudo da tese.

A primeira delas refere-se à pertinência em incluir uma ferramenta analítica para interpretar contextos de interação social. Está claro, nos pensamentos de Veblen, que as instituições são modificadas pelos indivíduos, quando estes interagem uns com os outros. Em

outras palavras, as instituições são coletivas. Dessa forma, a **noção de redes sociais** pode ajudar nessa complementação, já que estabelece que os indivíduos recebem e causam influências entre si.

Neste sentido, o autor que se aproxima da perspectiva Vebleniana de instituições é Mark Granovetter (1985), fundador da Nova Sociologia Econômica. Um dos destaques de Granovetter (1985, 1973) é a noção de redes sociais como instrumental analítico e metodológico nos estudos de fenômenos sociais e econômicos. Tanto Veblen (1987) quanto Granovetter (1985) estavam preocupados com a interdisciplinaridade das ciências, especialmente na área da economia e sociologia. Para ambos, o comportamento dos indivíduos não está descontextualizado de sua trajetória, embora os atores sociais também possuam interesses econômicos. Assim, o aspecto econômico está relacionado aos outros elementos da vida social, contrariando os pressupostos da economia neoclássica.

Outra proximidade teórica refere-se ao olhar sobre os indivíduos e a sociedade através da união do nível micro e macro, de forma que ambos não sejam caracterizados como dois polos opostos, mas complementares. Granovetter (1973) ressalta que essa união pode ser compreendida por meio da noção de redes, especialmente pela noção de laços fracos¹⁵, e Veblen (1987) afirma que os hábitos podem relacionar analiticamente indivíduo e instituição.

Dessa forma, a noção de redes pode ser um instrumental relevante para analisar a formação de instituições e, especialmente, como suporte explicativo nos processos de transformação de pensamentos e comportamentos. Como descreve Fuhse (2009, p.62), “as redes não são uma mera soma de relações sociais, e sim uma estrutura de laços inter-relacionados”. Para Long (2001, p.89, tradução nossa), as “redes são elementos chaves para as pessoas obterem informações, formarem opiniões, mobilizarem recursos ou para criarem espaços sociais e políticos”.

A segunda noção está relacionada com a pertinência em considerar a heterogeneidade institucional. A abordagem Vebleniana é insuficiente no que se refere ao detalhamento de conceitos, especificamente sobre direcionamentos metodológicos, ou seja, na escolha de instrumentais para a realização da pesquisa e análise. A pluralidade institucional não está

¹⁵ Além da noção de redes, as principais contribuições de Mark Granovetter (1973, 1985) referem-se às noções de laços fracos e fortes. A categorização desses laços consagra o autor como precursor da Nova Sociologia Econômica, diferenciando-o das contribuições da Sociologia Econômica. Apesar dessa discussão ser instigante, não considerou relevante para o presente estudo a definição de laço forte ou fraco, já que o objeto de análise foram as instituições, e não a interpretação sobre as relações sociais isoladas.

explícita nos argumentos de Veblen (1987), porém essa heterogeneidade vai ficando clara à medida que é confrontada com o objeto de estudo da tese – que se refere à análise do modo como as ações políticas locais, os programas e políticas públicas interferem em contextos de agricultores familiares que processam alimentos. Dessa maneira, a problemática apresentada na tese não pode ser solucionada apenas com a definição de instituições proposta por Veblen.

Essa deficiência surge na medida em que, ao considerarmos instituições como hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos, tanto os programas e políticas públicas quanto as famílias e seus conjuntos de relações sociais estão permeados por diversas instituições. As instituições, sendo coletivas, logo pressupõem a existência de diversos níveis. Por exemplo, pode-se considerar instituições no plano familiar, o que significa a existência de relações de conflito e compartilhamento de ideias comuns entre membros de uma mesma família. Esta diversidade também pode incluir a forma como os atores sociais formulam e desenvolvem os programas e as políticas públicas para a agricultura familiar, da mesma forma que as ações propostas pelos governantes locais refletem o modo como eles pensam e interpretam essa atividade numa determinada localidade. Esses diferentes processos de construção representam, portanto, as formas como os grupos de pessoas compartilham e discutem ideias (GRISA, 2012). Assim, da forma como Veblen define instituições, os programas e políticas públicas também podem ser interpretados como instituições, mesmo que estes expressem e/ou representem hábitos de pensamento e comportamento comuns a um grupo aparentemente “reduzido” de pessoas.

Dessa forma, fez-se necessário o uso de outros elementos teórico-analíticos com a finalidade de dividir **instituições em dois níveis**¹⁶, a saber: o **nível macro**, que será representado pelas instituições que refletem a realidade comportamental de ações políticas e o **nível micro**, que é caracterizado pelas instituições no nível do comportamento dos agricultores familiares e seu conjunto de relações sociais locais e regionais (redes sociais). Contudo, é conveniente deixar claro que esses níveis não serão analisados e discutidos na tese como se estivessem atuando de forma separada. Ambos os níveis estão em constante

¹⁶ A proposição sobre a forma de tratar instituições em diferentes níveis surgiu a partir das reflexões da perspectiva multinível. A perspectiva multinível recebeu influência de teorias econômicas cujo viés é evolucionário e institucional. Além disso, essa abordagem também foi influenciada pela teoria da estruturação de Giddens¹⁶ (1984) (MARQUES, 2009). A contribuição dessa perspectiva é a oportunidade de analisar (especificamente mudanças tecnológicas) a partir de três níveis: micro, meso e macro. Esses níveis heurísticos, denominados consecutivamente de nicho, paisagem e regime, são representados por diferentes instituições (GEELS, 2002; 2004). Todavia, os estudos que utilizam essa abordagem estão focados em pesquisas sobre transições tecnológicas (MARQUES, 2009).

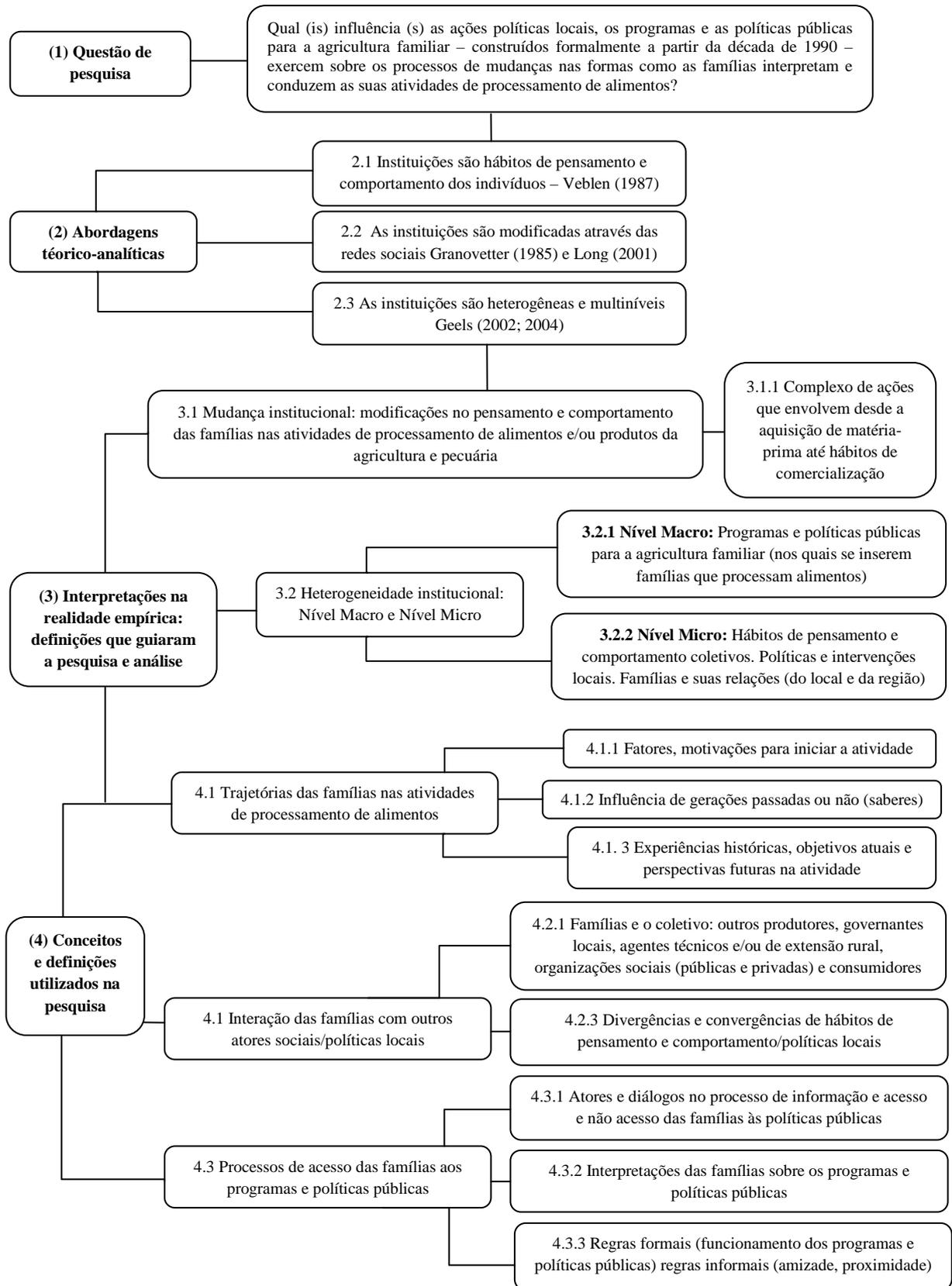
interação. Isso significa que os agricultores familiares podem incluir novos hábitos de pensamento e comportamento a partir de ações políticas locais e/ou por meio de regramentos constantes nos programas e políticas públicas. Ademais, um mesmo ator pode estar atuando de forma diferente e em diferentes níveis. Portanto, a utilização dos níveis se dará apenas como um instrumento para complementar a forma como os dados foram coletados.

A terceira e última noção está relacionada à **definição de política**. Nesta tese, tanto as políticas locais como os programas e políticas públicas construídos para a agricultura familiar a partir da década de 1990 podem ser definidos por um conjunto de compartilhamento de ideias e ações de um grupo de pessoas envolvidas na formulação (GRISA, 2012). Como já comentado anteriormente, esses processos estão relacionados à abordagem Vebleniana, uma vez que estão enraizados na história e envolvem a compreensão sobre evolução. A construção de políticas envolve conflitos, diferentes interpretações e consensos. Apesar de não ser o foco da tese a análise sobre o modo como essas diferentes políticas são construídas, deve-se ressaltar que as mudanças nas atividades de processamento de alimentos podem estar relacionadas com essas “diferentes instituições”. Em suma, essas atividades estão permeadas, de alguma forma pela heterogeneidade institucional.

A Figura 3, a seguir, tem como finalidade apresentar não somente um resumo sobre as abordagens teóricas utilizadas, mas também conceitos e definições que nortearam a realização da pesquisa e análise dos dados da tese.

No item 1, é apresentada a questão de pesquisa. Nos itens 2 (2.1; 2.2 e 2.3), são apresentadas as principais definições teóricas e os respectivos autores. No item 3, são demonstradas as principais interpretações utilizadas na tese, as quais tiveram como objetivos viabilizar a pesquisa e relacionar a problemática às abordagens teóricas. No último item, são apresentados os principais eixos de coleta de informações, os quais também nortearam as análises dos dados empíricos e a redação dos capítulos.

Figura 3 - Esquema teórico-analítico da tese, com as principais definições que guiaram a pesquisa e análise dos dados.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir das perspectivas teórico-analíticas (2012).

3 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS E CONTEXTOS EMPÍRICOS

No que se refere à proposta metodológica da análise evolucionária e institucional, Atkinson e Oleson (1996, p.1) destacam sete elementos de investigação, a saber: (1) nortear a pesquisa através da formulação de uma questão, não de um axioma; (2) analisar o comportamento humano a partir das suas intenções/objetivos; (3) reconhecer que os fatos são resultados do processo histórico e de mudança cumulativa; (4) pressupor que instituições e comportamento humano estejam enraizados em relações de causa e efeito; (5) utilizar a proposta holística para entender a história; (6) entender que a evolução é um processo de seleção, em que fatores desconhecidos modificam hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos e (7) compreender que o conflito e a negociação são pertinentes como elementos de análise do processo de evolução das instituições.

Um dos principais pressupostos nessa proposta metodológica diz respeito ao foco nas interações entre diferentes elementos, os quais não podem ser interpretados isoladamente. Para Atkinson e Oleson (1996), o pesquisador envolvido na problemática relacionada à compreensão sobre as instituições deve utilizar-se de alguns procedimentos, tais como a observação, o registro das situações, a interpretação da história e a descrição dos fatos.

Partindo dessa conjectura, este capítulo tem como objetivo apresentar as principais ferramentas metodológicas que foram utilizadas na pesquisa, tendo em vista responder à questão proposta e obter a análise pretendida, prevista nos objetivos geral e específicos. Para tanto, o capítulo foi organizado da seguinte forma: primeiramente, serão descritas as etapas que foram desenvolvidas no âmbito dos estudos exploratórios realizados. No item 3.2, serão apresentadas as principais etapas desenvolvidas no processo de formação da amostra, que envolveram as formas como as famílias foram selecionadas. Ademais, nesta seção ainda serão apresentadas as características que guiaram essa seleção, envolvendo a definição das atividades de processamento de alimentos e produtos pela agricultura familiar. Na seção 3.3, serão descritos os instrumentos e as técnicas utilizadas para a coleta de dados. Na seção 3.4, serão demonstrados os instrumentos de análise dos dados, os quais compreendem técnicas qualitativas e quantitativas. Na última seção, serão apresentadas as contextualizações das regiões do estudo, por meio da descrição de dados secundários. As informações constantes

nesta seção combinam dados gerais sobre economia, localização e características da população dos municípios estudados.

3.1 AS ETAPAS DO ESTUDO EXPLORATÓRIO: AS (RE)DESCOBERTAS DO CAMPO EMPÍRICO

As instituições podem mudar de acordo com as características específicas de uma localidade, o que implica entender os aspectos particulares de organização coletiva, das formas como as famílias interagem com outros atores sociais. Assim, partiu-se do pressuposto de que existam diferentes níveis de organização coletiva e de que também essa diversidade seja expressa nos elementos e fatores que influenciam a seleção de hábitos de pensamento e comportamento. No Rio Grande do Sul, algumas localidades destacam-se pelo histórico da atuação de organizações sociais para a agricultura familiar; em outras, por exemplo, é notável a ênfase dos governantes locais em ações de cunho turístico. Além disso, essa diversidade também é observada no que se refere às trajetórias das famílias no acesso aos programas e políticas públicas, já que há diferenças quanto à participação dos atores sociais nesses processos.

Dessa maneira, apesar de a problemática da pesquisa ter sido elaborada a partir de conhecimentos prévios da autora¹⁷, a escolha sobre as localidades que participariam da pesquisa deveria incluir diferentes regiões. A inclusão de diferentes regiões está relacionada com a possibilidade de ampliar, de forma analítica e explicativa, o entendimento sobre a diversidade dos processos que envolvem as mudanças de hábitos a partir das influências das ações políticas locais, dos programas e das políticas públicas.

Apesar disso, a escolha das localidades deveria considerar alguns critérios iniciais. Tendo em vista viabilizar o tempo de deslocamento e uso de recursos, os primeiros critérios adotados foram os seguintes:

- a) proximidade geográfica e;

¹⁷ Os conhecimentos prévios da pesquisadora no histórico de estudos realizados na região pertencente ao Corede Jacuí Centro, que inclui especialmente o município de Cachoeira do Sul - cidade natal da autora - tiveram influências na elaboração do problema da tese.

b) conhecimento prévio da pesquisadora sobre os residentes. Nesses locais, as pessoas já conhecidas poderiam informar sobre a realidade das famílias e indicar informantes-chave.

Partindo desses critérios iniciais, foi possível definir os seguintes municípios: Cachoeira do Sul, Nova Petrópolis, Picada Café e São Lourenço do Sul. Tendo como referência a divisão regional dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs¹⁸), foi verificado que tais municípios estão localizados em três COREDEs diferentes: Hortênsias, Sul e Jacuí Centro. Essa primeira seleção de municípios e a identificação do Corede serviu como um guia para a escolha dos demais. Assim, foi planejado, primeiramente, realizar a pesquisa nesses três COREDEs diferentes.

Nessas três regiões, haveria possibilidade de fazer a pesquisa em vários municípios vizinhos às localidades previamente selecionadas. Portanto, outro critério deveria ser adotado para definir quais seriam os outros municípios que complementaríamos essa seleção. Dessa maneira, os demais critérios foram definidos a partir da realização de estudos exploratórios. Tais estudos tinham como objetivo coletar informações empíricas, que serviriam de subsídios para a avaliação do foco da tese e das questões compostas no roteiro de investigação. Para tanto, houve a realização de conversas informais com algumas famílias no município de São Leopoldo, região do Vale do Rio dos Sinos. Esse município foi escolhido pela proximidade do local de residência da pesquisadora, e, desse modo, pela facilidade/viabilidade de deslocamento. As conversas aconteceram nas feiras da cidade, em dois locais diferentes. Nessas feiras, é comum encontrar famílias que residem em outros municípios (próximos à região metropolitana) e que utilizam esse espaço como local de comercialização.

Após a realização dessas conversas, houve as primeiras modificações no roteiro de pesquisa. Foi necessário reelaborar algumas questões, sintetizar o roteiro e submetê-lo a testes. Assim, ao mesmo tempo em que se realizavam os estudos exploratórios, houve também o desenvolvimento do roteiro e das entrevistas-teste. Um primeiro teste foi desenvolvido com uma família residente em Novo Hamburgo, no ambiente da feira de comercialização, localizada na cidade de São Leopoldo. Após a análise desse roteiro, houve outros ajustamentos. Os demais testes foram realizados com famílias de Novo Hamburgo e Sapiranga, no mesmo local. O roteiro final é resultante, portanto, dos dados do estudo exploratório e das reflexões realizadas a partir de três testes diferentes. Essas entrevistas-teste

¹⁸ Os COREDEs foram criados pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, e tiveram como objetivo desenvolver uma divisão regional para servir como subsídio para a alocação de políticas e ações de desenvolvimento regional. Atualmente, em decorrência de modificações, o RS é composto por 28 Coredes.

foram realizadas com o auxílio de um roteiro, em três diferentes versões. Após a coleta dessas informações, foram efetuadas três análises diferentes, já que o roteiro sofreu várias modificações durante o período de realização do estudo exploratório e dos pré-testes. Os resultados dessas entrevistas, portanto, não compõem a amostra. Essas primeiras etapas (estudo exploratório e entrevistas-teste) tiveram duração de, aproximadamente, três semanas.

As análises realizadas com os materiais deste estudo demonstraram que as famílias de Novo Hamburgo estavam bastante articuladas com os agentes dos órgãos públicos do município, tais como trabalhadores da Secretaria de Agricultura, Sindicato (rural e dos trabalhadores rurais) e Emater. Além de acessarem políticas públicas e programas governamentais, essas famílias tinham um amplo conhecimento sobre as regras formais das políticas. As formas como as famílias interagem com governantes locais, organizações sociais, extensionistas e/ou técnicos e as maneiras como as políticas locais eram construídas foram elementos que se destacaram nos processos de mudanças institucionais nessas localidades.

Esses resultados indicaram a necessidade de realizar algumas mudanças no planejamento prévio sobre os locais de investigação. A partir dessas informações, algumas medidas foram adotadas. A primeira delas referiu-se à adição dos municípios do COREDE do Vale do Rio dos Sinos na amostra, o que incluiria a cidade de Novo Hamburgo. A realidade das famílias de Novo Hamburgo destacou-se como singular (especialmente quando comparadas à de outros contextos, como o da região do COREDE Jacuí Centro, região onde a autora já tinha desenvolvido pesquisas). Tais singularidades e diferenças influenciaram no interesse em ampliar os conhecimentos sobre este assunto. Ademais, o histórico das famílias na participação nos programas e políticas públicas poderia representar uma realidade particular, e, desse modo, poderia não ser observada em outras localidades. A segunda mudança referiu-se à necessidade de acrescentar outros critérios para selecionar os demais municípios. Dessa forma, após a análise das entrevistas-teste, passaram a ser consideradas as diferenças quanto ao modo de os agricultores em organizarem-se socialmente e estabelecerem interações com os governantes locais como critérios para guiar a decisão de escolher os demais municípios.

Portanto, foi necessária a realização de outros estudos exploratórios¹⁹, que consistiram em coletar informações com os residentes dos locais pré-selecionados (Novo Hamburgo,

¹⁹ A decisão de realizar um novo estudo exploratório por meio da coleta de dados com os representantes locais foi tomada pela dificuldade de encontrar esse tipo de informação nos órgãos

Nova Petrópolis, Picada Café, São Lourenço do Sul e Cachoeira do Sul). Esse estudo exploratório teve como objetivo coletar dados com informantes-chave (representantes locais de órgãos públicos, como Emater, prefeitura local, secretaria de agricultura e também outros moradores com quem a pesquisadora já havia estabelecido contato). Esses dados referiram-se ao conhecimento sobre os aspectos relacionados às organizações sociais e sobre as interações que os agricultores estabeleciam com os agentes do governo local e os mediadores de políticas públicas. Diversas situações foram evidenciadas, como a facilidade de cooperação entre os extensionistas, organizações sociais e agentes do governo local, como também a dificuldade de construir diálogos e o conflito de interesses e de objetivos. Essa pesquisa foi desenvolvida em um momento anterior ao da realização das entrevistas, ocasião em que foram coletadas, também, informações sobre os municípios vizinhos. Quando esses agentes não conheciam a realidade dos municípios vizinhos, e, portanto, não poderiam fornecer as informações, houve a necessidade de averiguar esses dados com as próprias famílias, outros moradores e/ou agricultores familiares²⁰.

Dessa forma, a cada visita aos municípios pré-selecionados, tomou-se a decisão sobre qual localidade vizinha deveria ser incluída ou excluída da pesquisa. A amostra foi construída tendo em vista abranger situações diversas, no que se refere ao acesso às políticas públicas e às formas como as famílias estão interagindo com os governos locais e organizações sociais. O município de Picada Café, por exemplo, foi excluído devido à semelhança com o município de Nova Petrópolis, no que se refere à articulação das famílias com os governantes locais e à participação nas políticas públicas. Essa semelhança foi comprovada pela realização de um estudo exploratório, que contou com conversas da pesquisadora com agentes de órgãos públicos e algumas famílias do município. Durante as entrevistas em Nova Petrópolis, algumas famílias mencionaram a diferença entre esse município e Gramado, apesar de as localidades estarem próximas geograficamente e serem caracterizadas pelas políticas locais, que focam o turismo. Assim, foi tomada a decisão de escolher Gramado, ao invés do município de Picada Café. Dessa maneira, em cada localidade visitada foram consideradas as diferentes informações sobre os municípios vizinhos, no que se refere às características já

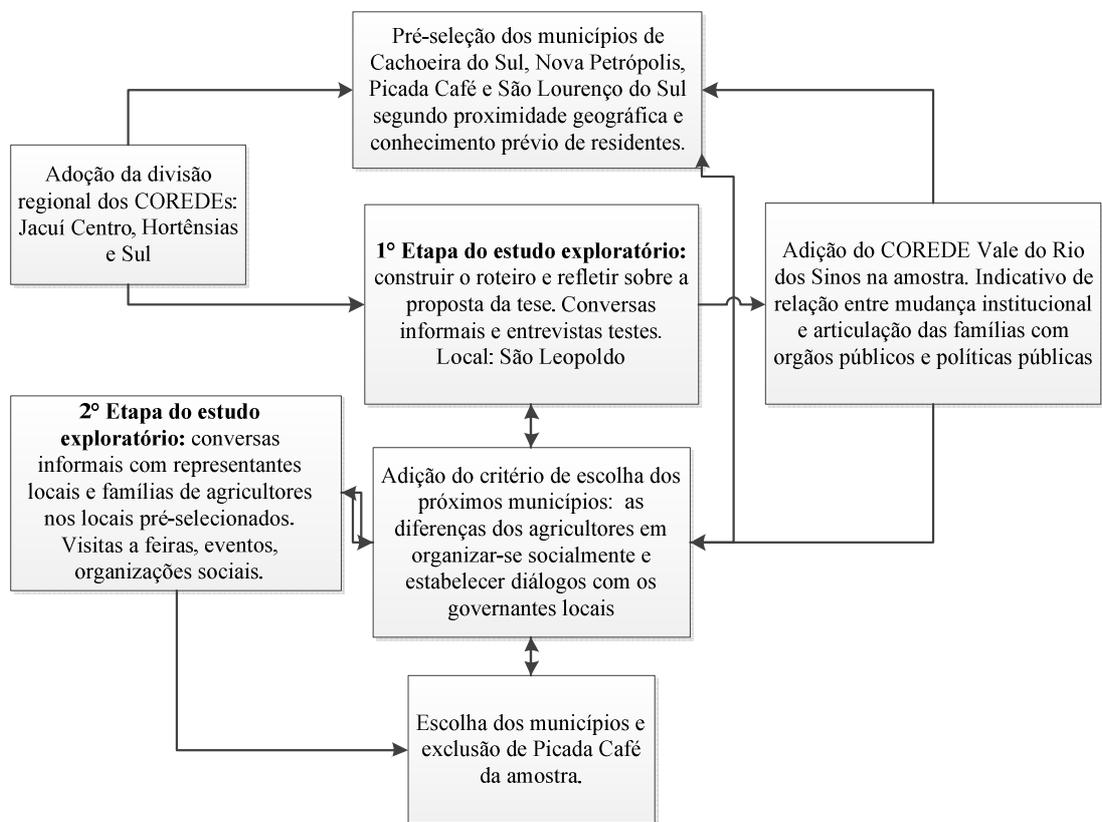
oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

²⁰ Uma série de pessoas contribuiu para informar sobre a realidade dos municípios e das localidades vizinhas, além de técnicos da Emater, Secretaria de Agricultura, Sindicato e agentes que participam de organizações sociais: (i) os agricultores, no momento das entrevistas; (ii) agricultores que não haviam sido entrevistados, no ambiente de feiras, eventos e organizações sociais; (iii) outros residentes, como professores e trabalhadores que a pesquisadora encontrou em rodoviárias e ônibus urbanos.

mencionadas. Tomou-se cuidado, porém, em não ampliar essa seleção, ou seja, abranger um número maior de localidades (que poderia comprometer/inviabilizar o desenvolvimento do trabalho). Além disso, a (s) cidade vizinha (s) escolhida (s) deveria (m), também, estar localizada (s) no mesmo COREDE do município pré-selecionado.

A Figura 4, a seguir, tem como objetivo apresentar, de forma sintética, as principais ações e etapas realizadas no estudo exploratório, já descrito de maneira detalhada nesta seção.

Figura 4 - Principais ações e etapas realizadas no estudo exploratório.



Fonte: Elaborado pela autora (2012).

Outras diferenças estavam sendo observadas quando foram realizados os estudos exploratórios. Essa diversidade referiu-se também aos objetivos que as famílias possuem na atividade de processamento de alimentos. Para tanto, foi observada a relevância em incluir não somente municípios com características diferentes, mas também famílias de diversos perfis. Nesse sentido, a próxima seção tem como finalidade descrever o processo metodológico utilizado para selecionar as famílias que participariam da pesquisa.

3.2 FORMAÇÃO DA AMOSTRA: COMO AS FAMÍLIAS FORAM SELECIONADAS?

Ao total, foram entrevistadas 64 famílias, selecionadas de forma dirigida, não aleatória. É pertinente ressaltar que não houve a definição, *a priori*, a respeito de quem e de quantos seriam os entrevistados. Em pesquisas qualitativas, o número de informantes depende da profundidade das respostas, qualidade, recorrência e divergência das informações. Dessa maneira, o número de entrevistas atinge a saturação quando não aparecem elementos novos nas respostas (DUARTE, 2002). O número de entrevistas realizado foi suficiente para abranger a diversidade dos processos pelos quais as instituições foram modificadas, considerando as diferentes políticas locais e políticas públicas. A característica de saturação explica por que houve variação tanto no número de entrevistas entre os municípios que compõem a pesquisa quanto no número de cidades visitadas, que não foi igual nos quatro COREDEs.

Foram adotados alguns procedimentos que se referem à entrada da pesquisadora no campo (os quais aconteceram antes das entrevistas): primeiramente, houve a realização de diálogo com cada família, utilizando linguagem de senso comum, explicando as motivações para a realização do trabalho, identificando a qual instituição a pesquisadora pertencia. Além disso, foi necessário explicar o anonimato e sigilo das informações que seriam coletadas (GOMES, 2007). No que diz respeito ao anonimato, cada família foi identificada com um número, de acordo com a ordem em que aconteciam as entrevistas. Esse número foi informado para as famílias, em momento anterior ao do início da entrevista, com o objetivo de deixar clara essa forma de identificação.

Tendo como objetivo selecionar famílias que poderiam ser identificadas da mesma forma e, portanto, caracterizar o público-alvo da pesquisa, alguns critérios foram utilizados na seleção. Essa seleção é caracterizada como critério de conveniência e é comum em pesquisas qualitativas. Conforme Weiss²¹ (1994) *apud* Veiga e Gondim (2001, p.6), essa técnica é justificada nos casos em que o objetivo é pesquisar “um grupo de acesso restrito cujos componentes não aparecem enumerados em uma lista para uma escolha aleatória”.

Assim, no momento anterior ao da realização das entrevistas, foi realizada uma conversa informal com cada família que foi abordada pela pesquisadora. Essa conversa

²¹ WEISS, Robert S. (1994) **Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies**. New York, The Free Press.

informal serviu para identificar se a família poderia participar da pesquisa²², segundo os critérios:

- a) desenvolvimento de, no mínimo, um tipo de produto/alimento industrializado. A atividade de processamento da produção agropecuária pode ser realizada no próprio estabelecimento ou de forma cooperativa/associativa (em estabelecimento próprio ou de terceiros), com a utilização de mão-de-obra familiar;
- b) comercialização dos produtos e/ou alimentos industrializados (de forma individual ou coletiva), em qualquer forma de transação (troca com fins monetários ou não). Esse critério foi adotado porque as famílias que comercializam, em geral, são as que mais sofrem influência das ações das políticas locais, dos programas e das políticas públicas;
- c) vinculação com a definição de agricultura familiar, ou seja, gestão das atividades de produção, processamento e comercialização sendo coordenadas pela família ou pelo grupo de agricultores associados (para os casos de associação e/ou cooperativa).

Outro elemento relevante e considerado na formação da amostra refere-se à diversidade dos perfis das famílias entrevistadas. Além dos critérios gerais, que identificam o público-alvo da pesquisa – agricultores familiares que processam alimentos –, também foram consideradas as diferenças das famílias nos seguintes fatores:

- a) estabelecimento de interações com organizações sociais locais, extensionistas rurais, governantes locais e/ou outras formas de organização coletiva. Especificamente, foram incluídas não somente as famílias que interagem de forma conflituosa ou “harmoniosa” com os atores sociais envolvidos, mas também as famílias que não interagem com estes;
- b) acesso e não acesso/participação em programas e políticas públicas: considerou tanto as famílias que estão acessando/participando de programas e políticas públicas como também os casos em que não houve e/ou não há participação e;
- c) diferenças de objetivos nas atividades de processamento de alimentos: a amostra incluiu tanto as famílias que se dedicam exclusivamente a essas atividades como também as famílias que comercializam o excedente da produção.

²² Outra forma de identificação das famílias foi caracterizada pela indicação dos representantes locais e também das próprias famílias, que trabalham na mesma atividade – de processamento de alimentos. Foram descartadas duas entrevistas da amostra, em razão de tais famílias não estarem relacionadas com os critérios estabelecidos para identificar o público-alvo da pesquisa.

3.3 COMO AS INFORMAÇÕES FORAM COLETADAS? A COMBINAÇÃO E TÉCNICAS NA COLETA DE DADOS

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas e em profundidade (realizadas com o auxílio de um roteiro), observações e diários de campo.

Em razão de existirem muitas famílias que desenvolvem essa atividade de maneira informal, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar, a informação sobre a localização destas foi realizada com o auxílio de agentes que trabalham nos órgãos de extensão rural, como Emater, Secretaria de Agricultura, Sindicato, Prefeitura Municipal, etc. Dessa forma, obtiveram-se as informações sobre o contato das famílias no momento em que foram realizados os estudos exploratórios. Por meio do contato com esses representantes locais, obteve-se conhecimento, também, sobre as organizações sociais, feiras e eventos dos quais participam as famílias que processam alimentos. Em alguns locais, os representantes também contribuíram, especialmente informando o entrevistado sobre a pesquisadora, fazendo uma apresentação e explicando o motivo da realização do trabalho.

Foram realizadas visitas nos principais locais de comercialização, eventos e reuniões. Nesses locais específicos, foi possível obter informações sobre outros agricultores, já que, a cada conversa realizada com uma família, também ocorreu o questionamento sobre o conhecimento que ela tinha sobre os demais agricultores que estão ou estavam na mesma atividade. Para a realização das entrevistas, foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos. De acordo com Stanfield (1999), a Velha Economia Institucional preocupa-se com a análise de informações qualitativas, de natureza histórica e cultural, ao invés de utilizar somente análise quantitativa. Assim, o método de pesquisa qualitativo apropriado para tratar de instituições deve ter elementos antropológicos, já que a generalização (análises realizadas) deve inferir sobre as atividades de grupos sociais (STANFIELD, 1999). A combinação de técnicas qualitativas e quantitativas é um desafio na área da interdisciplinaridade. A junção de ferramentas estatísticas e qualitativas, por exemplo, é destaque no trabalho de Viana (2011), que utilizou aportes da Velha Economia Institucional para entender a evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e no Uruguai.

Cada família foi entrevistada individualmente, porém as entrevistas tiveram caráter coletivo, ou seja, as respostas foram direcionadas à compreensão do comportamento dos agricultores a partir das suas relações com outros atores sociais. As entrevistas aconteceram em locais diversos, como eventos, organizações sociais, órgãos públicos, residências das

famílias e feiras de comercialização. Cada família foi entrevistada uma única vez, por meio de uma única visita e com o uso de um roteiro semiestruturado. Esse roteiro foi caracterizado por um formulário contendo uma série de questões previamente elaboradas a partir de reflexões teóricas e empíricas.

O roteiro foi dividido em seis partes, a saber: (1) caracterização socioeconômica da família – em que estão compostas questões como localidade, área, religião, escolaridade dos membros da família, etnia, produção, rendas, etc.; (2) trajetória da família na agricultura – em que perguntas que envolvem a história da família e antepassados na agricultura foram abordadas; (3) caracterização da atividade de processamento de alimentos – que teve como objetivo traçar um perfil das unidades sob os aspectos da produção e comercialização, tais como estrutura física, mão de obra, trabalho e matéria-prima; (4) trajetória das famílias na atividade de processamento de alimentos – que teve a finalidade de questionar sobre como as famílias iniciaram essas atividades, principais mudanças e planejamentos futuros; (5) programas e políticas públicas - em que questões sobre o conhecimento acerca das políticas e programas, destino dos recursos, motivação para o acesso, origem das informações, expectativas e dificuldades foram abordadas e (6) ações públicas e políticas locais – que teve como principal objetivo identificar não só os principais agentes públicos com os quais as famílias interagem, mas também as formas de participação social e sua influência nas atividades de processamento de alimentos.

As questões que compõem o roteiro tiveram cunho qualitativo e quantitativo. Essas perguntas foram realizadas por meio da combinação de duas técnicas: entrevistas semiestruturadas e entrevistas em profundidade. As entrevistas, quando direcionadas de forma semiestruturada, são desenvolvidas com o auxílio de um roteiro composto de questões abertas e fechadas (GOMES, 2007). Já a técnica denominada entrevista em profundidade tem como finalidade obter o máximo de informações sobre a temática abordada, o que oportuniza a abordagem de assuntos e questões que poderão surgir no decorrer da entrevista (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995). Dessa maneira, uma das características dessa ferramenta metodológica é o caráter subjetivo, de forma que toda interpretação deve ser considerada na perspectiva do indivíduo analisado, pois o seu hábito é entendido a partir da sua “visão de mundo” (VEIGA; GONDIM, 2001). Assim, cada indivíduo interpreta os fatos de forma particular e específica (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004). Essas assertivas são convergentes com a definição teórica de instituições, que se refere aos hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos.

As entrevistas, quando direcionadas à profundidade, permitem aos entrevistados apresentar seus argumentos de forma que o entrevistador também possa dialogar e associar esses argumentos aos seus pensamentos (VEIGA; GONDIM, 2001). Esse diálogo permite conduzir as questões para detalhes que possam ser pertinentes à análise e que não foram previstos no roteiro. A escolha pelo uso da combinação dessas duas técnicas (entrevistas de forma semiestruturada e em profundidade) justifica-se pelo objetivo geral da pesquisa, que teve a finalidade de entender a influência das ações políticas locais, dos programas e das políticas públicas no processo de mudanças institucionais nas atividades de processamento de alimentos, desenvolvidas pelos agricultores familiares. No momento em que as entrevistas foram realizadas, houve casos em que as questões não estavam sendo completamente respondidas. Quando essa situação estava acontecendo, houve a pertinência em desenvolver novas questões a partir das perguntas semiestruturadas, com o objetivo de dar maior liberdade ao entrevistado no sentido de este complementar e aprofundar as respostas.

Outra técnica complementar de coleta de dados qualitativos foi caracterizada pela observação. A interação da pesquisadora com os agricultores nos mais variados ambientes e nas mais diversas situações - como, nos momentos em que as famílias estavam produzindo os alimentos, a participação em refeições, eventos e reuniões - destacou-se como um conjunto de ações pertinentes para entender os hábitos dos agricultores. Essas observações foram organizadas com o auxílio de uma ferramenta denominada diário de campo, que consiste no registro de detalhes dos dados, das observações e das reflexões que surgiram no decorrer da entrevista (FONTANELLA et al., 2006). Essa técnica caracteriza-se por um detalhamento descritivo e pessoal dos interlocutores, grupos e ambientes estudados. A finalidade dessa técnica é captar, por meio de palavras, uma imagem do local, das pessoas, das ações e das conversas observadas. Foram elaborados dois tipos de diários de campos: o primeiro, com anotações resultantes das conversas da pesquisadora com os agentes públicos locais e pessoas participantes de organizações sociais e outro, com anotações sobre as observações das conversas da pesquisadora com as famílias. Esses diários foram construídos seguindo as informações e indicações práticas sobre quem, onde, como, quando e o que aconteceu bem como sobre trechos de conversas, diálogos ou falas das famílias. Nesses diários, também constam questionamentos, análises que orientaram a observação e o que foi observado posteriormente. Foram realizadas anotações referentes às questões que iam surgindo no decorrer das entrevistas, as quais poderiam ser aprofundadas em observações posteriores. Os diários de campo foram realizados em três momentos: antes, durante e depois do desenvolvimento das entrevistas.

No que se refere às ferramentas quantitativas de coleta de dados, foi utilizada a escala *Likert*, de cinco pontos (que variou de 1 a 5), conforme a seguinte categorização: (1) nada importante, (2) pouco importante, (3) razoavelmente importante, (4) importante e (5) muito importante. O uso dessa escala permite aos entrevistados assinalar uma resposta dentre um conjunto de alternativas, além de constituir uma ferramenta que permite agilidade na captação e análise dos dados (PEREIRA, 2004).

A escala *Likert* foi desenvolvida por Rensis Likert, em 1932 e atualmente é bastante utilizada em pesquisas que objetivam compreender o comportamento humano. A sua elaboração prevê a confecção de respostas que podem apresentar entre cinco, sete ou nove pontos, e as alternativas variam de altamente favorável até altamente desfavorável (ou vice-versa). A alternativa neutra representa o ponto ou categoria média, que registra a resposta nula ou intermediária (REA; PARKER, 2000, PEREIRA, 2004).

Essa técnica foi utilizada com o objetivo de captar as opiniões das famílias sobre a importância das políticas públicas e programas acessados e a relevância de sua interação com os órgãos públicos locais e organizações sociais. É conveniente destacar que as perguntas foram realizadas (portanto, a escala foi preenchida) somente quando as famílias afirmaram que haviam acessado algum tipo de política e/ou programa. Dessa forma, o grau de importância foi medido considerando as respostas que as famílias forneceram a partir dos seus acessos às políticas públicas, aos contatos que elas têm/tiveram com as organizações sociais e com os agentes públicos locais.

As respostas geradas por meio da escala *Likert* foram complementadas pelas perguntas de cunho qualitativo. Tais questões foram relevantes para identificar os porquês das respostas fornecidas pelos agricultores. Como exemplos, podemos citar as mudanças na forma como as famílias julgaram a importância do acesso às políticas públicas e programas (antes e depois do acesso) e a forma como as famílias julgam a atuação de cada órgão público local para o conjunto de agricultores do município. As perguntas de cunho qualitativo também foram pertinentes para captar o conhecimento que as famílias possuem sobre as políticas públicas, principalmente nos casos em que os agricultores não acessaram e/ou não planejam realizar o acesso.

3.4 AS FERRAMENTAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS COMO MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Como métodos de análise dos dados, foram utilizadas combinações de técnicas qualitativas e quantitativas. As inferências qualitativas e quantitativas foram desenvolvidas considerando o conjunto de relações sociais que as famílias possuem com outros agentes, especialmente sobre as interações e as diferentes políticas locais. A compilação das informações foi elaborada a partir da qualidade, quantidade, frequência dos dados, considerando os processos históricos de mudanças nos hábitos coletivos.

Para a análise dos dados, foram utilizadas duas ferramentas qualitativas: a análise de conteúdo e a construção de tipologia. A análise de conteúdo é caracterizada, segundo Rey (2002, p.143), como “uma técnica que se apoia na codificação da informação em categorias para dar sentido ao material estudado”. Essa técnica pode ser utilizada tanto de forma quantitativa como qualitativa, porém as duas abordagens são desenvolvidas de maneiras diferentes. Enquanto na abordagem quantitativa o objetivo é a contagem de elementos que se repetem (frequência das respostas), na forma qualitativa a finalidade é realizar uma inferência, por meio do suporte da definição de uma unidade (que pode ser um tema, uma palavra ou um personagem) (GOURLART, 2006).

A análise de conteúdo utilizada neste trabalho foi caracterizada pelo uso da abordagem qualitativa. Com o uso dessa técnica, a principal ferramenta de análise é caracterizada pelo teor das mensagens, e não pelo contexto em que estas foram produzidas (GHIGLIONE; MATALON, 1997). O principal limite do uso desse método de análise consiste em este não considerar as condições e maneiras em que o texto é produzido – que é foco da análise de discurso (REY, 2002)²³.

Na forma qualitativa, essa técnica pressupõe o uso de alguns procedimentos metodológicos, que incluem tais etapas: categorização, inferência, descrição e interpretação (GOMES, 2007). Segundo Gomes (2007), essas etapas podem acontecer em concordância

²³Apesar disso, as divergências entre os dois métodos de análise não são consensos na literatura. Uma das principais diferenças entre a análise de conteúdo e de discurso refere-se à abordagem teórica (CAPPELLE et al.; 2003). A análise de discurso é definida, segundo Rey (2002, p.149), por “uma forma de penetrar as estruturas simbólicas que configuram a vida cotidiana das pessoas em contextos reais”. O uso dessa técnica é adequado em análises que objetivam investigar elementos que são expressos além da linguagem (CAPPELLE et al.; 2003). Na interpretação de Minayo (1992, p.211), a análise de discurso “visa compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido”.

com este ou com um diferente ordenamento, dependendo dos propósitos da pesquisa. Dessa maneira, os procedimentos adotados neste trabalho foram desenvolvidos de acordo com as seguintes etapas:

A primeira etapa consistiu na organização das informações, por meio da leitura do material constante nos formulários e diários de campo. A leitura de todo o material serviu como um primeiro subsídio para refletir sobre quais elementos empíricos seriam posteriormente selecionados para a codificação. Após a realização dessa leitura, a etapa seguinte foi caracterizada pelo desenvolvimento de categorias, que funcionou como uma espécie de guia para a elaboração da análise e redação. A categorização, para Bardin (1979 p.117) é uma

[...] operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

A definição dessas categorias foi desenvolvida após a realização das entrevistas, e não *a priori*. Essa categorização foi construída considerando o problema, as abordagens teóricas, os objetivos propostos na pesquisa e, especialmente, as informações geradas no empírico. A criação de categorias qualitativas teve como objetivo sintetizar os dados da pesquisa, por meio da elaboração de uma espécie de “fio condutor”, que relacionou as respostas das diferentes famílias. Essas categorias, portanto, não foram construídas segundo o ordenamento/sequência proposto no roteiro de pesquisa: pelo contrário, elas tiveram origem nos materiais empíricos e nos processos de reflexão analítica, desenvolvidos a partir do conjunto de dados gerados na pesquisa (diários de campo e entrevistas).

No momento em que as categorias estavam sendo desenvolvidas, foi necessário redigi-las de forma clara e precisa. Essa precisão, de acordo com Ghiglione e Matalon, 1997, p.190 deve refletir na escolha de “critérios que permitirão associar certa unidade de análise a determinada categoria”. Dessa maneira, cada categoria foi construída a partir de um conjunto de respostas. Em outras palavras, um determinado texto (segmento de perguntas e respostas) foi identificado e categorizado num item específico.

Durante o processo de desenvolvimento das categorias, foi necessário definir uma ou mais unidade (s) de análise, que poderia (m) ser: de registro, de contexto e de numeração

(GHIGLIONE; MATALON, 1997). Tais unidades de análise podem, inclusive, ser utilizadas de forma combinada. Optou-se pelo uso da unidade de registro, a qual foi caracterizada por entrevistas. Foram utilizadas, portanto, como unidades de análise, as frases geradas nas entrevistas, as quais constituíram as narrativas das pessoas entrevistadas. Após identificar cada segmento de respostas às respectivas categorias construídas, foram realizadas as análises e descrições dos resultados.

Outra ferramenta utilizada de forma conjunta à da análise de conteúdo foi caracterizada pela construção de tipologias. A construção de tipologias tem como foco separar e distinguir diferentes grupos, tais como pessoas, comportamentos, normas, cidades e organizações (KLUGE, 2000). Assim como a ação de definir categorias na análise de conteúdo está relacionada com o objetivo e problema de pesquisa, os tipos formulados também dependerão “da combinação da seleção de atributos e suas dimensões” (KLUGE, 2000, p.1). Os estágios para a construção de tipologias consistem em 4 fases distintas (KLUGE, 2000, p. 5, tradução nossa):

- a) desenvolvimento de dimensões analíticas relevantes;
- b) agrupamento de casos e análise de regularidades empíricas;
- c) análise das relações significantes e construção dos tipos; e
- d) caracterização dos tipos construídos.

Neste trabalho, essa técnica foi utilizada para diferenciar grupos de famílias, sintetizar a amostra estudada e explicar a diversidade de situações encontradas²⁴. É importante ressaltar que a tipologia construída deve, sobretudo, servir como ferramenta complementar e explicativa sobre a problemática da pesquisa.

Além disso, a construção de uma tipologia envolve o desenvolvimento de tentativas de acertos e erros. Após a finalização de uma tipologia, ela deve ser testada, ou seja, deve-se averiguá-la, na tentativa de avaliar se ela tem a capacidade explicativa e analítica do problema de pesquisa. Caso ela não tenha a capacidade explicativa esperada, pode-se reelaborá-la, a partir da adição, troca ou complementação de outros critérios.

As análises qualitativas foram desenvolvidas anteriormente à aplicação de técnicas quantitativas. Esse ordenamento foi pertinente, já que a leitura do material e o exercício de construir categorias é uma forma de conhecer melhor os dados. Conhecendo melhor as informações geradas no campo, as análises quantitativas terão maior chance de ser

²⁴ Os critérios que foram utilizados para a definição dos grupos de famílias, assim como as justificativas das escolhas das características que foram utilizadas na construção da tipologia serão apresentados, de forma detalhada, no quarto capítulo da tese.

desenvolvidas com precisão e relevância interpretativa (BUCHALLA; PAIVA, 2002). As técnicas qualitativas, portanto, foram complementadas pelas técnicas quantitativas, de forma que a finalidade consistisse em encontrar lacunas para desenvolver esse diálogo, sem desqualificar/fazer julgamento entre ambos os métodos. Esse diálogo difere do simples uso dos dois métodos de forma conjunta, uma vez que o uso de instrumentos quali e quantitativos deve propor uma combinação coerente e inter-relacional. Dessa forma, as duas abordagens (quanti e quali) foram complementares, já que as frequências e as escalas (dados quantitativos) apresentadas contribuíram para ampliar o entendimento sobre as observações e depoimentos gerados (dados qualitativos).

Como métodos quantitativos para a análise dos dados, foram utilizadas as ferramentas da estatística descritiva e a interpretação (quali-quant) sobre a escala *Likert*. O objetivo da estatística descritiva referiu-se à organização das informações, tanto qualitativas como quantitativas. Essa organização foi realizada por meio da criação de gráficos, tabelas, quadros e da apresentação das medidas descritivas: média, máximo, mínimo e desvio-padrão. Sobre a Escala *Likert*, foi utilizada a de 5 pontos, que considerou tanto as respostas quantitativas quanto as qualitativas. Dessa forma, essa combinação aconteceu por meio do cruzamento do número que as famílias forneceram sobre a importância dos atores sociais e as suas justificativas para cada uma das respostas. Essas justificativas também foram complementadas pelos dados históricos, que auxiliaram a compreender o número da escala de forma mais abrangente.

Considerando as etapas da elaboração de técnicas de análise que combinam informações quali e quantitativas, primeiramente foram desenvolvidas categorias qualitativas que pudessem representar as formas como as diferentes políticas influenciavam a ocorrência de mudanças institucionais. Um dos problemas encontrados nessas combinações referiu-se à ideia que as famílias possuem sobre a influência de outros atores sociais nas suas atividades produtivas, que, não necessariamente, influenciaram quanto à ocorrência de mudanças institucionais. Portanto, os valores da escala *Likert* apresentados nesta tese referem-se somente:

- a) à quantificação da importância dos atores envolvidos nas políticas locais, nos programas e nas políticas públicas e
- b) aos principais atores que tiveram influência nos processos de mudanças institucionais.

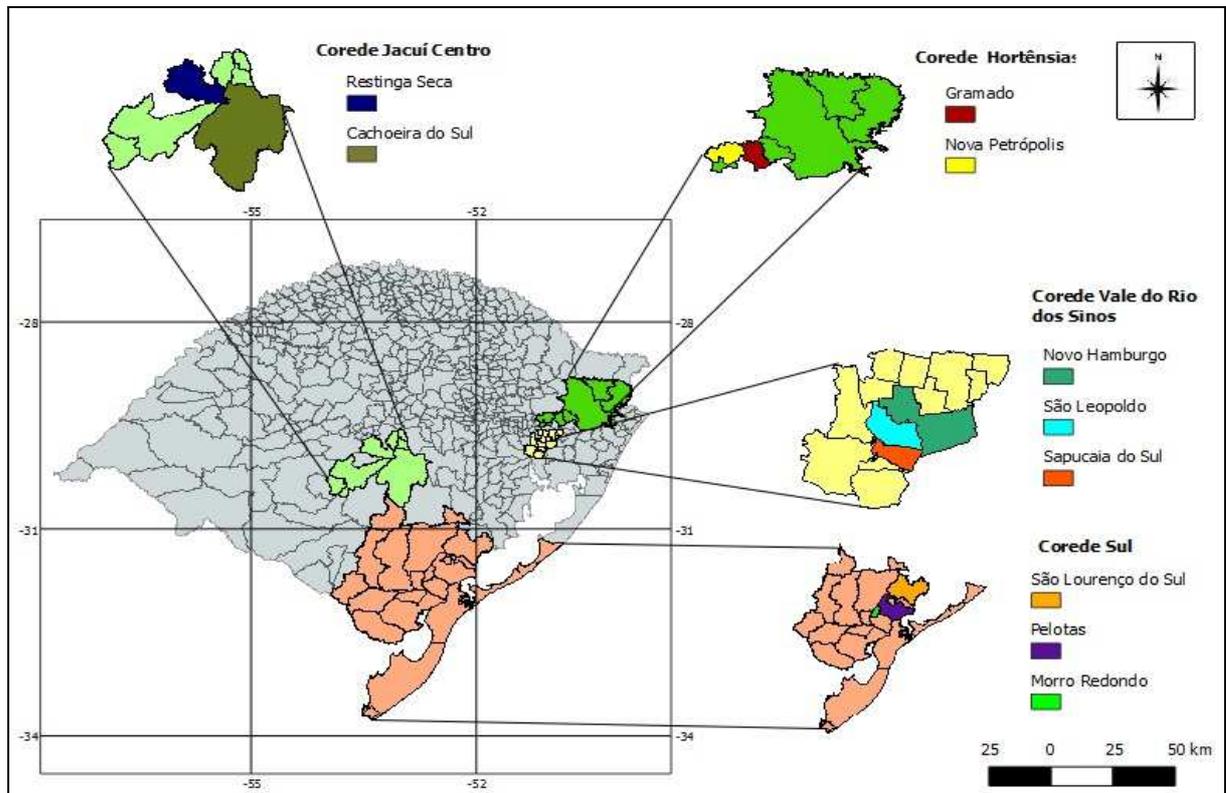
Desse modo, os demais atores sociais (que interagem com as famílias e contribuíram para o desenvolvimento dessa atividade produtiva) não foram considerados para a apresentação dos dados quantitativos da escala *Likert*.

3.5 CONTEXTUALIZAÇÕES DAS REGIÕES DO ESTUDO: A AGRICULTURA FAMILIAR, AS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas seções precedentes, foram apresentadas as principais etapas realizadas no estudo exploratório, as técnicas utilizadas para a formação da amostra e coleta de dados e as ferramentas combinadas para a análise desses dados. Esta seção tem por finalidade descrever algumas características dos municípios visitados, especialmente sobre os aspectos geográficos, sociais, populacionais, atividades desenvolvidas pela agricultura familiar, incluindo a participação das famílias no processamento de alimentos e produtos da agricultura e pecuária.

Na Figura 5, a seguir, será apresentada a localização dos 10 municípios que foram selecionados para o estudo, incluindo a informação sobre a divisão regional (COREDE) a que pertence cada localidade. Na Tabela 1, a seguir, esta informação será complementada com os dados sobre o número de entrevistas realizadas em cada localidade. O COREDE Hortênsias está situado na região serrana do Estado e é composto por sete municípios, incluindo Gramado e Nova Petrópolis (cidades pesquisadas). Os municípios de Restinga Seca, Cachoeira do Sul e outros cinco compõem o COREDE Jacuí Centro, localizado na porção central do Estado. O COREDE Sul é a região que possui o maior número de cidades (22). Nesse COREDE, os municípios Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul fizeram parte da pesquisa. E, por último, o COREDE Vale do Rio dos Sinos, localizado na região metropolitana do RS, é composto por 14 municípios. Dentre estes, foram selecionados os municípios de Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e São Leopoldo (Figura 5 e Tabela 1).

Figura 5 - Localização dos COREDES e dos dez municípios do Rio Grande do Sul, selecionados para a pesquisa.



Fonte: Elaboração cartográfica: Márcio Zamboni Neske, com base IBGE: Mapa digital dos municípios brasileiros (2010).

Tabela 1 - Regiões, municípios e número de famílias entrevistadas em cada localidade.

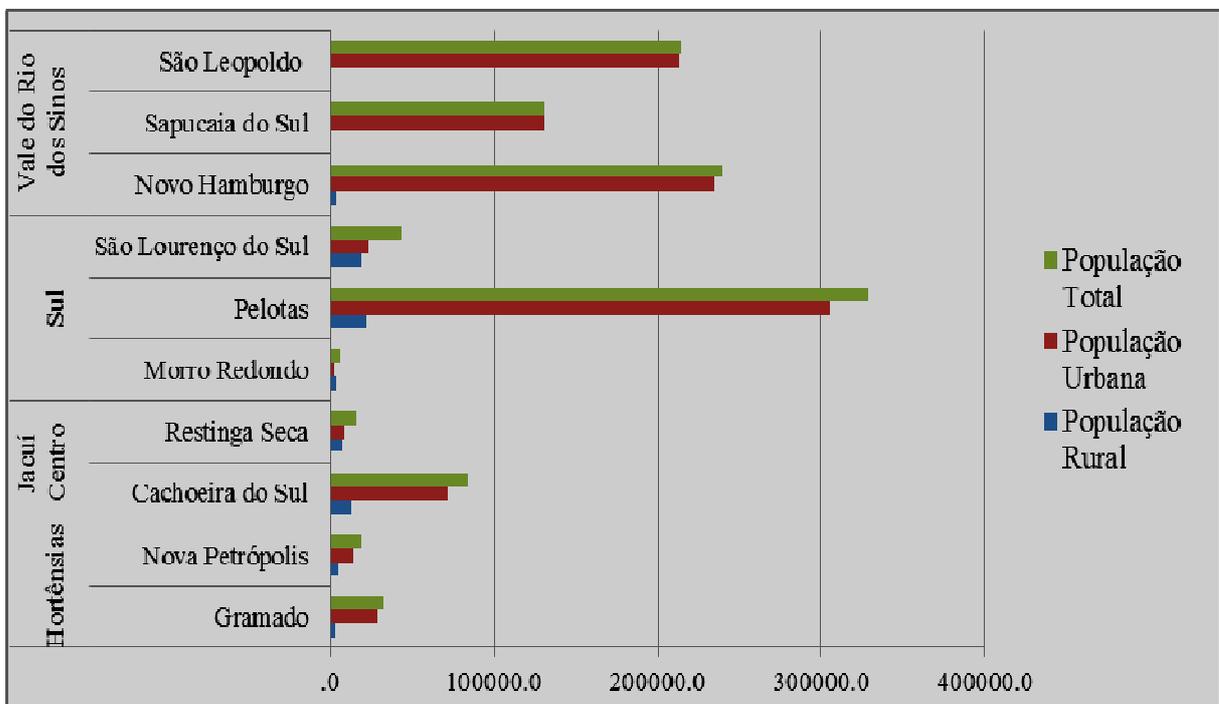
Corede	Município	Número de famílias entrevistadas
Vale do Rio dos Sinos	Novo Hamburgo	8
	São Leopoldo	2
	Sapucaia do Sul	5
Hortênsias	Nova Petrópolis	6
	Gramado	9
Sul	São Lourenço do Sul	10
	Pelotas	5
	Morro Redondo	3
Jacuí Centro	Cachoeira do Sul	9
	Restinga Seca	7
Total		64

Fonte: Elaborado pela autora, informações da pesquisa (2012)

Sobre as informações populacionais, estas revelam a diversidade no número de pessoas residentes nas zonas rurais e urbanas entre os municípios pesquisados, conforme o

Gráfico 1, a seguir. Pelotas, Novo Hamburgo e São Leopoldo são os mais populosos, quando comparados com os demais, correspondendo, a um número total de 328.275, 238.940 e 214.087 habitantes, respectivamente. Essas localidades também se destacam pelo maior número de pessoas residentes nas áreas urbanas. Os municípios de São Lourenço do Sul e Restinga Seca são as cidades em que os números de habitantes nas áreas rurais e urbanas são menos díspares. Sapucaia do Sul é o município com menor número de pessoas residindo na zona rural (488) enquanto a localidade de Morro Redondo possui maior número de habitantes na zona rural (3.579).

Gráfico 1 - Municípios selecionados segundo a divisão regional dos COREDEs: população rural, urbana e total.



Fonte: Adaptado de IBGE – Censo demográfico (2010).

A semelhança entre as quatro regiões estudadas refere-se ao histórico da agricultura, especialmente no que diz respeito ao início das atividades de processamento de alimentos no Estado. No século XIX, os primeiros imigrantes alemães estabeleceram-se na região metropolitana, especialmente em São Leopoldo. Esses imigrantes trouxeram técnicas de industrialização dos produtos da agricultura e da pecuária, as quais foram desenvolvidas, primeiramente, como um recurso para a conservação desses produtos a fim de que servissem como alimento para a família. Nas demais regiões, o processo de imigração também influenciou a adoção dessas técnicas. Nas cidades de Nova Petrópolis e Gramado, por

exemplo, os imigrantes de origem italiana também fizeram parte desse cenário. Atualmente, por exemplo, algumas famílias ainda cultivam técnicas que herdaram de antepassados, especialmente na fabricação de alimentos tais como “massas caseiras”, “cucas”, “linguiças” e vinhos.

As informações da Tabela 2, a seguir, complementam essa assertiva, na medida em que elas apresentam os alimentos processados nos municípios e regiões estudadas. A Tabela 2, a seguir, apresenta os principais produtos das “agroindústrias rurais” nas regiões estudadas, conforme as informações do IBGE²⁵, Censo Agropecuário 2006. Sobre o número de estabelecimentos, destacam-se os que se dedicam à produção de geléias e de embutidos em São Lourenço do Sul, atividade desenvolvida em, respectivamente, 476 e 394 propriedades rurais. Considerando o número total de estabelecimentos produtores, a cidade de Pelotas é destaque, especialmente no desenvolvimento de produtos derivados de frutas, carne tratada e embutidos.

Segundo o IBGE, os produtos derivados do leite e de frutas são comuns em quase todos os municípios, exceto em Nova Petrópolis (onde não há dados sobre a produção de derivados do leite), e em São Leopoldo (onde não há informações sobre estabelecimentos produtores de polpa, doces e geleias de frutas). No município de Nova Petrópolis, há informações de que a produção de doces e geleias é desenvolvida em três agroindústrias rurais. Já em São Leopoldo, os dados apresentam apenas a produção de derivados de leite, que é desenvolvida em 10 propriedades rurais. Esses dados relevam as dificuldades enfrentadas pelos agentes do IBGE na coleta de informações, já que uma das causas da ausência destas pode ser explicada pelo número de famílias que desenvolvem essas atividades de maneira informal. No município de Nova Petrópolis, por exemplo, não há informações sobre a produção de embutidos por agroindústrias rurais. Contudo, Bino et al. (2011) destacam a produção de embutidos como uma das atividades desenvolvidas por uma agroindústria rural da localidade.

²⁵ Conforme as informações do IBGE, Censo Agropecuário 2006, as agroindústrias rurais são atividades que envolvem beneficiamento ou transformação de um produto a partir de uma matéria-prima. É o caso de alguns estabelecimentos rurais que produzem queijo, farinha de mandioca, linguiça, biscoitos, pães, a que beneficiam arroz, como exemplo (IBGE, Censo Agropecuário 2006). No entanto, uma das dificuldades em interpretar esses dados relaciona-se à abrangência das informações, nos quais estão incluídas tanto as propriedades cuja mão-de-obra predominante é familiar como também as unidades em que o gerenciamento e produção não são realizados pela família.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos produtores e tipos de produtos industrializados nos municípios das regiões dos COREDES: Hortênsias, Jacuí Centro, Sul e Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

Coredes	Municípios	Derivados do leite (queijo, requeijão e manteiga)	Derivados da cana-de-açúcar (aguardente e rapadura)	Derivados de frutas (polpa, doces e geleias)	Carne tratada e embutidos	Carvão vegetal e derivados da madeira	Outros*
Hortênsias	Gramado	42	-	8	4	3	-
	Nova Petrópolis	-	-	3	-	-	-
Jacuí Centro	Cachoeira do Sul	48	13	50	71	22	13
	Restinga Seca	16	5	2	8	-	1
	Morro Redondo	15	-	5	-	-	-
Sul	Pelotas	53	2	198	90	5	1
	São Lourenço do Sul	20	1	476	394	1	1
Vale do Rio dos Sinos	Novo Hamburgo	7	1	4	1	-	-
	Sapucaia do Sul	2	-	5	1	-	-
	São Leopoldo	10	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2005/2006

Notas: O símbolo (-) significa que o referente dado é igual a zero e não é resultante de arredondamento. (*) Outros se referem aos seguintes produtos: Arroz em grão (6 estabelecimentos em Cachoeira do Sul e 1 em São Lourenço do Sul), Fubá (1 estabelecimento em Restinga Seca) e Farinha de mandioca (7 estabelecimentos em Cachoeira do Sul e 1 em Pelotas).

Na Tabela 3, a seguir, pode-se observar o número de estabelecimentos familiares²⁶ e não-familiares dos dez municípios onde foram realizadas as pesquisas, bem como as principais atividades desenvolvidas pela agricultura familiar em cada localidade. Em todos os municípios, há a predominância do número de estabelecimentos familiares, quando comparados às unidades não-familiares. Contudo, algumas diferenças devem ser evidenciadas. Ainda sobre o número de estabelecimentos, destacam-se os municípios de

²⁶ O IBGE considera agricultura familiar os estabelecimentos que atendem, simultaneamente, aos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, quais sejam, a área do estabelecimento ou empreendimento rural com até quatro módulos fiscais; a mão de obra que é utilizada nas atividades econômicas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada das atividades agropecuárias; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.

Restinga Seca, São Lourenço do Sul e Pelotas, por possuírem o maior número de unidades produtivas familiares, correspondendo, respectivamente, a 7.850, 3.814 e 3.216 estabelecimentos.

Sobre as atividades agropecuárias pela agricultura familiar, destacam-se quanto ao número de estabelecimentos, a produção de milho, galinhas, pecuária de corte e de leite e mandioca. A pecuária de leite e a produção de galinhas são atividades comuns entre os 10 municípios. A produção de milho está associada a essas duas atividades, uma vez que o milho é um dos insumos utilizados para a alimentação dos animais, especialmente do gado e das galinhas (REIS et al., 2001).

Um aspecto que merece destaque refere-se às particularidades de alguns municípios, no que diz respeito à produção agropecuária. Primeiramente, destaca-se a silvicultura como uma das principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares de Gramado. Já em Morro Redondo, a produção de feijão está presente entre as cinco maiores atividades, considerando-se o número de estabelecimentos produtores. No município de São Leopoldo, uma das atividades de maior abrangência nas unidades produtivas é a do cultivo da laranja.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos familiares e não-familiares e as cinco principais atividades da agricultura familiar nos municípios selecionados para a pesquisa, no Rio Grande do Sul, RS.

Corede	Município	Nº Estab. Familiares	Nº Estab. Não-familiares	Principais atividades da agricultura familiar (segundo nº estabelecimentos)
Hortênsias	Gramado	410	72	Milho, galinhas, pecuária de leite, suínos e silvicultura
	Nova Petrópolis	902	60	Milho, pecuária leite, galinhas, pecuária corte e mandioca
Jacuí Centro	Cachoeira do Sul	2.325	1.016	Galinhas, pecuária de leite, hortaliças, pecuária de corte e mandioca
	Restinga Seca	7.850	1066	Galinhas, pecuária leite e de corte, milho e suínos
Sul	Morro Redondo	651	76	Galinhas, milho, pecuária de leite, hortaliças e feijão
	Pelotas	3.216	380	Galinhas, milho, pecuária de leite, hortaliças e batata
Vale do Rio dos Sinos	São Lourenço do Sul	3.814	513	Milho, galinhas, pecuária de leite, batatas e suínos
	Novo Hamburgo	243	72	Mandioca, pecuária de leite, galinhas, hortaliças, pecuária de corte
	Sapucaia do Sul	108	10	Pecuária de corte e de leite, hortaliças, mandioca e galinhas
	São Leopoldo	47	43	Pecuária de leite, galinhas, laranja, mandioca e suínos

Fonte: Censo Agropecuário 2005/2006 IBGE e INCRA/FAO (2001)

As diferenças entre as regiões e os municípios estudados não se restringem às características de geografia, de população, da produção na agricultura e na pecuária. Essa diversidade também é uma realidade no que se refere aos contextos históricos, sociais e econômicos dos municípios, os quais influenciam diretamente nas atividades de processamento de alimentos.

Sobre isso, é conveniente destacar que, mesmo em municípios muito próximos geograficamente, como Sapucaia e Novo Hamburgo, no que se refere às participações das famílias nos programas e políticas públicas, estes possuem realidades opostas. Essa situação é dependente de uma diversidade de fatores sociais, especialmente no que diz respeito às diferentes formas por meio das quais as políticas locais são construídas, considerando-se o envolvimento dos agricultores familiares com os governos locais, organizações e demais agentes.

As formas como os programas e políticas públicas estão sendo operacionalizados atualmente, ou seja, dependendo de especificidades locais, acarretam dificuldades na obtenção de dados secundários, por exemplo. Assim, a investigação do número de acessos, evolução na participação das famílias, atividades beneficiadas e demais atores sociais envolvidos são informações que podem ser obtidas, mais detalhadamente, apenas em órgãos locais específicos. Esse é o caso, por exemplo, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já que essa política pública diferencia-se das demais pela complexidade dos atores envolvidos e pela dinâmica de organização local. Outra diferença é a participação, que pode ser temporária ou permanente.

Outro exemplo são os dados do Programa Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul, fornecidos pelo Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Relacionando tais dados e as regiões estudadas na presente tese, o COREDE Sul apresenta o maior número de agroindústrias cadastradas (20), seguido dos COREDEs Hortênsias (14); Vale do Rio dos Sinos (11) e Jacuí Centro (5). Apesar disso, esse número pode não representar a participação das famílias nesse programa, já que ele é apenas um indicativo das “agroindústrias” que se enquadram como público-alvo desse programa.

Através das informações descritas nesta seção, foi possível fornecer um panorama geral sobre as regiões estudadas. Apesar disso, as informações sobre os processos de transformação de hábitos de agricultores são analisadas a partir de suas histórias e interações nas atividades de processamento de alimentos. Com isso, os dados apresentados nesta seção

não tiveram como objetivo fazer relação com as mudanças institucionais, que serão descritas a partir dos próximos capítulos.

Primeiramente, serão apresentadas as principais características das famílias que processam alimentos, e, posteriormente, serão demonstradas as análises sobre os processos de mudanças institucionais. Essas análises, por sua vez, estão focadas na relação entre políticas locais, programas e políticas públicas para a agricultura familiar, revelando se há relação entre essas ações e as mudanças na forma como as famílias interpretam e conduzem as suas atividades de processamento de alimentos.

4 AS TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

[...] os recursos materiais e sociais se manifestam e se desenvolvem em diferentes direções. Consequentemente, múltiplas realidades emergem, cada uma com seu próprio ponto de partida, com sua própria trajetória de evolução (PLOEG, 2003, p. 7, tradução nossa).

Os diferentes rumos e direções desenvolvidos ao longo das trajetórias das famílias nas atividades de processamento estão atrelados às suas histórias de vida. Nessa história, estão incluídas as dinâmicas das suas relações sociais, seus recursos sociais e financeiros, as suas motivações para iniciar e/ou continuar processando alimentos, assim como a forma como eles imaginam/percebem/visualizam essa atividade para o futuro. Dessa forma, compreender trajetórias significa relacionar não somente elementos do passado, mas também entender as formas como os agricultores direcionam suas atividades, fazendo uma imagem futura sobre elas (PLOEG, 2003).

Compreender as trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos requer entender também as suas histórias na agricultura. Nessas histórias, incluem-se as formas como as famílias estão gerindo as suas atividades na agricultura, diferenciando e destinando alimentos e/ou produtos para comercialização, troca e /ou para fins de consumo. Além disso, o acúmulo de experiências nas atividades da agricultura contribui para que as famílias configurem e reconfigurem novas formas de uso e gestão dos recursos sociais e físicos para processar alimentos.

Portanto, as atividades de processamento são dependentes de recursos que são “internos” e “externos” à propriedade rural e estão relacionadas com as formas como as famílias se organizam - de forma social e produtiva. Dessa maneira, essas atividades não podem ser reduzidas às etapas que envolvem a fabricação de alimentos. Essa relação também é discutida por Ploeg et al., 2000, ao afirmarem que a noção de desenvolvimento rural não deve ser compreendida pela perda da importância da agricultura. Pelo contrário, as atividades emergentes no meio rural europeu - tais como, dentre outras, a do processamento de produtos agropecuários - são constituídas pelas experiências e práticas das famílias na agricultura.

As informações empíricas comprovam essa assertiva, pois, para 61 famílias, a relação com a agricultura teve início no período da infância, uma vez que os pais e/ou avós também eram agricultores. Nesses casos, os agricultores, quando crianças, já tinham contatos com os trabalhos e rotinas da agricultura e pecuária e participavam das tarefas produtivas²⁷. Por meio dessas rotinas, pais e avós estimularam as crianças no desenvolvimento de noções básicas da agricultura e pecuária, que envolviam um conjunto de afazeres, tais como as que envolviam os cuidados com o plantio, crescimento e colheita das plantações, até o tratamento de animais. Esse acúmulo de conhecimentos influenciou nas histórias das famílias, especialmente nas trajetórias das atividades de processamento. Percebeu-se que, mesmo para aquelas famílias que haviam iniciado a atividade de processamento após a realização de cursos técnicos de capacitação (uma das características que define as famílias do Grupo: Trajetória II, que será apresentado a seguir), muitos conhecimentos e saberes da agricultura serviram como suporte para o desenvolvimento da agroindústria. Esses saberes contribuíram para que as famílias adquirissem segurança em iniciar tais atividades, já que as técnicas de plantio, manejo e cuidado com os animais constituem uma das primeiras etapas no processo de fabricação desses alimentos.

Conhecer as limitações e características dos solos, as especificidades no trato e manejo de animais influenciam na tomada de decisões em realizar investimentos em determinados segmentos produtivos. Tais saberes, por sua vez, influenciam o funcionamento da sequência de tarefas na atividade de processamento de alimentos. As decisões que envolvem a participação das famílias em um novo canal de comercialização, por exemplo, exigem destas novas formas de organizar as atividades da agricultura e da pecuária.

Antes de compreender a relação, é pertinente entender, de forma sintética, as trajetórias das famílias nas atividades agrícolas e pecuárias. Sobre isso, é possível destacar situações históricas bem diferenciadas, especialmente sobre as modificações que as famílias adotaram e a continuidade ou não das atividades que eram desenvolvidas por seus pais e avós. Os agricultores relataram tais mudanças nas atividades produtivas (agricultura e pecuária) separando-as em duas situações distintas. A primeira delas correspondeu à comparação entre as suas atividades (desenvolvidas atualmente) e as que eram desenvolvidas por seus pais e

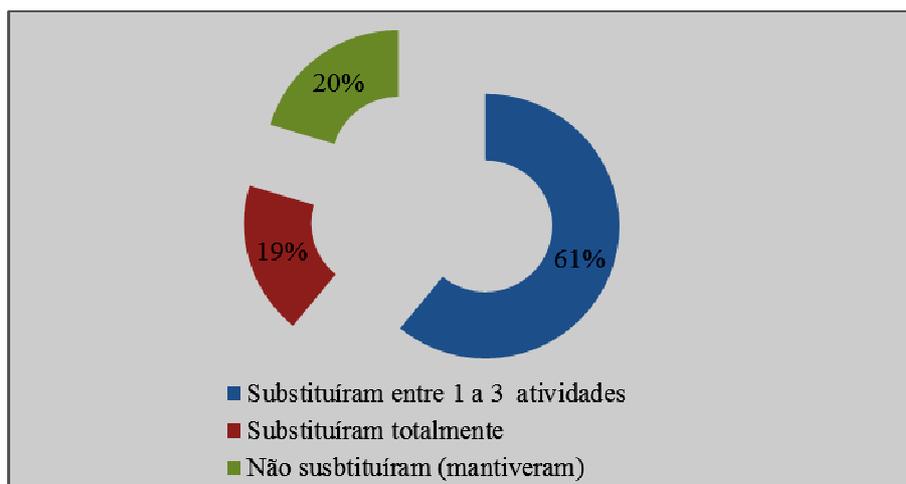
²⁷ Nas informações geradas nas entrevistas, constaram situações nas quais alguns agricultores – durante as suas trajetórias - migraram para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho e retornaram ao meio rural. Essas situações, no entanto, não implicaram a perda dos saberes e experiências adquiridas na agricultura (seja somente na infância e/ou adolescência), que, por sua vez, são elementos relevantes para compreender as suas trajetórias nas atividades de processamento de alimentos.

avós. Já a segunda situação representa o momento em que os agricultores iniciaram as suas atividades numa propriedade rural própria, mediante a aquisição de um espaço de terra, geralmente adquirido em virtude de matrimônio ou início de uma relação conjugal. Assim, quando questionados sobre a redução ou substituição das atividades da agricultura e pecuária, eles responderam de acordo com as seguintes situações:

- a) se substituíram, reduziram alguma atividade quando comparada às que eram desenvolvidas pelos pais e/ou avós e;
- b) se desenvolveram mudanças (se positivo, quais foram as mudanças) após adquirirem um espaço de terra, que demarcou o início da família no espaço de terra “próprio”.

Considerando essas duas situações, percebeu-se que as atividades produtivas da propriedade rural estão relacionadas com as produções agrícolas e pecuárias anteriormente desenvolvidas pelos pais e/ou avós (Gráfico 2). Quando comparadas às atividades dos pais e/ou avós, 39 famílias (considerando a amostra de 64) afirmaram que haviam substituído apenas de uma a três atividades da agricultura e pecuária, enquanto 13 revelaram estar desenvolvendo, atualmente, as mesmas atividades. Apenas 12 famílias afirmaram que as haviam substituído totalmente por outras.

Gráfico 2 - Substituição das atividades da agricultura e pecuária pelas famílias, referente ao primeiro período: comparação entre as atividades atuais e as que eram anteriormente desenvolvidas pelos pais.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Todavia, é pertinente destacar que, mesmo nos casos em que as famílias mantiveram as atividades que eram dos pais e avós, isso não significa que não tenha havido redução ou

ampliação da área produzida, modificações quanto à raça ou ao número de animais e/ou quanto às espécies cultivadas. Após adquirirem seu espaço de terra em virtude do início de uma relação conjugal (respostas relacionadas à segunda situação já comentada anteriormente), verificou-se que 61 famílias haviam adotado mudanças relacionadas tanto à troca de um cultivo por outro quanto à redução ou interrupção de alguma atividade agrícola ou pecuária. Esse processo foi influenciado por uma série de fatores. Considerando os dados quantitativos, 28 famílias informaram que essas mudanças haviam sido influenciadas pela busca por outras atividades mais rentáveis, pois a cultura substituída apresentava um alto preço dos insumos (altos custos produtivos) e também baixo valor de comercialização. Outro fator relevante estava relacionado com a limitação da disponibilidade dos membros da família em executar as atividades da agricultura e pecuária, devido à ocorrência de migração de jovens para a área urbana e também pela ocorrência de doenças na família (especialmente doenças e força de trabalho limitada de pessoas idosas na família). A limitação de mão-de-obra familiar, portanto, influenciou a ocorrência de mudanças produtivas em 20 famílias²⁸.

As informações atuais sobre as atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias é um dos principais elementos que ajudam a explicar a relação entre agricultura, pecuária e o processamento de alimentos. As famílias diversificam as suas atividades produtivas, fato associado com a possibilidade de ampliação dos recursos de matéria-prima para fabricar os alimentos industrializados. Do total da amostra, aproximadamente 90% das famílias estão desenvolvendo entre 3 a 7 atividades diferentes, de agricultura e pecuária e apenas 10% dedicam-se a uma ou duas produções.

Na diversidade, estão incluídas:

- a) as frutas (produzidas por 60 das 64 famílias), que são utilizadas tanto para o consumo da família quanto como fonte de matéria prima para o processamento;
- b) as produções de origem animal (abelhas, galinhas, suínos, gado de corte e de leite), que são atividades de 57 famílias e cujos destinos são os mesmos que os da

²⁸ Outros aspectos também tiveram influência nas trajetórias de modificações na agricultura e pecuária. Do ponto de vista quantitativo, esses elementos não são significantes quanto aos três aspectos mencionados anteriormente. Considerando a frequência de respostas, é possível destacar a influência da opção pela maior dedicação à agroindústria (12); pela influência da preferência pessoal na substituição de atividades (7); por falência de indústrias e empresas compradoras de alguns produtos da agricultura (4); devido a condições ambientais, especialmente a escassez de água e solo impróprio para o cultivo de uma determinada atividade (4); em virtude de problemas de saúde ocasionados à exposição de alguns membros da família aos insumos químicos utilizados no manejo produtivo (3). Outras motivações ainda foram mencionadas, porém em menor número, tais como resultados de pesquisas de mercados, apontando tendências de consumo futuras, ausência de parceria para produzir determinado cultivo e problemas de doenças em animais.

produção de frutas. Especificamente sobre o uso desses produtos para o processamento, destacam-se a produção de mel, frango caipira (inteiro e em corte), linguiça, queijos, iogurte e achocolatados;

- c) a horticultura (legumes e verduras) destinados ao consumo da família e comercializados de forma *in natura*. Das 49 famílias produtoras, 10 utilizam produtos da horta para a fabricação de conservas e molhos de tomate, enquanto 11 comercializam os alimentos após o uso de técnicas de processamento mínimo. Por meio dessas técnicas, os legumes e verduras são descascados, cortados, lavados e, em alguns casos, embalados. Nessas produções incluem-se, especialmente, as mandiocas e o *kit sopa* (assim chamado pelos agricultores – que incluem um conjunto de legumes e verduras, usualmente utilizados para fazer sopa. Geralmente, nesse kit de produtos, estão incluídos a batata, a cenoura, o milho e a abóbora);
- d) outros produtos, que são destinados à alimentação animal, comercialização e/ou consumo da família, tais como a banana, as flores, a produção florestal (acácia e eucalipto), o fumo e as pastagens (aveia e azevém) – estas últimas utilizadas como fonte de alimentação dos animais (especialmente o gado).

A diversificação dos produtos da agricultura e pecuária, por sua vez, reflete na diversidade dos alimentos processados pelas famílias²⁹. De acordo com a Tabela 4, a seguir, é possível observar que o total de famílias produtoras (139) excede o número total de famílias entrevistadas (64). Essa assertiva pode ser explicada pelo fato de que 62,5% das famílias estão atuando em, no mínimo, dois setores diferentes. Os produtos “doce e geleias” destacam-se pelo maior número de famílias produtoras (31), seguido do setor de panificação e confeitaria (26), derivados do leite (22), embutidos e produtos de origem animal (17).

Do total da amostra, 37,5% das famílias estão se dedicando, exclusivamente, ao desenvolvimento de produtos referentes a uma matéria-prima específica, como é o caso, por exemplo, do setor de panificação e confeitaria, cujo ingrediente principal é a farinha de trigo. Porém, mesmo nessas situações, as famílias estão diversificando seus produtos, que variam em consistência, sabor, tamanho, tonalidade e quantidade de calorias.

²⁹ As informações geradas na pesquisa, referentes aos produtos e alimentos industrializados pela agricultura familiar nesses municípios, em comparação com os dados do IBGE têm semelhanças e diferenças. Nos dados do IBGE, por exemplo, o setor de panificados e confeitaria, que inclui a produção de pães,ucas, bolos e tortas, não é mencionado. Na pesquisa, esse setor destacou-se como uma das principais produções. Em situação similar, a fabricação de produtos, como a de legumes lavados, descascados e picados, bebidas, chás e medicamentos, a partir do uso de processamento mínimo, não consta nas informações secundárias. Tais produtos são característicos da produção da agricultura familiar.

Tabela 4 - Produtos processados e número de famílias produtoras.

Produtos	Número de famílias produtoras
Doces e geleias	31
Panificação e confeitaria	26
Derivados do leite	22
Embutidos e produção de origem animal	17
Produtos minimamente processados	11
Conservas de legumes e molhos	10
Derivados da cana-de-açúcar	10
Bebidas (sucos, licores e vinhos)	7
Ervas, chás e medicamentos	3
Farinhas	2
Arroz beneficiado e embalado	1

Fonte: Informações da pesquisa (2012)

Notas: Produtos minimamente processados são desenvolvidos sem transformação, havendo alteração apenas na parte física do alimento, que permanece em estado fresco, como os legumes descascados, cortados, lavados e embalados (HANASHIRO, 2003).

A diversidade dos alimentos processados revela, por um lado, a relação dessa atividade com a produção da agricultura e da pecuária. Por outro lado, essa diversidade também demonstra que as famílias, de forma geral, estão comercializando esses alimentos de forma diversificada, com a possibilidade de vender diferentes produtos para diversos consumidores e/ou até para um mesmo consumidor.

As atividades de processamento de alimentos também estão relacionadas com a agricultura e a pecuária no que se refere à experiência das famílias. Os elementos da trajetória indicaram a relevância da acumulação dos saberes dos agricultores com seus familiares. Os saberes da agricultura e pecuária são pertinentes para entender a forma como a atividade de processamento se desenvolveu ao longo do tempo. Por exemplo, as famílias que produzem queijo, de forma geral, possuem uma história familiar relacionada à produção de leite. Essa assertiva também é verdadeira nos casos da produção de bebidas, como sucos, vinhos e destilados, uma vez que o histórico familiar também revelou a experiência da família na produção de uvas e cana-de-açúcar.

Partindo desses contextos, a próxima seção tem como finalidade descrever como as famílias evoluíram na atividade de processamento de alimentos, especificando as formas como a iniciaram e as principais mudanças no ambiente produtivo e técnico. Essa história será descrita a partir de uma tipologia, cujos elementos serão detalhados a seguir.

4.1 TIPOLOGIA E EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NOS ASPECTOS PRODUTIVO, SOCIAL E TÉCNICO

De acordo com as informações apresentadas na seção anterior, pode-se afirmar que a relação entre a agricultura, a pecuária e o processamento são indicativos relevantes para compreender a trajetória das famílias nessas atividades. O papel que as atividades de processamento de alimentos ocupam no conjunto de outras atividades das famílias é pertinente, já que essas informações podem contribuir para a reflexão sobre o acesso às políticas públicas (WESZ JÚNIOR, 2009). Contudo, o olhar dos programas e políticas públicas deve diferenciar, por exemplo, famílias que tenham objetivos distintos para as atividades de processamento de alimentos.

O conhecimento sobre o papel que as atividades de processamento ocupam na propriedade rural serviu como o principal subsídio para Wesz Júnior (2009) apresentar uma proposta de tipologia³⁰ de agroindústrias familiares. Dois grupos foram apresentados: Grupo 1: Agroindústrias Familiares que ocupam função complementar na propriedade e Grupo 2: Agroindústrias Familiares consolidadas, ou seja, cuja principal ocupação é a atividade de agroindustrialização. Essas características serviram como um guia inicial para a elaboração da tipologia utilizada na presente tese. Porém, outros critérios foram adicionados, tendo em vista:

- a) desenvolver uma tipologia condizente com os objetivos da pesquisa e com o contexto diverso das famílias e;
- b) torná-la uma ferramenta explicativa das distintas trajetórias dos agricultores nas atividades de processamento de alimentos.

No conjunto de informações geradas na pesquisa da presente tese, percebeu-se que as famílias relacionaram as mudanças nas suas atividades de processamento de alimentos ao ambiente produtivo e técnico. Outras questões poderiam ser mencionadas, como as mudanças econômicas, incremento de renda e/ou endividamento, porém, essas informações não surgiram com ênfase quando as famílias foram questionadas sobre a ocorrência ou não de mudanças nas suas atividades. Considerando os resultados totais da amostra, de forma qualitativa e quantitativa, as informações sobre as mudanças relacionadas ao modo de

³⁰ Outra proposta de uma tipologia de agroindústrias rurais é a apresentada por Guimarães e Silveira (2007). Esses autores dividem as agroindústrias em quatro tipos: Agroindústria Caseira, Agroindústria Familiar Artesanal e Agroindústria Familiar de Pequeno Porte.

produzir, fabricar os alimentos e produtos e organizar o ambiente físico dessa preparação destacaram-se como as principais modificações³¹.

Considerando esse conjunto de informações, foi conveniente elaborar uma tipologia³² que caracteriza diferentes grupos de famílias nas atividades de processamento de alimentos. Essa tipologia teve como objetivo sintetizar os dados e revelar a diversidade dos perfis e das trajetórias das famílias nessas atividades (QUADRO 2). Tal tipologia foi elaborada tendo como base 5 critérios, que mesclam as características de quando as famílias iniciaram na atividade (origem do saber), as mudanças técnicas ao longo do tempo (modificações técnicas) e os aspectos atuais (objetivos, matéria prima, etc). Serão destacados alguns elementos da história das famílias na atividade de processamento, especialmente no que se refere à evolução técnica. A evolução técnica, nesta tese, corresponde às mudanças na organização da produção e no espaço físico utilizado pela família para processar alimentos.

Quadro 2 - Critérios utilizados para o desenvolvimento da Tipologia das famílias nas atividades de processamento de alimentos, de acordo com as características iniciais, de evolução e atuais.

Aspectos	Critérios
Iniciais e de mudanças	1) Origem do saber fazer (quando as famílias iniciaram a atividade de processamento) e mudança nos conhecimentos técnicos produtivos
Evolução e de mudanças	2) Evolução no perfil da estrutura física e no uso de equipamentos e/ou uso de trabalho manual
Atuais	3) Localização e relação entre produção de refeições e processamento de alimentos
	4) Relação entre matéria-prima e frequência do processamento de alimentos
	5) Diferença de objetivos dos agricultores na atividade de processamento de alimentos

Fonte: Informações da pesquisa (2012)

³¹É importante ressaltar, no entanto, que a finalidade deste capítulo não é discutir sobre mudanças institucionais. Isso significa compreender que nem todas essas modificações provocaram transformações nos hábitos de pensamento e comportamento das famílias, o que é objeto de discussão dos próximos capítulos.

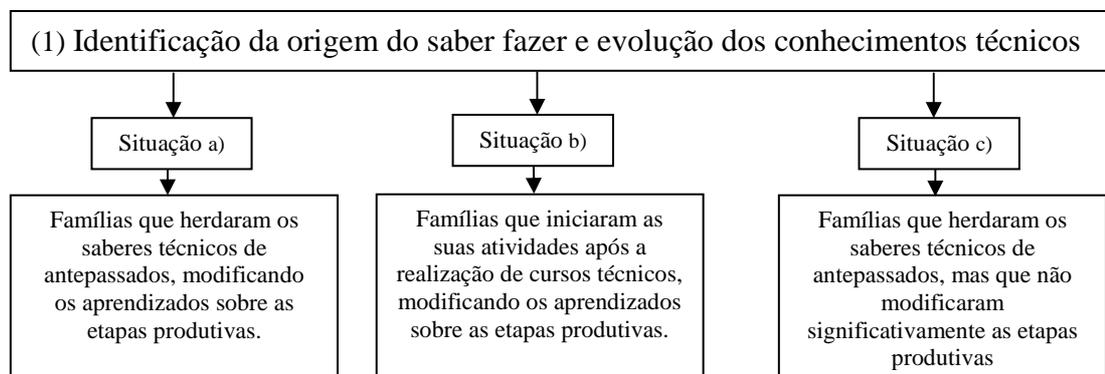
³² A tipologia construída não considerou como critério o tipo de produto desenvolvido. Dessa forma, nos quatro grupos (que serão apresentados posteriormente), há diferenças nos tipos de alimentos processados, bem como no tipo de matéria-prima.

O primeiro critério selecionado é composto de informações tanto históricas como atuais. As características que compõem esse critério referem-se ao saber técnico que as famílias tinham quando iniciaram a atividade de processamento e alimentos e à evolução desses saberes (se estes foram modificados ao longo do tempo). Investigar sobre a origem dos saberes técnicos que as famílias tinham quando iniciaram essa atividade é um indicativo relevante para identificar mudanças, tanto produtivas quanto técnicas. Ademais, esse critério serviu para distinguir as famílias que iniciaram as atividades com o saber de seus antepassados das que tiveram influência de cursos técnicos para iniciar o processamento. Assim, tais características podem revelar a influência das ações de técnicos locais na promoção de novas “agroindústrias”. Esses aspectos podem revelar, ainda, se há diferenças entre os grupos, especialmente sobre a relação entre saberes técnicos e acesso aos programas e políticas públicas.

Partindo desse contexto, três situações foram encontradas:

- a) a das famílias que herdaram os saberes técnicos de antepassados, aperfeiçoando os aprendizados sobre as etapas produtivas;
- b) a das que iniciaram as suas atividades após a realização de cursos técnicos, aperfeiçoando os aprendizados sobre as etapas produtivas e;
- c) a das famílias que herdaram os saberes técnicos de antepassados, mas que não incorporaram mudanças significativas nas etapas produtivas, durante a trajetória (Figura 6).

Figura 6 - Síntese do quarto critério selecionado para a construção da tipologia: identificação da origem do saber-fazer e evolução dos conhecimentos técnicos.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

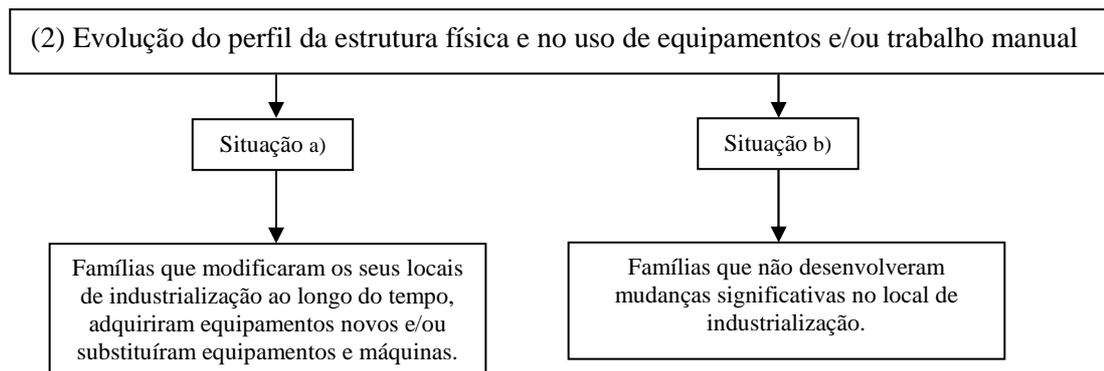
O segundo critério selecionado para a construção da tipologia considerou um conjunto de aspectos relacionados à evolução do perfil da estrutura física - local onde são realizadas as

atividades de processamento de alimentos, conforme as informações da Figura 7, a seguir. Esse critério considerou aspectos históricos sobre esse tipo de local, incluindo a evolução no uso de equipamentos e/ou na utilização de trabalho manual para desenvolver tais atividades. Esse critério foi selecionado tendo em vista separar as famílias em dois grupos distintos:

- a) famílias que modificaram os seus locais de processamento ao longo do tempo, adquiriram equipamentos novos e/ou substituíram equipamentos e/ou máquinas e;
- b) famílias que não desenvolveram mudanças significativas no local de processamento (Figura 7).

Essa divisão, por sua vez, pode não só contribuir para analisar a influência que os programas e políticas públicas pode ter exercido na formação desses diferentes perfis como também revelar quais destes estão acessando tais instrumentos.

Figura 7 - Síntese do segundo critério selecionado para a construção da tipologia: evolução do perfil da estrutura física e no uso de equipamentos e/ou uso de trabalho manual nas atividades de processamento de alimentos.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

O terceiro critério considerou as características do local onde os agricultores estão desenvolvendo as atividades de processamento de alimentos e produtos agropecuários, bem como a relação entre essas atividades e a produção de refeições para a família. A forma como algumas famílias integram ambos os ambientes (produção das refeições e processamento de alimentos) explica o modo como elas estão fabricando os produtos, especialmente, a maneira como estão utilizando os utensílios e os equipamentos. Nos casos onde há a combinação do espaço entre ambas as atividades, em geral, as famílias aproveitam os utensílios e os equipamentos para as duas funções. No que se refere à organização do trabalho, por exemplo, as famílias que possuem uma estrutura em local separado da residência, em geral, podem desenvolver a atividade de processamento ao longo do dia. Além disso, nesses casos, o

período de tempo de trabalho no processamento pode ser diferente, em virtude de todos os equipamentos e utensílios estarem organizados num local específico. O mesmo não acontece com as famílias que utilizam o ambiente da cozinha. Em geral, essas famílias destinam horários diferentes para o processamento de alimentos, já que precisam conciliar o mesmo espaço físico para a realização dessa atividade e para a da produção das refeições.

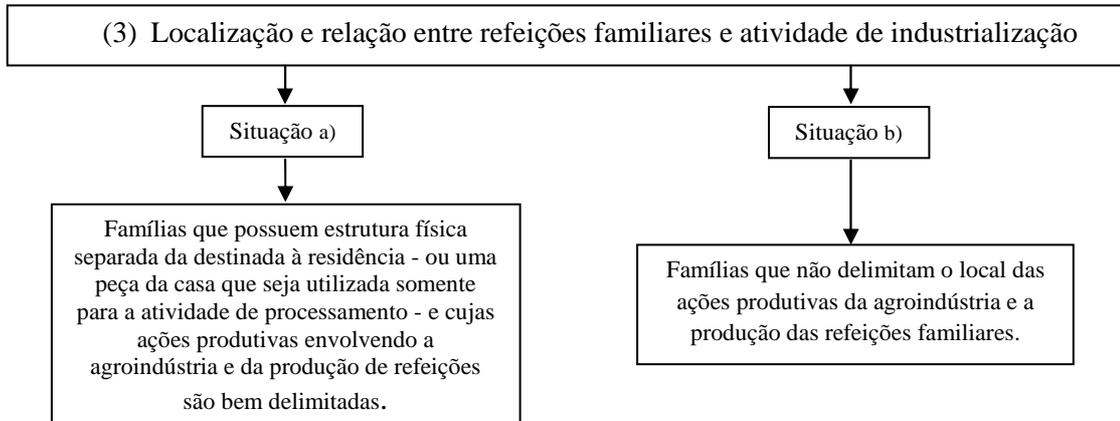
As características de localização³³ da atividade de processamento também podem estar relacionadas com as diferenças nas trajetórias, especialmente quanto às mudanças técnicas. O espaço físico pode limitar a aquisição de equipamentos específicos para o processamento de alguns alimentos, especialmente quando as famílias aumentam a escala de produção de determinados setores, tais como a produção e armazenagem de bebidas (sucos, vinhos e cachaça). Esse critério, portanto, apesar de considerar elementos estáticos e informações atuais, é uma informação que está relacionada com o critério anterior, que enfatizou aspectos sobre a evolução tanto da estrutura física quanto no uso de equipamentos.

Diante desse contexto, duas situações foram encontradas:

- a) a primeira delas refere-se às famílias que possuem uma estrutura física separada da destinada à residência (ou uma peça da casa que seja destinada somente para as atividades de processamento) e cujas ações produtivas que envolvem a agroindústria são praticadas em local diferente daquele que é utilizado para o preparo de refeições. Em outras palavras, a produção da “agroindústria” e a produção de refeições são bem delimitadas;
- b) a segunda situação diz respeito às famílias que não delimitam o local das ações produtivas da agroindústria e a produção das refeições familiares (Figura 8).

³³ A localização das instalações das agroindústrias foi um dos critérios adotados por Guimarães e Silveira (2007) para a construção de uma tipologia, ao considerá-las como “estratégias de agregação de valor aos produtos oriundos do trabalho familiar” (p.7). A tipologia desenvolvida por esses autores considera também, como um dos critérios, a relação entre a produção de alimentos e o desenvolvimento de produtos da agroindústria.

Figura 8 - Síntese do terceiro critério selecionado para a construção da tipologia: local onde acontece o processamento de alimentos e a relação entre essa atividade e a da produção de refeições familiares.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

O quarto critério revela a frequência com que as famílias estão produzindo os alimentos e os aspectos sobre a origem da matéria prima que os agricultores utilizam para o processamento. Sobre isso, é pertinente considerar que há diferenças entre as famílias no que se refere à origem dos recursos de matéria prima. Há um grupo que utiliza somente produtos agropecuários excedentes da alimentação familiar e da comercialização, na forma *in natura*. Nesse caso, a atividade de processamento de alimentos não ocupa uma função prioritária na propriedade familiar. Esse grupo de famílias não deve ser analisado da mesma forma que o grupo de agricultores que estão adquirindo, por meio de terceiros, recursos de matéria prima ao longo de todo o ano. A pertinência em considerar essas diferenças justifica-se pela relevância em conhecer se esses diferentes perfis têm implicações sobre o acesso das famílias aos programas e políticas públicas, bem como se eles podem ter influência nas mudanças institucionais. Essa assertiva relaciona-se com os argumentos de Wesz Júnior (2009, p.24), quando este afirma que, na região de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, “os produtores escolhem pelo acesso aos programas a partir do papel que a agroindústria assume dentro do estabelecimento e de sua significância frente às demais ocupações desenvolvidas por eles”.

Esses elementos podem ter influência na organização do conjunto de atividades na propriedade rural, no uso dos demais recursos produtivos, especialmente disponibilidade e alocação de trabalho (mão-de-obra). Em outras palavras, quando as famílias possuem o foco na agricultura e pecuária, a mão-de-obra ocupada pode estar mais concentrada nessas atividades. Outra questão refere-se à mão-de-obra familiar, que pode limitar o aumento de escala de produção e influenciar nos planos futuros da família para essa atividade.

Conseqüentemente, essa limitação pode influenciar nas escolhas das famílias nessa atividade, como as decisões de processar alimentos somente a partir do uso do excedente da matéria-prima da agricultura e pecuária, por exemplo.

Assim, as escolhas que as famílias fazem ao longo das suas trajetórias nas atividades de processamento de alimentos não são somente elementos que podem explicar situações passadas, mas também trajetórias futuras. Por exemplo, algumas famílias podem ter iniciado as atividades de processamento utilizando somente matéria prima excedente e, atualmente, podem estar mobilizando recursos externos para viabilizar essa produção (ou vice-versa). Ademais, mesmo que essas escolhas estejam compondo este critério de forma estática³⁴ (pois estas caracterizam as situações atuais das famílias), isso não significa que não tenham ocorrido mudanças. Estas mudanças serão consideradas na análise, especialmente no texto qualitativo.

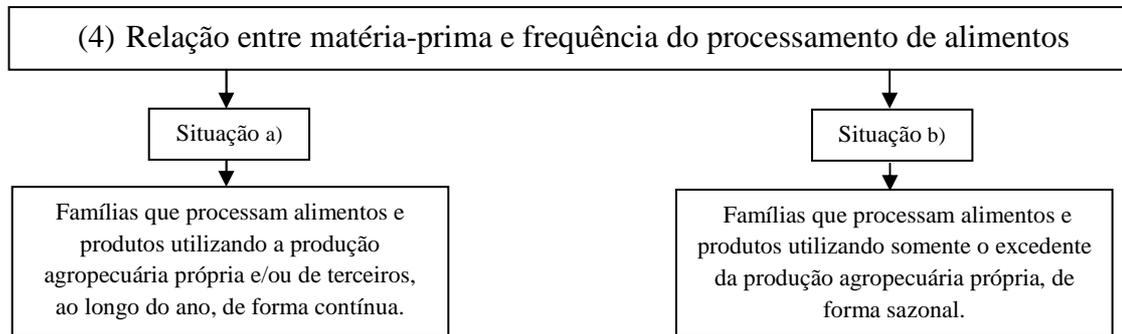
A partir dessas considerações, foram encontradas duas situações diferentes, quais sejam:

- a) famílias que estão utilizando produção agropecuária própria e/ou de terceiros (na atividade de processamento de alimentos), ao longo de todo o ano, de forma contínua e;
- b) famílias que estão utilizando somente o excedente da produção agropecuária própria, de forma sazonal, para a produção de alimentos.

A síntese dessas informações pode ser observada na Figura 9, a seguir:

³⁴ Considerou-se relevante mesclar elementos estáticos e evolutivos na construção da tipologia. Ambos os elementos foram relevantes, já que não seria possível construir uma tipologia considerando somente elementos em modificação. A complexidade de mudanças ocorridas nessas atividades exige a escolha e delimitação de algumas características. Portanto, neste trabalho, a delimitação e escolha considerou tanto os elementos que surgiram com mais ênfase nas informações empíricas, quanto os relacionados aos objetivos da pesquisa. Ademais, a oportunidade de aumentar a explicação sobre as diferenças de acesso dos agricultores às políticas públicas e a ocorrência de mudanças institucionais também tiveram influência nessas escolhas.

Figura 9 - Síntese do quarto critério selecionado para a construção da tipologia: diferença de objetivos das famílias nas atividades de processamento de alimentos.



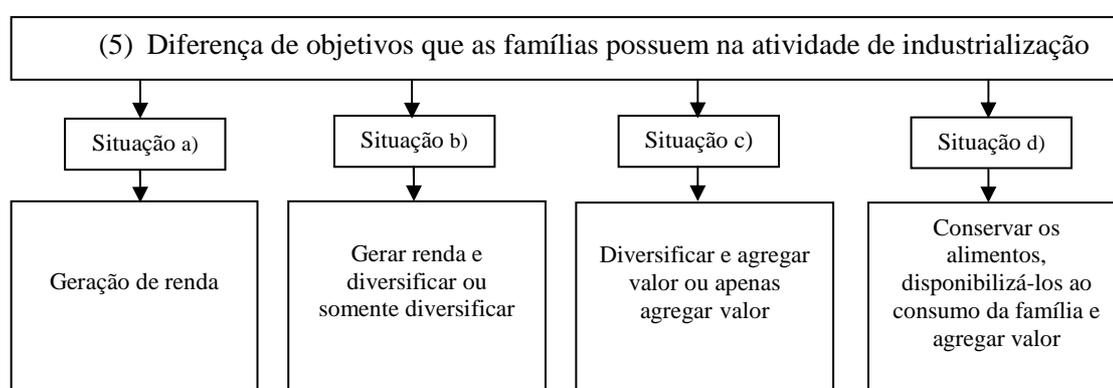
Fonte: Informações da pesquisa (2012).

O quinto e último critério adotado correspondeu às informações sobre as diferenças de objetivos das famílias no que se refere às atividades de processamento de alimentos e produtos de origem agropecuária (Figura 10). Essa diferença de objetivos expressa as diversas finalidades com que essa atividade é percebida pelo grupo familiar. Sobre isso, quatro situações foram encontradas:

- a) a primeira situação refere-se às famílias cujo objetivo principal dessa atividade é gerar renda. Nesses casos, a atividade de processamento de alimentos é uma das principais ocupações da família que depende dessas funções para sustentar economicamente o grupo familiar;
- b) a segunda situação corresponde às famílias que objetivam gerar renda e diversificar o portfólio de produtos e/ou de renda ou somente diversificar o portfólio de produtos e/ou de renda. Nesses casos, as famílias percebem essa atividade como alternativa de renda, já que elas desenvolvem outras atividades, como a agricultura e/ou pecuária. Dessa maneira, o processamento de alimentos é percebido como uma possibilidade de diversificar o portfólio de atividades e/ou de renda;
- c) na terceira situação, as principais finalidades das famílias são diversificar o portfólio de produtos e/ou de renda e agregar valor, ou apenas agregar valor. Nesses casos, as famílias percebem a atividade como uma alternativa de renda, assim como na situação anterior. A diferença é a inclusão da função de agregar valor aos alimentos. A renda gerada por meio da venda dos alimentos processados é complementar. Portanto, agregar valor à matéria-prima da agricultura e pecuária e/ou diversificar as fontes de renda são as principais prioridades;
- d) na quarta situação, os objetivos principais das famílias são conservar os alimentos, disponibilizá-los para a alimentação familiar e agregar valor à produção excedente.

Algumas famílias, por exemplo, percebem a atividade de processamento de alimentos como uma técnica para conservar os produtos excedentes da agricultura e da pecuária. Os alimentos gerados podem ser utilizados tanto para a alimentação familiar como para atender aos pedidos de consumidores diretos. Essas finalidades são diferentes, por exemplo, dos objetivos das famílias que desenvolvem a atividade de processamento de alimentos com o objetivo principal de gerar renda (Situação a).

Figura 10 - Síntese do quinto critério selecionado para a construção da tipologia: diferença de objetivos das famílias nas atividades de processamento de alimentos.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Seguindo tais critérios, foi possível dividir o total da amostra (64 famílias) em 4 grupos diferentes, os quais foram denominados: Trajetória I, Trajetória II, Trajetória III e Trajetória IV. A seguir, serão apresentadas as particularidades que definem os grupos:

Trajetória I – Saberes antepassados, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivo: gerar renda

As famílias desse grupo possuem as suas trajetórias na atividade de processamento de alimentos relacionadas à história familiar, já que elas herdaram os conhecimentos técnicos dos pais e/ou avós. Esses conhecimentos referem-se às noções sobre as etapas produtivas e sobre os modos de fabricação dos produtos. Ao longo do tempo, as famílias foram aperfeiçoando esse conhecimento técnico, por meio da realização de cursos de capacitação na área produtiva e sanitária, mediante interação com agentes técnicos e de extensão rural e/ou por meio de interações com outros produtores que estão trabalhando no mesmo segmento produtivo.

Por exemplo, o agricultor (família 3), durante a sua infância, participava do processo de fabricação de embutidos, já que essa atividade era uma função rotineira da família. A fabricação de embutidos, especialmente a da linguiça, era um dos principais alimentos, compondo as refeições familiares. Com o passar dos anos, a família incorporou outros conhecimentos técnicos, passando a comprar a carne bovina e suína (principais matérias-primas da linguiça) e adicionando alguns ingredientes, para aumentar o tempo de conservação do produto. Todavia, não se pode afirmar que houve a perda do saber-fazer herdado de antepassados nessa atividade. Utilizando a noção de evolução vebleniana, pode-se afirmar que esses conhecimentos foram transformados.

Da mesma forma que esses conhecimentos foram sendo transformados, houve mudanças nos locais de processamento (estrutura física), que incluem a aquisição de equipamentos e/ou substituição de equipamentos e máquinas. Em alguns casos houve a construção de um espaço físico novo, enquanto, em outros, ocorreu a adaptação de estrutura física já existente (peça da casa, garagem). No caso da família 42, por exemplo, houve a transformação do local físico que ela utilizava para secar o fumo. Atualmente, essa mesma estrutura, reformada, é o local de processamento dos alimentos:

[...] a gente fazia na cozinha da residência. Mas era ruim, tinha refeição. Então, adaptamos a estrutura do secador de fumo, onde era o forno de fumo. Colocamos piso, arrumamos (**Família 42**).

Essa evolução técnica também incluiu a aquisição e/ou adaptação de equipamentos tendo em vista diminuir o trabalho despendido na produção. Em alguns casos, por exemplo, as famílias substituíram o maquinário antigo pelo maquinário novo. Essa tecnificação acarretou mudanças no uso da mão-de-obra familiar. A execução dos serviços da “agroindústria”, antes realizado de forma manual, cedeu lugar à força de trabalho das máquinas, que minimizou os serviços e o tempo despendido na produção. Essa situação pode ser observada com clareza no depoimento da família três:

[...] antes a gente fazia no galpão, agora é numa estrutura própria. Hoje é um menor tempo dedicado à agroindústria. São só dois meio-dias por semana para a agroindústria. Os equipamentos deixam mais prático para trabalhar, diminui o tempo que eu gastava na agroindústria. Só os guris ou eu sozinho já consigo produzir. É menos desgaste, menos judiação e podemos atender outras coisas (**Família 3**).

A história da família 60 é um exemplo marcante da forma como a atividade de processamento de alimentos evoluiu nesse grupo. A produção de cachaça e vinhos é uma atividade tradicional da família, que teve início quando os avôs produziam essas bebidas para o consumo próprio. Com o passar dos anos, o filho ampliou a atividade, passando a vender os produtos para os vizinhos. A produção começou a diversificar a partir da construção de contatos do agricultor com agentes técnicos e fornecedores. Esses contatos contribuíram para a família desenvolver diferentes tipos de vinhos e licores. Por meio da utilização dos próprios recursos financeiros, a família adquiriu os equipamentos e construiu uma estrutura física para produção e armazenagem das bebidas. Apesar do tempo em que a família está envolvida nessa atividade (20 anos), o registro sanitário para a produção foi obtido somente há 3 anos. Após a ocorrência de denúncias, os órgãos locais exigiram uma série de mudanças na organização produtiva e na apresentação dos produtos. Dentre tais mudanças, verificou-se a exigência do uso de conservantes químicos nos vinhos.

Atualmente, as famílias desse grupo processam alimentos e produtos por meio do uso da produção agropecuária própria e/ou de terceiros, ao longo de todo o ano, sem interrupções. A razão dessa não interrupção está relacionada com o atendimento aos mercados, já que as vendas acontecem durante todos os meses do ano. Além disso, essas famílias estão mantendo ou se especializando no desenvolvimento de produtos agrícolas e pecuários, que servem como fonte de matéria-prima para realizar o processamento. Quando a fonte de matéria-prima própria não é suficiente, a família obtém os insumos necessários à produção, através de terceiros, com outros agricultores e/ou o comércio local/regional. Dessa forma, o desenvolvimento de produtos na agroindústria não é exclusivamente dependente da produção agropecuária própria. Nesses casos, a estrutura física é separada da residência ou situada em uma peça da casa, que é utilizada somente para essa atividade. Assim, as ações produtivas (refeições da família e processamento de alimentos) estão bem delimitadas.

O principal objetivo atual dessas famílias na atividade de processamento de alimentos é gerar renda. O foco na geração de renda é justificado na medida em que os investimentos que as famílias desenvolveram nessa atividade (estrutura física e equipamentos) precisam ser viabilizados economicamente. Esse foco explica, também, por que algumas famílias se especializaram nessa atividade e diminuíram ou interromperam as outras atividades da agricultura e pecuária (cujas informações serão detalhadas na próxima seção).

Trajatória II – Saberes cursos técnicos, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: gerar renda e/ou diversificar

Assim como as famílias que compõem a Trajetória I, os agricultores desse grupo têm as mesmas características, considerando os critérios 2, 3 e 4. Portanto, as famílias desse grupo não só realizaram mudanças no local de processamento, como também adquiriram máquinas e equipamentos específicos para essa atividade. O espaço físico é delimitado, e a produção é desenvolvida ao longo de todo o ano. Os únicos critérios que diferenciam esse grupo em comparação com as famílias da Trajetória I são a identificação da origem do saber fazer e os objetivos atuais das famílias na atividade de processamento de alimentos.

Ao contrário do grupo anterior, as famílias pertencentes a esse grupo iniciaram as suas atividades após a realização de cursos técnicos, aperfeiçoando, ao longo da trajetória, os aprendizados sobre as etapas produtivas. A herança, nessas situações, não possui relação com os saberes familiares, mas, sim, com o conhecimento que as famílias adquiriram nos cursos técnicos de capacitação, oferecidos pelos agentes técnicos e de extensão rural, da localidade e da região. Esses cursos tiveram como objetivo fornecer aos agricultores do município e da região noções práticas de processamento de alimentos, incluindo técnicas básicas de higiene e sanidade. Em algumas localidades, a realização desses cursos estava atrelada ao processo de incentivo à industrialização no meio rural, iniciativas que contavam com o apoio dos agentes ligados aos governos locais e aos órgãos de extensão rural locais:

[...] começamos com a rota turística, e isso foi preparado pela Emater. Tinha várias pessoas envolvidas, nós fazíamos chás para organizar os produtores, para ir às zonas rurais de outros municípios, reuniões para divulgação. O pessoal começou a produzir depois disso. Teve vários cursos, de cucas, de folheados, de compotas, de corte e costura, de higienização, de biscoitos **(Família 13)**.

Nesses casos, a obtenção dos conhecimentos nesses cursos (que serviram como suporte para as famílias iniciarem as atividades de processamento) não significa que as famílias não tenham realizado mudanças ao longo da trajetória da agroindústria. Pelo contrário, as famílias aperfeiçoaram e modificaram suas produções por meio da realização de novos cursos técnicos e trocando experiências com outros agricultores. A diferença, nesse caso, refere-se à característica da trajetória dessas famílias, em que não há relação entre as noções básicas de fabricação e os saberes familiares. Um exemplo que retrata essa trajetória é o caso da Família 37, que produzia somente arroz orgânico até o ano de 2007. O início da

produção da farinha de arroz foi desenvolvido após os pedidos dos consumidores locais, porém o agricultor não tinha conhecimentos sobre o processo de moagem dos grãos. Após obter conhecimentos sobre esses processos com outras famílias produtoras e aperfeiçoar esses saberes com cursos de capacitação, a família iniciou a produção. Para viabilizar tal atividade, a família construiu uma estrutura física específica para a produção de farinha de arroz, que incluiu a aquisição de equipamentos e máquinas. Segundo relatos da família, desde o ano de 2007, a produção está aumentando, devido especialmente ao aumento no número de consumidores demandantes desse produto, no município e região.

No que se refere aos principais objetivos atuais desse grupo de famílias, têm-se duas situações:

- a) a primeira situação refere-se às famílias que têm a finalidade tanto de gerar renda quanto de diversificar o portfólio de produtos;
- b) na segunda situação, as famílias objetivam somente diversificar.

Na situação da diversificação, a atividade de processamento de alimentos ainda não é o principal foco produtivo das famílias, já que ela apresenta o mesmo “destaque” que as demais atividades desenvolvidas na propriedade rural. Assim, a atividade de processamento de alimentos é percebida como uma alternativa de renda, uma oportunidade de diversificação. No entanto, já na situação de gerar renda e diversificar, pode-se perceber, em algumas famílias, uma tendência de foco nas atividades de processamento de alimentos. Por exemplo, se essa tendência se confirmar, no futuro, essas famílias modificarão seus objetivos nessa atividade: de geração de renda e diversificação optarão pela finalidade exclusiva de gerar renda.

Trajectoria III – Saberes antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico não delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: diversificar e/ou agregar valor

As famílias desse grupo iniciaram da mesma forma que os agricultores que compõem o grupo Trajetória I, ou seja, por meio de conhecimentos herdados de antepassados. No entanto, esse grupo de famílias evoluiu de forma diferente da que foi percebida nos grupos anteriores, já que essas famílias não desenvolveram mudanças significativas, tanto nos saberes técnicos herdados quanto nos locais de processamento.

Dessa forma, o saber técnico e produtivo da agroindústria ainda está baseado no saber fazer da família, mesmo nos casos em que as famílias adotaram algumas mudanças. Assim, o

contato com outros agentes (especialmente técnicos de extensão rural) proporcionou apenas a modificação de um processo, ingrediente ou método de produção, não tendo tido relação com um conjunto de mudanças mais amplas, como etapas e sequências produtivas, como pode ser observado a partir do depoimento das famílias 11 e 35: [...] é o mesmo sistema de produzir, e, não pode mudar o sistema. Primeiro eu passei para a minha filha, depois o sobrinho quis pegar, pra manter a tradição. Eles se criaram fazendo linguça (**Família 11**). [...] a mudança que teve foi só que o SEBRAE deu ideia para eu fazer as cucas no mesmo padrão, em dois tamanhos de 500 gramas e de 700 gramas (**Família 35**)

O local que as famílias utilizam para fabricar os produtos da “agroindústria” é o mesmo espaço físico de quando iniciaram a atividade. Nesse espaço físico (cozinha ou peça na residência), não há mudanças significativas. Isso significa que há pequenas modificações nas suas características físicas (que incluem, em alguns casos, a colocação de azulejo, piso e modificações na organização dos móveis). Nos casos em que essas modificações aconteceram, elas não estão exclusivamente relacionadas ao ambiente da agroindústria, mas implicam em considerar que a residência (ambiente de convívio familiar) também foi modificada fisicamente. Os equipamentos são rudimentares, o que significa que são antigos, herdados de antepassados e/ou adaptados para atender ao objetivo específico. Os equipamentos adquiridos pelas famílias restringiram-se aos maquinários de pequeno porte, específicos para a área de panificados e confeitaria, como cilindros e fornos.

Sobre as características atuais, esse grupo de famílias relaciona a preparação das refeições com a atividade de processamento de alimentos. Isso significa que não há delimitação de um espaço físico específico para desenvolver a atividade, ao contrário dos grupos anteriores. A atividade de processamento de alimentos, portanto, é realizada no ambiente da cozinha, que pode ser utilizado juntamente com outro local. Nesse sentido, as famílias podem utilizar outro espaço físico para desenvolver atividades anteriores às de processamento, como abater animais, descascar frutas e legumes e armazenar os produtos.

Assim como nos grupos anteriores, a matéria-prima utilizada é própria e/ou terceirizada, e a atividade de processamento de alimentos é desenvolvida ao longo de todo o ano, sem interrupções. No que diz respeito aos objetivos das famílias, estes diferem quando comparados aos dos grupos anteriores. Nessa situação, as famílias percebem a atividade de processamento como uma oportunidade de diversificar e agregar valor à matéria-prima ou apenas agregar valor. Isso significa que esta atividade, da qual elas não dependem economicamente, representa uma renda a mais para as famílias. Portanto, ela é um incremento na renda familiar.

Trajectoria IV – Saberes antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico não delimitado, produção orientada pelo excedente e objetivos: conservar, consumir e agregar valor

As famílias desse grupo iniciaram a atividade de processamento de alimentos da mesma forma que os agricultores pertencentes aos grupos I e III. Dessa maneira, os saberes dos antepassados constituíram a base para as famílias iniciarem essa atividade. No que se refere aos aspectos de evolução técnica, as características desse grupo são semelhantes às do grupo anterior. Isso significa que não houve mudanças significativas, tanto nos saberes herdados de antepassados como no local físico de processamento.

Sobre as características atuais, as famílias desse grupo relacionam a produção de refeições e o processamento de alimentos (que é realizada na cozinha), assim como as famílias do grupo anterior. Todavia, um dos aspectos que diferencia esse grupo dos demais refere-se ao critério 4, que diz respeito ao uso da matéria-prima e à frequência do processamento de alimentos. Os agricultores desse grupo estão utilizando somente o excedente da produção agropecuária própria como matéria prima para fabricar esses alimentos. Isso significa que essas atividades são desenvolvidas conforme a disponibilidade e/ou excedente de matéria-prima própria, tendo períodos em que não há produção. Num período de escassez dos produtos agropecuários (baixa produção), por exemplo, as prioridades são fornecer esses produtos para a alimentação da família ou comercializá-los de forma *in natura*.

Todas as características anteriormente mencionadas estão relacionadas aos principais objetivos atuais das famílias, que são conservar os alimentos, disponibilizá-los ao consumo familiar e agregar valor. Essa agregação de valor é desenvolvida nos períodos em que a família comercializa os alimentos processados. Essa realidade também pressupõe que o foco dos agricultores desse grupo não é a atividade de processamento de alimentos, embora ela possa contribuir para o consumo familiar e para a geração de renda em alguns períodos do ano.

A família 55 é um exemplo ilustrativo dessa trajetória. A família produz melado, chimia (*chimier*) colonial e queijos há 33 anos. Os saberes dessa produção foram herdados dos pais e avós, que desenvolviam esses produtos para a venda e para o consumo familiar. O agricultor, que acompanhava o pai nas tarefas produtivas, especialmente no ambiente da feira do produtor, no município, decidiu dar continuidade às mesmas atividades que eram desenvolvidas pelos pais, especialmente a da produção de alimentos industrializados. Porém,

com o passar dos anos, a escala de produção aumentou. Além da comercialização na feira, a família também passou a vender a produção (especialmente o melado) para 9 filiais da principal rede de supermercados do município. Os equipamentos, herdados de antepassados, não foram substituídos. A família construiu uma estrutura física específica para a produção, porém, de forma simples (uso de tijolos sem cobertura).

A escala de produção dos alimentos industrializados começou a declinar no ano de 2007, quando a rede de supermercados requereu a compra de produtos com o registro sanitário. Após pesquisas sobre as mudanças exigidas pela secretaria de vigilância sanitária do município, a família optou por interromper a venda dos alimentos para a rede de supermercados. Atualmente, a produção é comercializada de forma direta aos consumidores da feira, em pequena escala. A mão-de-obra familiar na atividade da agroindústria foi reduzida. Inicialmente, esses trabalhos eram desenvolvidos por 3 pessoas, e, atualmente, duas pessoas trabalham nas tarefas de processamento de alimentos. A principal atividade da família é a produção de grãos, especialmente a soja.

A Figura 11, a seguir, tem como finalidade apresentar as características desses quatro grupos de famílias. Pode-se observar tanto aspectos comuns quanto diferentes entre os grupos. Os grupos I e II, por exemplo, possuem características similares no que se refere às mudanças nos saberes herdados, nos locais de processamento, no espaço físico da agroindústria, no uso da matéria-prima, etc. Já os grupos III e IV possuem os mesmos aspectos no que diz respeito aos saberes herdados e às mudanças, tanto nos saberes quanto nos locais de processamento.

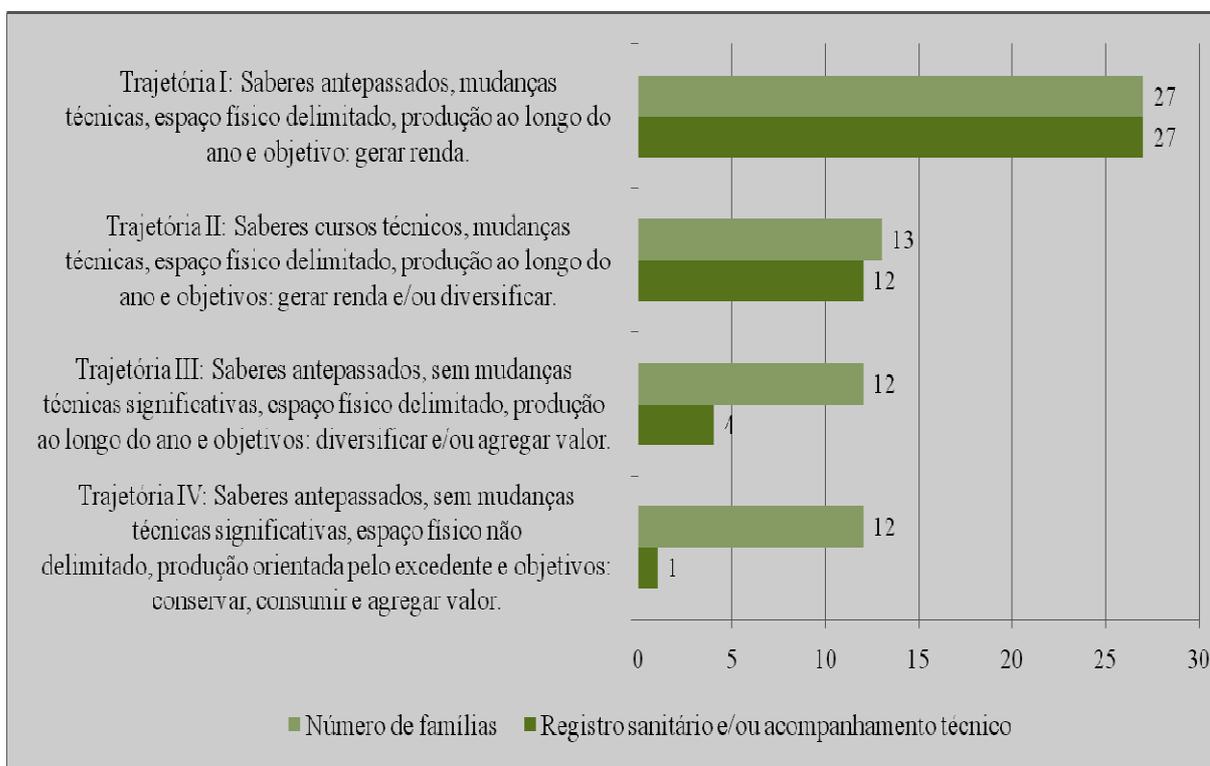
Figura 11 - Características das trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos (Trajetórias I, II, III e IV).

Trajetória I	Trajetória II	Trajetória III	Trajetória IV	
Gerar renda	Diversificar	Agregar valor	Conservar os alimentos, consumo familiar	Características atuais
Matéria prima própria e terceirizada, produção ao longo do ano			Matéria prima própria - excedente	
Espaço físico delimitado		Não há delimitação espaço físico		Evolução (tempo)
Incorporação de outros saberes e mudanças nos locais de processamento		Não há mudanças significativas nos saberes herdados e nos locais de processamento		
Saber antepassados	Saber técnico	Saber antepassados		Início

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

De acordo com a tipologia apresentada anteriormente, 27 famílias estão compondo o grupo Trajetória I, representando 42,2% da amostra, conforme dados do Gráfico 3, a seguir. Os demais grupos: II, III e IV apresentam, respectivamente, 13, 12 e 12 famílias. Todas as famílias da Trajetória I possuem registro e/ou o acompanhamento de um agente técnico para auxiliá-los nas práticas sanitárias nas atividades de processamento de alimentos. Essa situação é semelhante à das famílias da Trajetória II, em que 12 das 13 famílias possuem registro ou acompanhamento sanitário. No que se refere aos grupos de famílias das Trajetórias III e IV, a realidade é diferente. Quatro das 12 famílias da Trajetória III e uma família da Trajetória IV possuem registro e/ou acompanhamento de um técnico para desenvolver as suas atividades.

Gráfico 3 - Tipologia das famílias nas atividades de processamento de alimentos: número total de famílias em cada grupo e número de famílias que possuem registro e/ou selo identificador da produção e/ou acompanhamento técnico.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Uma das discussões na literatura sobre as “agroindústrias” refere-se, justamente, às dificuldades de obtenção do registro sanitário, especialmente quando as unidades produtoras são conduzidas por agricultores familiares. Como já apresentado na seção 1.1 do trabalho, essas unidades produtoras de alimentos são regidas por diferentes órgãos, de acordo com a origem e/ou características desses alimentos: vegetal, animal e de bebidas. Assim, a informalidade, nesta tese, refere-se às unidades produtoras que não possuem registro (s) sanitário (s), específico (s) para o (s) tipo (s) de alimento (s) que desenvolve (m).

No entanto, é relevante considerar que existem diversas situações que caracterizam a presença ou ausência do registro sanitário. Nas informações empíricas, perceberam-se 3 situações distintas:

- a) a das famílias que possuem registro de sanidade para a produção de alimentos e que, em geral, contratam um técnico para realizar visitas periódicas. Esse técnico é remunerado, existindo casos em que as famílias o contratam de forma conjunta, dividindo o custo;

- b) a das famílias que não possuem o registro sanitário e não possuem qualquer tipo de acompanhamento técnico nesse quesito e;
- c) a das famílias que não possuem o registro sanitário para a produção, porém estão mantendo contato com agentes técnicos e/ou de extensão rural, que, por sua vez, realizam uma espécie de “inspeção informal”. Essa “inspeção informal” significa a realização de visitas periódicas desses profissionais às unidades produtivas. Trata-se de profissionais que atuam em órgãos públicos locais na área da agricultura e de extensão rural e que averiguam as “condições sanitárias” e produtivas das famílias nessa atividade. Essa realidade revela a existência de uma situação intermediária do controle sanitário.

A inclusão da terceira situação é relevante, podendo ser justificada por dois motivos: o primeiro deles refere-se à pertinência em descrever o contexto heterogêneo e diverso com que essa atividade se apresenta na realidade empírica. Os casos em que as famílias recebem assistência informal para controlar a sanidade dos alimentos produzidos na “agroindústria”, em geral, não são revelados pela literatura brasileira que trata dessa temática. O segundo motivo diz respeito à descrição sobre a natureza e o tipo das relações sociais do controle sanitário, na realidade do processamento de alimentos na agricultura familiar. Mesmo que não haja um registro formal para controle de sanidade desses alimentos, é pertinente considerar que o controle pode estar sendo realizado de maneira informal. Essa diversidade também foi destacada por Guimarães e Silveira (2007), já fazendo referência à diferença entre a “total informalidade” e o acompanhamento e/ou cursos de qualificação, que são geralmente oferecidos por agentes técnicos e/ou de extensão rural.

Essa situação e a tipologia apresentada relevam, portanto, a diversidade dos contextos dos quais participam os agricultores familiares que processam alimentos. Essa diversidade exige, portanto, análises e discussões que vão além da dicotomia “informal” e “formal”.

4.2 O INÍCIO DA ATIVIDADE DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS SEGUNDO AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS

A tipologia apresentada anteriormente tanto relaciona os aspectos atuais quanto resgata elementos históricos da atividade de processamento, especialmente sobre as mudanças técnicas. Como forma de complementar a apresentação dessa trajetória, o Gráfico 4, a seguir, tem como finalidade apresentar o tempo em que as famílias estão nessa atividade. Com base

nas informações do Gráfico 4, pode-se afirmar que o tempo (em anos) no qual as famílias estão processando alimentos não é um fator determinante nos processos de ocorrência de mudanças técnicas e produtivas, já que as famílias componentes das Trajetórias I, III e IV apresentaram médias muito semelhantes (21,2; 19,6 e 21,0, respectivamente).

No que se refere à análise entre as famílias do mesmo grupo, o tempo de atividade entre os agricultores do grupo da Trajetória I é menos variável, quando comparado aos grupos das Trajetórias III e IV. O desvio padrão no grupo da Trajetória I é de 8,1, enquanto os valores máximos e mínimos são 43 e 6, respectivamente. Essa situação não é observada nos grupos das trajetórias III e IV, já que ambos têm valores muito próximos no que se refere ao tempo em que as famílias se dedicam a essa atividade: no grupo da Trajetória III, a média é de 19,6 e, no grupo da Trajetória IV é de 21,0, os valores máximos e mínimos também estão muito próximos: 1 e 1,5, respectivamente. O desvio padrão, de 16, demonstra a diversidade dos dados, já que, dentro desses grupos (Trajetórias III e IV), os valores (tempo em que as famílias estão na atividade) variam mais quando comparados aos demais.

As famílias componentes da Trajetória II apresentam uma situação particular, já que nesse grupo, os agricultores envolvidos iniciaram a atividade de processamento recentemente, quando comparados aos demais grupos. A média desse grupo é a mais baixa: apenas 11 anos. Nesse grupo, podem ser encontradas famílias que estão nessa atividade desde 1,5 anos (valor mínimo) a 19 anos (valor máximo). O desvio-padrão de 5 anos indica que a variabilidade (dos dados sobre o tempo em que estão na atividade) entre as famílias nesse grupo é menor quando comparada aos demais.

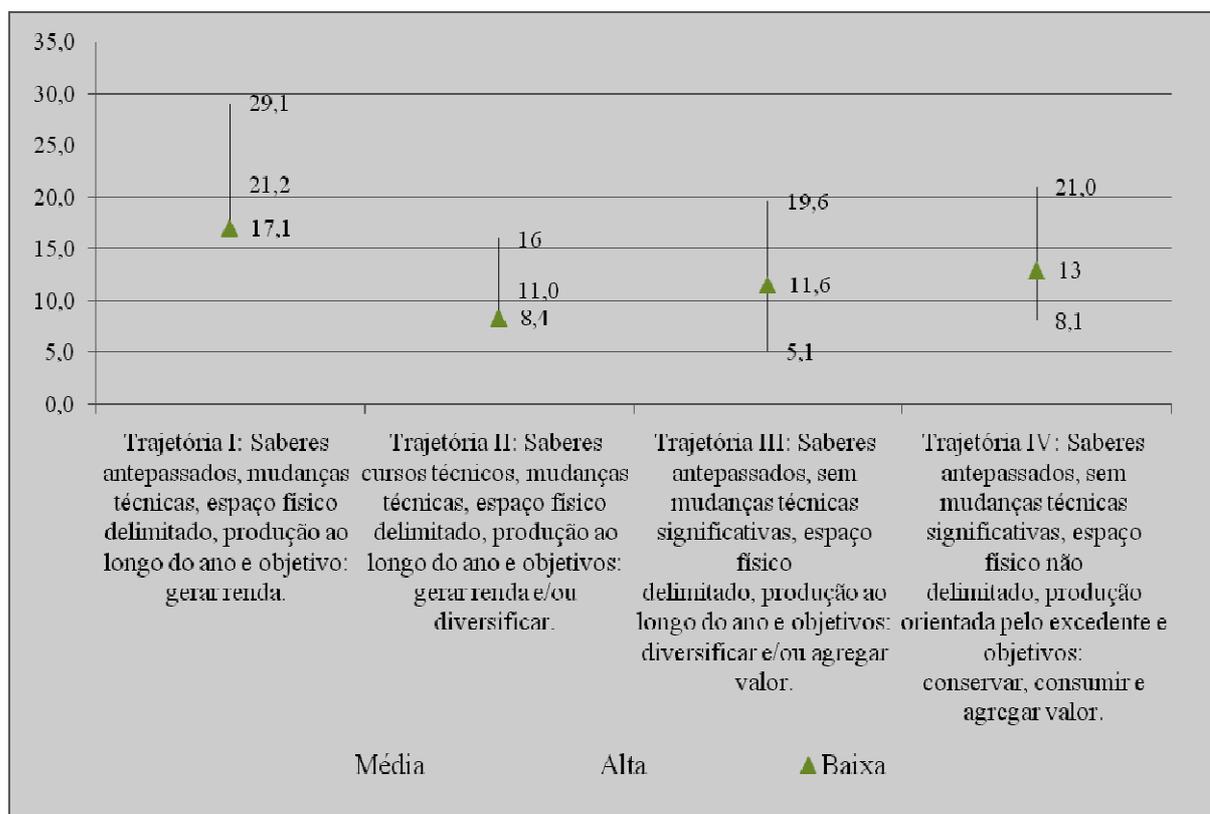
O grupo de famílias componentes da Trajetória II teve influência de agentes técnicos e/ou de extensão rural local para realizarem cursos de capacitação antes de iniciarem a atividade de processamento de alimentos. Portanto, a influência de agentes técnicos e/ou de extensão rural locais na emergência dessa atividade na agricultura familiar é uma ação recente nessas realidades, não ultrapassando 19 anos.

É pertinente ressaltar que o tempo em que os agricultores estão desenvolvendo as atividades de processamento de alimentos não pode ser reduzido à descrição sobre o ano em que construíram a estrutura física, o ano em que iniciaram a comercialização da produção ou o período a partir do qual obtiveram o registro de sanidade. Nesta tese, está se considerando o tempo em que desenvolvem a atividade de processamento de alimentos desde o primeiro contato que os agricultores tiveram com essas tarefas. Essa informação pode ser igual ou diferente do ano em que construíram a estrutura física ou do ano em que eles iniciaram a comercializar os alimentos.

Conforme os dados da pesquisa realizada por Pelegrini³⁵ e Gazolla (2007), apresentado por Gazolla (2012), 61,35% das agroindústrias da região do Médio Alto Uruguai surgiram há menos de 10 anos. Essa informação diverge dos dados encontrados nesta pesquisa, nas quatro regiões estudadas do RS: Vale do Rio dos Sinos, Hortênsias, Sul e Jacuí-Centro. Essa diferença é justificada pelos métodos de coleta das informações utilizados no estudo dos autores, que considerou como público-alvo as famílias que já comercializavam os alimentos e também as que já possuíam estrutura física, máquinas e/ou equipamentos de processamento. Nesta tese, o tempo é considerado de forma mais abrangente, porque objetivou incluir informações sobre as trajetórias das famílias nessas atividades, especialmente sobre as suas experiências na fabricação de alimentos. Esse elemento é relevante para compreender mudanças institucionais. A forma como as famílias acumulam experiências está relacionada com as suas histórias de vida e de trabalho. Essas histórias, por sua vez, se fundamentam nas interações familiares, especialmente nas parcerias desenvolvidas com seus pais e/ou avôs.

³⁵ PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai** (CAAF, 2006). Relatório Final de Pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005 – PROCOREDES, Frederico Westphalen, 29p., Junho de 2007.

Gráfico 4 - Tempo (em anos) em que as famílias desenvolvem a atividade de processamento de alimentos.



Fonte: Informações da pesquisa (2012)

Com o objetivo de resgatar elementos históricos, o Gráfico 5, a seguir, tem como finalidade apresentar as características que cada grupo tinha quando iniciou suas atividades de processamento. Sobre isso, é relevante considerar os aspectos semelhantes das famílias dos grupos de Trajetórias I, III e IV. Quando iniciaram essa atividade, essas famílias organizavam a fabricação dos alimentos e produtos baseadas na forma como os antepassados produziam os alimentos. No período inicial, as famílias que compunham esses grupos não possuíam acompanhamento técnico e, além disso, a fabricação de produtos e alimentos industrializados não era realizada em um espaço físico e/ou estrutura física específica.

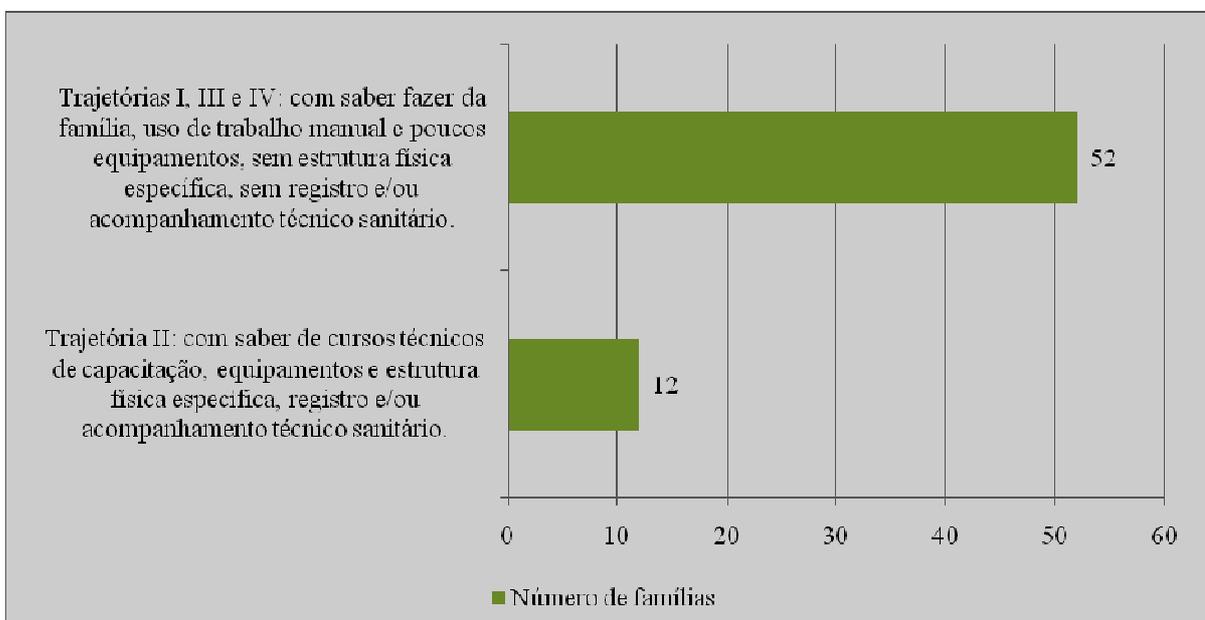
Nesse mesmo período, o trabalho na agroindústria era caracterizado pelo uso intensivo de mão-de-obra e os equipamentos, quando utilizados, eram herdados de antepassados e rudimentares. Essa característica de herança está relacionada com o desejo dos agricultores em conservar e manter o uso dos maquinários que eram utilizados pelos pais e avós na “agroindústria”. Como exemplos, é comum encontrar famílias que produzem doces de frutas e geleias em tachos de cobre e que fazem o uso de engenhos – compostos por um conjunto de equipamentos para a extração do caldo da cana-de-açúcar, utilizado na produção de cachaça,

melado, rapadura e chimia colonial. Esses equipamentos foram mencionados pelas famílias, quando questionadas sobre as suas histórias. Tais maquinários serviram como elementos que ilustraram e resgataram essas histórias, lembrando a maneira como esta atividade foi iniciada.

Apesar de esses grupos apresentarem o mesmo perfil no período em que iniciaram as atividades de processamento de alimentos, essa característica não é determinante para explicar mudanças técnicas e produtivas, já que tais grupos evoluíram de maneira diferente ao longo do tempo. A mesma situação não se refere às famílias do grupo de Trajetórias II, pois as características atuais dessas atividades nesse grupo são praticamente as mesmas, quando comparadas com o perfil do período inicial.

Essas diferenças reforçam as ideias Veblenianas relacionadas à evolução. Embora essas trajetórias estejam conectadas às experiências passadas, esses elementos não dão a certeza dos rumos e das direções da evolução. Assim, os processos e os elementos interacionais – emergentes ao longo das trajetórias - são elementos pertinentes para entender como e por que cada grupo de famílias adquiriu tais características.

Gráfico 5 - Tipologia das famílias nas atividades de processamento de alimentos: características técnicas e produtivas das diferentes trajetórias, quando iniciaram essa atividade.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

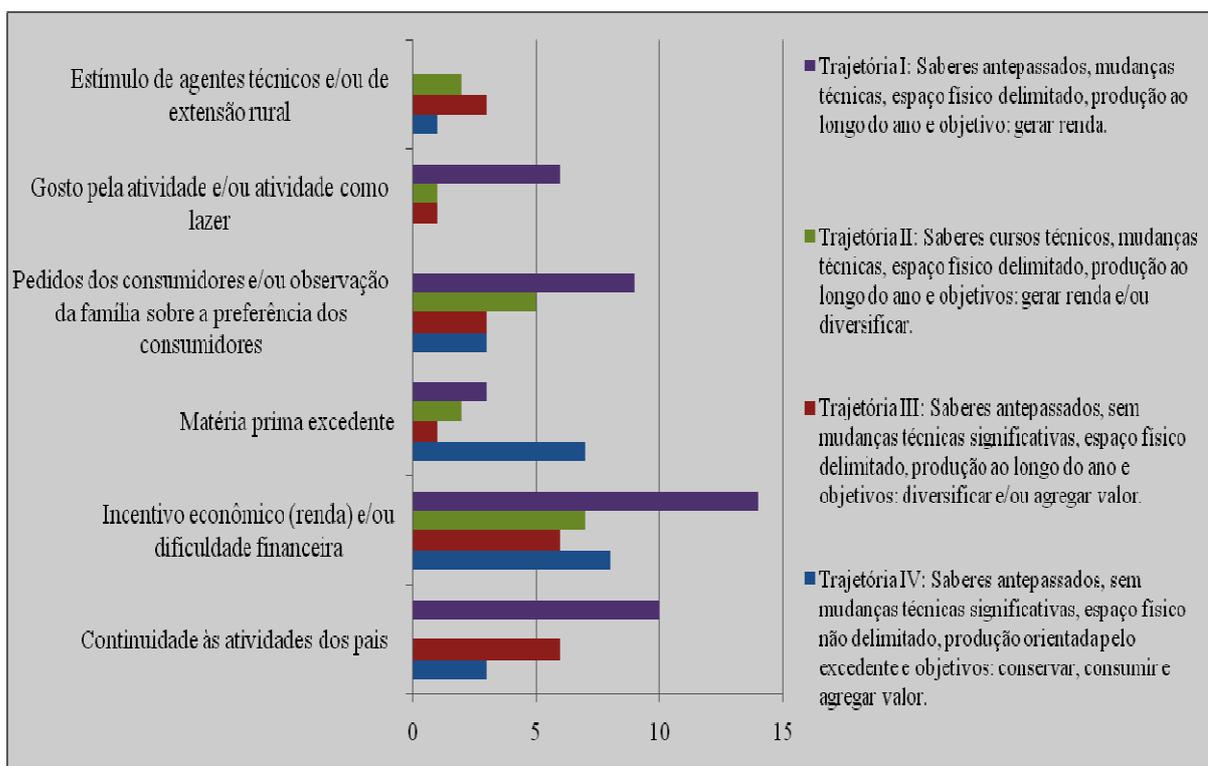
No que se refere às motivações que conduziram as famílias a iniciar o desenvolvimento de produtos e alimentos industrializados, a renda é considerada um elemento pertinente. Entretanto, a motivação guiada pelo incentivo econômico por vezes pode estar

acompanhada de outros fatores. Algumas famílias - que mencionaram a renda como um dos principais elementos que as estimularam a iniciar essa atividade - relacionaram esse incentivo econômico a outros fatores, como o da preferência pela continuidade das atividades desenvolvidas pelos pais; percepção a respeito do interesse dos consumidores em adquirir alimentos e produtos industrializados; necessidade de aproveitar o excedente da matéria prima disponível na propriedade rural e existência de incentivos de agentes técnicos e/ou de extensão rural locais.

A finalidade do Gráfico 6, a seguir, é apresentar uma síntese do conjunto dessas motivações, indicando as diferenças e semelhanças entre as Trajetórias: I, II, III e IV. As famílias componentes das Trajetórias I e III apresentam características muito similares sobre os elementos que influenciaram a emergência dessas atividades. Os fatores relacionados à oportunidade de obter renda; manutenção das atividades desenvolvidas pelos pais; observação sobre as preferências dos consumidores; preferência pela atividade (algumas vezes identificada como uma forma de lazer) e aproveitamento de matéria prima excedente são motivações comuns nesses dois grupos. Essas informações são reforçadas nos depoimentos a seguir: [...] começamos com pouca produção. A gente tinha muito porco. Começamos com a feira. Mas, começamos a fazer mesmo para sobreviver. Foi o jeito como sustentamos as crianças adotivas. Inventamos devido à dificuldade (**Família 6, Trajetória I**). [...] eu já tinha experiência como representante comercial. Aí comecei a fazer, entrar no mercado, e o pessoal gostou. É importante saber como o cliente quer, ver como ele quer (**Família 34, Trajetória I**).

Nas famílias da Trajetória II, a motivação relacionada à manutenção das atividades dos pais não é mencionada pelos agricultores. Essa situação é justificada pela ausência da relação entre saberes de antepassados e atividades de processamento na trajetória dessas famílias. Já quanto às famílias da Trajetória IV, o processamento de alimentos como uma forma de utilizar as matérias primas disponíveis na propriedade rural foi mencionada por um número maior de agricultores, quando esse número é comparado ao dos demais grupos.

Gráfico 6 - Fatores de motivação, que conduziram as famílias a iniciarem a atividade de processamento de alimentos, segundo as Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012)

Notas: O número total de respostas em cada item é maior que a quantidade de famílias entrevistadas. Esse fato é justificado porque algumas famílias responderam mais de um fator de motivação.

Considerando o número total de famílias, a renda foi o fator de maior relevância, já que esse elemento foi mencionado por 35 agricultores e destacou-se como a principal motivação em todos os grupos analisados. A motivação dos agricultores por outras fontes de renda está associada a um processo mais amplo³⁶, que envolve a perda de valores de comercialização dos produtos agropecuários ao mesmo tempo em que se tem um aumento dos preços de insumos da agricultura e pecuária. Essa mesma motivação é destacada por Gazolla (2012) nos resultados dos estudos realizados na região do Alto Médio Uruguai.

Outro aspecto pertinente refere-se à observação que as famílias estão desenvolvendo nos canais de comercialização, especialmente quanto ao conhecimento sobre as preferências dos clientes. O processamento de alimentos também pode estar atrelado ao estreitamento das relações entre os agricultores e os seus clientes. Tal percepção sobre os mercados é oportunizada pelas relações de proximidade entre produtor e consumidor, como pode ser observado nos depoimentos a seguir: [...] nunca tivemos incentivos, foi porque a gente

³⁶ Essa informação converge com a discussão sobre o *squeeze* da agricultura. Sobre esse conceito, ver (PLOEG et al; 2000).

persistiu na atividade. Nós vimos pelo mercado, pelo o que o pessoal estava pedindo. E aí nós tentamos fazer e deu certo, conforme os clientes pedem a gente muda (**Família 42, Trajetória II**). [...] a gente mesmo analisa pra vender melhor. Eles perguntam: não tem tal coisa? É daí que a gente tira as ideias pra produzir. A gente traz o que eles querem. Foi assim que começou a crescer a banca (**Família 45, Trajetória III**).

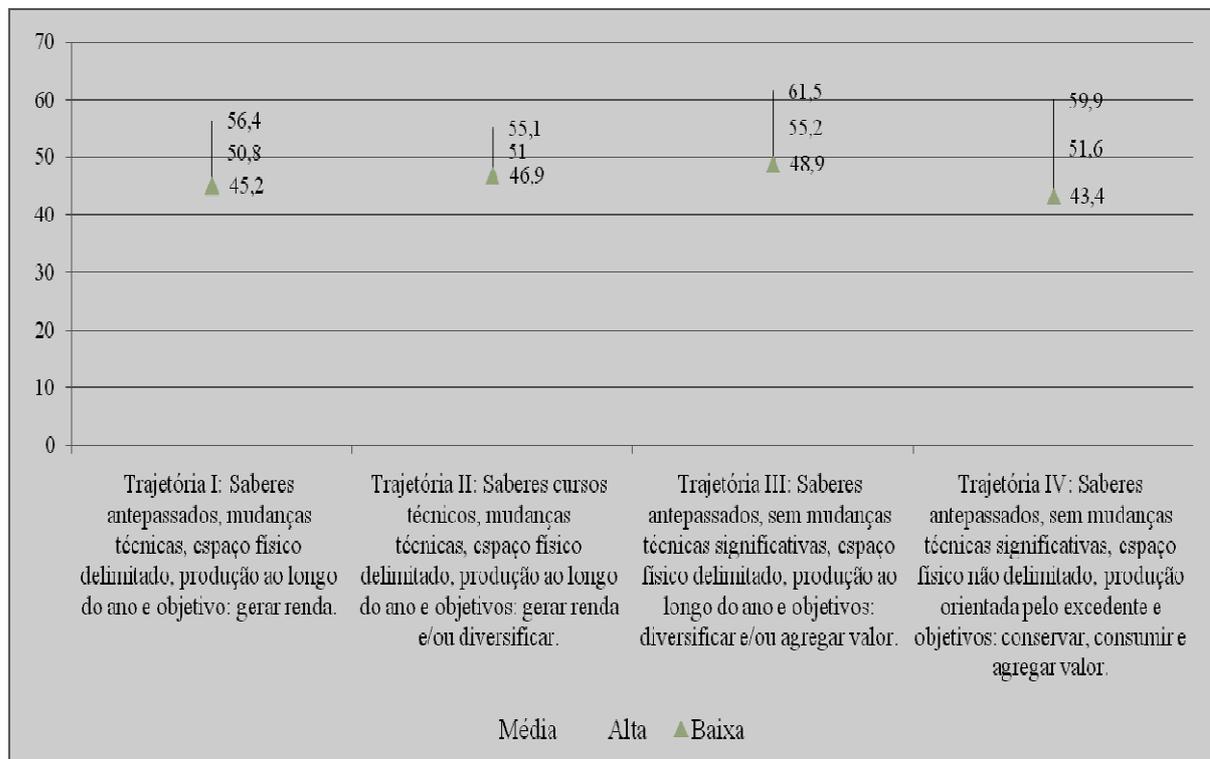
[...] é tudo ideia da minha cabeça mesmo. Mas eu vejo que a vida é corrida, todos estão com pressa, e o *kit* sopa é prático. Eles não podem perder tempo, só chegam em casa colocam na panela e deu. Nós também aprimoramos pra colocar mais variedade de produtos. Tem gente, por exemplo, que não gosta do nabo, então eu faço sem. Deixo separado, faço com diversos produtos (**Família 44, Trajetória III**).

4.3 AS TRAJETÓRIAS E OS DIFERENTES PERFIS SÓCIOECONÔMICOS ATUAIS

As agroindústrias estão inseridas na propriedade rural e fazem parte de um conjunto de atividades da família, como a produção agrícola e pecuária, as relações mercantis e sociais, os elementos culturais, os modos de vida, experiências e trajetória das pessoas. Esses elementos, por sua vez, influenciam na maneira como os agricultores estão construindo os objetivos atuais e futuros para essa atividade.

As diferenças nas trajetórias técnicas e produtivas das famílias no processamento de alimentos não estão relacionadas à idade das pessoas que estão gerindo tais atividades. Essas informações podem ser confirmadas a partir dos dados apresentados no Gráfico 7, a seguir. Nos quatro grupos analisados, os valores das médias são bastante próximos: Trajetória I (50,8 anos); Trajetória II (51,0 anos); Trajetória III (55,2 anos); e Trajetória IV (51,6 anos). No que se refere aos valores máximo, mínimo e desvio-padrão, os grupos de famílias das Trajetórias I, II e IV possuem valores similares. Considerando o conjunto de informações nesses três grupos, as idades variam de 20 a 77 anos. Nos grupos de famílias componentes das Trajetórias I, II e IV, as idades dos gestores diferenciam-se mais quando forem comparadas às idades dos componentes do grupo Trajetória III, cujo desvio-padrão é menor (8,2 anos). Nesse grupo, as idades vão de 38 anos (valor mínimo) a 62 anos (valor máximo).

Gráfico 7 - Idade dos gestores nas atividades de processamento de alimentos, segundo as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012)

Notas: nos casos onde há a gestão compartilhada entre duas ou mais pessoas, foi considerada a idade da pessoa mais ativa na atividade de processamento, especialmente nas ações que envolvem o planejamento produtivo e financeiro dessas atividades.

Devido à complexidade de etapas que estão envolvidas na fabricação de alimentos industrializados, essa atividade demanda a execução de serviços diferenciados ao longo de toda a cadeia produtiva. Em algumas realidades, esses serviços estão concentrados não apenas nas ações que envolvem o processamento, mas também nos trabalhos relacionados à plantação, colheita e abate de animais.

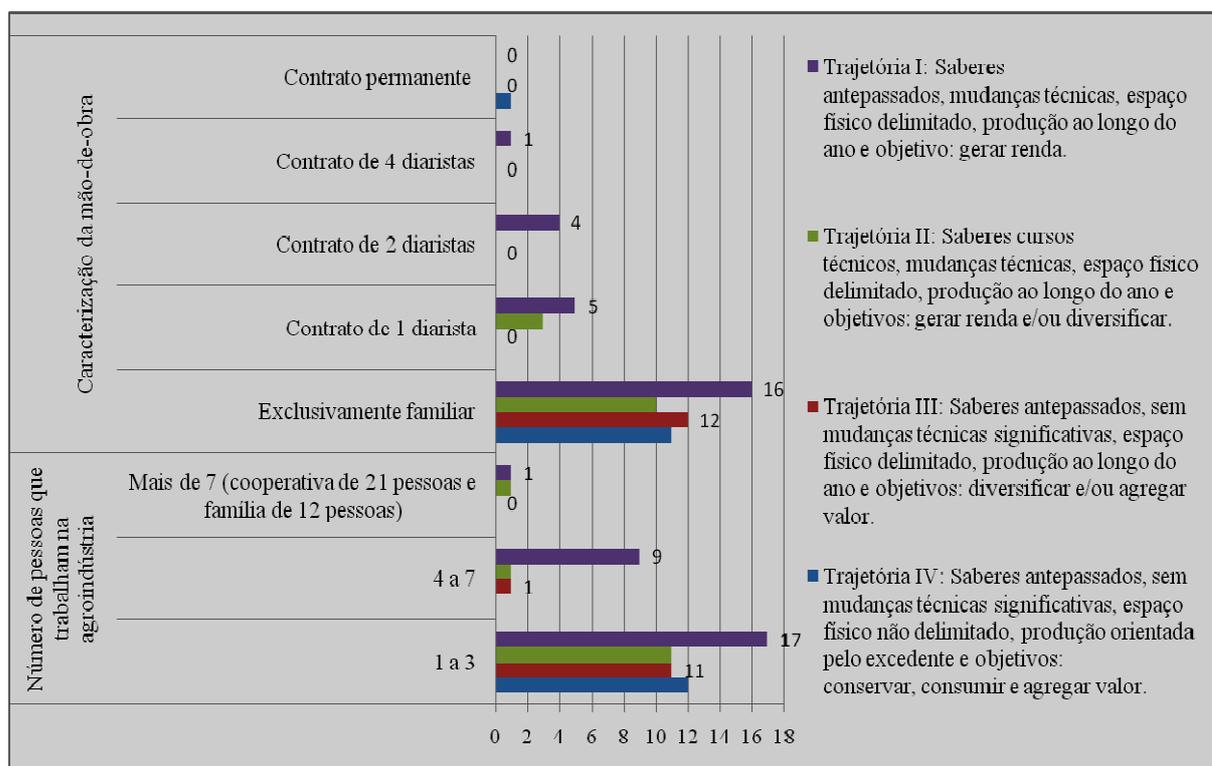
Considerando as informações constantes no Gráfico 8, a seguir, a maior parte das unidades produtivas (49 de 64) podem ser caracterizadas pela ocupação da mão-de-obra exclusivamente familiar. Nesses casos, há a ausência tanto de contratos permanentes como de contratos de serviços temporários. No que se refere ao número de pessoas envolvidas nas atividades relacionadas ao processamento de alimentos e produtos, a maior concentração das famílias situa-se na faixa de 1 a 3 pessoas. Essa é uma realidade de 51 famílias, o que representa 77% do total da amostra.

Quanto à alocação de trabalho referente ao contrato de mão-de-obra temporária, 10 famílias pertencentes ao grupo de Trajetória I estão contratando diaristas para a execução de

serviços na agroindústria. Nessa realidade, a mão-de-obra familiar não é suficiente para viabilizar as atividades de produção dos alimentos. Uma cooperativa, localizada numa comunidade rural está inserida nesse grupo (Trajetória I). Nesse caso, a organização social tem oportunizado a mobilização dos recursos relacionados ao trabalho, já que o grupo, composto por 21 pessoas, não precisa contratar pessoas externas.

No grupo de famílias pertencentes à Trajetória II, apenas 3 famílias estão contratando 1 diarista para complementar o serviço familiar. Nesse mesmo grupo, destaca-se o caso de uma unidade produtiva, que emprega mão-de-obra de 12 pessoas da família. Já os membros das Trajetórias III e IV não realizam contratos com diaristas. Para as famílias inseridas na Trajetória IV, há apenas um caso de uma família que contrata mão-de-obra permanente. No entanto, deve-se considerar que essa família possui limitações de saúde para a execução de todos os trabalhos envolvidos na atividade de processamento de alimentos.

Gráfico 8 - Caracterização da mão-de-obra utilizada nas atividades de processamento e o número de pessoas que trabalham nessa atividade, segundo as Trajetórias I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012)

O Gráfico 9, a seguir, apresenta algumas informações sobre a relação entre as atividades: agricultura, pecuária e o processamento de alimentos. De forma específica, os dados apresentados relacionam elementos das trajetórias das famílias nessas atividades.

Ademais, este gráfico fornece um panorama geral sobre algumas decisões que os agricultores tomaram nessa atividade e os impactos na agricultura e pecuária.

De acordo com tais informações, o grupo pertencente à Trajetória I destacou-se pelo maior número de famílias que substituíram atividades da agricultura e pecuária devido a uma opção por maior dedicação às atividades de processamento de alimentos, correspondendo a 17 famílias. Essa realidade representa 63% do número total de famílias desse grupo. Já, nas Trajetórias II e III, o número de famílias que optaram pela maior dedicação à agricultura e pecuária correspondeu a 5 famílias, em cada grupo.

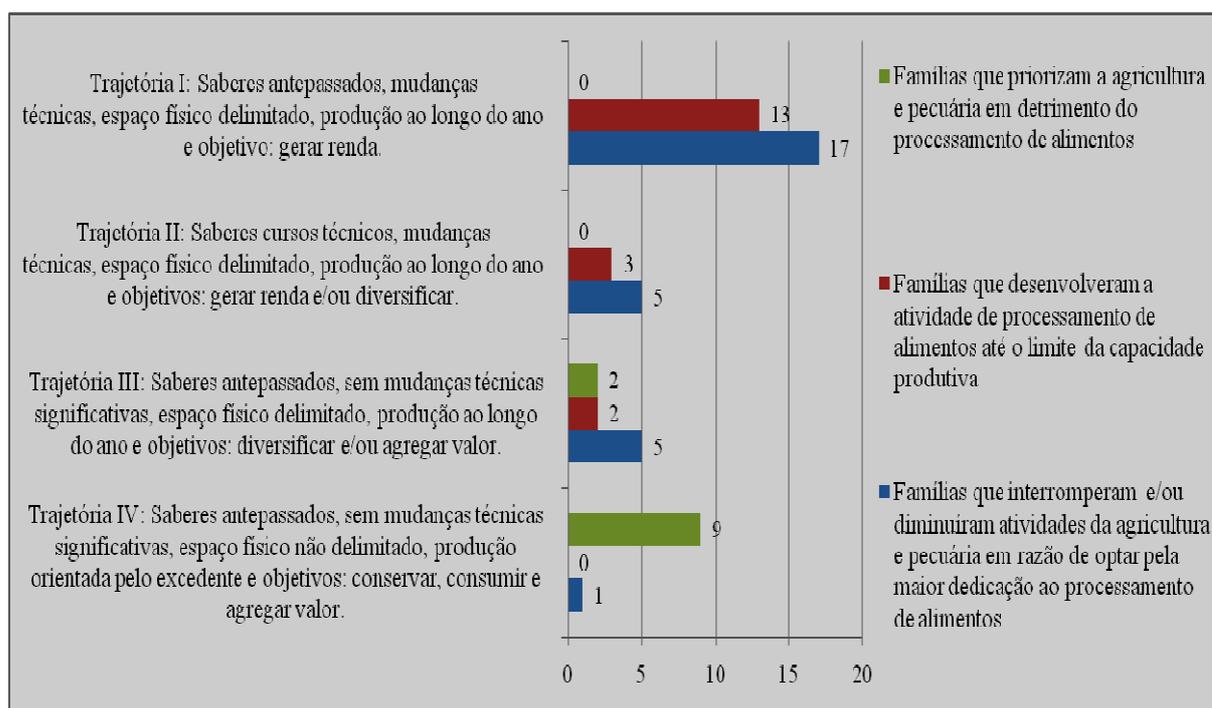
Considerando o conjunto de informações sobre as famílias que fizeram essa opção, é pertinente ressaltar que quase a metade dos componentes da amostra (42%) interrompeu ou substituiu alguma atividade da agricultura e pecuária para dedicar-se mais ao processamento de alimentos. Entretanto, no grupo pertencente às famílias da Trajetória IV, apenas uma família fez essa opção. Isso pode ser justificado porque 9 das 12 famílias pertencentes a esse grupo estão priorizando as atividades da agricultura e pecuária em detrimento das atividades de processamento de alimentos.

Para essas 9 famílias, quando houve mudanças na atividade da agricultura e pecuária, estas não foram relacionadas com a opção pela dedicação maior à atividade de processamento de alimentos. Em outras palavras, a trajetória das famílias na agroindústria não teve impacto na substituição, diminuição e/ou interrupção de atividades agropecuárias. Nesses casos, essa situação pode ser explicada pelo fato de que essas famílias não priorizam e não possuem planos futuros de priorizar as atividades de processamento em detrimento da agricultura e pecuária. A prioridade consiste em concentrar força de trabalho e investimentos nos produtos da agricultura e pecuária (que são consumidos e comercializados de forma *in natura*), como pode ser observado nos seguintes casos: [...] não é o nosso foco [agroindústria]. A nossa atividade é o figo *in natura* (**Família 18, Trajetória IV**).

[...] a gente tem outras atividades. Se a gente sobreviver mais folgado na lavoura a gente não vai mais fazer [atividade de processamento de alimentos]. A gente entregava muita produção para o mercado [rede de supermercados], mas para continuar nós tínhamos que investir R\$ 30.000,00 pra arrumar a estrutura. Desistimos porque a gente não ia continuar. Não adianta se matar trabalhando. Diminuímos a cana-de-açúcar [matéria prima para produção de melado e chimia colonial]. [...] Agora nós vamos olhar uma máquina usada para a lavoura [soja] (**Família 55, Trajetória IV**).

Das 17 famílias (Trajetória I) que substituíram atividades da agricultura e pecuária em razão da opção pela maior dedicação às atividades de processamento de alimentos, 15 desenvolveram as suas agroindústrias até o limite da capacidade produtiva. Nos grupos identificados como Trajetórias II e III, essa situação correspondeu à realidade de 3 e 2 famílias, respectivamente. É pertinente ressaltar que essa capacidade produtiva, entretanto, não corresponde à utilização máxima dos recursos disponíveis na propriedade rural e tampouco ao uso da estrutura física da “agroindústria” no seu limite máximo. O limite da capacidade produtiva, neste contexto, não é definido por meio da realização de um cálculo econômico, de forma empresarial ou industrial (escala). Pelo contrário, esse limite é definido considerando um conjunto de aspectos, como disponibilidade de recursos envolvendo mão de obra, estrutura física, matéria prima, fornecedores e volume de vendas, entre outros.

Gráfico 9 - Número de famílias que substituíram as atividades da agricultura e pecuária em razão de optar pela maior dedicação às atividades de processamento de alimentos.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Nos três depoimentos abaixo, é possível identificar como as mudanças nas agroindústrias possuem relação com as atividades da agricultura e pecuária: [...] paramos com as verduras pelos altos pedidos de queijo. Eu não gosto e nunca gostei de trabalhar com verdura (**Família 7, Trajetória I**). [...] naquele tempo [dos avôs e dos pais] era plantação de

batata inglesa. Era um trabalho muito manual. A batata hoje vai para a agroindústria (**Família 28, Trajetória II**). [...] tinha mais roça, feijão, milho. Agora tem menos. Nós aumentamos as parreiras. A dedicação maior é na agroindústria. Ficar plantando milho é muita mão-de-obra (**Família 29, Trajetória I**).

Esses exemplos são indicativos consideráveis da associação entre agricultura e agroindústria, já que as preferências atuais das famílias e os seus planos futuros são dois elementos relevantes para compreender as suas trajetórias nessas atividades. Quando as famílias possuem preferência pelas atividades da agricultura ou da pecuária (que não é fonte de matéria prima para a agroindústria), essa situação influencia diretamente na ocorrência ou não de mudanças técnicas, sociais e produtivas na atividade de processamento.

Outro elemento relevante para complementar essa assertiva refere-se às diferenças quanto à contribuição da renda dos produtos industrializados na renda total. Para as famílias do grupo “Trajetória IV”, a agroindústria é uma atividade complementar no trabalho, na mobilização de recursos e na renda. Conforme o Gráfico 10, a média da renda da agroindústria sobre a renda total desse grupo é de 15,7%. Essa renda varia entre 3% (mínimo) e 30% (máximo). O desvio-padrão de 8,5% significa que os valores da renda (expressa em porcentagens) estão próximos do valor da média, e, portanto, não variam significativamente.

Para as famílias desse grupo (Trajetória IV), as atividades da agricultura, pecuária, os empregos urbanos e a aposentadoria são as rendas principais. E, para 50% destas famílias, as atividades principais (agricultura e pecuária) estão relacionadas com a trajetória de vida das pessoas, pela oportunidade de continuar a produção desenvolvida pelos pais e avós. Além disso, a prioridade em desenvolver tais atividades foi uma das justificativas utilizadas pelos agricultores para explicar suas preferências em exercê-las.

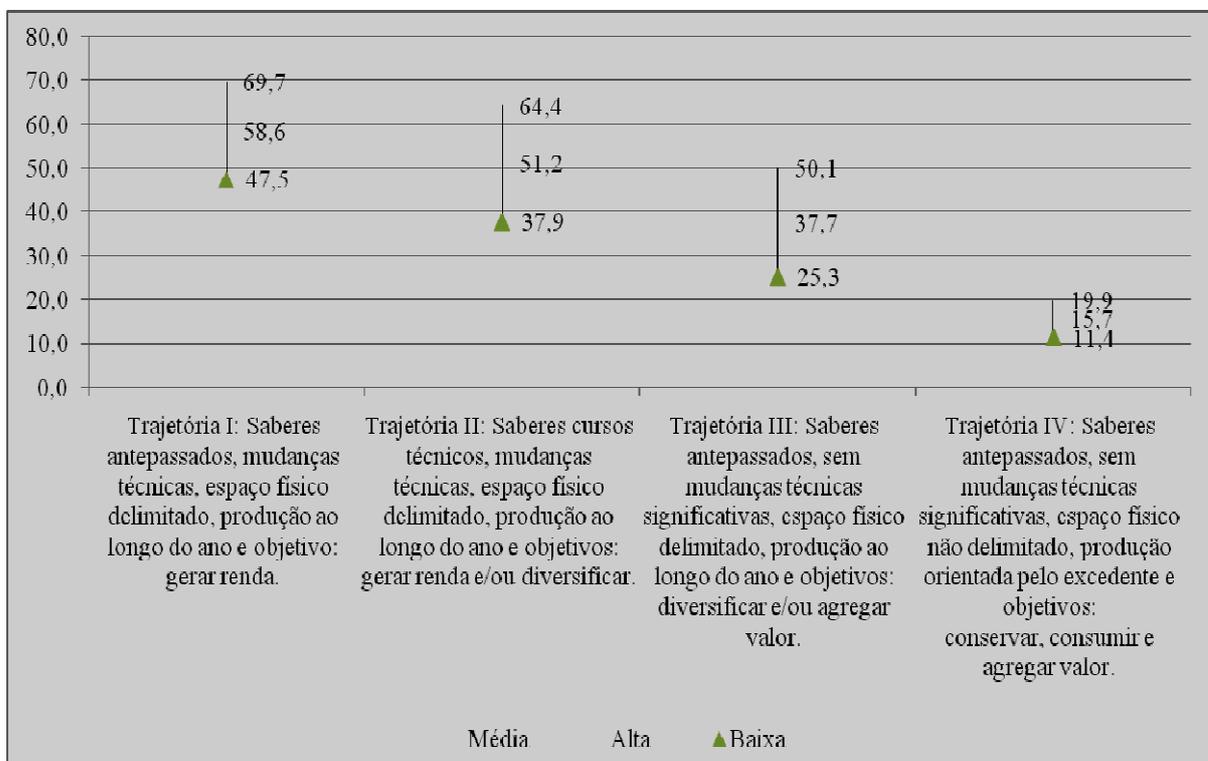
As famílias dos grupos “Trajetórias I e II” apresentam os valores de porcentagem da renda similares, representando, significativamente, 58,6 e 51,2%. Os valores máximos e mínimos desses dois grupos também são semelhantes. Das 27 unidades pertencentes ao grupo “Trajetória I”, duas famílias têm essa atividade como única fonte de renda. Ao longo da trajetória, essas duas famílias especializaram-se no processamento de alimentos. Já na Trajetória II, a agroindústria representa 90% da renda para uma família e 80%, para 3 famílias. Quanto ao valor mínimo, os grupos “Trajetórias I e II” apresentam, respectivamente, 15 e 20%.

Em comparação com os dados referentes às famílias do grupo Trajetória IV, as famílias dos demais grupos possuem uma maior variação da contribuição econômica da agroindústria na formação na renda total. Considerando o conjunto de famílias que compõem

os grupos das Trajetórias I, II e III, a agroindústria adquire uma importância econômica que varia significativamente, com valores de 5 a 100%. Desse modo, considerando os valores de média, máximo, mínimo e desvio-padrão, os valores de renda entre as famílias da Trajetória IV são mais similares (pois a distribuição é mais homogênea), em comparação com os demais grupos (Trajetórias I, II, III).

No entanto, no que se refere ao objetivo das famílias nessa atividade, as Trajetórias I, II e III apresentam diferenças. Metade das famílias da Trajetória I está se dedicando exclusivamente às atividades da agroindústria, focando a produção da agricultura e/ou pecuária e os recursos de trabalho especialmente para fins de industrialização. Essa é uma realidade de três famílias da Trajetória II e apenas uma da Trajetória III. O foco dos agricultores na atividade de processamento de alimentos reflete na formação da renda dessa atividade. Das famílias que priorizam a agroindústria (considerando que a prioridade refere-se à alocação de mão-de-obra e uso de recursos em detrimento de outras atividades produtivas), 83% apresentam rendas de 80 a 100%.

Gráfico 10 - Contribuição da renda das atividades de processamento de alimentos para as Trajetórias: I, II, III e IV. Porcentagens e medidas de dispersão e localização.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Para Wesz Júnior (2009), a estabilidade econômica das atividades de processamento pode estar relacionada com o estímulo das famílias em evoluírem para a especialização produtiva. Ou seja, segundo esse autor, é pertinente considerar que a renda oportunizada pela comercialização de alimentos e produtos industrializados pode ser um elemento motivador das famílias em reduzir seus portfólios de fontes de renda. Para Wesz Júnior (2009, p. 23), pode haver uma relação direta entre a variável renda e a especialização na agroindústria, pois:

[...] a estabilidade econômica proporcionada pelo rendimento monetário da agroindústria acaba estimulando alguns agricultores a apostar na industrialização, reduzindo, assim, o seu portfólio de fontes de renda. Embora a diversificação seja apenas um ponto, ela traz em evidência os diferentes papéis ocupados por essa iniciativa produtiva conforme os domicílios.

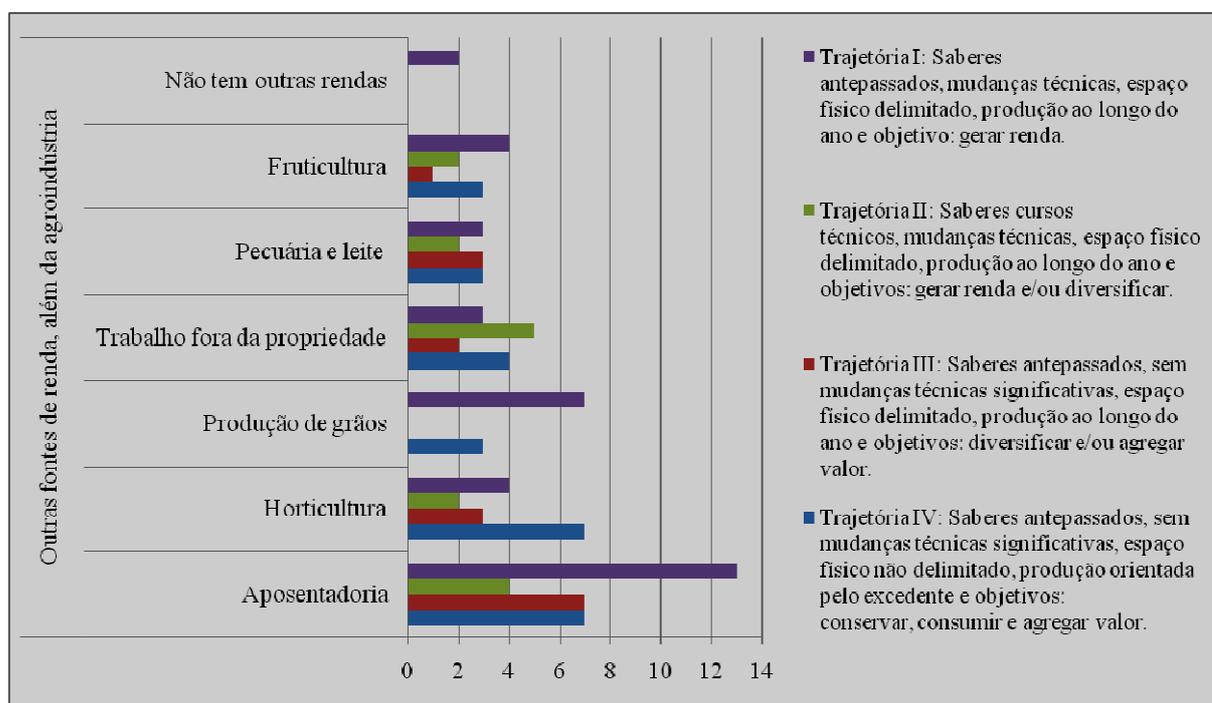
Traduzindo essa assertiva aos dados empíricos deste estudo, isso significa que as famílias que aumentaram a renda proveniente das atividades de processamento podem ter optado pela diminuição de outras fontes de renda, tais como a agricultura, pecuária e outras. Porém, essa situação não é a realidade de todas as famílias. Além disso, a renda gerada pela agroindústria pode ser um elemento motivador, porém ela não é o único. A variável renda (da agroindústria) foi mencionada por 12 agricultores como um elemento determinante para eles diminuírem as outras fontes de renda. Porém, mesmo nessas situações, as famílias justificaram as interrupções pelo excesso de trabalho ou pela dificuldade de conciliar o processamento de alimentos com as demais atividades: [...] na época do fumo era difícil. Não vendíamos nada para a cidade. Aquela época do fumo a renda era o fumo. Não tinha turismo. Depois que abriu a feira e com a vinda da Emater para Gramado, (isso há 30 anos), largamos o fumo. Agora toda a semana **temos renda e trabalho (Família 30, Trajetória I, grifo nosso)**. [...] paramos com feijão, batata e cebola. Isso porque a gente **não vence trabalhar**. Tive que parar há pouco tempo (4 anos atrás), quando me aposentei (**Família 32, Trajetória I, grifo nosso**). [...] nós trabalhávamos com batata inglesa. Aí o meu **marido adoeceu e não pôde trabalhar mais**. Naquele tempo já tinha pães e geleias, mas agora tenho mais (**Família 40, Trajetória I, grifo nosso**). [...] tirava leite antes de iniciar a agroindústria. A principal atividade era o leite, era o que sustentava a família. Com a agroindústria, paramos o gado e o leite (**Família 43, Trajetória I**).

De acordo com o Gráfico 11, apenas 2 famílias (integrantes da Trajetória I) não possuem outra renda além da atividade de processamento de alimentos e produtos de origem agropecuária. Em geral, pode-se afirmar que as famílias que modificaram suas instalações

físicas (representadas pelas famílias das Trajetórias I e II) não estão dependendo exclusivamente da renda da agroindústria. Uma informação que complementa essa assertiva refere-se ao grande número de famílias que possuem a aposentadoria como outra fonte de renda, especialmente nas famílias pertencentes às Trajetórias I e III. Nessa realidade, encontram-se 13 famílias da Trajetória I, as quais representam, aproximadamente, 50% do total de famílias desse grupo. Já nas Trajetórias III e IV, os benefícios recebidos pela previdência representam uma realidade de 7 famílias. Já, na Trajetória II, o dado que se destaca é a quantidade de famílias que possuem como fonte de renda trabalhos desenvolvidos fora da propriedade (5 famílias), tanto na zona rural quanto na urbana, e também a aposentadoria (3 famílias).

As famílias das Trajetórias III e IV são as que mais diversificam as suas atividades quando comparadas às demais famílias. No que se refere às médias, esses grupos possuem 1,9 e 2,3 atividades, além da agroindústria, respectivamente.

Gráfico 11 - Outras fontes de renda das famílias, além da atividade de processamento de alimentos, segundo as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012)

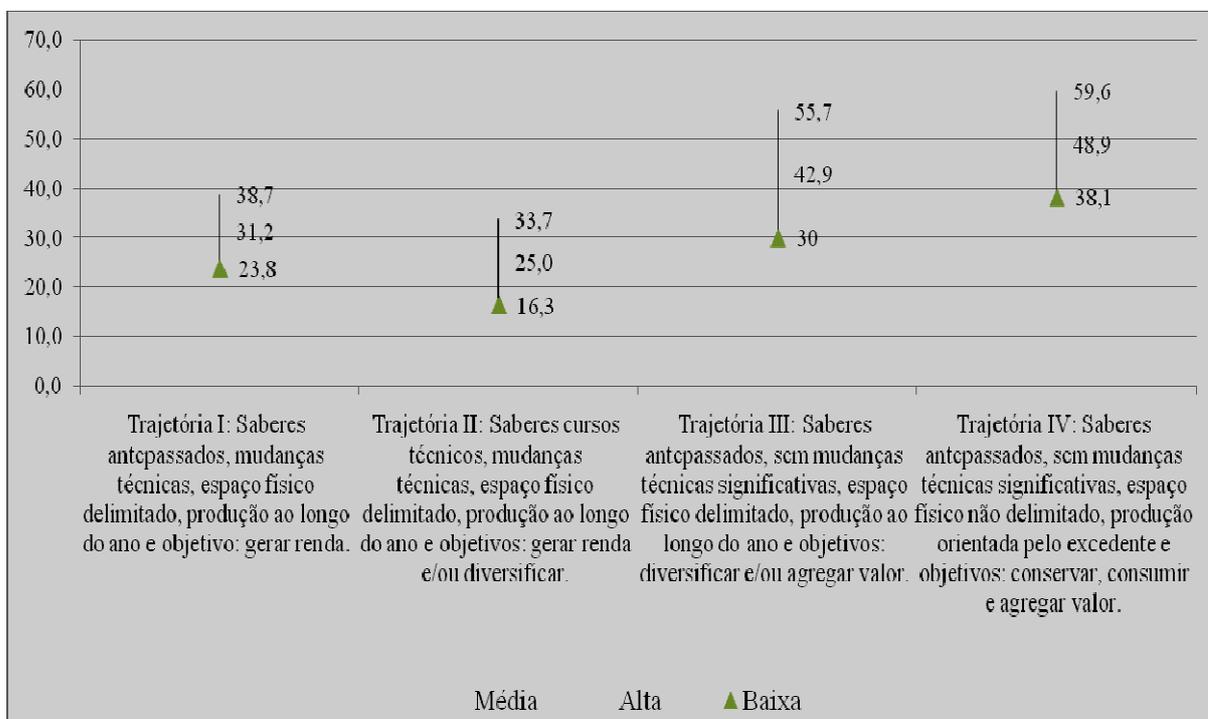
Notas: Outras fontes de renda das famílias, as quais não constam no gráfico: agroturismo (2 famílias, Trajetória I e III); produção de flores (2 famílias das Trajetórias I e II); aluguel de casa ou apartamento (3 famílias das Trajetórias I, II e III); comércio de alimentos e outros (2 famílias das Trajetórias II e III); arrendamento (2 famílias das Trajetórias III e IV); fumo e artesanato (2 famílias da Trajetória III).

Quanto às informações quantitativas, as porcentagens de contribuição da renda da aposentadoria na renda total são dados que merecem maior discussão. De acordo com as informações constantes no Gráfico 12, a seguir, de 64 famílias (total da amostra), 31 estão recebendo benefícios da previdência social, referentes à aposentadoria. No que se refere à porcentagem de contribuição da renda da aposentadoria na renda total, as famílias pertencentes aos grupos de Trajetórias III e IV possuem a maior média (43% e 49%, respectivamente). Nesses grupos, ainda estão incluídas as famílias cuja porcentagem de renda da aposentadoria é 80% (valor máximo), e, portanto, muito próximo a 100%.

É nesses grupos (III e IV), que os valores dos desvios-padrões são maiores. Com isso, pode-se afirmar que as porcentagens de renda são mais variáveis entre as famílias desses grupos, em comparação com os grupos I e II. Assim, nos grupos III e IV, é possível encontrar uma diferença maior entre as famílias que dependem economicamente dessa fonte de renda (80%) e daquelas em que a aposentadoria é apenas uma parte (complemento) da renda total: 10% (valor mínimo das famílias da Trajetória III) e 20% (valor mínimo das famílias da Trajetória IV).

Apesar de o grupo de famílias da Trajetória I concentrar o maior número de pessoas aposentadas (13 famílias), a média da porcentagem de contribuição dessa fonte de renda é em torno dos 30%. No grupo de famílias identificado como Trajetória III, essa média é de 25%. Os valores máximos e mínimos nesses dois grupos são muito similares. A porcentagem máxima de renda da aposentadoria, nesses dois grupos, não ultrapassa 50%. Já os valores mínimos são 5% e 10%, respectivamente.

Gráfico 12 - Medidas de dispersão e localização para a variável renda (aposentadoria): contribuição em porcentagem da renda da aposentadoria na formação da renda total das famílias, segundo as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

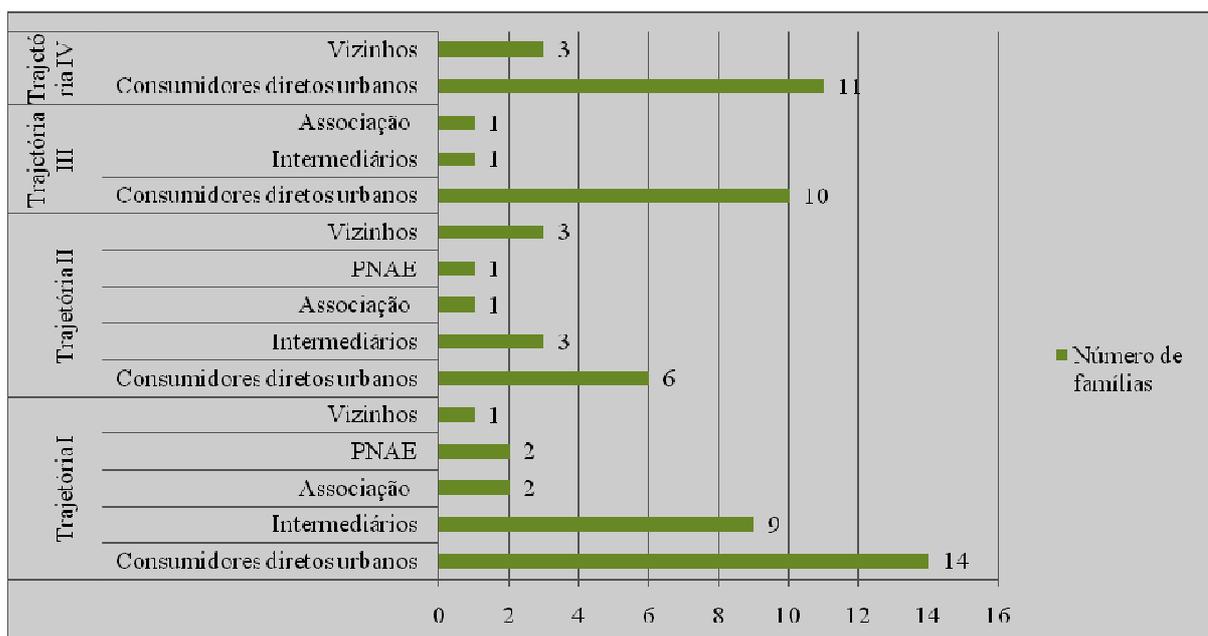
Notas: Foram consideradas, nos cálculos das medidas de dispersão e localização, somente as informações das famílias cujas rendas provenientes das agroindústrias não são iguais a zero. Isso significa que não foram incluídas nesses cálculos as famílias que não recebem aposentadoria.

4.4 OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E AS SUAS MUDANÇAS NAS TRAJETÓRIAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, ATUAIS E FUTURAS

Os canais de comercialização dos quais participam as famílias que processam alimentos são marcados, sobretudo, pela proximidade com os consumidores – o que pode ser observado no Gráfico 13, a seguir. Em todos os grupos de trajetórias, a venda direta aos consumidores da zona urbana e também a realizada mediante relações com os vizinhos destacam-se como principais canais de comercialização (considerando o número de famílias participantes). O papel dos intermediários nos canais de comercialização das agroindústrias é mais acentuado somente nas famílias pertencentes à Trajetória I. É nesse grupo também que o número de famílias que comercializam a produção por meio do PNAE e organizações sociais (especialmente associações) é maior, representando 9 famílias e 8 famílias, respectivamente.

As famílias pertencentes à Trajetória IV possuem menor diversificação dos canais de venda para os produtos e alimentos industrializados. Apenas duas famílias vendem seus produtos para estabelecimentos comerciais do município (identificados como intermediários). O restante das famílias desse grupo (10) está comercializando seus produtos diretamente para consumidores, residentes na zona rural e na zona urbana do município.

Gráfico 13 - Participação atual das famílias nos canais de comercialização, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012)

Notas: As informações que constam nesse gráfico estão considerando o número de respostas em cada canal de comercialização.

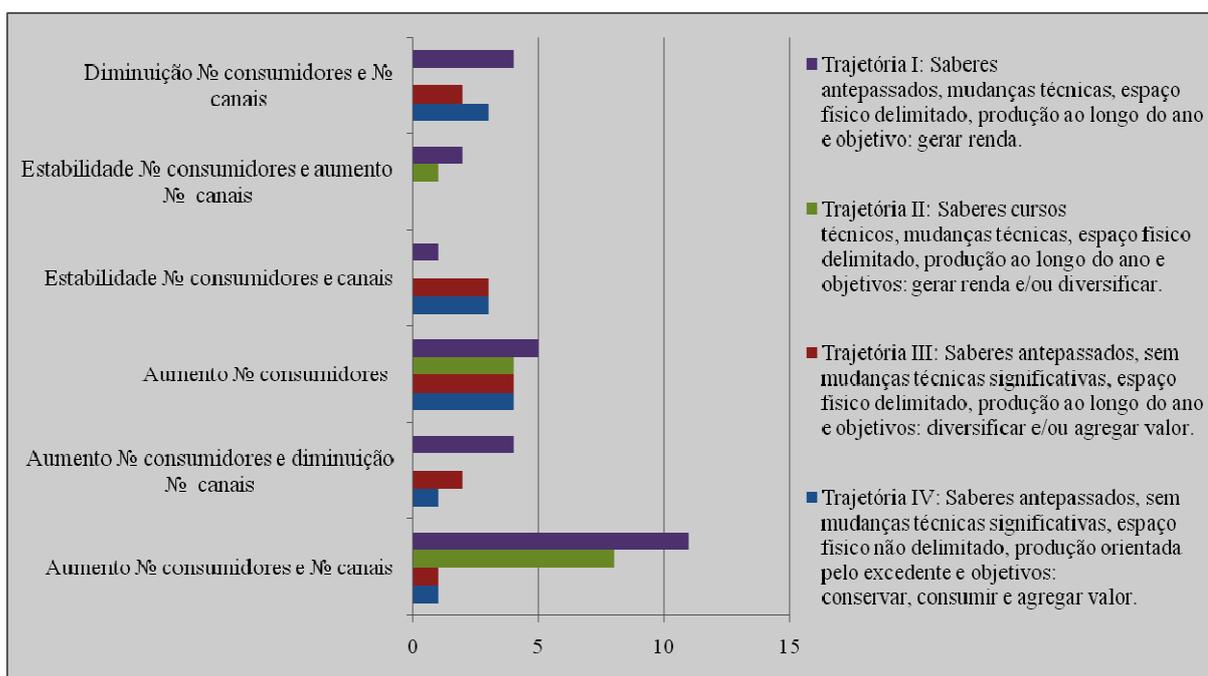
Porém, apesar de a descrição desses canais de comercialização ser estática, estes evoluíram ao longo do tempo, conforme Gráfico 14, a seguir. Considerando o período em que as famílias estavam iniciando as atividades de processamento, bem como as mudanças que podem ter ocorrido nesses mercados ao longo das trajetórias, algumas situações podem ser destacadas: a primeira delas refere-se ao aumento do número de consumidores, acompanhado pelo aumento do número de canais de comercialização. Mudanças nesse sentido foram observadas com mais ênfase no grupo de famílias das Trajetórias I (11 famílias) e II (8 famílias). Entretanto, deve-se ressaltar que 4 famílias componentes da Trajetória I responderam o contrário, ou seja, afirmaram ter havido diminuição no número de consumidores, acompanhado da diminuição no número de canais de comercialização.

A segunda situação corresponde à observação de 17 famílias sobre o aumento do número de consumidores. Em todos os grupos, inclusive nas famílias de Trajetórias III (4 famílias) e IV (4 famílias), essa resposta foi mencionada.

Contudo, é relevante considerar que o aumento quanto ao número de consumidores nem sempre está diretamente relacionado ao aumento do volume de vendas. Além disso, a diminuição do número de canais de comercialização não significa necessariamente a redução da quantidade de produto vendido (cujos números não foram analisados na tese). Essa situação é explicada nos casos em que as famílias concentraram as suas vendas em determinados canais, ao mesmo tempo em que houve o aumento do número de consumidores.

Ademais, o aumento do número de canais nem sempre é diretamente proporcional ao aumento do número de consumidores. No caso de 3 famílias, componentes das Trajetórias I (2 famílias) e II (1 família), pode-se observar o aumento no número de canais, porém com estabilidade no número de consumidores.

Gráfico 14 - Mudanças nos mercados: número de consumidores e participação nos canais de comercialização, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: Com o objetivo de sintetizar a complexidade de situações encontradas sobre a evolução dos mercados, as respostas relacionadas ao aumento ou diminuição do número de feiras das quais as famílias participam foram categorizadas, nesse gráfico, como canais de comercialização.

As informações sobre os canais de comercialização revelam o conhecimento das famílias sobre os mercados em que atuam. Quando questionados sobre as questões que

envolvem a ocorrência de mudanças ou não nos canais de venda e número de consumidores, as famílias não tiveram dificuldades em descrevê-las. Nessa descrição, constaram os elementos e fatores que redirecionaram a abertura ou fechamento de feiras nos municípios e regiões, assim como os principais motivos que conduziram as famílias a definirem os preços e produtos a serem oferecidos nesses espaços: [...] a primeira feira do município foi desenvolvida pelos agricultores, por nossa conta. Na feira do Bairro Canudos, por exemplo, os consumidores reivindicaram a necessidade de feira no bairro. O padre pediu a feira porque os consumidores estavam pedindo (**Família 7, Trajetória I**).

[...] com o tempo, o mercado foi diferenciando nosso trabalho. Hoje estamos com mais de 100 itens. E isso foi bom pra nós. Cada família se especializou em uma atividade. Por exemplo, lá no grupo do Remanso, é mais hortaliças e secos, feijão, batata. Pra nós, é mais fruta. [...] é o que o consumidor quer. Se tu perceber, a gente tem de tudo na feira, mas nem tudo é nossa produção, tem coisas que é dos colegas. E a definição do preço também é diferente entre as feiras que a gente faz. Aqui, por exemplo, o preço é maior. Tem muito professor de universidade que compra, é outro nível de renda (**Família 47, Trajetória III**).

O entendimento das trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos também requer a compreensão sobre os objetivos futuros dos agricultores. Isso significa considerar que as formas como as famílias percebem os rumos, os planos e as direções na atividade de processamento de alimentos fornecem indicativos pertinentes no processo de análise sobre as futuras mudanças. Além disso, essas informações também podem revelar cenários futuros, especialmente sobre a continuidade ou não dessa atividade nas próximas gerações.

No Gráfico 15, a seguir, serão apresentadas as informações sobre os planejamentos futuros das famílias nas atividades de processamento de alimentos. Considerando os dados totais, destaca-se o número de famílias que objetivam aumentar ou manter a quantidade de produtos e alimentos industrializados. Vinte e duas (22) famílias pretendem aumentar a quantidade de alimentos industrializados, enquanto 21 agricultores possuem finalidades futuras referentes à manutenção da escala de produção atual.

Considerando os dados quantitativos e a divisão de acordo com os diferentes grupos de trajetórias, é relevante destacar que há semelhanças entre os planejamentos dos grupos de famílias pertencentes às Trajetórias I e III. Em ambos os grupos, destaca-se o número de famílias cujos principais objetivos referem-se à manutenção da quantidade de alimentos e dos produtos desenvolvidos (que corresponderam às respostas de 11 famílias componentes da

Trajatória I e de 4 famílias membros da Trajetória III) e ao aumento da quantidade produzida (cujo planejamento é a realidade de 7 famílias do grupo “Trajetória I” e 5 famílias pertencentes à “Trajetória III”).

A finalidade de manter a quantidade de produtos e alimentos industrializados pelas famílias pertencentes à Trajetória I está relacionada às limitações dos recursos produtivos e aos desejos de não contratar funcionários. As famílias que revelaram o objetivo de manter a escala de produção relacionaram essa finalidade à característica familiar do empreendimento (que não possui funcionários contratados permanentes) e às limitações de trabalho: [...] não tem como aumentar, porque hoje estamos com 30.000 kg de mel. E, eu não coloco funcionário porque é agroindústria familiar. Não adianta querer mais. Se eu colocar funcionário, eu saio da proposta de ser familiar (**Família 27, Trajetória I**). [...] a gente pensa em continuar a atividade, mas aumentar a produção não dá, já está no limite. Só se a gente desistisse de outras atividades (**Família 30, Trajetória I**). [...] diversificar não tem como porque a gente já faz 1000 kg a mais. Com a seca, a cana não se produziu tanto. Aumentar muito não porque não queremos colocar empregados (**Família 64, Trajetória I**).

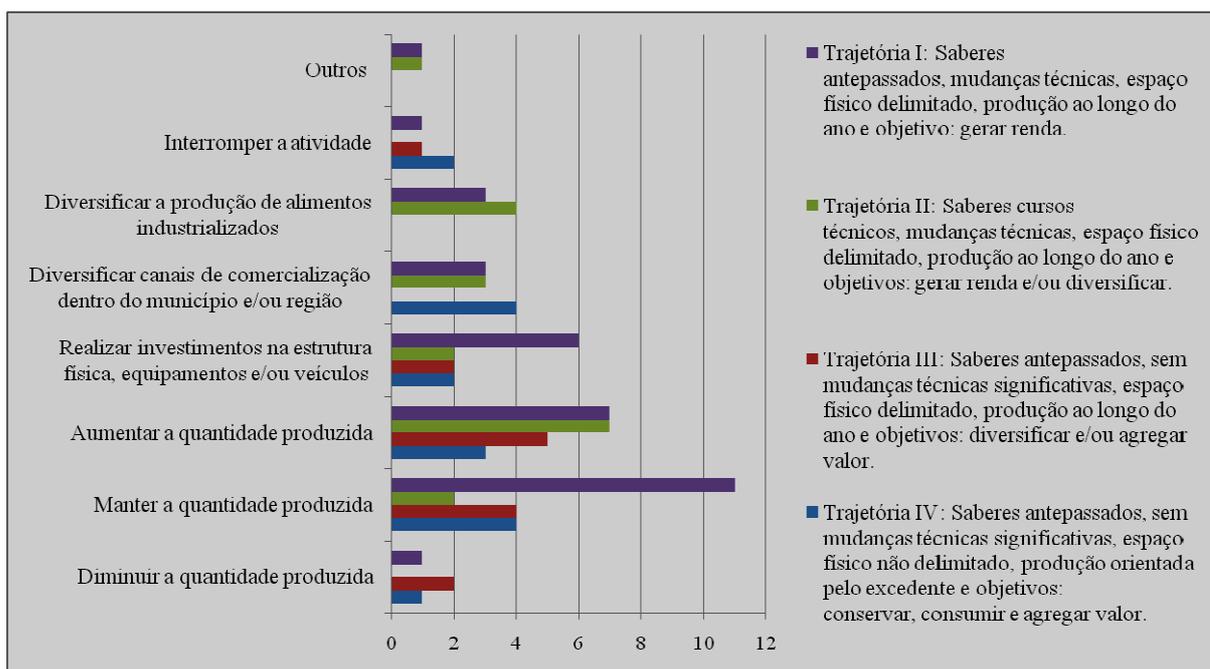
Perspectivas relacionadas à manutenção e ao aumento da escala de produção, realização de investimentos na estrutura produtiva da agroindústria e diversificação dos produtos desenvolvidos e dos canais de comercialização fazem parte dos principais planos das famílias pertencentes à Trajetória I. Das 27 famílias que compõem esse grupo, apenas 3 objetivam diminuir ou interromper a atividade de processamento de alimentos.

No caso das famílias pertencentes ao grupo “Trajetória II”, 7 famílias objetivam, futuramente, aumentar a quantidade produzida, enquanto 4 famílias têm a finalidade de diversificar a produção de alimentos. Essa diversificação está relacionada à introdução de outros produtos industrializados. No que se refere às famílias pertencentes à “Trajetória VI”, destacam-se a manutenção da quantidade produzida (4 famílias) e a diversificação dos canais de comercialização dos alimentos (4 famílias).

Os planos futuros relacionados à diminuição da quantidade de alimentos e produtos produzidos e à interrupção da atividade fazem parte do planejamento das famílias das Trajetórias I, III e IV. Duas (2) famílias componentes da Trajetória II, uma família pertencente à Trajetória III e uma família da Trajetória I planejam, futuramente interromper a atividade de processamento de produtos e alimentos. Já a diminuição dessa atividade faz parte dos planejamentos futuros de uma família pertencente à Trajetória I; uma família componente da Trajetória IV e duas famílias que compõem a Trajetória III.

Outros objetivos futuros das famílias estão relacionados às mudanças de ordem técnica e produtiva. Seis (6) famílias pertencentes à Trajetória I; duas (2) famílias componentes da Trajetória II; duas (2) famílias pertencentes à Trajetória III e uma família da Trajetória IV possuem a finalidade de realizar investimentos na estrutura física, que incluem modificar as instalações físicas, adquirir equipamentos e/ou máquinas específicas e veículos.

Gráfico 15 - Planejamentos futuros das famílias, nas atividades de processamento de alimentos, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

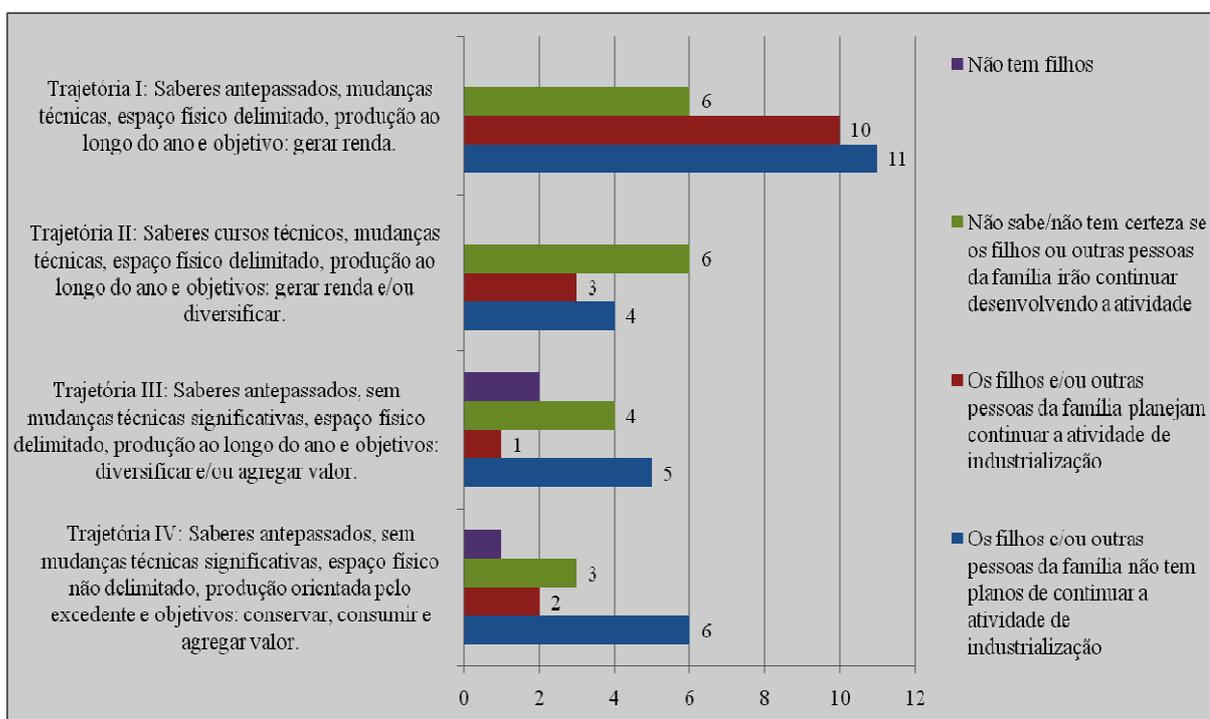
Notas: As respostas inseridas na categoria “Outros” referem-se aos seguintes planejamentos: alugar a estrutura física da agroindústria para outra pessoa desenvolver a atividade (1 família, Trajetória I) e ampliar a venda para outros Estados (1 família, Trajetória II).

Os planejamentos futuros, sobretudo as trajetórias, estão conectados, por sua vez, à maneira pela qual os agricultores identificam as perspectivas futuras das próximas gerações (filhos) ou outras pessoas da família nas atividades de processamento de alimentos. No que se refere à forma atual como as famílias estão interpretando essa questão, os cenários futuros, de forma geral, são diversos. 40% do total de famílias entrevistadas responderam que os filhos e/ou outras pessoas da família não possuem planos de continuar a atividade (Gráfico 16). Essa realidade corresponde a 11 famílias pertencentes à “Trajetória I”, 4 famílias componentes da “Trajetória II”, 5 famílias inseridas no grupo “Trajetória III” e 6 famílias pertencentes a “Trajetória IV”.

A incerteza sobre os objetivos futuros dos filhos e/ou outras pessoas da família no desenvolvimento dessas atividades estão presentes em 17 famílias. Desse total, 6 famílias são pertencentes à Trajetória I; 6 famílias pertencem à Trajetória II; 2 são componentes da Trajetória III e 3 correspondem à Trajetória IV.

Por outro lado, 10 famílias pertencentes à Trajetória I e 6 famílias componentes da Trajetória II afirmaram que os filhos e/ou outras pessoas da família possuem planos de desenvolver a atividade de processamento de alimentos. Nessas respostas, as questões de renda, de preferência e de incentivo por essas atividades foram mencionadas como as principais motivações dos filhos em optar pelos planejamentos futuros nessa atividade: [...] eu iria fazer faculdade, mas tem gente que se forma e não ganha o que eu ganho (**Família 7, Trajetória I**). [...] o filho de 15 anos quer continuar, é isso que ele gosta de fazer. Ele já trabalha e já nos ajuda (**Família 30, Trajetória I**).

Gráfico 16 - Perspectivas de continuidade das atividades de processamento de alimentos pelas próximas gerações (filhos) ou outras pessoas da família, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

A partir das informações apresentadas no gráfico anterior, é possível afirmar que a porcentagem de famílias que relataram que os filhos pretendem dar continuidade às atividades de processamento de alimentos é maior no grupo de agricultores pertencentes à Trajetória I.

Nesse grupo, 37% das famílias afirmaram que há o interesse dos filhos em desenvolver essas atividades. Essa realidade está relacionada com o envolvimento atual dos filhos na atividade, já que todas as famílias (com exceção de uma) responderam que os filhos trabalham, atualmente, nas tarefas de processamento dos produtos.

Por outro lado, essa realidade é oposta para 50% das famílias pertencentes à Trajetória IV, já que metade dos entrevistados desse grupo afirmou que os filhos não possuem planos de desenvolver a atividade de processamento de alimentos.

Essas informações provocam reflexões, na medida em que pode haver uma associação/tendência entre as perspectivas futuras dos filhos nessas atividades e os incentivos econômicos. Os agricultores pertencentes à Trajetória I, por exemplo, correspondem às famílias que possuem as estruturas físicas de acordo com os padrões sanitários ou estão desenvolvendo os alimentos “mais próximos daquilo que caracteriza, formalmente, este padrão sanitário”. Além disso, as tarefas desenvolvidas na atividade de processamento de alimentos são intensificadas, criando a ocupação de mão-de-obra dos filhos de forma permanente.

A mesma situação não pode ser verificada nas famílias pertencentes à Trajetória IV, já que os agricultores desse grupo estão envolvidos com outras atividades da agricultura e pecuária, que são as tarefas prioritárias. As decisões dos pais em priorizar a agricultura e pecuária podem ser um elemento revelador para o não estímulo dos filhos em continuar desenvolvendo a atividade de processamento de alimentos.

Este capítulo descritivo apresentou um panorama geral sobre as características das famílias nas atividades de processamento de alimentos. As diferentes trajetórias - descritas a partir de elementos que incluem as origens dos saberes quando as famílias iniciaram a atividade, os seus objetivos e as características de evolução técnica e produtiva - demonstraram a heterogeneidade desses agricultores. A tipologia construída viabilizou o entendimento dessa diversidade, especialmente sobre as mudanças técnicas. No entanto, nem sempre as mudanças técnicas acarretam transformações nas formas como as famílias interpretam e conduzem essas atividades. Dessa forma, os próximos capítulos objetivam compreender esses processos, relacionando-os com as tipologias apresentadas. Essa relação é pertinente, uma vez que servirá de subsídios para compreender quais perfis modificaram as suas instituições em decorrência das ações das políticas locais, dos programas e das políticas públicas.

5 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS LOCAIS: AGRICULTORES FAMILIARES E AS AÇÕES COLETIVAS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

[...] as instituições mudam e, mesmo através de mudanças graduais, podem pressionar o sistema, por meio de explosões, conflitos e crises, levando a mudanças de atitudes e ações. Mesmo podendo persistir por longos períodos, as instituições estão igualmente sujeitas a súbitas rupturas e conseqüentes mudanças nas maneiras de pensar e nas ações, que são cumulativamente reforçadas (CONCEIÇÃO, 2002, p.122).

No capítulo anterior, foram apresentadas as principais características das atividades de processamento de alimentos no que se refere à evolução técnica e produtiva. Tendo em vista sintetizar tais mudanças, essa evolução foi discutida a partir de quatro grupos diferentes de famílias, com diferenças históricas no modo de produzir e fabricar esses produtos.

O objetivo deste capítulo é descrever a relação entre as políticas locais e a ocorrência de mudanças institucionais no contexto supracitado. As políticas locais são caracterizadas pelas intervenções - tanto de agentes governamentais quanto de atores não governamentais - que objetivam defender os interesses coletivos. Entretanto, a formulação dessas políticas é influenciada pelas formas como os agentes interpretam esses interesses. Portanto, qualquer política formulada é sempre parcial, ou seja, ela reflete hábitos de determinados grupos sociais, seja de agricultores seja de outros atores da sociedade. Assim, as políticas locais podem ser implementadas, em maior ou menor medida, a partir da participação das famílias nesses processos. No contexto das atividades de processamento de alimentos, as diferentes formas como elas foram desenvolvidas (de maneira repressiva ou negociada) revelam como essas ações podem ser construídas nessa realidade. Nesse sentido, ao longo deste capítulo, serão detalhadas as características dessas ações e de que forma elas interferiram nos processos de mudanças institucionais.

Algumas lacunas, porém, devem ser preenchidas, especialmente no que se refere à compreensão do que são as instituições na realidade das atividades de processamento de alimentos e no que diz respeito ao modo como esses hábitos podem ser transformados. Esclarecer sobre essas questões é pertinente, uma vez que as transformações institucionais não devem ser confundidas com as mudanças de ordem técnica e produtiva (que já foram descritas no capítulo anterior). Dessa forma, é relevante mencionar dois aspectos:

O primeiro aspecto refere-se às características dessas mudanças. As transformações nos hábitos de interpretação e conduta das famílias nessas atividades incluíram desde as mudanças no ambiente da produção da matéria-prima (agricultura e pecuária) até o ambiente de comercialização dos produtos. Nesse sentido, a análise sobre os processos de mudanças institucionais nessas realidades pode diferir de outras atividades da agricultura familiar, já que, neste contexto, as famílias estão envolvidas em um complexo de tarefas e ações, que se estendem ao longo de todo o processo produtivo. Essas características serão detalhadas ao longo deste capítulo.

O segundo aspecto refere-se ao contexto histórico e coletivo. Sobre o elemento histórico, o entendimento sobre as mudanças institucionais pressupõe obter informações sobre a interpretação e também sobre a conduta das famílias nessas atividades. Ambos – pensamento e comportamento – podem tanto ser manifestados de forma convergente quanto divergente. Assim, as mudanças de ordem técnica e produtiva nem sempre possuem uma relação direta com as mudanças institucionais. As modificações que as famílias fizeram nas instalações físicas das agroindústrias e na forma de produzir os alimentos, por exemplo, podem (ou não) serem caracterizadas como mudanças institucionais. Para tanto, fez-se necessário entender que as mudanças institucionais correspondem a um processo que mescla rupturas e continuidades nas formas como as famílias interpretam e conduzem determinada situação. Ademais, a análise sobre as mudanças institucionais difere da proposta apresentada no capítulo anterior, já que as mudanças técnicas foram descritas a partir do agrupamento de famílias com características semelhantes. No decorrer do capítulo, essa diferença ficará clara, uma vez que algumas famílias, apesar de terem modificado seus modos de produção, não mudaram seus hábitos de pensamento.

Portanto, as instituições são construídas e modificadas no contexto coletivo – que é caracterizado por um conjunto de atores sociais que constroem interpretações e condutas comuns. No conjunto das informações geradas na pesquisa, as formas como as famílias interpretam e identificam as atividades de processamento de alimentos e também o modo como se comportam nessas atividades foram resultados de ações coletivas, construídas a partir de políticas locais. Desse modo, essas mudanças correspondem aos processos de transformação de hábitos de determinados grupos de famílias e outros atores sociais. Além disso, as instituições correspondem à forma como as famílias se identificam umas com as outras, conduzem seus comportamentos e formam suas interpretações acerca da atividade de processamento de alimentos.

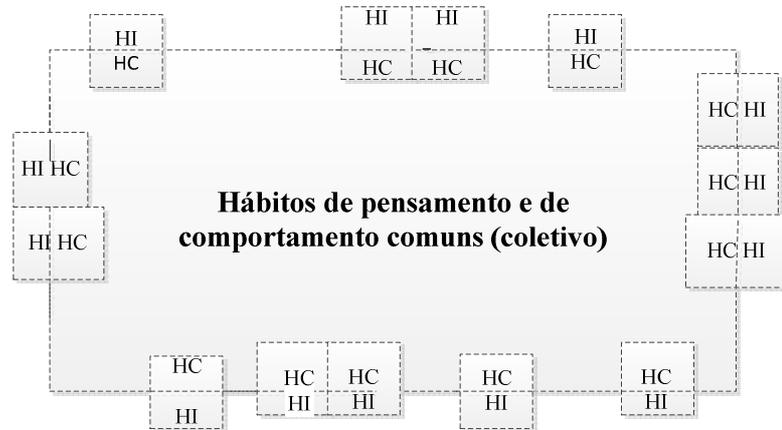
A Figura 12, a seguir, tem como objetivo descrever esse contexto coletivo e institucional. As instituições estão representadas pelas partes que se conectam com o centro do desenho e correspondem “o ponto em comum das famílias com as outras e com outros atores sociais”. Entretanto, as instituições são variáveis de acordo com os atores sociais. Essa variação significa que nem todos os atores sociais compartilham o mesmo conjunto de ideias, interpretações e comportamentos. Enquanto alguns atores sociais possuem ideias individuais mais próximas daquilo que representa “as interpretações coletivas”, outros podem possuir apenas uma parte dessas ideias, o que significa que podem estar “mais distantes” das condutas coletivas.

Assim, nem toda interpretação e conduta são compartilhadas entre os atores sociais. Ademais, as famílias também possuem seus próprios hábitos de pensamento e comportamento, o que reflete nas formas específicas e particulares de interpretar essa atividade, representada na Figura 12 como “Hábitos Individuais” – HI. É relevante ressaltar que essas “interpretações individuais” não são reconhecidas na literatura Vebleniana, uma vez que todo hábito de pensamento e comportamento é construído socialmente. Para tanto, nesta tese, usa-se tal denominação com o objetivo de demarcar o foco de análise sobre as instituições, especialmente para identificar as relações sociais investigadas.

Dessa forma, os hábitos denominados “Individuais” correspondem a um processo de formação de ideias, interpretações e de conduta das famílias sobre as atividades de processamento de alimentos que englobam, por exemplo, as relações familiares e de parentesco. Tais relações não foram analisadas neste trabalho, uma vez que o foco de análise correspondeu à compreensão sobre as mudanças institucionais que emergiram a partir da interação das famílias com atores sociais ligados aos órgãos públicos locais, organizações sociais governamentais e não governamentais. Essas relações, por sua vez, foram priorizadas na coleta de dados por possuir relação com as ações políticas locais e com a operacionalização de programas e políticas públicas para a agricultura familiar.

Além disso, esse foco também é justificado a partir do contexto da atividade de processamento de alimentos: as ações, os programas e as políticas estão cada vez mais focados em propor mudanças produtivas. Tanto os formuladores como os gestores desses instrumentos estão preocupados com a informalidade da produção da agricultura familiar, e, é com esse foco que as ações e políticas são construídas, tanto no âmbito local como no nacional.

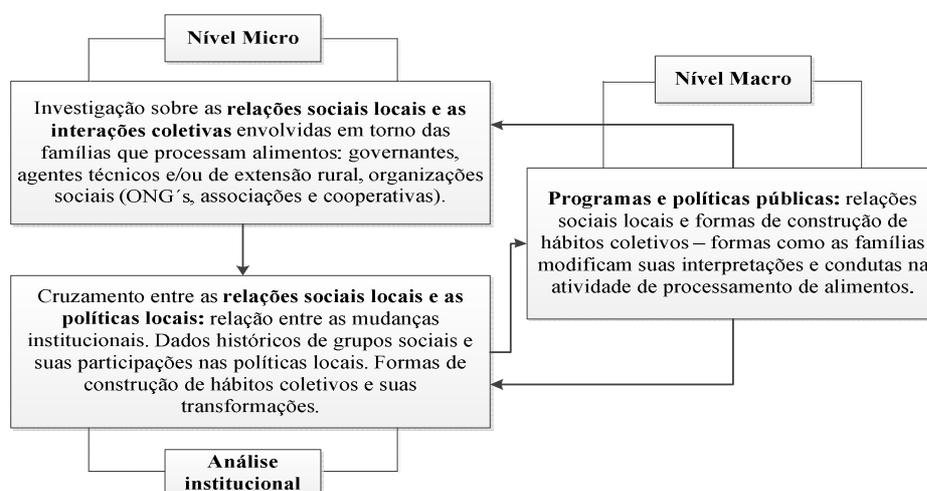
Figura 12 - Hábitos de pensamento e comportamento comuns (coletivos) e individuais.



Fonte: Elaborado pela autora (2013).

A Figura 13, a seguir, complementa e sintetiza a explicação sobre o “recorte” de análise utilizado na tese para descrever os processos de mudanças institucionais. Para investigar sobre as políticas locais, houve a necessidade, primeiramente, de conhecer quais relações sociais locais estavam influenciando o desenvolvimento das atividades de processamento de alimentos: governantes locais, agentes técnicos e/ou de extensão rural e organizações sociais (nível micro). As diferentes formas de políticas locais que surgiram nas informações empíricas foram cruzadas com o histórico de transformações de hábitos coletivos (análise institucional). Por fim, o entendimento sobre a influência de programas e políticas públicas nas transformações de hábitos coletivos é resultado da compreensão entre políticas e interações sociais locais (nível macro).

Figura 13 - Síntese da relação entre interações locais, políticas locais, programas e políticas públicas: recorte de análise da tese sobre os processos de mudanças institucionais.



Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Nesse sentido, o recorte de análise deste capítulo está concentrado nas mudanças institucionais dentro de um contexto delimitado e coletivo. Esta análise não foi desenvolvida a partir da compreensão sobre cada família e seu conjunto de relações, de forma individual. Pelo contrário, esta análise priorizou as informações que emergiram a partir de uma série de respostas. Tais dados compreenderam o conjunto de informações de um determinado grupo de famílias e outros atores sociais, especialmente, (mas não exclusivamente) aqueles que estão relacionados pela proximidade geográfica, ou seja, que residem no mesmo município ou região. Essas respostas, por sua vez, foram cruzadas, tendo em vista encontrar ideias, interpretações e condutas comuns. Essa forma de análise está relacionada com a metodologia apresentada por Zilber (2002). O autor priorizou as informações empíricas relacionadas aos “*common social accounts*” (objetivos sociais comuns) e “*diverse collective memory*” (memória diversa coletiva) – cujas expressões sintetizam a escolha metodológica de análise que considerou o cruzamento entre o coletivo e “as referências dos atores em relação ao que eles estão fazendo e o significado das suas ações”.

Seguindo essa mesma lógica, o caminho pelo qual as mudanças institucionais serão descritas foi desenvolvido a partir do cruzamento entre as respostas das famílias (ou seja, entre elas) e as de outros atores sociais (que participaram da pesquisa). Mudanças particulares e específicas, que podem ter representado a realidade de uma família não foram consideradas na análise, já que não foi possível avaliar se tais modificações afetaram a coletividade.

Portanto, se não havia relação de uma determinada mudança (particular de uma família) com a coletividade, essa transformação não poderia ser considerada como mudança institucional.

Do ponto de vista analítico-metodológico, as lentes são minimizadas e maximizadas: das informações do todo para as partes e das partes específicas para o todo. Essa é a forma de compreender como as famílias estão relacionadas umas com as outras e com outros atores sociais, da mesma forma que também é possível compreender em que medida as transformações originadas no ambiente coletivo influenciam em mudanças nos ambientes individuais (de cada família).

Partindo desses pressupostos, o presente capítulo está organizado em três tópicos diferentes e complementares. O primeiro deles tem o objetivo de esclarecer algumas definições utilizadas no trabalho, especialmente sobre os elementos envolvidos nos processos de mudanças institucionais na realidade da atividade de processamento de alimentos pela agricultura familiar. Além disso, será apresentada uma síntese das mudanças institucionais propriamente ditas, as quais foram desenvolvidas a partir das ações políticas locais. Esta primeira seção mescla elementos empíricos e teóricos, com a finalidade de relacionar as informações sobre as mudanças institucionais presentes na literatura e nos dados da pesquisa.

A segunda seção tem como finalidade apresentar o conjunto de relações sociais que influenciaram a ocorrência de mudanças institucionais no contexto da atividade de processamento de alimentos. Esse conjunto de relações sociais será apresentado a partir das diferentes trajetórias: grupos I, II, III e IV. Ademais, essas relações também serão analisadas de acordo com as interpretações quantitativas (escala *Likert*). Essa representação diferencia-se da maneira como as redes sociais, de forma geral, são descritas, pois considera a atuação conjunta de diferentes atores sociais. Essa atuação conjunta, por sua vez, difere da soma de vários atores sociais, já que a influência coletiva produz um efeito diferente do que envolve a participação particular e isolada.

Com o objetivo de revelar os processos de mudanças institucionais, o terceiro e último tópico tem a finalidade de apresentar as diferentes formas pelas quais tais mudanças foram desenvolvidas. Essas mudanças serão detalhadas a partir da análise sobre as diferentes políticas locais construídas (entre as famílias e os demais atores sociais). As trajetórias e as suas diferentes formas de políticas locais serão demonstradas a partir de diferentes categorias qualitativas. Tais categorias foram construídas a partir dos elementos que emergiram das informações empíricas. Além disso, elas representam e sintetizam os dados mais significativos dos aspectos quali e quantitativos. O processo de categorização seguiu a lógica de escolha sobre a caracterização das políticas locais - as que, especificamente, influenciaram

as transformações dos hábitos coletivos. Esse processo obedeceu à seguinte ordem: (1) primeiramente, essa escolha foi realizada a partir da leitura sobre as informações de cada família, de forma individual (roteiro); (2) e segundo, essa escolha foi sendo complementada e desenvolvida de forma coletiva, considerando elementos históricos comuns entre determinados grupos de famílias (que apresentaram aspectos comuns sobre as mudanças institucionais).

Por exemplo, foi a partir de elementos históricos e comuns a um determinado grupo de famílias que se obteve conhecimento sobre a característica de repressão de algumas políticas locais. Os elementos que marcaram essas políticas locais foram caracterizados pelas interações dos agentes técnicos e/ou de extensão rural e outros atores ligados aos órgãos públicos locais com as famílias. Outro aspecto comum dessas políticas referiu-se à elaboração de regras formais de comportamento nessa atividade. Ações como: estabelecer estatuto de regramento, construir normas para especificar como as famílias deveriam produzir e comercializar os produtos e alimentos industrializados emergiram como elementos que caracterizam a forma como as políticas locais foram construídas em um grupo de famílias. Essa forma de política, por sua vez, explica como as instituições foram modificadas na realidade desse grupo específico. Portanto, foi a partir dessas características significativas que se estabeleceram categorias analíticas.

No entanto, é relevante mencionar que a construção de diferentes políticas locais não está restrita à cooperação entre os indivíduos e tampouco pode ser interpretada como sinônimo de convergência de interesses. Pelo contrário, os conflitos - caracterizados pelas divergências de ideias entre diferentes atores sociais – também fazem parte desses processos. Além disso, a não ocorrência de mudanças institucionais faz parte do contexto do qual estão participando algumas famílias das regiões estudadas. Retratar também os casos das famílias que não modificaram as suas instituições pode contribuir para aumentar a explicação sobre os elementos e/ou fatores causadores das mudanças nesses contextos. Por isso, tal categorização desenvolvida também prevê a descrição desses processos.

De forma sintética, este capítulo apresenta diferentes categorias qualitativas e elementos quantitativos que traduzem e sintetizam as maneiras como foram desenvolvidas as mudanças institucionais. Além disso, essas categorias foram construídas a partir dos instrumentos de análise de conteúdo e tiveram como finalidade representar as mudanças a partir da heterogeneidade institucional.

5.1 AS CARACTERÍSTICAS DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

Os processos de mudanças institucionais na realidade do complexo de atividades que envolvem o processamento de alimentos perpassam por um conjunto de elementos, os quais serviram como suporte para a análise da tese e que fundamentam as demais seções e capítulos. O primeiro deles refere-se **às diversas formas pelas quais os atores sociais interagem entre si na construção de políticas locais**. Nessas relações, incluem-se também as maneiras pelas quais as famílias recebem as informações e a disposição dos atores sociais em estabelecer a interação. Assim, o número de atores sociais os quais estão interagindo com as famílias não adquire relevância na compreensão sobre a ocorrência ou não de mudanças institucionais. Essas características ficarão mais claras nas próximas seções, especialmente nos casos em que houve construção de mudanças institucionais a partir da atuação de extensionistas rurais e líderes de organizações não-governamentais. Ademais, os elementos relacionados às especificidades das ações coletivas locais também se destacaram no funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (que é o foco do próximo capítulo).

Tais discussões estão relacionadas com a forma como Ploeg (2003) interpreta a operacionalização de projetos de desenvolvimento. Para que sejam concretizados os objetivos (“os projetos”) dos atores, estes precisam estar em consonância, ou seja, deve haver convergência de interesses. Na realidade das atividades de processamento de alimentos, isso significa que nem as famílias, nem os agentes técnicos e de extensão rural e os demais atores possuem, sozinhos, os recursos para realizar as mudanças institucionais. Os elementos que promovem reflexões sobre a necessidade de modificar os seus próprios pensamentos e comportamentos não surgem no plano individual, mas emergem a partir do contato entre os indivíduos.

O segundo elemento está relacionado com a complexidade e a herança³⁷ das famílias nessas atividades e as formas como elas organizam as demais atividades produtivas e sociais.

³⁷ Sobre a herança, é conveniente destacar que, em alguns casos, as famílias herdaram de pais e avós os conhecimentos para uma determinada produção, na agricultura e/ou pecuária. Nesse sentido, algumas famílias inseridas nessa situação optam pelo foco em desenvolver a (s) atividade (s) que foi herdada (s) pelos antepassados. Essa opção, em alguns casos, também está sendo reproduzida para as próximas gerações. Além disso, essa herança está relacionada com a decisão de não priorizar as atividades de processamento de alimentos. Essa não prioridade, por sua vez, também é elemento parte do processo de resistência às mudanças institucionais.

Mais especificamente, as escolhas que as famílias fazem durante as suas trajetórias na agricultura e pecuária são aspectos que influenciam na constituição dos hábitos de pensamento e comportamento. Essas mesmas características tanto podem constituir elementos que favorecem a ocorrência de mudanças institucionais (nos casos, por exemplo, em que as famílias dão prioridade às atividades de processamento de alimentos) como podem refletir na inércia das instituições (quando o foco das famílias é desenvolver atividades da agricultura, pecuária e/ou outras ocupações). Esses elementos devem ser considerados, uma vez que contribuem para a compreensão sobre a resistência ou tendência de algumas famílias em modificar suas interpretações e condutas na atividade de processamento de alimentos.

O terceiro elemento está relacionado à **natureza dos processos de mudanças institucionais, que não podem ser confundidos com resultados vantajosos ou negativos**. Não é unânime que essas mudanças institucionais ocorram de forma positiva, desenvolvendo benefícios para as famílias. Pelo contrário, em algumas situações, as mudanças nas atividades de processamento de alimentos, ao provocarem uma ruptura com hábitos de comportamento, foram consideradas negativas pelas famílias, especialmente considerando o aspecto econômico, como o endividamento e o êxodo rural. Esses resultados estão em concordância com as ideias de Veblen (1987) e, especialmente, Long (2001, p.45, tradução nossa), uma vez que as mudanças

[...] não podem ser consideradas como lineares, em etapas ou convergentes para um resultado pré-determinado. Pelo contrário, as mudanças são heterogêneas e frequentemente divergentes, algumas vezes elas podem evoluir para situações iniciais, dependendo do contexto e da circunstância histórica.

A quarta particularidade está relacionada às **etapas de desenvolvimento das mudanças institucionais**. Os dados empíricos revelaram que há diversidade sobre a ordem e as etapas em que as mudanças dos hábitos de comportamento e pensamento das famílias foram construídas. A transformação das interpretações e condutas dos agricultores, direcionando as suas atividades conforme o regramento de técnicas de sanidade ou de acordo com exigências de governantes locais pode ser desenvolvida, primeiramente, de forma repressiva. Segundo Hodgson (2004, p.165), “o comportamento promovido pelos instintos pode ser modificado ou reprimido, tanto através de constrangimentos ou compensando hábitos ou reflexão”.

Assim, de acordo com as informações geradas na pesquisa, considerando o conjunto de dados das regiões estudadas, essas mudanças podem acontecer, primeiramente, com uma

mudança de pensamento e, depois, de comportamento. Outra situação refere-se ao contrário: primeiramente há mudanças de comportamento e, depois, de pensamento. Em síntese, é pertinente ressaltar que ambas as mudanças podem acontecer em momentos diferentes. Essa não linearidade nas etapas de transformação de pensamento e comportamento será mais bem discutida no decorrer deste capítulo, especialmente na seção que trata das políticas locais repressivas.

Em suma, tais particularidades são pertinentes para entender as mudanças institucionais na realidade empírica e complexa da qual participam as famílias que processam alimentos e produtos da agricultura e pecuária. Ademais, esses elementos podem complementar a perspectiva Vebleniana.

A Tabela 5, a seguir, apresenta as principais características das mudanças institucionais desenvolvidas no âmbito das atividades de processamento de alimentos. Observa-se que diferentes políticas locais marcam esses processos: as políticas caracterizadas pela repressão, negociação e construção de ações coletivas entre as famílias envolvidas. Além disso, é possível identificar também que as mudanças institucionais relacionam-se aos processos de transformação nos ambientes produtivo e comercial da atividade de processamento de alimentos. Na maioria dos casos, as políticas locais provocaram, primeiramente, mudanças de conduta, que levaram, posteriormente, à legitimidade, reflexão das famílias sobre essas propostas. Esses processos serão detalhados nas próximas seções, que não só caracterizam as diferentes políticas locais como também apresentam as informações históricas presentes nesses processos de transformação.

Tabela 5 - Mudanças institucionais: processos e características nas atividades de processamento de alimentos, a partir da influência de ações políticas locais

Características das políticas locais	Mudanças institucionais: Situações (a), (b) e (c) (Etapas: 1, 2, 3)		
	Situações	Mudanças de conduta	Mudanças de interpretação
<i>Políticas locais “repressivas” (10 famílias)</i>	(a)	1) Modificação do local processamento e regramento dos ambientes das feiras	2) Legitimação das mudanças, reprodução do regramento, mesmo após a troca do governo local
			3) Legitimação da padronização: construção da imagem, identificação do grupo e dos produtos frente aos consumidores
	(b)	1) Modificação do ambiente produtivo, de acordo com as normas formais sanitárias	2) Legitimação das mudanças após o crescimento e maior inserção dos produtos nos mercados
			3) Retorno aos antigos hábitos de produção e comercialização, pela inviabilidade do investimento
	(a)	1) Modificação do local de processamento, organização produtiva	2) Legitimação dessas mudanças, já que elas foram construídas, adaptadas e “negociadas” às realidades, especificidades locais
		(b)	1) Organização e apresentação da propriedade, processo produtivo e produtos (grupo rural turístico)
	3) Rupturas das relações e das mudanças institucionais, término do projeto da rota turística		
<i>Políticas locais negociadas (24 famílias)</i>	(c)	2) Construção/adaptação de espaços produtivos e ambiente processamento, padronização, apresentação dos produtos	1) Reflexão sobre mudanças na atividade, investimento na atividade de processamento de alimentos - construção de uma identificação comum do grupo
		3) Certificação coletiva/participativa/consolidação da imagem do grupo aos consumidores.	
	(a)	2) Mudanças no ambiente produtivo e comercial: especialização de produtos, horário da feira e recepção aos clientes	1) Reflexão sobre os mercados: preferências, horários de compra, ambiente produtivo e práticas de negociação
<i>Outras formas de políticas locais: ações coletivas “para os mercados” (17 famílias)</i>			

Fonte: Informações da pesquisa (2012)

Notas: Considerando as três formas de políticas locais, 10 famílias modificaram as suas instituições por meio de políticas repressivas, enquanto 24 famílias transformaram seus hábitos por meio de políticas negociadas e 17 famílias por meio de ações coletivas. As demais famílias entrevistadas (13) não modificaram as suas instituições, cujas situações serão descritas na seção 5.2.4.

5.2 AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS SÃO COLETIVAS: UM OLHAR ALÉM DAS REDES SOCIAIS

Compreender instituições e mudanças institucionais na realidade das atividades de processamento de alimentos implica sobre como os agricultores se identificam uns com os outros e com os demais atores sociais, que são as formas como eles se expressam na coletividade. Essa coletividade, por sua vez, não pode ser entendida pela soma das relações sociais. Assim, é relevante considerar que nem todos os atores sociais (nos quais as famílias se relacionam) influenciam nos processos de mudanças institucionais. De acordo com as informações geradas na pesquisa, as famílias interagem com uma série de atores sociais. Cada família interage com agentes que pertencem, no mínimo, a dois órgãos específicos, tais como Secretaria de Agricultura, Emater, Prefeitura, Sindicatos (Rural e dos Trabalhadores Rurais), Universidades, Organizações Sociais (ONG's, associações e cooperativas), SEBRAE, SENAR e EMBRAPA. Esses órgãos, por sua vez, estão influenciando, de alguma forma, no desenvolvimento da atividade de processamento de alimentos.

Sobre isso, é relevante ressaltar dois aspectos, o primeiro dos quais diz respeito ao número de atores sociais com os quais as famílias se relacionam. O número (dado quantitativo) é uma informação insuficiente para explicar os processos de mudanças institucionais. A análise sobre as instituições, segundo a abordagem Vebleniana, não se aproxima dos pressupostos da economia, que considera a sociabilidade como um resultado da soma dos indivíduos, tampouco pode ser reduzida a resultado de interação humana (HODGSON, 2005). Uma das razões para isso deve-se ao fato de que as mudanças institucionais são entendidas por meio de processos em que os atores exercem e recebem influência uns dos outros.

O segundo aspecto refere-se à existência de influências diferenciadas, de acordo com a dinâmica das interações sociais. Desse modo, a análise sobre as famílias e a identificação (de forma individual) dos atores sociais que influenciaram as mudanças na interpretação e conduta das famílias é insuficiente. É preciso reconhecer que, nesse conjunto de interações, poderá haver proximidade entre outros atores sociais, como, por exemplo, entre um agente ligado ao governo local e outro ligado a uma organização social. Essa proximidade é relevante para compreender, por que, apesar de receber influência de um mesmo ator social, as mudanças institucionais foram diferentes. Por exemplo, a forma como uma família que modificou seus hábitos de pensamento e comportamento por meio de interações com agentes

técnicos e/ou de extensão rural³⁸ é diferente da forma como outra família interagiu com esse mesmo agente, porém, em parceria com governantes locais³⁹ e/ou organizações sociais⁴⁰. Isso significa que a combinação das interações sociais adquire pertinência de análise, quando comparada aos estudos que apenas se propõem a identificar as relações sociais, fazendo que estas mesmas possam parecer isoladas.

A partir dessas considerações, é possível perceber que a noção de redes sociais proposta por Granovetter (1973), é insuficiente para entender as mudanças institucionais no contexto das atividades de processamento de alimentos. O acúmulo de relações sociais e a capacidade dos agricultores em “transitar” por diferentes redes sociais não garante, necessariamente, a ocorrência de transformações nos hábitos de pensamento e comportamento coletivos.

Considerando os diferentes grupos de famílias, caracterizados anteriormente como pertencentes às Trajetórias I, II, III e IV, é possível observar um conjunto de combinações de atores sociais que dialogaram com as famílias no processo de mudanças institucionais (Figura 14). A Figura 14, a seguir, também apresenta o número de famílias que não modificaram as suas instituições, de acordo com a tipologia. No primeiro quadrante, à esquerda, é possível visualizar os principais atores sociais que tiveram influência nas transformações institucionais do grupo de famílias pertencentes à Trajetória I. As principais relações que influenciaram o desenvolvimento de mudanças institucionais nos demais grupos (II, III e IV) podem ser visualizadas nos quadrantes segundo, à direita, terceiro, à esquerda e quarto, à direita, respectivamente.

Apenas dois dos 27 agricultores pertencentes à Trajetória I - que correspondem às famílias que adotaram mudanças na forma como produziam os alimentos, nas instalações da agroindústria e no uso de equipamentos - modificaram as suas maneiras como interpretam e

³⁸ Os atores sociais representados nesta tese, na categoria “Agentes técnicos e/ou de extensão rural” referem-se às pessoas ligadas aos seguintes órgãos: Emater, Senar ou Sebrae. Esses atores sociais receberam essa denominação em razão de estarem atuando em áreas técnicas da agricultura, pecuária e, especialmente, nas atividades de processamento de alimentos. Esse auxílio técnico correspondeu ao fornecimento de cursos técnicos de capacitação, informação e execução de projetos de infraestrutura.

³⁹ Os atores sociais, representados na categoria “governantes locais”, referem-se às pessoas ligadas à prefeitura e secretarias de agricultura, de turismo e de desenvolvimento rural.

⁴⁰ As organizações sociais descritas nesta tese estão compreendidas pelos Sindicatos (Rural e dos Trabalhadores Rurais); Organização não-governamental (Centro de Atendimento ao Pequeno Agricultor – CAPA) e qualquer forma de organização social formal (cooperativa ou associação).

conduzem as atividades de processamento⁴¹ de alimentos. Essa constatação reforça o argumento de que nem sempre há relação entre mudanças técnico-produtivas e mudanças institucionais. Ademais, as modificações de comportamento não necessariamente estão relacionadas e/ou conduzem às mudanças de interpretação. Essa assertiva ficará mais clara no decorrer deste capítulo, a partir da descrição sobre os processos de mudanças institucionais.

Todas as famílias pertencentes à Trajetória II modificaram as suas formas de interpretar e conduzir as atividades de processamento de alimentos, situação que é observada apenas nesse grupo de famílias. Esse grupo é identificado pela fabricação de alimentos industrializados ao longo de todo ano. Assim como ocorre com as famílias do primeiro grupo, há modificações significativas no ambiente de processamento dos alimentos, além de aquisição de equipamentos e máquinas. Todavia, os saberes desse grupo foram herdados de cursos técnicos de capacitação, ao contrário do que ocorreu com os saberes das famílias pertencentes à Trajetória I (os quais foram herdados de antepassados).

No que se refere às famílias da Trajetória III, apenas uma família não modificou a sua interpretação e conduta nas atividades de processamento de alimentos. Assim como as famílias dos grupos I e II, essas famílias estão produzindo esses alimentos ao longo de todo o ano. Entretanto, as instalações e o local de processamento não foram modificados de forma significativa. Os saberes atuais ainda são caracterizados pelas formas como os antepassados industrializavam a produção da agricultura e pecuária.

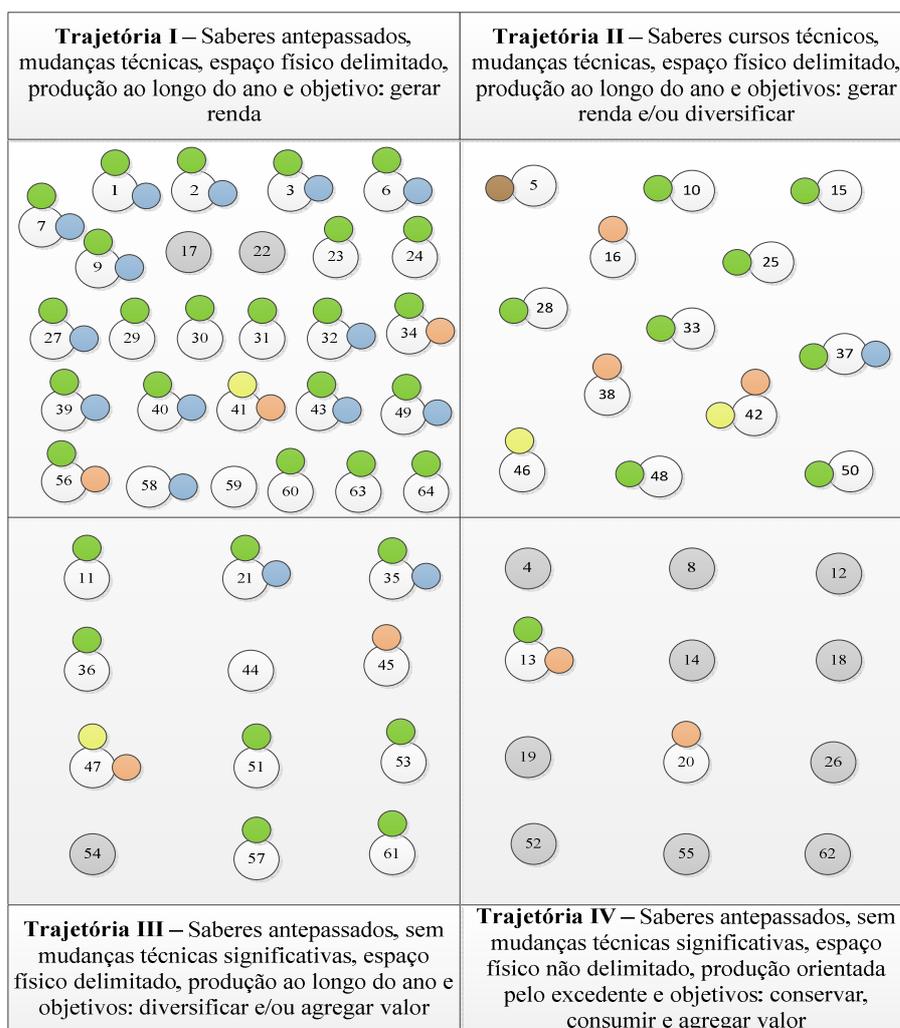
As famílias do grupo pertencente à Trajetória IV - caracterizadas pela produção de alimentos industrializados de acordo com o excedente da matéria-prima própria e sem mudanças significativas no local de processamento – apresentam uma situação particular. Nesse grupo, 10 famílias não modificaram as formas como interpretam e conduzem suas atividades de processamento de alimentos.

No que se refere aos atores sociais, destaca-se a atuação de agentes técnicos e/ou de extensão rural (em verde), governantes locais (em azul), organizações sociais (em laranja) e Igreja (em amarelo) nos processos de mudanças institucionais nas realidades das famílias das Trajetórias I, II e III. A informação que difere no grupo II, em comparação aos grupos I e III, é a atuação de agentes relacionados às Universidades (em marrom), os quais contribuíram para a ocorrência de mudanças institucionais na realidade de uma família. Nos casos dos agricultores do grupo IV, a diversidade de atores sociais que participaram dos processos de

⁴¹ É pertinente ressaltar que a análise sobre os casos das famílias que não modificaram as suas formas de interpretar e conduzir as atividades de processamento de alimentos será detalhada numa seção específica neste capítulo.

mudanças institucionais é menor. Nesse grupo, as famílias receberam apenas influências de agentes técnicos e/ou de extensão rural e organizações sociais.

Figura 14 - Atores e organizações sociais que influenciaram os processos de mudanças institucionais, de acordo com os diferentes grupos: Trajetórias I, II, III e IV.



Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Notas: Legendas: *Verde*: Agente técnico e/ou de extensão rural; *Azul*: Governantes locais; *Laranja*: Organizações Sociais (CAPA, Cooperativas e Associações); *Amarelo*: Igreja; *Marrom*: Universidade. Famílias em *cinza*: famílias que não modificaram as suas instituições. Famílias em *branco*, com ausência dessas relações: famílias que modificaram as suas instituições a partir dos elementos emergentes nos mercados.

As informações da Tabela 6, a seguir, complementam os dados apresentados na Figura anterior. As mesmas relações estão organizadas, agora, de acordo com a escala *Likert* (dados da média ponderada), que mediu a importância dessas relações para os grupos de famílias (Trajetórias I, II, III e IV). A escala utilizada referiu-se aos seguintes valores: Nada

Importante (0); Pouco Importante (1); Razoavelmente Importante (3); Importante (4) e Muito Importante.

Em geral, quando questionadas sobre a importância que esses atores sociais e/ou organizações têm e/ou tiveram no desenvolvimento das atividades de processamento de alimentos, as famílias responderam entre 2 (Pouco Importante) a 5 (Muito Importante). As respostas mais críticas referiram-se aos agentes técnicos e/ou de extensão rural (média ponderada: 2, para as famílias pertencentes à Trajetória IV); Organizações sociais (média ponderada: 3,6; nos casos dos agricultores componentes da Trajetória I); e Governantes locais (uma família pertencente à Trajetória III referiu-se a esses atores como razoavelmente importantes na atividade de processamento de alimentos).

As Igrejas representaram, para os grupos de trajetórias I, II e III, um dos principais órgãos que corresponderam às expectativas das famílias, já que as informações quantitativas da escala *Likert* variaram de importante (4) a muito importante (5). Para esse órgão, interpretações situadas na faixa de 1 a 3 não foram mencionadas. Essas interpretações estão estritamente relacionadas aos processos pelos quais as mudanças institucionais foram desenvolvidas nesses contextos. A Igreja ofereceu um espaço de discussão sobre mudanças e propostas de transformações de forma coletiva. Além disso, essa entidade também aproximou os interesses individuais dos coletivos, como será detalhado na próxima seção.

É relevante mencionar que as respostas situadas nas faixas de 2 a 3 não indicam a pouca importância e/ou pouca influência dos atores sociais mencionados nos processos de mudanças institucionais. Sobre isso, dois aspectos deverão ser considerados:

- a) o primeiro deles refere-se ao questionamento desenvolvido na pesquisa, que apenas identificou a importância atual de cada ator social para o desenvolvimento das atividades de processamento de alimentos;
- b) o segundo aspecto diz respeito à ocorrência de mudanças de pessoas que ocupam os respectivos cargos (por exemplo, governantes locais e agentes técnicos e/ou de extensão rural). Isso significa que, em alguns casos, as influências recebidas nos processos de mudanças institucionais referiram-se a períodos passados (10 anos atrás ou mais). Assim, quando questionadas sobre a interpretação quantitativa, as respostas dadas por essas famílias sofreram influência das comparações que estas faziam entre a atuação do agente atual com o do anterior.

Tabela 6 - Importância dos principais atores sociais nos processos de mudanças institucionais, de acordo com a Escala *Likert* (Trajetórias: I, II, III e IV).

Trajetórias	Escala <i>Likert</i> - Média ponderada												
	Agentes técnicos e/ou de extensão rural				Governantes locais			Organizações sociais			Igreja		Universidades
<i>Likert</i>	2	3	4	5	3	4	5	3	4	5	4	5	5
<i>Trajetória I: Saberes de antepassados, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivo: gerar renda.</i>													
Número de famílias em cada importância		1	9	12	3	3	7	1	2			1	
Média Ponderada		4,5			4,3			3,6			5		
<i>Trajetória II: Saberes por cursos técnicos, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: gerar renda e/ou diversificar.</i>													
Número de famílias em cada importância		1	2	5			1	1	2	1	1		1
Média Ponderada		4,5			5			4,6			4,5		2,5
<i>Trajetória III: Saberes de antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: diversificar e/ou agregar valor.</i>													
Número de famílias em cada importância			3	5	1		1	1	1			1	
Média Ponderada		4,6			4			4,5			5		
<i>Trajetória IV: Saberes de antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico não delimitado, produção orientada pelo excedente e objetivos: conservar, consumir e agregar valor.</i>													
Número de famílias em cada importância		1							2				
Média Ponderada		2						4					

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: Na primeira linha da tabela, onde constam as informações identificadas na Escala *Likert*, estão apenas as importâncias que surgiram nas respostas das famílias. Por essa razão, o número 1, que corresponde à categoria “Nada Importante”, não consta na tabela.

As informações apresentadas anteriormente fornecem um panorama geral sobre a importância dessas relações nos processos de mudanças institucionais. Tais dados indicaram as similaridades e diferenças dessas relações de acordo com a tipologia. Analisando as informações sobre a realidade coletiva das famílias, é possível afirmar que as mudanças institucionais, em muitas situações, acontecem devido a uma combinação de relações. Essa combinação difere, por exemplo, da soma do conjunto de relações de uma família com outros atores sociais.

A análise sobre a combinação de diferentes atores sociais nos processos de mudanças institucionais pode revelar:

- a) situações de cooperação entre diferentes atores sociais (por exemplo: governo local e agente técnico e/ou de extensão rural);

- b) casos em que houve a interferência de somente um agente nesse processo;
- c) situações de cooperação, conflito e dificuldades de estabelecer interações entre as famílias e os diferentes atores sociais e, por fim,
- d) reforço da ideia de que o funcionamento dos programas e políticas públicas depende das interações sociais locais. Esse último tópico será mais bem desenvolvido no próximo capítulo.

A primeira situação, identificada pelas famílias que construíram relações com diferentes atores sociais, revela a possibilidade de interação entre estes: “A Emater e a Prefeitura trabalham juntos” (**Família 25, Trajetória II**). Eles vão atrás e perguntam o que os agricultores não sabem. A prefeitura também ajuda, eles são da colônia (**Família 27, Trajetória I**). “O [nome do extensionista da Emater] vai nos ajudar a fazer um planejamento [específico para o PNAE]” (**Presidente do Sindicato**). “Hoje eles estão de portas abertas. Hoje o secretário de agricultura diz: entra que é tu que manda. Antes tu não passava do portão” (**Família 38, Trajetória II**).

Não obstante, as interações entre os diferentes órgãos locais podem interferir no planejamento e execução de políticas locais. Ademais, é a integração entre estes que explica os rumos e direções pelas quais os hábitos são transformados.

A segunda situação (em que somente um ator social influenciou a ocorrência de mudanças institucionais) pode ser observada no grupo de famílias pertencentes às Trajetórias I, II e III. Sobre os conflitos, algumas situações foram identificadas pela dificuldade de estabelecer interações entre as famílias e os diferentes atores sociais. Em algumas localidades, os diálogos das famílias com os diferentes atores sociais não é possível, especificamente porque, em algumas situações, há divergência de interpretações e interesses, especialmente entre os agentes técnicos e/ou de extensão rural e as organizações sociais: [...] aqui tem uma briga entre os dois sindicatos: o do pequeno e do grande (**Família 62, Trajetória IV**) [...] a Emater tem iniciativa, mas falta apoio da prefeitura. [...] poucos da prefeitura puxam para a agricultura, muitos nem sabem que existe esta localidade [Quilombos]. (**Família 4, Trajetória IV**). [...] já tentei contato com a prefeitura, recebi um não (**Família 59, Trajetória I**).

[...] a *fulana* foi transferida para outro município, não sei bem certo se foi briga com a ONG. A ONG criou o projeto sobre a rota aromática, mas parece que não aceitou ajuda da extensionista. [...] não deixaram ela assumir o projeto. A prefeitura deixou de ter convênio com a Emater por uns anos e que depois foi novamente retomada (**Família, Trajetória IV**).

Por outro lado, também podem ser observadas situações em que não foi possível interagir com diferentes atores sociais - ou porque as famílias não tiveram iniciativa e/ou porque não objetivaram realizar esse contato: [...] nós nunca procuramos a Emater (**Família 51, Trajetória III**). [...] nunca procurei a Emater, nunca tentei auxílio técnico (**Família 8, Trajetória IV**).

Assim, não somente os atores ligados aos órgãos públicos e organizações sociais são os responsáveis pelas iniciativas em estabelecer contato com as famílias. Em algumas situações, pode-se observar que as famílias não possuem objetivos de interagir com outros atores sociais. Essa condição está relacionada diretamente às finalidades e limitações dos agricultores no desenvolvimento da atividade de processamento de alimentos.

Desse modo, a não ocorrência de mudanças institucionais não significa que as famílias não tenham interagido com outros atores sociais e, tampouco, que elas estejam relacionadas pelo número de pessoas que estão formando as redes sociais. É relevante mencionar que uma determinada interação pode influenciar em outras mudanças, seja na agricultura, na pecuária e/ou em outras atividades dos agricultores familiares.

Considerando as informações empíricas sobre as mudanças nas interpretações e condutas das famílias nas atividades de processamento de alimentos, a natureza das políticas locais construídas é um dos principais fatores que estimulam tais processos. Para tanto, as próximas seções terão como objetivo analisar esses contextos, considerando as diferenças entre elas, especialmente no que se refere aos seus históricos e características. Ademais, essas políticas locais diferenciam-se pelas formas como as famílias interagiram com agentes técnicos, pessoas ligadas ao governo local, às universidades e às igrejas.

Como já comentado no início do capítulo, o sentido de política local ganha outros contornos, já que não restringe a análise sobre os atores governamentais. Assim, observou-se também a presença de organizações sociais e não-governamentais que mobilizam recursos e constroem espaços de comercialização para os produtos industrializados. Ao considerar essa noção abrangente de políticas locais, é possível incluir a análise sobre os grupos de famílias que se beneficiam indiretamente dos espaços, interações e recursos públicos. Esse é o caso, por exemplo, do grupo de famílias que modificaram as suas instituições a partir da observação e interação nos mercados. Essa nova forma de política diferencia-se das demais e será detalhada na seção 5.2.3.

5.2.1 Políticas locais repressivas e o papel das regras formais nos processos de mudanças institucionais

A abordagem webleniana auxilia no entendimento mais abrangente do que são as instituições, já que contempla elementos formais e informais. No entanto, as lacunas emergem quando a intenção é compreender as mudanças institucionais, especialmente sobre o papel das regras formais⁴² nesses processos. As relações informais ficam mais evidentes, uma vez que os autores da VEI enfatizam elementos como a cooperação e a construção de objetivos comuns entre os indivíduos. Considerando as informações empíricas, as regras formais - identificadas pelo regramento dos governos locais e também pelas regras formais constantes nos programas e políticas públicas - podem constituir-se como elementos nos processos de mudanças institucionais.

As mudanças institucionais desenvolvidas a partir da construção e legitimação de regras formais constituem a principal característica de algumas políticas locais. Alguns exemplos sobre essas assertivas podem tornar esses argumentos mais claros. Em algumas localidades, órgãos locais e agentes técnicos e de extensão rural impuseram às famílias a modificação de suas instalações e a maneira como desenvolviam as suas atividades de processamento de alimentos. Algumas, não aceitando essa repressão, interromperam as suas produções e passaram a dedicar-se a outras atividades⁴³. Outras, na ausência de opções para conduzir a “agroindústria”, passaram a incorporar uma série de medidas, tendo em vista adequar os seus modos de produção aos regramentos de sanidade. Tal regramento foi proposto pelos governantes locais e consistia no emprego de técnicas e modos de produção, que fossem, no mínimo, mais próximos às normas sanitárias de higiene do município e região.

⁴²Neste capítulo, quando se refere às regras formais, a análise está concentrada no foco sobre os regramentos construídos pelos atores sociais quando formalizados em políticas locais e/ou estatutos (por exemplo: associação, cooperativa). Esses regramentos, por sua vez, são formulados a partir das regras da produção agroalimentar (legislações sanitárias). Esses são os casos, por exemplo, das políticas locais, dos programas e das políticas públicas. Apesar das regras formais também fazerem parte dos programas e políticas públicas, esta discussão será desenvolvida no próximo capítulo, assim como também serão apresentados os argumentos sobre a relação entre formalidade e informalidade, especialmente no que diz respeito à operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁴³Não foram realizadas entrevistas com as famílias que interromperam a atividade de processamento de alimentos e produtos de origem agropecuária. No entanto, essa informação foi obtida com as famílias entrevistadas, que forneceram dados sobre os demais agricultores do mesmo município ou região.

Na época, os agricultores relataram que não haviam entendido a proposta conduzida pelos governantes locais. Muitos deles incorporaram algumas mudanças de forma insegura, de maneira obrigatória. No entanto, entender como essas mudanças foram legitimadas pelos agricultores locais requer compreender alguns elementos que resgatam a história e a trajetória dessas famílias nessa atividade, especialmente sobre a participação dos agricultores nas políticas locais.

O primeiro elemento que resgata essa história diz respeito à forma como os agricultores participaram da escolha do líder local, representado pelo secretário de agricultura na época (aproximadamente no ano de 1999). O secretário de agricultura, escolhido pelas famílias era um professor universitário, com histórico de pesquisas realizadas na comunidade. Durante algum tempo, o professor realizava visitas à zona rural do município, com o objetivo de coletar dados e informações para desenvolver trabalhos científicos. Esse pesquisador foi escolhido pelos agricultores de forma coletiva (o que não significa necessariamente consenso ou isenção de relações de conflito), por meio de reuniões propostas pelo novo governo. Desde o primeiro ano de mandato, o “novo” secretário promoveu reuniões com os agricultores, nas quais desenvolveu uma série de regimentos para as famílias, especialmente para formalizar a atividade de processamento de alimentos e produtos, incluindo os ambientes produtivo e comercial.

Dentre as mudanças no ambiente produtivo, estavam incluídas as modificações das instalações, cujas estruturas físicas deveriam estar registradas ou mais próximas dos parâmetros exigidos pela vigilância sanitária. Quanto ao ambiente comercial, foram construídas regras formais coletivas, que tiveram como objetivo padronizar as feiras locais: as bancas (mesas onde são expostos os produtos) deveriam ser fabricadas de acordo com um modelo, com medidas pré-definidas. As cores das bancas, o uso de uniformes e crachás eram outros elementos que constavam nas regras, que tinham como objetivo diferenciar os agricultores dos demais feirantes, especialmente os feirantes que não produzem, apenas comercializam produtos da agricultura e pecuária mediante relações com terceiros (Figura 15). As embalagens dos produtos, o uso de telas protetoras nos alimentos e o horário de abertura da feira foram os outros aspectos definidos.

Todas essas modificações não foram somente mudanças técnicas ou meramente uma padronização da atividade de processamento de alimentos. Essas mudanças foram acompanhadas de um processo de modificação institucional, uma vez que houve a reflexão, por parte das famílias, sobre a maneira como estas estavam produzindo e comercializando seus produtos. Atualmente, por exemplo, o secretário de agricultura não faz mais parte do

governo atual, mas as famílias ainda consideram importante manter o regramento na organização das feiras. Essa padronização adquiriu relevância porque foi caracterizada por um processo que teve continuidade. A adesão a esse processo de mudança institucional ainda persiste, uma vez que as famílias tentam padronizar tudo, inclusive o veículo de transporte. Quase todas as famílias possuem uma Kombi de cor branca (Figura 15). Os agricultores entendem que a padronização na apresentação de seus produtos e a forma como estes estão identificados na feira constituem uma maneira de construir uma boa imagem para o consumidor. Além disso, essa “padronização” é uma forma como as famílias identificam-se uma com as outras, reproduzindo hábitos de identificação coletivos.

Figura 15 - A padronização das feiras reflete a mudança de comportamento das famílias nas atividades de processamento de alimentos: cor verde (indicando que as famílias são agricultores), aventais, apresentação dos produtos e veículo na cor branca.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Essas realidades refletem o caráter diferenciado que pode ocorrer no processo de mudança institucional, uma vez que nem sempre as instituições obedecem a um ordenamento específico de transformação, podendo ocorrer mudanças, primeiramente no comportamento e, depois, no pensamento. Ademais, as mudanças institucionais podem ser originárias de regramentos formais, que, por sua vez, podem estar cristalizadas nos atores de governos locais, na maneira como estes percebem a atividade de processamento de alimentos. Nesse caso, a relevância das regras formais para a ocorrência de mudanças institucionais é reforçada pelos argumentos das famílias, pois, atualmente, elas relataram que estão de acordo com esses regramentos. Essa concordância reforça o argumento de que houve mudança institucional, uma vez que ocorreram alterações não só de comportamento, mas, sobretudo de pensamento: [...] padronizaram a feira. Era uma lona de cada cor. O diretor [secretário de agricultura] era ativo, interessado pela aparência. [...] fica mais bonito. O pessoal que faz comercial tem que colocar só as frutas que os agricultores não têm (**Família 3, Trajetória I**). [...] eu brigava com o veterinário, e hoje eu vejo que eu é que estava errado (**Família 7, Trajetória I**).

[...] o secretário de agricultura era exigente, na qualidade, na apresentação. Isso abriu até mais oportunidades para a venda, até ficou melhor. [...] quando ele foi visitar a feira ele disse que a feira parecia mais um circo do que uma feira. Ele foi quem padronizou tudo, tamanho da banca, crachás, jalecos. [...] e ele fiscalizava as feiras, cobrava muito. E foi bem melhor assim” (**Família 2, Trajetória I**).

Quanto às características das mudanças e às formas pelas quais as instituições foram modificadas, a partir dessas políticas (primeiramente marcadas pela repressão e, posteriormente, pela legitimidade das regras formais de produção e comercialização), algumas considerações são relevantes:

As famílias adaptaram-se às condições que foram determinadas inicialmente pelo governo local. Os hábitos de comportamento foram modificados, mas não houve a legitimação “instantânea” das famílias aos “novos” hábitos de comportamento. O não entendimento das famílias (no período inicial), por sua vez, está relacionado ao próprio processo pelo qual as instituições podem influenciar as condutas humanas (FLIGSTEIN, 2007, p.64, grifo nosso), uma vez que “as instituições podem afetar as situações dos atores **com ou sem consentimento ou compreensão**”. Contudo, essa não legitimidade, no período inicial, não pode ser caracterizada como mudança institucional. As mudanças institucionais só acontecem quando os atores sociais dão legitimidade às formas de comportamento, tal como

ênfatiza Dacin et al., 2002, p. 47 (tradução nossa): “a criação, a transformação e a reprodução das instituições requerem legitimidade. A legitimidade é o elemento central para compreender porque instituições alternativas são mais ou menos apropriadas, desejáveis ou viáveis”. Nesses casos, as famílias legitimaram as regras formalizadas no estatuto da associação de feirantes, embora tivessem a opção de não legitimá-las, mas optaram, coletivamente, por dar continuidade aos novos hábitos.

Relacionando as informações quantitativas da escala *Likert*, o grupo de famílias (pertencentes à Trajetória I) que modificou as suas instituições a partir dessa política local interpretou positivamente a atuação dos governantes locais atuais. Para 4 das 6 famílias desse grupo, os agentes técnicos e/ou de extensão rural e os atores sociais ligados aos governos locais são importantes (4) e muito importantes (5) para a atividade de processamento de alimentos. No entanto, duas visões mais críticas podem ser visualizadas nas famílias 2 e 9, as quais afirmaram que os atores sociais ligados aos governos locais eram mais importantes comparados com os atuais. Essa interpretação é justificada pela troca de governo, já que ambas as famílias preferiram a atuação do “antigo” secretário de agricultura (responsável pela padronização das feiras e pela emergência de novos hábitos de produção e comercialização, já comentados anteriormente).

Essas situações reforçam a ideia, ainda, de que a construção de hábitos coletivos - utilizando os argumentos de Bergh e Stagl (2003, p.309) – “pode ser espontânea ou repressiva, da mesma forma que a cooperação pode ser benéfica, desvantajosa ou neutra para os indivíduos participantes”. Isso significa que as escolhas que as famílias fazem durante esse processo nem sempre representaram a saída de uma situação negativa para uma positiva, de forma linear. Esse é o exemplo de 4 famílias que redirecionaram a fabricação de alimentos de acordo com as regras de sanidade da produção agroalimentar (3 famílias pertencentes às Trajetórias I e uma família pertencente à Trajetória III). O regramento sanitário, portanto, estava “enraizado” na maneira como as políticas locais eram construídas, seja pelos agentes técnicos seja pelos governantes locais.

O caso da família 58 é um exemplo que ilustra essa situação (Figura 16). Essa família modificou seus hábitos de pensamento e comportamento após um período de tempo em que havia fabricado e comercializado alimentos de maneira formal. Atualmente, após realizar um alto investimento na estrutura física, está diminuindo a produção de industrializados, com o planejamento de interromper a atividade. O depoimento dessa família, a seguir, revela que os resgates dos hábitos antigos no processo de fabricação de alimentos e na construção de

relações informais com os consumidores demonstram a natureza e o sentido em que as mudanças institucionais podem ser desenvolvidas nessas atividades:

[...] quando matava nos fundos não tinha azulejo em volta, mas tinha água clorada. O porco era mais limpo que esta mesa. O cara tem que ter capricho. [...] as agroindústrias têm que ter liberdade para matar o porco num lugar limpo. É uma renda para complementar a renda familiar. [...] tem que pagar contador, imposto, e comprar a carcaça. Eu pago pra trabalhar, tirei dinheiro da lavoura pra agroindústria, nunca sobrou. [...] nos primeiros dois anos era muito bom. Hoje me arrependo de ter registrado. [...] os mercados exigiram CNPJ. Onde eu ia oferecer eles não aceitavam bloco do produtor. E eles incentivaram a fazer o CNPJ. Hoje eu dou conselho aos outros produtores pra não fazer o CNPJ. [...] nós voltamos a fazer feira em Santa Maria. Agora não estamos fazendo mais. [...] quem sabe produzir e vender clandestino. **(Família 58, Trajetória I).**

Figura 16 - Estrutura física e identificação do local de processamento e comercialização dos produtos da agroindústria, em dois momentos distintos: em pleno funcionamento, em 2009 (as duas primeiras fotos acima) e no ano de 2012 (duas fotos abaixo, indicando a interrupção da atividade).



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Nas demais situações (3 famílias), são revelados casos semelhantes nas formas como as instituições foram modificadas, uma vez que as famílias optaram pela organização das suas estruturas produtivas, organizando a fabricação de alimentos conforme o regramento sanitário. Esses hábitos de comportamento foram legitimados pela interpretação que as famílias tinham sobre essa atividade. Entretanto, essa interpretação foi sendo modificada ao longo do tempo, e, atualmente, observa-se que as famílias estão retornando aos hábitos “antigos” de produção e comercialização. O retorno aos hábitos revela a opção em desenvolver formas de fabricar e vender os alimentos de maneiras similares aos que eram anteriormente realizados no início dessa atividade.

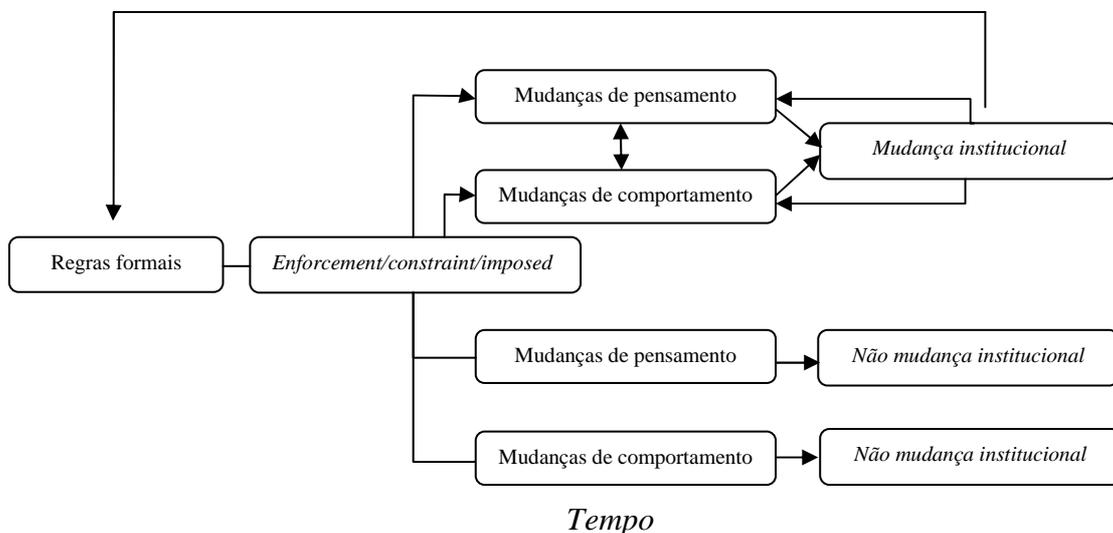
As informações quantitativas da escala *Likert* complementam essas análises, uma vez que as interpretações dessas famílias (inseridas nessa situação) variaram de razoavelmente importante (3) a muito importante (5). Observa-se que as visões críticas sobre a importância desses atores sociais para as atividades da agroindústria (especialmente nas famílias 58 e 63) relacionam-se à perda de contato (interação) com o agente técnico e/ou governantes locais.

Percebeu-se ao analisar essas realidades, que as relações de conflito são inerentes aos processos de mudança de pensamento e comportamento das famílias. Assim, é oportuno afirmar que os conflitos, nesses casos, fizeram parte das mudanças institucionais. Essas mudanças, que significam a escolha de elementos que favorecem a emergência de novas instituições, são marcadas pelos conflitos. Se houve mudança institucional, isso significa que, em algum momento, houve conflito de ideias, de rumos, direções ou caminhos nos quais essas atividades iriam evoluir. Isso significa a prioridade em desenvolver uma ideia em detrimento de outra, refletir, entender e optar por uma conduta em detrimento de outra. Isso não pode ser interpretado e reduzido à perda total das práticas, dos hábitos e dos conhecimentos que as famílias já tinham nessa atividade. São justamente esses conhecimentos, saberes e práticas adquiridas que dão suporte e fundamento para as famílias fazerem/avaliarem/optarem por essas escolhas.

A Figura 17, a seguir, tem como finalidade sintetizar o papel das regras formais e das ações de repressão/constrangimento nos processos de mudanças institucionais, relacionando elementos teóricos e empíricos. Ao considerar a variável tempo na análise, é possível observar que as mudanças nos hábitos de pensamento e comportamento podem ocorrer de forma separada, em dois momentos distintos. Ademais, nem todas as mudanças ocorridas nos hábitos de comportamento evoluem para as transformações nos hábitos de pensamento. Do contrário, essa assertiva também é verdadeira.

As atividades de processamento de alimentos estão inseridas em um conjunto de regras formais, que estão constantes no regramento da legislação sanitária (em diferentes níveis). Essas regras da legislação sanitária, por sua vez, estimulam as formas como as políticas locais são construídas, incluindo os regramentos desenvolvidos por organizações e grupos sociais e as maneiras como os programas e políticas públicas para a agricultura familiar são desenvolvidos. Esse conjunto de regras tem influência em maior ou menor medida em cada localidade e/ou família. A partir dos exemplos descritos anteriormente, observou-se que esse conjunto de regras formais pode ou não ter influência no processo de mudança institucional. A mudança institucional, por sua vez, pressupõe a transformação em dois diferentes elementos: o pensamento e o comportamento. Esses elementos não são transformados de forma instantânea e nem sempre são modificados de forma conjunta. Desse modo, uma mudança que pressupõe apenas transformação de pensamento ou comportamento não é considerada uma mudança institucional (Figura 17).

Figura 17 - Papel das regras formais e das políticas locais repressivas nos processos de mudanças e não mudanças institucionais.



Fonte: Elaborado pela autora (2013).

5.2.2 Políticas locais negociadas e as “novas” instituições: continuidades e rupturas nos processos de mudanças institucionais

Nem sempre as políticas locais são desenvolvidas e operacionalizadas a partir do “modelo de regramento formal da produção agroalimentar”. Estes são os casos, por exemplo, das políticas caracterizadas pela negociação entre os agentes técnicos e/ou de extensão rural e os agricultores familiares. Nesses casos, tais políticas locais foram marcadas pela relação entre as ações técnicas e a proximidade/amizade desses agentes com as famílias. Além disso, outra característica dessas políticas locais referiu-se às palavras utilizadas nos discursos dos agentes técnicos e/ou de extensão rural, especialmente quando esses atores se reportaram às formas como os agricultores estavam produzindo e/ou deveriam produzir os alimentos industrializados.

Apesar de os discursos não estarem presentes de forma clara na literatura Vebleniana, estes contribuem para o entendimento sobre as instituições, uma vez que, para Grillo⁴⁴ (1989) apud Shore e Wright (1997), as maneiras como os indivíduos pensam podem estar manifestadas nos seus discursos. Segundo esse mesmo autor, os discursos tanto podem reforçar a conexão das pessoas com as outras como também podem “fechar” os indivíduos para interiorizar/entender maneiras de pensamento que são diferentes das suas. Nesses casos específicos, as características dos discursos utilizados pelos agentes técnicos e/ou de extensão rural foram construídas no sentido de reforçar a interação destes com as famílias. Especificamente, quando os agentes técnicos e/ou de extensão rural propuseram às famílias que realizassem mudanças nos locais de processamento dos alimentos, as frases utilizadas por eles não tiveram conotação negativa, ou seja, não foram encontradas situações marcadas pelo julgamento, tais como certo/errado; sujo/limpo.

Esses elementos são aspectos-chave nos processos de mudanças institucionais, uma vez que é comum o uso de palavras que possam “desqualificar” a forma como as famílias processam os alimentos e produtos, especialmente quando elas se referem ao uso de expressões do senso comum. Em muitas situações, as formas como os agricultores familiares produzem esses alimentos não estão relacionadas estritamente com as maneiras formais que regem a produção agroalimentar. Essa heterogeneidade nas formas de produzir e comercializar, que pode mesclar regramentos formais e elementos informais, exige dos

⁴⁴ GRILLO, RALPH. **Social Anthropology and the Politics of Language**. London: Routledge, 1989.

agentes técnicos e/ou de extensão rural uma visão diferenciada, abrangente e “enraizada” nos contextos das diferentes “agriculturas familiares”.

Essa visão diferenciada está mais próxima das relações caracterizadas nesta seção, uma vez que, ao visitarem os locais onde as famílias estavam desenvolvendo as suas agroindústrias, os agentes técnicos e de extensão rural propuseram algumas mudanças. Essa proposta estava relacionada às mudanças nas formas como as famílias fabricavam os alimentos e produtos e à maneira como organizavam a estrutura física e etapas produtivas. No entanto, essas propostas foram negociadas, caracterizadas por visitas e conversas dos agentes técnicos e de extensão rural nas casas das famílias. Ao mesmo tempo em que os agentes técnicos e de extensão rural realizavam as propostas de mudanças, também permitiam que as famílias pudessem refletir e avaliar a relevância dessas transformações. Essas negociações podem ser compreendidas, com mais clareza, nos seguintes depoimentos: [...] aqui era uma casa velha e foi adaptada. Eu cheguei na primeira vez estava tudo numa salinha. Aí eu disse pra ela, quem sabe a gente não modifica? Tá muito apertado pra ti trabalhar nesta salinha, quem sabe não melhoramos teu local de trabalho? **(Extensionista)**. [...] eu sentia falta do registro. Eles não impuseram, só perguntaram se podia legalizar, arrumar a estrutura. E, disseram que a gente podia pensar. [...] deram a ideia de transferir, adaptar e arrumar a outra peça. Eles explicaram **(Família 33)**.

As mudanças institucionais que tiveram origem nessas políticas são diferentes das mudanças que foram originadas pela repressão de órgãos públicos locais (comparando com o exemplo da padronização das feiras). Em outras palavras, embora o resultado seja muito similar, os meios, as formas pelas quais as mudanças institucionais foram desenvolvidas foram diferentes. Além das características dos discursos, que utilizam frases isentas de julgamentos, essas políticas também se diferenciam pela relação construída entre os agentes técnicos e/ou de extensão rural e as famílias. Em muitas situações, essas relações foram marcadas pela amizade. Nos relatos a seguir, é possível identificar essa relação de proximidade, ou seja, percebe-se que o trabalho técnico e a amizade se mesclam: [...] o [nome do agente técnico] já ligava e almoçava lá em casa **(Família 53, Trajetória III)**.

[...] o [nome do extensionista] se sente pai da gente, se criou uma relação boa. A [nome da extensionista] é um anjo. A gente foi aprendendo junto, caminhando junto. O [nome do extensionista] me falou: [nome da produtora] nós estamos aprendendo contigo. Por exemplo, sobre o código de barras na Expointer que eu fiquei sabendo. Depois disso fui tirar informações com o [nome do extensionista] e ele disse: não vou te mentir eu não sei, mas vamos nos informar. A gente foi atrás e conseguiu **(Família 31, Trajetória I)**.

[...] eu tava contente, estava bom, mas o [nome do agente técnico] saiu do CAPA. Depois que ele saiu a gente até chorou, porque eu gostava muito dele, ele ia na propriedade. [...] faz 2 anos que ele saiu. Antes era a [nome do agente técnico], era muito boa também. [...] eu sempre gostei da Emater, eles sempre procuram fazer o melhor. [...] a gente tem muita amizade, enorme com o pessoal da Emater, do Sindicato. [...] o pessoal ligava quase todo o dia pra saber como a gente tava. Também com a Fetag. **(Família 57, Trajetória III)**.

Essas situações revelam as formas como tais políticas influenciaram a ocorrência de mudanças institucionais no contexto de 20 famílias, que pertencem aos grupos de Trajetórias I, II, III e IV. Nessas realidades específicas, observou-se que as transformações nas interpretações e condutas das famílias na atividade de processamento de alimentos caracterizaram-se por um processo contínuo, identificado pela estabilidade da característica das interações construídas. Além disso, as relações de amizade entre as famílias e os agentes técnicos e/ou de extensão rural permaneceram.

Considerando as interpretações desse grupo de famílias segundo a escala *Likert*, as respostas variaram de 4 (Importante) a 5 (Muito Importante). Tais dados quantitativos reforçam a importância que os agentes técnicos e/ou de extensão rural e os governantes locais possuem nas atividades de processamento das famílias. A não variação dos dados entre as famílias também reforça as ideias:

- a) da estabilidade dessas relações nesse grupo;
- b) da forte conexão dessas famílias com esses atores sociais; e
- c) da relação entre a amizade e os trabalhos desempenhados pelos agentes técnicos.

Ademais, as mudanças nas formas como as famílias interpretam e conduzem as suas atividades de processamento de alimentos nem sempre podem ser caracterizadas por um processo contínuo. Essa assertiva emerge com clareza a partir de um caso de uma localidade específica, em que as relações entre o agente técnico e/ou de extensão rural e as famílias foram interrompidas. Essa interrupção, somada ao fechamento da associação de agricultores e do órgão de extensão rural da localidade, foram os principais fatores para a não continuidade no processo de mudança institucional.

Nessa realidade, o processo de mudança institucional surgiu a partir da construção de políticas locais no ano de 2006. Mediante a interação das famílias com um agente técnico e/ou de extensão rural local, houve o oferecimento de cursos técnicos de capacitação para as famílias locais. Por meio dessas intervenções, alguns agricultores familiares iniciaram a atividade de processamento de alimentos, enquanto outros aperfeiçoaram seus conhecimentos nessa atividade produtiva. Tais intervenções locais, no entanto, estavam relacionadas a um

conjunto de outras mudanças, nas quais se destacam a construção de uma organização social (associação de agricultores) e de uma rota turística.

O conjunto dessas ações, somada à proximidade que as famílias tinham com o agente técnico e/ou de extensão rural, oportunizaram a emergência de mudanças institucionais. Tais mudanças foram caracterizadas pela transformação na forma como as famílias produziam e comercializavam os alimentos. Anteriormente, as famílias que já industrializavam os alimentos os produziam na cozinha e comercializavam os produtos na vizinhança. Após tais intervenções, as famílias adotaram uma organização diferente na forma de produzir e negociar, aperfeiçoando a aparência dos produtos e a identificação da propriedade rural. Essas mudanças também tiveram como objetivo construir uma imagem diferente para os visitantes. Os relatos das famílias, a seguir, demonstram a direção e o sentido por meio dos quais essas mudanças institucionais aconteceram: [...] houve mudança até de comportamento, de atendimento, conversar com o cliente, aguçou o senso crítico dos agricultores para o poder público [...] hoje o rural seria outro se a rota estivesse funcionando. O pessoal tava empolgado **(Família 13, Trajetória IV)**. [...] a [nome da extensionista rural] lutou pela feira, organizou. [...] era linda no início. Mas, os agricultores foram desistindo da feira **(Família 15, Trajetória II)**.

[...] ela ajudou muito, ensinamento para as agroindústrias foi tudo a [nome da extensionista] que fez. Ela trazia gente para dar cursos: bolachas, compotas, geleias. Trazia professores de outros lugares, eram 20, 30 alunas. [...] se reuniam tudo aqui em casa. Ela lutava pela agricultura” **(Família 11, Trajetória III)**.

[...] eu comecei a fazer compotas com os cursos que a Emater deu, junto com a associação e a extensionista. Eles prepararam umas 5 famílias para produzirem este tipo de produção. [...] antes nós tínhamos muito mais informações, cursos e tínhamos reuniões mensais. Agora estamos pouco assistidos pela Emater. A Emater anterior cobrava muito da prefeitura. [...] o extensionista de agora é uma pessoa boa, mas ele faz aquilo que é cobrado dele **(Família 10, Trajetória II)**.

[...] só foi exigido mudanças na época da Feira e da Ana. A vigilância vinha aqui sempre, conferir se estávamos produzindo de forma adequada. [...] hoje eu só vendo pra gente conhecida e entrego na Casa da Colônia, que é gente conhecida, se nós vender para outros lugares aí eu não sei se não vão exigir que a gente faça mudanças **(Família 15, Trajetória II)**.

Atualmente, somente duas famílias participam da feira de comercialização, e a associação de agricultores é bem menos ativa, quando comparada à da época anterior.

Algumas famílias interromperam a atividade de processamento de alimentos, enquanto outras estão produzindo esses produtos em escala menor e comercializando-os apenas nos finais de semana e/ou para os consumidores que realizam pedidos. A rota turística funcionou durante o período de seis meses, tendo sido desativada logo após a saída da extensionista responsável pelo projeto. As quebras dessas relações surgiram a partir de conflitos entre o órgão de extensão rural, a organização não-governamental e a prefeitura local. Esses conflitos também influenciaram o fechamento do órgão de extensão rural na localidade, o qual somente voltou a ser ativado no ano de 2009. Os conflitos desenvolvidos entre esses atores sociais complementam o entendimento (nesse caso específico) a respeito da ruptura e descontinuidade desse processo de mudança institucional. Também, essas interações reforçam a ideia da importância de entender o conjunto das relações envolvidas e não a influência de cada ator social, de forma isolada.

A Figura 18, a seguir, fornece um exemplo da forma como as famílias direcionaram a atividade de processamento de alimentos na época em que iniciaram a participação na rota turística. Todas as propriedades rurais participantes receberam uma denominação específica, assim como também os alimentos produzidos passaram a ser identificados. Os rótulos (Figura 15) dos alimentos industrializados do “Sítio Beija-Flor” na rota turística representam um exemplo de como as propriedades rurais foram organizadas.

Figura 18 - Rótulos utilizados nos alimentos processados (geleias, doces e conservas): identificação da propriedade rural na rota turística "Aromática". A identificação representa uma parte do processo de mudança institucional que modificou a forma como as famílias organizavam os alimentos e as suas propriedades rurais.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Atualmente, as famílias ainda reproduzem as formas de produzir, identificar os alimentos e a propriedade rural, embora a participação na atividade de processamento de

alimentos esteja reduzida. Entretanto, essas mudanças não tiveram evolução ao longo do tempo, já que as relações e as políticas locais construídas não tiveram continuidade.

Os dados quantitativos (escala *Likert*) sobre essas interpretações contribuem para o entendimento sobre a ruptura no processo de mudança institucional iniciado por meio do projeto da rota turística. As interpretações que as famílias possuem sobre a importância das relações com os agentes técnicos e/ou de extensão rural e atores ligados à organização social (associação rural) variaram de 2 (Pouco importante) a 5 (Muito importante). A mudança da pessoa que ocupada o cargo de “agente técnico e/ou de extensão rural” influenciou diretamente na justificativa das respostas: “Pouco importante” e “Razoavelmente Importante”. Nesses casos, as famílias quantificaram essa importância comparando a atuação do técnico atual com a do anterior. Este técnico, por sua vez, atuava no período em que a rota turística estava em funcionamento.

Apenas uma família identificou a importância da atuação dos agentes ligados à organização social (associação rural). Essa família identificou tal atuação como “Muito Importante”, o que está diretamente relacionado à sua participação nessa organização social, já que tal família atua como liderança na promoção de eventos na comunidade rural.

Outras políticas locais caracterizadas pela negociação foram desenvolvidas por meio da interação das famílias com as igrejas católica e luterana e também com o Centro de Atendimento ao Pequeno Agricultor (CAPA). As famílias frequentavam as igrejas com o objetivo de participar das atividades religiosas. Com o passar do tempo, em um grupo formado por 4 famílias, essas atividades foram ampliadas. Os grupos que frequentavam as igrejas eram aconselhados pelo CAPA a modificarem as suas atividades produtivas, especialmente as famílias que estavam desenvolvendo a agricultura e pecuária com o uso de insumos químicos e/ou integrados às cadeias produtivas agroindustriais (especialmente o cultivo de tabaco).

A evolução da participação das famílias nessas organizações sociais refletiu no desenvolvimento de mudanças institucionais nas atividades de processamento de alimentos. Essas mudanças estão atreladas à realização de investimentos em tais atividades, as quais, por sua vez, redirecionaram a alocação de trabalho nesse e em outros setores, já que, para 3 dessas famílias, essa atividade começou a ocupar um tempo maior e, para outras, ela tornou-se a principal fonte de renda e de trabalho.

Essas organizações e a forma como tais políticas locais foram construídas deram origem à criação de associações de famílias, as quais foram desenvolvidas com o objetivo de identificar o grupo. Esses hábitos coletivos identificam o grupo frente aos consumidores e

também ao governo local, já que as famílias utilizam o nome do grupo para reivindicações. Uma das mais recentes reivindicações caracterizou-se pelo estabelecimento de um local específico para realizar a feira de comercialização dos produtos.

Desse modo, as famílias construíram os próprios espaços de comercialização dos seus produtos (Figura 19), e as mudanças de interpretação e comportamento nessa atividade foram relacionadas ao reconhecimento de identificar esses produtos e fazer investimentos na estrutura física. Outros elementos que identificam coletivamente o grupo caracterizam-se pela utilização de rótulos padronizados e pelo compartilhamento de produtos entre as famílias (já que elas vendem os seus produtos e também os dos outros agricultores que pertencem ao grupo).

Nesse sentido, a construção das novas instituições foi caracterizada pelo desenvolvimento de regramentos que identificam as famílias entre si e as diferenciam-se ante as demais. Essas construções coletivas, que tiveram suporte da Igreja e do CAPA, deram fundamento à reflexão sobre a forma como as famílias pensam as suas atividades, especialmente a atividade de processamento de alimentos. Modificar suas estruturas produtivas, a forma como organizam seus trabalhos nessa atividade e a maneira como elas se apresentam para o público consumidor são elementos emergentes nas “novas” instituições.

Essas mudanças também tiveram o suporte de um sistema de certificação participativa, que é desenvolvido de uma forma diferente dos regramentos formais constantes na legislação sanitária. Essa certificação é desenvolvida socialmente e os próprios associados organizados realizam as visitas às casas das famílias, com o intuito de verificar se os produtos estão sendo desenvolvidos de forma ecológica. Essas “vistorias” têm implicações na atividade de processamento de alimentos, já que os produtos recebem a mesma certificação (Figura 19).

Figura 19 - Identificação do suco de uva de uma família associada e a organização das feiras (detalhes para a construção de ações coletivas, que identificam o grupo frente aos consumidores: cor padronizada, rótulos de identificação do grupo e a exposição dos produtos de várias famílias em todas as bancas).



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

No entanto, alguns conflitos entre ambas as igrejas (católica e luterana) resultaram em rupturas nas relações sociais, as quais, entretanto, não influenciaram na interrupção das mudanças institucionais, uma vez que o grupo continuou o desenvolvimento de ações coletivas pelo suporte de uma igreja e também do próprio grupo de famílias. Por meio desse exemplo, pode-se afirmar que o rompimento de relações sociais nem sempre conduz à interrupção e/ou descontinuidade nos processos de mudanças institucionais. Essa situação diferencia-se do exemplo sobre a construção da rota turística (relatado anteriormente). No caso anterior, a ruptura da relação existente entre as famílias e o agente técnico e/ou de extensão rural foi um dos fatores para a interrupção das mudanças nas instituições.

Considerando os dados quantitativos da escala *Likert*, as interpretações das famílias nesse grupo variaram de 4 (Importante) a 5 (Muito Importante). Essas interpretações estão

condizentes com os dados qualitativos, pois estão relacionadas ao processo de continuidade da forma como as políticas locais foram negociadas – por intermédio da Igreja e de organizações sociais com as famílias.

5.2.3 Outras formas de políticas locais coletivas: as instituições emergentes nas observações “nos mercados” e “para os mercados”

Essa forma de política local diferenciou-se das demais, já que as intervenções de agentes governamentais e não-governamentais não influenciaram a ocorrência de mudanças institucionais de forma direta, mas, sim, de maneira indireta. Desse modo, as universidades, as igrejas, os agentes técnicos e/ou de extensão rural e as organizações forneceram suportes para a realização de pesquisas mercadológicas, espaços de comercialização para os produtos da agricultura familiar e cursos técnicos de qualificação para o turismo rural. Essas intervenções oportunizaram às famílias obter conhecimento sobre os consumidores, e foi a partir das relações e informações sobre os mercados que as reflexões das famílias (pertencentes às Trajetórias I, II, III e IV) em torno das atividades de processamento de alimentos começaram a emergir.

Em um grupo de 4 famílias, por exemplo, os dados sobre as tendências de consumo de alimentos foram obtidos por meio do contato com universidades, organizações sociais de certificação orgânica de forma coletiva (Rede Ecovida) e organizações não-governamentais (CAPA). Por meio da obtenção dessas informações, as famílias redirecionaram as suas produções, como, por exemplo, no que diz respeito a um investimento maior no desenvolvimento de produtos específicos, como os derivados do leite e sucos orgânicos (Figura 20). Em algumas situações, as famílias optaram pelo investimento em produção de frutas e de leite orgânicos, tendo em vista atender a uma demanda local e regional. A valorização econômica do produto no mercado foi um dos aspectos comentados pelas famílias: [...] foi pela agregação de valor, tenho consciência de orgânico. [...] teve pessoas que falaram que não ia dar certo, mas tinha consciência/visão de mercado. [...] também existe um trabalho em relação ao meio ambiente nas escolas (**Família 38, Trajetória II**).

[...] eu estou atento ao que acontece no mercado, para as gerações futuras. O mercado quer coisas prontas, não querem descascar, espremer laranja. [...] começou com a pesquisa de mercado. Chamamos a Unisinos para fazer pesquisa, para ver o que estavam consumindo. [...] o que foi visto é que tava diminuindo o consumo de citros [frutas] e tinha muitas pessoas consumindo

laticínios. [...] porque tem cada vez menos pessoas vivendo em uma casa, as famílias estão pequenas (**Família 5, Trajetória II**).

Figura 20 - Rótulo de identificação do produto: suco orgânico integral. Investimento na produção orgânica a partir das informações sobre o consumo e os mercados. Destaque para as certificações participativas da rede Ecovida.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Em um grupo formado por 6 famílias, houve um processo de mudança nos hábitos de pensamento das famílias originário da observação e interação com seus clientes. Em outras palavras, nesses casos, percebe-se que as mudanças institucionais originaram-se com mais ênfase nessa relação específica, embora essas mesmas famílias também tivessem tido contatos com outros atores sociais.

Os agentes técnicos e/ou de extensão rural forneceram cursos de qualificação, especialmente relacionados às práticas de negociação e preparação de propriedades para o recebimento de turistas. Todavia, esses cursos não provocaram, de imediato, a ocorrência de mudanças nos hábitos de interpretação e conduta das famílias nas atividades de processamento de alimentos. As mudanças de comportamento foram sendo desenvolvidas à medida que as famílias iam recebendo os turistas em suas residências. Assim, os agricultores foram percebendo a necessidade de redirecionar a forma como estavam produzindo e negociando os seus alimentos. Em alguns casos, as famílias perceberam que precisavam ter um espaço próprio para o processamento, já que os consumidores e turistas desejavam conhecer os locais onde os alimentos eram produzidos. Ademais, a responsabilidade de desenvolver alimentos que estivessem de acordo com os critérios básicos de higiene destacou-se como uma das principais preocupações:

[...] o turismo foi um incentivo para nós. Os turistas conversam com a gente, querem ver onde é feito os produtos. Por isso achamos importante construir uma estrutura organizada, fazer dentro da melhor maneira possível, porque isso dá boa impressão para os turistas (**Família 20, Trajetória IV**).

Oferecer um local adequado para receber os consumidores no espaço físico de processamento dos alimentos influenciou também algumas famílias a pensar sobre a necessidade de construir espaços especiais de atendimento aos clientes, como quiosques, escritórios, mesas para refeições, etc. Algumas famílias ainda estão participando de parques de visitação, o que oportuniza a interação com pessoas residentes em vários locais do país e do mundo. Em algumas propriedades, há espaços também para a exposição de objetos, móveis antigos e produtos industrializados. Esses espaços funcionam como mecanismos para atrair turistas. Em algumas situações, por exemplo, a atividade principal na propriedade não é o turismo. O turismo é uma forma de atrair possíveis consumidores: como relatos da família 23, “a ervateira é uma isca para pegar turistas” (**Família 23, Trajetória I**).

Na Figura 21, a seguir, é possível observar exemplos de alguns desses locais, que mesclam histórias das famílias, interação com os clientes e espaços de venda dos produtos industrializados. Essas situações evidenciam os projetos que tiveram a iniciativa dos agentes governamentais e órgãos de extensão rural local. A primeira foto, à esquerda, mostra a identificação de uma propriedade rural que compõe o roteiro de uma rota turística. A segunda foto, à direita, apresenta um dos veículos utilizados para transportar os turistas até as propriedades rurais locais. A terceira foto revela o interior da casa de uma família, uma peça específica para o recebimento de turistas, detalhes para os alimentos industrializados, que são expostos junto com outros produtos e documentos antigos. A última foto, à direita, apresenta a identificação de uma das casas que compõem um parque de visitação. Nesse estabelecimento, as famílias possuem contato com turistas e utilizam o espaço físico para a produção dos alimentos. Além disso, esse é um dos exemplos que marcam, ainda, a diversidade da agricultura familiar inserida na atividade de processamento de alimentos, pois, apesar de residirem na zona rural, algumas famílias produzem alimentos na área urbana.

Figura 21 - Placa de identificação da propriedade rural pertencente à rota turística (à esquerda); veículo de transporte dos turistas até as propriedades rurais; interior da residência: local de refeições e degustações de produtos industrializados e placa de identificação do parque de visitas (à direita).



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Os agricultores, inseridos nessas realidades, ao mesmo tempo em que preservam elementos históricos das famílias, também podem ser caracterizadas por comportamentos e pensamentos específicos, já que possuem uma dinâmica de negociação e interação diferenciada. Esses comportamentos, no entanto, foram modificados ao longo do tempo, resultantes do processo de interação e treinamento específico para atendimento aos consumidores e turistas. Os depoimentos das famílias 21 e 23 retratam bem como essas mudanças aconteceram: [...] estamos acostumados com os turistas. Temos bastante contato com as pessoas. [...] meu esposo fez treinamento, um curso do SEBRAE para saber como lidar com as pessoas. [...] e ele aprendeu que em primeiro lugar são os clientes, os hóspedes **(Família 21, Trajetória III)**.

[...] começamos a rota com o apoio da Emater, do SEBRAE e da Soletur (empresa turismo). [...] no início fizemos reuniões, tinha 40 famílias cadastradas, hoje sobraram só 5 das 40. [...] hoje nós conseguimos nos virar sozinho, porque entramos diretamente em contato com as empresas de turismo. O turismo ajudou muito na timidez do pai. Antes, quando nós éramos pequenos eu me lembro de ir ao centro da cidade com o pai e o pai tremia que nem uma vara verde para falar com as pessoas, tinha vergonha. [...] agora ele é bem diferente. Tivemos que fazer muitas mudanças na propriedade, pagamentos de taxas, etc. Muitas melhorias tiveram que ser feitas na propriedade, tivemos que abrir uma empresa (**Família 23, Trajetória I**).

Nesse sentido, as políticas locais, inicialmente formuladas a partir de projetos governamentais locais, podem adquirir outras facetas. Quando iniciaram nesse projeto, os agricultores precisavam maior assistência. Com o passar dos anos, alguns deles “*conseguiram se virar sozinhos*”. A família 23, cujo depoimento foi apresentado acima, é um desses exemplos. Receber os turistas e interagir com eles proporcionou a emergência de novas formas de interpretar e conduzir as suas atividades, especialmente com modificações nas instalações e na forma de comercialização. Por outro lado, das 40 famílias cadastradas, somente 5 estão participando atualmente desse projeto. Essa situação pode revelar dificuldades das famílias em adequar-se às regras impostas pela política local, especialmente sobre as modificações das propriedades rurais.

Outras situações refletem a forma como os ambientes de comercialização foram modificados, acompanhados do processo de mudança institucional. O espaço de comercialização (feira local) foi cedido pelo governo local para que os agricultores comercializassem seus produtos. Porém, com o passar dos anos, as famílias se reuniram e construíram uma associação. No início, a feira funcionava no período da manhã (usualmente é comum, no Rio Grande do Sul, a organização de feiras de agricultores nesse período do dia), porém, ao longo do tempo, as famílias observaram que os consumidores tinham preferência por adquirir alimentos ao anoitecer, e não no início da manhã. Desse modo, ao perceber que os movimentos de clientes poderiam ser mais significativos no período da noite, estas modificaram o horário de funcionamento, no ano de 2007: [...] a gente percebeu que era melhor vender depois que o pessoal sai do trabalho. Tem mais movimento, eles não precisam acordar cedo para ir a feira. [...] e já levam os produtos para casa, aproveita o caminho do trabalho para casa (**Família 45, Trajetória III**).

A Figura 22, abaixo, demonstra a situação atual da feira de comercialização (Feira do Entardecer), da qual estão participando famílias que processam alimentos. O grupo de feirantes construiu uma imagem coletiva e diferenciada frente às demais feiras da cidade. Algumas características dessas “novas instituições” referem-se às formas como as famílias estão comercializando seus produtos. Os produtos e os agricultores estão identificados, e tanto o tamanho das mesas quanto as cores utilizadas nos uniformes e nas bancas estão padronizados.

Figura 22 - Feira do Entardecer, mudança institucional originária de um processo de interação e observação das famílias sobre os mercados locais.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Algumas ações foram desenvolvidas no sentido de manter esse regramento construído. Uma delas refere-se ao pagamento de multa na mensalidade da associação de feirantes para as famílias que não estiverem devidamente identificadas e uniformizadas: [...] esta feira é por uma associação, A Associação dos Feirantes, tem reuniões, tem eleição, tem troca de presidente, tudo pra fazer melhorias. A gente discute sobre horários, se tem que usar uniforme. [...] por exemplo, se eu não usar boné tenho que pagar R\$2,00 de multa (**Família 5, Trajetória II**).

Os elementos que influenciam o desenvolvimento de ações coletivas e, conseqüentemente, a reprodução de um conjunto de hábitos comuns é que darão suporte para o entendimento sobre as instituições. Nessas famílias, apesar de os agentes ligados aos governos locais, órgãos de extensão rural e organizações sociais estarem presentes no desenvolvimento das atividades de processamento, foi por meio das informações e interações com os comércios que as mudanças institucionais ocorreram. Portanto, essas interações

também incluem elementos de observação sobre as preferências do público consumidor. Modificar seus comportamentos e horários de venda, pelo exemplo da feira, destacou-se como um processo de adaptação das famílias aos horários dos consumidores.

Ademais, a reflexão sobre a necessidade de modificar seus hábitos de comercialização na atividade de processamento de alimentos nem sempre tem origem nas informações explícitas, pela troca de ideias e interpretações entre os atores sociais. Dessa maneira, essas mudanças podem ter origem na capacidade de as famílias identificarem as vias alternativas, “as novas instituições”. Esse é um exemplo claro de que as mudanças institucionais não podem ser interpretadas a partir das transformações exclusivamente individuais (de cada família). Considera-se que houve mudanças nos hábitos de cada família, porém a análise sobre esses processos parte das transformações coletivas, da forma pela qual os hábitos são produzidos e reproduzidos socialmente.

5.2.4 E, quando não há mudanças institucionais? limitações e resistências das famílias em modificar seus hábitos nas atividades de processamento de alimentos

Durante as trajetórias dos agricultores nas atividades de processamento de alimentos, 13 famílias (do total de 64), pertencentes às Trajetórias I, III e IV, não modificaram as suas instituições. Essa ausência de modificações, no entanto, não significa a não ocorrência de mudanças técnicas e produtivas. Além disso, essas situações revelam não somente a não inclusão das famílias nas políticas locais construídas, mas também as próprias características de alguns agricultores familiares nessas atividades.

Sobre isso, alguns elementos são pertinentes: o primeiro deles relaciona-se com a **resistência das famílias em interagir e compartilhar ideias com outros atores sociais**. Em algumas famílias, essa resistência é uma realidade, já que decidiram não compartilhar pensamentos e não refletir sobre outras opiniões ou outros pontos de vista nessa atividade. Esse comportamento pode ter relação com a insegurança de algumas famílias em modificar a atividade de processamento de alimentos. De acordo com Ploeg (2003, p. 20, tradução nossa) “falar e pensar sobre mudanças não envolvem segurança, pelo contrário, envolvem insegurança”. Por outro lado, a não ocorrência de mudanças institucionais pode estar relacionada **com a segurança que algumas famílias possuem sobre os seus objetivos futuros na atividade**, especialmente nos casos em que os agricultores priorizam - e desejam continuar priorizando - futuramente, a agricultura e a pecuária.

A característica de resistência das famílias pode estar relacionada, ainda, ao **pouco tempo em que iniciaram essa atividade**. Nessa fase, as famílias estão iniciando a adquirir conhecimento sobre as etapas de processamento dos produtos e obtendo informações sobre possíveis compradores e consumidores. Nesses casos, as mudanças institucionais podem acontecer, futuramente: [...] eu estou experimentando para ver se vai dar certo. Depois, se der certo, eu posso investir. [...] eu preciso deste tempo pra ver se o negócio vai dar certo **(Família 14, Trajetória IV)**.

Essa resistência em não modificar as suas instituições pode estar relacionada com o que Veblen (1989) já afirmava sobre os instintos, que, ao serem relacionados ao comportamento, podem ser modificados ou não. Isso significa compreender que as mudanças de comportamento nem sempre conduzem às mudanças institucionais. Quando se analisam essas condições na realidade dos agricultores que processam alimentos essa situação é bastante complexa. Sobre isso, deve-se considerar que **a limitação de mão de obra para dar continuidade a essas atividades é um elemento que influencia a não ocorrência de mudanças institucionais**. Esse fator pode ser um dos limitadores nesse processo, uma vez que as famílias mantêm a forma como produzem os alimentos, em vista de não possuírem estímulos para a realização de mudanças. Dessa maneira, mesmo nos casos onde há a compreensão de que poderiam modificar a forma como estão fabricando os alimentos, a limitação em mobilizar pessoas para essa atividade é o principal elemento que impede a realização de mudanças.

Assim, esse é outro exemplo da necessidade de compreender os projetos, os objetivos e as ideias que as famílias possuem para o futuro. Nesses casos, as famílias podem compreender e desejar a ocorrência de mudanças institucionais, porém a compreensão e o desejo de mudanças não são fatores suficientes para que haja mudanças institucionais. Nessa realidade, o entendimento sobre as particularidades das formas como as famílias organizam os recursos econômicos, sociais e produtivos são elementos pertinentes para entender os porquês da não ocorrência de mudanças institucionais.

Tal ocorre nos casos, por exemplo, em que **as famílias têm o foco de desenvolvimento em outras atividades produtivas e não na agroindústria**. Nessas situações, é provável que não haja mudança institucional, uma vez que a força de trabalho e o planejamento são voltados para outras ocupações. Essa realidade é expressa pelos depoimentos das famílias 18 e 55: [...] não é o nosso foco [agroindústria]. O nosso foco é a atividade de figo in natura” **(Família 18, Trajetória IV)**. [...] se a gente sobreviver mais

folgado com a lavoura a gente não vai mais fazer [atividade de processamento de alimentos]. Se a lavoura estabilizar, nós vamos parar (**Família 55, Trajetória IV**).

Tais situações, por sua vez, explicam por que a não ocorrência de mudanças institucionais é mais expressiva no grupo de famílias pertencentes à Trajetória IV. Considerando as informações quantitativas, 10 das 12 famílias componentes desse grupo não modificaram as suas instituições. Nessas situações, um dos elementos que mais se destacaram correspondeu à concentração de trabalho e planejamento em outras atividades produtivas.

Outros elementos (secundários) interferem na não ocorrência de mudanças institucionais. **A forma como são desenvolvidos as políticas locais é um dos elementos relevantes para compreender tanto as mudanças como a não ocorrência de mudanças institucionais.** Nessas políticas, destaca-se a forma como as famílias estão recebendo as informações sobre a necessidade de modificar suas atividades produtivas, sob pena de não poderem mais comercializar. As famílias inseridas nessa situação relataram que o diálogo com os governantes e agentes técnicos e/ou de extensão rural são caracterizados, exclusivamente, por relações de conflito, as quais se desenvolvem de forma diferente da que caracterizou os casos da padronização das feiras, já comentados anteriormente. Tais conflitos adquiriram outras características, pois as famílias e os governantes e agentes técnicos e/ou de extensão rural possuem interpretações diferentes sobre as atividades de processamento de alimentos. Por um lado, os governantes e agentes técnicos e/ou de extensão rural não compreendem quais as razões para as famílias continuarem produzindo e comercializando alimentos informalmente. De outro, os agricultores relatam que os governantes locais e os agentes técnicos e/ou de extensão rural não entendem as suas dificuldades em obter registro sanitário: [...] tem uns que tu não consegue mudar. Teve um produtor mesmo que fugiu do curso de boas práticas de fabricação. Esse mesmo, pra ele conseguir o CISPOA ele praticamente tem que refazer toda a estrutura da agroindústria (**Agente de extensão rural**).

[...] nós nos reunimos (Associação Agroecológica de Nova Petrópolis) com a Ecovida e trouxemos palestrantes para a cidade para discutirmos com o Sindicato sobre as regras de sanidade. Mas esta reunião não deu em nada, porque eles [governo] não querem se comprometer. [...] a repressão sempre acontece, ou se enquadra ou não vende. [...] aqui eles são rígidos com a legislação, se eles encontrarem um produto, como a linguiça e vendendo sem licença eles colocam creolina em cima. Aqui a filosofia é de cobrar e cobrar... Muitos agricultores desistiram da atividade. [...] o município deu um prazo para os produtores registrarem. Aconteceu de muitos não produzirem mais. [...] teve até uma vez uma palestra com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para dar apoio as agroindústrias. Nisso até o Centro Ecológico de Ipê estava participando. Mas o município não optou

pelo SIM. Porque é a responsabilidade é do município (**Família16, Trajetória II**).

[...] os fiscais da saúde viram meus produtos no armazém perto lá de casa e recolheram todos os produtos. Tive que ressarcir o armazém colocando novos produtos. [...] isso aconteceu porque eles alegaram que a data de fabricação e vencimento estavam preenchidas a caneta. Mas eu já tinha ido na prefeitura me informar para saber como eu ia preencher a data e eles me disseram que eu podia preencher a caneta. No outro dia eu já fui falar com o pessoal da prefeitura sobre isso. Ainda perguntei sobre os meus produtos, mas eles não sabiam. [...] não estava lá porque a secretária ainda falou se estivesse lá ela ia comer (**Família 17, Trajetória I**).

É importante ressaltar que, mesmo nos casos em que as famílias modificaram as formas como produzem e comercializam alimentos, não houve compreensão e entendimento dos porquês dessas mudanças. Essa assertiva fica clara no argumento da Família 17, da Trajetória I “se não cobrassem, eu não teria feito. O rótulo para identificar, isso está certo. O que está errado é que eles cobram demais dos produtores”. Nesses casos, as famílias obtiveram o registro de sanidade porque tinham a finalidade de obter o “direito” de comercializar livremente. Na interpretação das famílias, os governos locais e os agentes técnicos e/ou de extensão rural não dão oportunidades de “escolha”, pois: [...] tinha que haver mais flexibilidade. Nem tanto o céu, nem tanto a terra (**Família 16, Trajetória II**).

[...] nós fizemos a escolha de continuar na atividade. Eles colocaram duas opções: ou tu registra ou tu sai fora. Eu escolhi registrar, não tenho outra opção. Eu aceitei, tive que entrar no sistema deles. Não vi outra saída a não ser fazer isso. [...] é difícil, porque o apoio deles é: vamos ver até onde eles aguentam. Ta na hora de mudar a política (**Família 19, Trajetória IV**).

Os dados sobre as interpretações quantitativas (escala *Likert*) complementam o entendimento sobre as dificuldades dessas famílias em “negociar” as mudanças. É nesse grupo de famílias que as visões mais críticas sobre a importância dos agentes técnicos e/ou de extensão rural e organizações sociais podem ser observadas. Essas interpretações são mais evidentes no caso das famílias 8, 12, 18, 26 e 54, cujas informações sobre a importância da interação com esses agentes variaram de 1 (nada importante) a 3 (razoavelmente importante). Também pode ser observada a ausência de interação com outros atores sociais, no caso da família 14. As respostas das famílias relacionadas às justificativas das interpretações de 1 a 3 correspondem aos problemas para estabelecer contatos com esses agentes, além de não terem influência direta na atividade de processamento de alimentos. Tais realidades são evidentes

nos depoimentos das Famílias 54, 18 e: “quando tem que fazer a declaração anual para o gado, eles vão lá em casa [eles: secretaria de agricultura, categorizados como “governantes locais”] (**Família 54, Trajetória III**). A Emater só interage quando tem que fazer projeto (**Família 18, Trajetória IV**).

A partir das análises constantes neste capítulo, pode-se afirmar que as formas como as políticas locais são construídas (através de repressão, negociação ou por outros meios de ação coletiva) explicam as maneiras como elas estão influenciando os processos de mudança de interpretações e condutas das famílias nas atividades de processamento de alimentos. Tais políticas foram construídas também a partir das regras constantes na legislação sanitária.

Além disso, as formas como as políticas locais são construídas são elementos pertinentes também para compreender por que a participação das famílias no Programa Nacional de Alimentação Escolar está influenciando a emergência de mudanças institucionais. São as características locais e as formas de organização coletivas que diferenciam essa política pública ante os demais programas construídos pelo governo federal para o público “agricultura familiar”. Não obstante, as famílias que processam alimentos estão também participando desse programa e comercializando seus produtos para um canal diferenciado, caracterizado por estudantes de escolas municipais e estaduais.

Desse modo, o próximo capítulo tem como objetivo aprofundar a análise sobre a relação existente entre mudanças institucionais e a participação e/ou acesso das famílias aos programas e políticas públicas.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTORES FAMILIARES E ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: TRAJETÓRIAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

[...] questões políticas não são meras questões técnicas que podem ser resolvidas pelos “*experts*”. Questões políticas sempre envolvem decisões que nos conduzem a fazer escolhas entre alternativas conflitantes (MOUFFE, 2005, p.10, tradução nossa).

Os programas e políticas públicas⁴⁵ são também considerados instituições, segundo a abordagem Vebleniana, uma vez que eles refletem os hábitos de pensamento e comportamento de alguns atores sociais envolvidos na sua formulação. Segundo Grisa (2012), esses atores sociais diferenciam-se de acordo com o programa e/ou política pública construída, da mesma forma que também são diversas as ideias, os conflitos e mudanças desenvolvidas. As críticas de Norman Long (2001) também vão nesse sentido, pois o Estado não pode ser entendido como um conjunto de pessoas e organizações que exercem controle sobre os indivíduos. O ‘Estado’ e a ‘sociedade’, para Muller (2007, p.14), “não são consideradas esferas estanques e separadas, pelo contrário, suas fronteiras são borradas, ocorrendo interpenetração de uma esfera sobre a outra”.

Refletindo sobre o processo como os programas e políticas públicas são desenvolvidos, apresentando consensos e conflitos de ideias, de participação e de interpretações (tal como destaca Grisa, 2012), é possível afirmar que há heterogeneidade institucional. Em outras palavras, as instituições desenvolvidas a partir de programas e políticas públicas não representam - e não representarão no futuro - os hábitos de pensamento e comportamento de todos os atores sociais envolvidos. As ideias de Chantal Mouffe (2005, p. 120) também estão bastante relacionadas a esses argumentos, já que, para a autora, a sociedade é composta de indivíduos com uma “pluralidade de interesses e demandas que, embora estes conflitos nunca sejam conciliados, estes deveriam ser considerados como

⁴⁵ A definição de programas e políticas públicas utilizada na tese está relacionada com a forma como Veblen interpreta instituições. Portanto, os programas e políticas públicas fazem parte da definição de instituições, uma vez que elas são desenvolvidas a partir das ideias e interpretações que os agentes sociais envolvidos possuem sobre elas. Essa definição se aproxima da forma cognitiva apresentada por Grisa (2010, p.105), já que as instituições são “determinadas pelas crenças comuns de um conjunto de atores (públicos e privados), as quais definem a maneira como estes atores percebem os problemas públicos e concebem as respostas para os mesmos”.

legítimos”. Isso significa a incapacidade de reduzir, em um conjunto de regras formais, as diferentes interpretações da diversidade dos atores sociais envolvidos e não “envolvidos” (ou seja, os atores participantes e os atores não participantes) desses processos.

Para Long (2001, p.48, tradução nossa), o desenvolvimento e a implementação dos programas e políticas públicas

[...] tornam-se um contínuo processo em transformação, geralmente com resultados imprevisíveis, envolvendo cooperação e conflito entre as diversas partes envolvidas. Tal processo emerge dentro de um contexto específico, histórico e institucional, que é compartilhado e transformado pelas ações dos indivíduos e dos grupos sociais participantes.

Isso significa que entender os efeitos que os programas e políticas públicas possam ter nas atividades da agricultura familiar requer a compreensão sobre os atores sociais envolvidos e os processos de transformação. Nesses processos, dois elementos estão presentes: tanto a cooperação quanto o conflito.

Nas informações empíricas sobre a relação entre políticas públicas e mudanças institucionais, o olhar, a capacidade e sensibilidade dos agentes técnicos e de extensão rural em negociar as transformações de forma interativa com as famílias emergiram como elementos pertinentes. Em muitas situações, a direção da transformação dos hábitos de pensamento e comportamento das famílias foram resultados de um processo originário de outras mudanças. Nesses casos, compreender que há limitações tanto na realidade das famílias quanto no regramento e funcionamento das políticas públicas exige uma percepção/visão diferenciada dos agentes técnicos e de extensão rural e governantes locais, principais mediadores nesse processo.

Para tanto, este capítulo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, serão apresentados os programas e políticas públicas utilizados pelos agricultores familiares, especificamente no que se refere ao desenvolvimento das atividades de processamento de alimentos. Nessa seção, também serão descritos os destinos dos recursos utilizados e a evolução no número de acessos ao longo do tempo. Ademais, também serão apresentados os principais fatores que conduziram/conduzem um grupo de famílias a não utilizarem os recursos provenientes dos programas e políticas públicas.

A finalidade da segunda seção é apresentar elementos teóricos e empíricos sobre a assertiva de que os programas e políticas públicas, de forma geral, não estão influenciando a ocorrência de mudanças institucionais no contexto da atividade de processamento de alimentos. Serão retomados os principais resultados do acesso das famílias aos programas e

políticas públicas. Além disso, essa discussão será complementada com a análise das interpretações das famílias sobre os programas e políticas públicas, tanto dos aspectos quantitativos (escala *Likert*) como dos elementos qualitativos (análise de conteúdo).

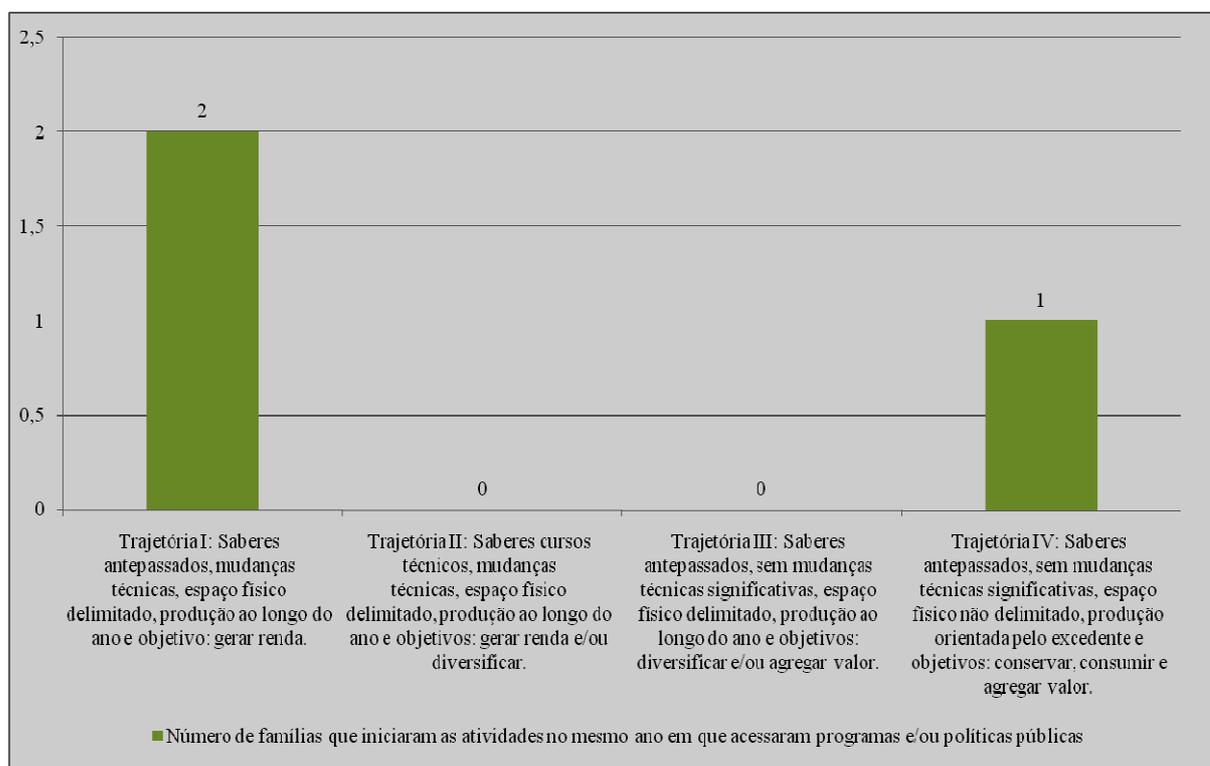
A terceira e última seção tem como objetivo aprofundar, analiticamente, a discussão sobre a relação entre as mudanças institucionais e a participação das famílias no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Primeiramente, serão apresentadas as características do funcionamento do programa, bem como os principais atores sociais envolvidos. As subseções apresentadas após esse tópico terão como finalidade descrever sobre as principais mudanças institucionais decorrentes da participação das famílias nesse programa. As diferentes formas como os agricultores modificaram suas interpretações e suas condutas na atividade de processamento de alimentos (nos ambientes: produtivo e comercial) a partir da participação no programa serão os principais elementos de discussão dessa seção. Ademais, é conveniente ressaltar que as relações informais permeiam não somente o funcionamento do programa em nível local, mas também constituem elementos empíricos consistentes para entender a natureza heterogênea das instituições nesses processos (que mescla elementos formais e informais).

6.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: ACESSO, DESTINO DOS RECURSOS NAS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

No Gráfico 17, a seguir, é possível observar que o acesso das famílias às políticas públicas não foi um elemento que influenciou e/ou motivou os agricultores a iniciarem a atividade de processamento. Apenas 2 famílias componentes da “Trajetória I” e uma família do grupo “Trajetória IV” acessaram políticas públicas no mesmo ano em que iniciaram as atividades de processamento de alimentos. Uma família do grupo “Trajetória I” acessou recursos provenientes da linha Pronaf Mulher, os quais foram utilizados na compra de equipamentos e na construção de uma estrutura física destinados ao processamento de alimentos. Já a outra família desse mesmo grupo começou a participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no mesmo ano em que iniciou a fabricar alimentos industrializados. Esse programa contribuiu como um canal de comercialização dos produtos industrializados.

Em apenas uma família componente do grupo de agricultores da Trajetória IV, a relação entre o acesso às políticas públicas e o início das atividades de processamento (produção de queijos) foi verificada. Tal família utilizou recursos financeiros da linha Pronaf Mais Alimentos, nos quais foram utilizados para a compra de veículo de transporte dos produtos. Todavia, a família utiliza esse mesmo veículo para transportar produtos da horticultura e leite *in natura* – que são as principais fontes de renda da família. As famílias componentes das Trajetórias II e III não acessaram programas e políticas públicas no ano em que iniciaram a desenvolver o processamento de alimentos.

Gráfico 17 - Número de famílias que acessaram políticas públicas no mesmo ano em que iniciaram as atividades de processamento de alimentos, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Os programas e as políticas públicas não “chegam” da mesma forma, tanto para as famílias que os utilizam quanto para as famílias que não os utilizam. Mesmo para as famílias que os acessam, estes não são operacionalizados de forma padronizada. Algumas das justificativas para essa assertiva referem-se à diversidade dos agentes sociais envolvidos, além das características sociais e econômicas das famílias nas atividades de processamento de alimentos.

Sobre isso, os recursos produtivos, de trabalho e de renda das famílias estão influenciando diretamente na forma como os programas e políticas públicas estão sendo operacionalizados. Em outras palavras, isso significa que os programas e políticas públicas não terão a mesma utilidade para as famílias. Para algumas famílias, utilizar programas e políticas públicas não é condizente com a forma como elas estão organizando suas atividades produtivas. Em alguns casos, por exemplo, é desejável que esse acesso não seja concretizado, dado o alto risco de endividamento.

Considerando o total da amostra, 29 famílias fizeram uso de recursos provenientes de programas e políticas públicas, enquanto 35 não acessaram e/ou nunca participaram, ao longo de toda a trajetória⁴⁶.

Partindo do contexto descritivo de acesso e não acesso dos diferentes grupos, das 35 famílias que não acessaram, 11 são pertencentes ao grupo Trajetória IV, que correspondem aos agricultores que processam alimentos somente quando há excedente de matéria prima própria. Ademais, esse grupo também está produzindo tais alimentos na cozinha, e os locais e as práticas de processamento não sofreram mudanças significativas. Nesse grupo, apenas uma família acessou recursos do Pronaf Mais Alimentos, que foram utilizados para a compra de veículo, objetivando transportar os produtos (o que já foi mencionada nos parágrafos anteriores).

No grupo de agricultores pertencentes à Trajetória III, 11 famílias não estão participando e/ou não acessaram recursos provenientes de programas e/ou políticas públicas. Considerando as informações sobre esse acesso, a situação desse grupo é bastante similar à das famílias da Trajetória IV, já que apenas 2 famílias utilizaram recursos provenientes de políticas públicas. Essas 2 famílias acessaram recursos provenientes da linha do Pronaf Mais Alimentos, os quais foram utilizados para a compra de veículo comercial. Este veículo não tem apenas a função de transportar produtos e alimentos que são comercializados pelas famílias, mas também a de ser utilizado para passeio. Além do uso dos recursos do Pronaf Mais Alimentos, uma dessas famílias também acessou recursos provenientes da linha do Pronaf Investimento, cujos valores contribuíram para a aquisição de máquinas de pequeno porte, para a produção de panificados. Por esta razão que o Gráfico 18, a seguir, demonstra o número de acessos e não necessariamente corresponde ao número de famílias.

Ao considerar as características das trajetórias, a realidade desse grupo assemelha-se à das famílias da Trajetória IV. Esses aspectos correspondem à similaridade na evolução das

⁴⁶ Está sendo considerado somente o acesso aos programas e políticas públicas que influenciaram no desenvolvimento das atividades de processamento de alimentos.

instalações físicas e na ocorrência de mudanças na forma de produzir os alimentos. As únicas diferenças entre ambos (grupos III e IV) referem-se à relação entre a matéria prima utilizada e a frequência do processamento e os objetivos que as famílias têm nesta atividade. Ao contrário das famílias componentes da Trajetória IV, os membros da Trajetória III não dependem da produção da agricultura e pecuária própria para fabricar os alimentos.

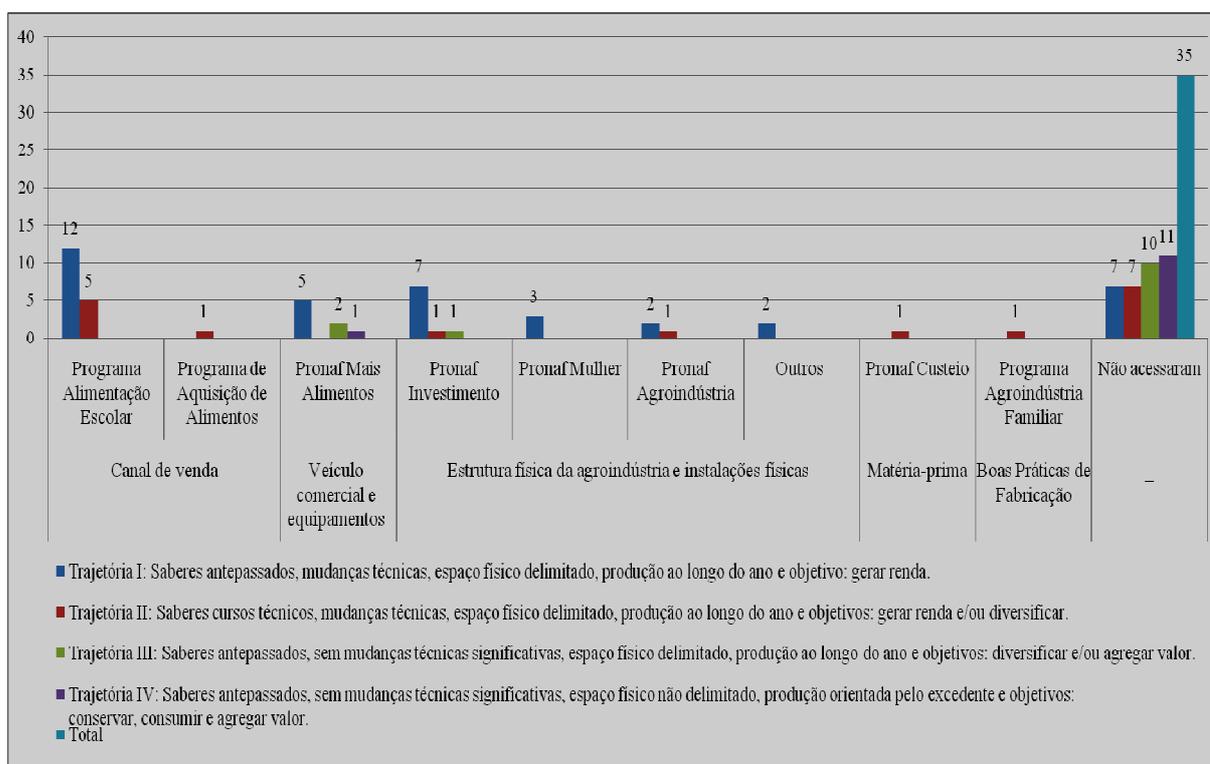
Ao analisar o conjunto de informações do Gráfico 18, a seguir, pode-se concluir que o número de acessos das famílias aos programas e políticas públicas tem destaque nas Trajetórias I e II, os quais se caracterizam por famílias que objetivaram, ao longo das trajetórias, investir nessa atividade produtiva. Em ambos os grupos, há mudanças não só nas estruturas físicas, mas também nas formas de produzir e nas etapas de fabricação dos alimentos. As diferenças entre ambos referem-se à forma como iniciaram e a seus objetivos na atividade de processamento de alimentos. Enquanto as famílias da Trajetória I já possuíam os saberes herdados de antepassados quando iniciaram a processar alimentos, o mesmo não foi observado na realidade das famílias da Trajetória II, que iniciaram essa atividade após realizar cursos de capacitação. Outra diferença refere-se aos objetivos de ambos: as famílias da Trajetória I têm apenas como objetivo a geração de renda enquanto as famílias da Trajetória II têm como objetivo tanto a geração de renda como a diversificação das suas atividades.

No que se refere à realidade do grupo de famílias pertencentes à Trajetória I, verifica-se que o número de acessos corresponde a 31, os quais incluem a participação das famílias em diversos programas e políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (que funciona como um canal para a venda dos alimentos processados e do qual participam 12 famílias), as linhas do Pronaf: Pronaf Mais Alimentos (cujos recursos foram acessados por 5 famílias e utilizados para a compra de veículo comercial e equipamentos), Pronaf Investimento, Mulher e Agroindústria (cujos números de acessos corresponderam a 7, 3 e 2, respectivamente). Essas últimas três linhas foram acessadas para desenvolver fisicamente as instalações e estruturas físicas das agroindústrias.

Por último, destaca-se o número de famílias participantes do Programa Proger, identificado no Gráfico 18 como “Outros”. Esse programa foi acessado por duas famílias desse grupo, pois, na época em que o acessaram, o Pronaf não havia sido construído. Entretanto, os destinos dos recursos utilizados não diferiram entre as linhas do Pronaf anteriormente citadas (Investimento, Mulher e Agroindústria). Das 27 famílias pertencentes ao grupo da Trajetória I, apenas 7 não fizeram o uso de recursos provenientes de programas e/ou políticas públicas.

Sobre a realidade no grupo de famílias pertencentes à Trajetória II, a participação dos agricultores nos programas e políticas públicas é similar à realidade do grupo que compõe a Trajetória I. Assim, também é notável a diversidade de programas e políticas aos quais as famílias tiveram acesso, que compreendem: PNAE (5 famílias); Programa de Aquisição de Alimentos (1 acesso, apenas 1 família participa para a venda de produtos); as linhas do Pronaf: Investimento (1 família) e Agroindústria (1 família fez uso de recursos, que serviram para o investimento na estrutura física). Quanto às diferenças, quando esse grupo é comparado aos demais, percebe-se que houve 1 acesso ao Pronaf Custeio (a família utilizou recursos para investimentos em matéria prima, especificamente na compra de mudas de árvores frutíferas – utilizadas para a produção de geleias, polpas e sucos); e 1 participação no Programa Agroindústria Familiar, que corresponde ao aperfeiçoamento das práticas de fabricação e apresentação dos alimentos (Selo Sabor Gaúcho).

Gráfico 18 - Programas e políticas públicas acessados: número de acessos, famílias que acessaram e não acessaram, destino dos recursos, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: Outros se referem aos Programas que foram acessados por algumas famílias quando o Pronaf ainda não tinha sido desenvolvido (Proger).

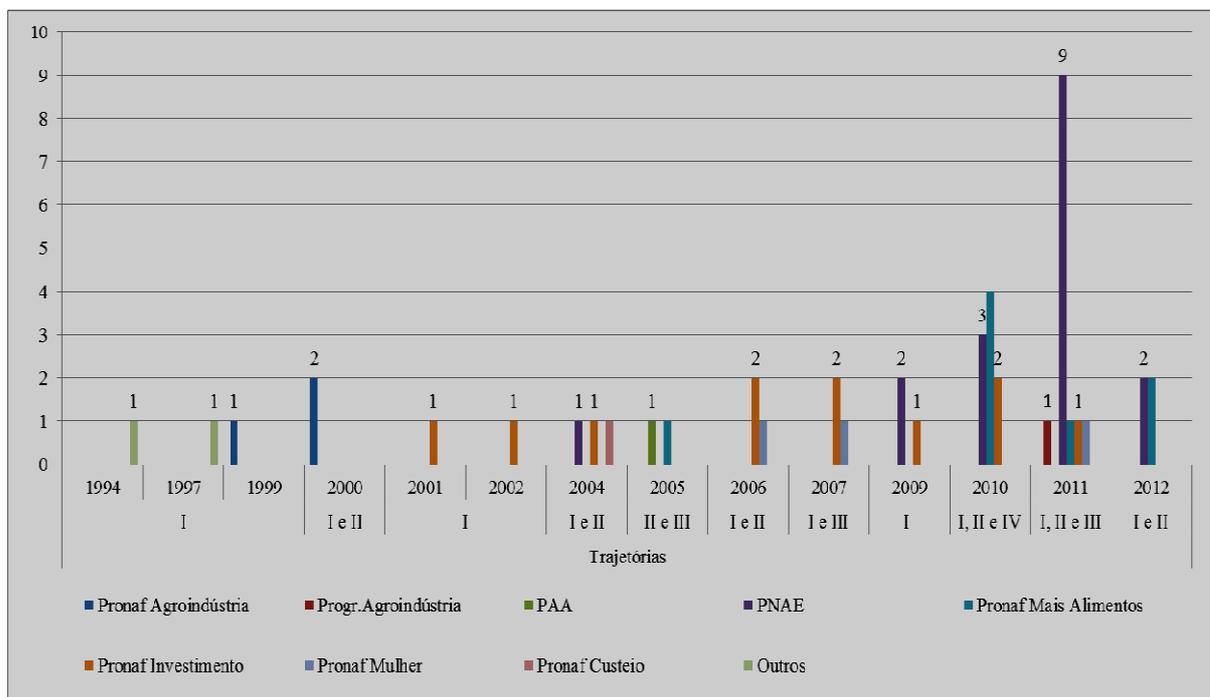
No que diz respeito à contribuição das políticas públicas para a atividade de processamento de alimentos e produtos dos agricultores familiares, os usos de recursos estão

concentrados: na construção da estrutura física, na aquisição de veículo de transporte dos produtos, na compra de máquinas e equipamentos e ainda são utilizados como um canal de comercialização. Esses resultados estão bem próximos dos encontrados por Sulzbacher e David (2008, p.24) no município de Chapada (RS). Tais informações revelaram que “as políticas públicas de incentivo e financiamento foram de fundamental importância para que as atividades agroindustriais se consolidassem e atendessem aos padrões sanitários exigidos”. Essa mesma consideração foi verificada por Gazolla (2012) em estudo com as agroindústrias familiares na região do Alto Médio Uruguai.

O Gráfico 19, a seguir, apresenta a evolução no número de acessos aos programas e políticas públicas, de acordo com os diferentes grupos. As famílias componentes do grupo de Trajetórias I tiveram acesso aos programas e políticas públicas a partir do ano de 1994. As famílias do grupo de Trajetórias II o iniciaram o acesso no ano 2000, enquanto os agricultores do grupo de Trajetórias III iniciaram no ano 2005. Os dados do grupo IV revelam que a única família que acessou recursos de políticas públicas o fez no ano de 2010.

Sobre a evolução dos dados gerais, é pertinente ressaltar que há um aumento no número de acessos a partir do ano de 2006. Mais significativamente, esse número é maior a partir do ano de 2010, quando se verifica maior participação das famílias no Programa de Alimentação Escolar, desenvolvido no ano de 2009. Números consideráveis de acessos são verificados no mesmo período para a linha do Pronaf: Mais Alimentos.

Gráfico 19 - Evolução no número de acessos aos programas e políticas públicas, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: **Trajetória I:** Saberes antepassados, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivo: gerar renda. **Trajetória II:** Saberes cursos técnicos, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: gerar renda e/ou diversificar. **Trajetória III:** Saberes antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: diversificar e/ou agregar valor. **Trajetória IV:** Saberes antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico não delimitado, produção orientada pelo excedente e objetivos: conservar, consumir e agregar valor.

As diferenças sobre a relação que as famílias possuem com os programas e políticas públicas não podem ser reduzidas à desigualdade dos acessos entre os diferentes grupos. Essa diversidade entre as famílias também é verificada quando se consideram os motivos e os fatores que conduzem os agricultores a não acessarem os programas e políticas públicas, conforme informações constantes no Gráfico 20, a seguir.

O motivo que mais se destaca, considerando os dados de todos os grupos é a falta de informações sobre os programas e políticas públicas. Essa ausência de informações inclui diversas situações. A primeira delas diz respeito às famílias que não sabem da existência dos programas e políticas públicas. Nesses casos, quando questionadas sobre os programas e políticas, as famílias revelam sequer terem ouvido falar sobre eles, como pode ser observado no depoimento da Família 44, Trajetória III: [...] nunca ninguém veio aqui pra dizer o que temos direito. Acho que falta informação, isso não chega até nós. Mas o que faz, exatamente este Pronaf?

A segunda situação inclui famílias que têm conhecimento sobre a existência de programas, porém carecem de detalhes sobre o funcionamento bem como sobre as regras de participação:

[...] a única política pública que eu conheço mais é o Prouni, que meu filho conseguiu aproveitar. Sobre os outros eu ouvi falar, o *fulano* (extensionista atual) comentou sobre o Pronaf e alimentação escolar. Mas hoje eu não tenho interesse em acessar, não tem fonte de renda o suficiente (**Família 13, Trajetória IV**).

A terceira e última situação corresponde aos agricultores que conhecem alguns programas e políticas públicas, mas observam a ausência de informações por parte dos órgãos públicos e agentes de extensão rural. Esses agentes representam os principais atores com os quais as famílias interagem quando objetivam obter informações, pois

[...] foi numa reunião com a Embrapa que eu fiquei sabendo que existia o Pronaf Mulher. Aí fui procurar a Emater e eles disseram que não sabiam que não existia isso. Depois não fui procurar mais, fui me virando por conta. Eles falaram: onde é que nós tínhamos tirado isso? (**Família 42, Trajetória II**).

A ausência de informações não foi mencionada como um fator de influência ao não acesso pelas famílias pertencentes à Trajetória IV. Nessas realidades, o principal fator que influenciou as famílias a não realizarem o acesso correspondeu ao objetivo de focar o trabalho e o planejamento em outras atividades, e não na atividade de processamento de alimentos (motivação mencionada por 5 famílias).

A segunda motivação quanto a esse grupo refere-se ao problema de sucessão na atividade e mão-de-obra limitada pelos componentes das famílias. Esse elemento não influenciou somente as famílias do grupo IV, mas também pôde ser verificada nos grupos de trajetórias I e III. Nesses casos, o acesso aos recursos provenientes de políticas públicas e/ou a participação em programas não é um objetivo das famílias, já que elas não dispõem de recursos humanos para investir na atividade de processamento de alimentos.

A falta de mão-de-obra abrange não só situações que envolvem a idade avançada dos gestores das agroindústrias como também podem incluir casos em que não há componentes da família para ajudar nos trabalhos. Além disso, incluem-se aí os casos que dizem respeito às

possibilidades quanto às perspectivas de continuidade (ou não) da atividade pelos filhos, como pode ser observado no depoimento da Família 52:

[...] 2 anos atrás ofereceram Pronaf. [...] nós estamos no final da caminhada. A vida é mais fácil na cidade. Tem benefícios, mas a gente não quis, estamos parando. Não vai mudar nada, se tivesse tido antes, quando a gente era mais jovem aí podia ter alguma mudança (**Família 52, Trajetória IV**).

Assim, não investir em estrutura física, aquisição de equipamentos e/ou adequar o espaço físico para participar do PNAE, por exemplo, é justificado pela falta de mão-de-obra. Mesmo que os equipamentos possam diminuir o uso de trabalho humano, as famílias optam por não realizar esses investimentos. Essa decisão é tomada considerando a necessidade de trabalho não só nas etapas de processamento mas também nas ações que envolvem desde a produção/obtenção de matéria-prima até a comercialização desses alimentos.

Por outro lado, no que se refere ao acesso das famílias aos recursos financeiros oportunizados pelas políticas públicas, percebe-se que também pode haver resistência. Essa resistência está relacionada à característica de comportamento de algumas famílias, que preferem utilizar seus próprios recursos a acessarem recursos provenientes de políticas públicas. Esse comportamento se manifesta como uma medida de segurança das famílias quanto ao endividamento. Em algumas situações, por exemplo, as famílias objetivam realizar investimentos na estrutura produtiva, porém elas planejam realizar tais investimentos de forma gradual, de acordo com a disponibilidade de recursos próprios. À medida que os recursos financeiros da família vão aumentando, elas podem ir adquirindo máquinas, equipamentos e modificando as suas instalações. Portanto, a preferência em utilizar os próprios recursos financeiros ao invés dos provenientes das políticas públicas está relacionada a uma característica de comportamento particular: [...] nunca tirei financiamento em banco no meu nome. Sempre enfrentei tudo sozinho. O equipamento para esfriar o vinho eu tô pagando pra outro produtor conforme a venda (**Família 60, Trajetória I**). [...] eu não pensei em pegar recursos para os doces ou salgados. Eu prefiro não fazer investimento, tenho medo (**Família 61, Trajetória III**). [...] nós somos mais resistentes porque a gente é mais inseguro. Isso é herança dos pais (**Família 26, Trajetória IV**).

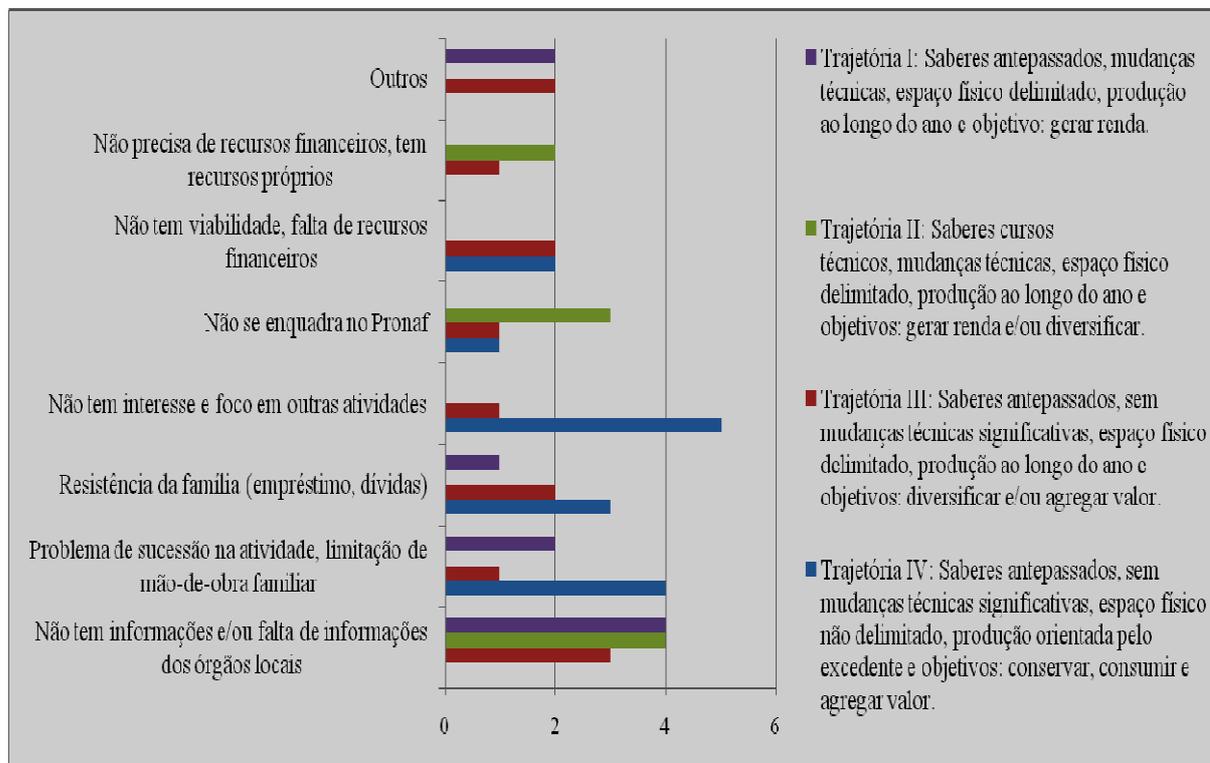
Outra situação refere-se às famílias que não podem fazer uso dos recursos e participar dos programas e das políticas públicas porque não estão enquadrados como agricultores

familiares (Trajetórias II, III e IV). Desse modo, há uma distorção entre os critérios das políticas públicas e as formas como as famílias as definem. Um dos principais problemas enfrentados é o da informalidade no acesso a terra. Algumas famílias herdaram terras mediante relações de parentesco, amizade e/ou vizinhança, mas ainda não conseguem comprovar que são os proprietários, por que:

[...] existem empecilhos. A nossa terra não está legalizada, é muita burocracia. No caso do casal que está fazendo linguíça é a mesma coisa. Eles tentaram acessar o Pronaf e não conseguiram porque a terra não está no nome deles. [...] isso deveria ser mudado, a Emater poderia ter autonomia para certificar quem mora e produz na terra. O *fulano* [extensionista da Emater], por exemplo, sabe que a gente mora aqui (**Família 13, Trajetória IV**).

Os elementos que conduzem as famílias a não acessarem os programas e políticas públicas também incluem questões referentes aos recursos financeiros. Sobre isso, duas situações opostas podem ser destacadas: a primeira delas corresponde a 4 famílias (Trajetórias III e IV), que justificaram a não participação em programas e políticas públicas porque não possuem renda suficiente para pagamento de futuras prestações. O segundo caso (famílias das Trajetórias II e III) representa as famílias que não acessam políticas públicas porque possuem recursos financeiros próprios.

Gráfico 20 - Motivos do não-acesso das famílias aos programas e políticas públicas, de acordo com as diferentes Trajetórias: I, II, III e IV.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: Os motivos classificados como outros referem-se às famílias que não acessaram, mas que estão planejando acessar e também às famílias que não acessaram devido à exigência do registro sanitário para participar do Programa de Alimentação Escolar.

Sobre o Programa Estadual de Agroindústria Familiar, um dos motivos que pode estar influenciando o baixo número de famílias participantes refere-se à exigência de que o mínimo da matéria prima a ser processada seja 70% oriunda do próprio estabelecimento rural. Sobre isso, duas considerações são pertinentes, a primeira das quais diz respeito à produção de panificados. Nesse caso, o principal ingrediente é a farinha de trigo, que é comprada em estabelecimentos comerciais e não é produzida pela agricultura familiar. Outra situação diz respeito à realização de trocas e/ou aquisição de matéria prima com vizinhos. Essa exigência, portanto, podem estar limitando a participação destes grupos, já que os agricultores podem estar com dificuldades em produzir e/ou comprovar a origem da matéria prima.

No entanto, tais informações não surgiram nas respostas das famílias entrevistadas e, sim, em um depoimento de um agente técnico e/ou de extensão rural, que observa a dificuldade das famílias em acessar esse programa, em razão da exigência da porcentagem de matéria prima própria. Esse agente atribui a razão da utilização desse critério como uma forma de diferenciar 'agroindústrias' de 'padarias':

[...] o problema do Programa das Agroindústrias do governo foi o filtro que eles colocaram. 70% da matéria-prima tem que ser da própria família. Mas eu até concordo com isso porque isso é uma forma de diferenciar o produtor de uma padaria, por exemplo. (**agente técnico de extensão rural**).

6.2 POR QUE A MAIORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO MODIFICAM OS HÁBITOS DE PENSAMENTO E COMPORTAMENTO DOS AGRICULTORES NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS?

As informações na literatura sobre os programas e políticas públicas para a agricultura familiar - construídos a partir da década de 1990 - são quase que unânimes no que se refere à continuidade das ideias das políticas de modernização da agricultura. Uma das principais críticas refere-se à reprodução da ideia de transferência de crédito para essas famílias (GRISA, 2012). Quando se analisam os resultados desses programas e políticas públicas na realidade das atividades de processamento de alimentos, essa situação é bastante semelhante. Como já mencionado na seção anterior, os programas e políticas públicas contribuíram para as famílias comercializarem seus produtos; construir ou desenvolver reformas nos locais de processamento; adquirir equipamentos e/ou máquinas; investir na matéria-prima específica para a fabricação de alimentos; obter conhecimentos sobre as técnicas de sanidade, especialmente sobre as Boas Práticas de Fabricação - BPF.

Considerando tanto as famílias que acessaram os programas e políticas públicas quanto as famílias que não participaram, é possível afirmar que estes não tiveram influência no processo de mudanças institucionais na realidade de processamento de alimentos. Com exceção do Programa Nacional de Alimentação Escolar, os demais programas e políticas apenas constituíram ferramentas para modificar, de forma produtiva e técnica, a atividade de processamento de alimentos.

As realidades das famílias que acessaram os programas e políticas públicas⁴⁷ são semelhantes em alguns aspectos, o primeiro dos quais diz respeito aos elementos das trajetórias dos agricultores nessas atividades. Em todas as situações, os agricultores realizaram a decisão de acessar programas e/ou políticas após reconhecer a necessidade de modificar a maneira pela qual estavam fabricando os alimentos. Esse reconhecimento não emergiu por

⁴⁷ As mudanças institucionais desenvolvidas a partir do conjunto de atores e diálogos construídos na realidade específica do Programa Nacional de Alimentação Escolar serão detalhadas na próxima seção.

meio da participação das famílias em programas e/ou políticas, mas devem ser entendidos como resultado de interações sociais, anteriores e posteriores ao acesso. Portanto, os processos de mudança de pensamento e comportamento não são explicados pelo acesso ou não aos recursos provenientes de programas e políticas públicas, mas, sobretudo pelos fatos, relações e interações, tanto antecedentes como precedentes a esses acessos. Esse resultado não poderia ser diferente, já que os acessos - na maioria dos programas e políticas públicas - não são caracterizados por processos que têm continuidade. Pelo contrário, esses acessos são identificados apenas pela ação de obter recursos em uma instituição financeira, não havendo nenhum tipo de acompanhamento técnico específico para avaliar o uso desses recursos após os acessos. As famílias que utilizaram tais recursos os empregaram da forma como haviam determinado nos projetos realizados em parceria com organizações sociais e agentes técnicos de extensão rural. As contingências, especificamente as econômicas, tão comuns na área da agricultura, por exemplo, não foram avaliadas e tampouco consideradas no estabelecimento e/ou planejamento de novos rumos para as atividades de processamento de alimentos.

Ademais, as formas como os programas e políticas públicas são construídos revela a finalidade dos formuladores em cumprir metas e tornar esses instrumentos acessíveis a uma grande parcela do público-alvo. Além disso, em alguns textos (SABOURIN, 2007, p.717), percebe-se que os programas e políticas públicas são entendidos como uma solução para os problemas de “ineficiência técnica e econômica” dos agricultores familiares, já que há um debate em torno da “promoção de um agricultor familiar inovador e pequeno empresário, cada vez mais integrado ao mercado internacional ou a nichos de mercados segmentados por meio da qualificação dos produtos”.

Todavia, as informações empíricas na realidade das atividades de processamento de alimentos indicam que o acesso das famílias aos programas e políticas públicas nem sempre pode estar relacionada com a saída de uma situação negativa para uma situação positiva. Além disso, tais acessos pouco podem ser interpretados pela certeza de um cenário futuro de incremento econômico na atividade. Essa característica de incerteza reforça o argumento de Veblen (1987) sobre a natureza do processo de evolução institucional. Nesse mesmo sentido, tais incertezas são interpretadas por Long (2001, p.41, tradução nossa) como discontinuidades, uma vez que “ao invés de eliminar conflitos sociais, as práticas de intervenção os radicalizam, introduzindo novas discontinuidades e intensificando diferentes valores e interesses”. O aspecto de incerteza sobre os resultados econômicos que o acesso e uso de recursos provenientes dos programas e políticas públicas podem provocar nas

atividades de processamento de produtos e alimentos na agricultura familiar pode ser entendido a partir do depoimento da família 49:

[...] esse programa foi o que enterrou os colonos tudo. Aqui na região ele é conhecido como o 'Pronaf Mais Fome'. Não é mais alimentos, é mais fome. Pagamos uma parcela, depois renegociávamos para poder pagar. [...] me arrependo de ter usado os recursos do governo, e muito. Nós pagamos dois anos o Pronaf Agroindústria. Se a gente conseguisse pagar era importante, mas como estamos inadimplentes não tem importância. [...] foi fácil de conseguir. A primeira vez exigiram hipoteca, garantia. Pra agroindústria exigiram avalista, hipoteca etc. [...] eu tava sempre nos bancos, tinha um bom relacionamento com os bancos. Eu pensava, fazia um cálculo, calculava se poderia pagar porque o volume de vendas era suficiente. Mas não sobrava nada de tantos encargos da agroindústria. [...] a Emater que ajudou no projeto. A Emater, na época, achou que era um bom negócio. Mas quando a lavoura entrou em crise todo mundo entrou na onda da agroindústria, virou uma epidemia. **O que mudou foi o endividamento, antes disso não tinha dívida (Família 49, Trajetória I, grifo nosso).**

A interpretação que as famílias possuem sobre a importância dos programas e políticas públicas nas atividades de processamento de alimentos pode ser caracterizada, por um lado, por um processo em constante transformação; por outro, também pode ser observado que algumas interpretações podem não ser modificadas ao longo do tempo. Esse é o caso, por exemplo, da família 62, que preserva as suas ideias sobre os programas e políticas públicas, especialmente sobre o PNAE:

[...] não é sempre que eu tenho o leite, que eu consigo fazer o queijo, por isso não dá. Eu não quero fornecer para as escolas, eu não quero me envolver com isso. A gente não quer se envolver com os programas, do leite é feito queijo só do que sobra. **Não vai mudar em nada a minha atividade, porque é uma coisa que tu tem que ter sempre (Família 62, Trajetória IV, grifo nosso).**

Em contrapartida, percebeu-se que, nos casos onde houve participação, algumas famílias modificaram a forma como interpretavam os programas e políticas públicas. Assim, deve-se considerar que tais ideias e os olhares sobre os programas e políticas públicas podem ser variáveis na medida em que as famílias se envolvem e participam dessas ações. Na Tabela 7, a seguir, serão apresentadas as interpretações das famílias sobre a importância do Pronaf (Mais Alimentos) para as atividades de processamento de alimentos, de acordo com a Escala *Likert* de cinco pontos (1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Razoavelmente Importante; 4 – Importante; 5 – Muito Importante). As famílias estão

identificadas na tabela (segunda coluna) pela ordem em que aconteciam as entrevistas. Como já mencionado anteriormente, o acesso a esses recursos contribuiu para a aquisição de veículos (utilizados para transporte dos produtos) e equipamentos industriais para a fabricação dos produtos. Considerando as informações quantitativas, as famílias, de forma geral, interpretaram de forma positiva o acesso aos recursos do Pronaf Mais Alimentos, já que as respostas variaram de 4 (importante) a 5 (muito importante).

As informações sobre a trajetórias dos agricultores na atividade de processamento de alimentos auxiliam o entendimento sobre o dado quantitativo (escala). Apesar da família 7 considerar “importante” o acesso aos recursos do Pronaf Mais Alimentos, os agricultores mencionaram o longo período em que realizaram investimentos na atividade sem o uso de recursos de programas e políticas públicas:

[...] entramos no programa mais alimentos porque facilitou. No início [quando iniciaram a atividade], este programa até podia ter ajudado nós, até que podia ser mais importante. [...] a gente não precisa, agora acessamos porque era mais barato, 2% de juros ao ano (**Família 7, Trajetória I**).

Essa situação revela que houve a necessidade de realizar o acesso aos programas e políticas públicas específicas para a agricultura familiar antes da década de 1990, durante o período em que a família estava realizando investimentos nessa produção. Para essa família, a importância quanto ao uso dos recursos financeiros do Pronaf Mais Alimentos seria diferente se esse acesso tivesse ocorrido em um período anterior, ou seja, no momento em que mais necessitavam de recursos financeiros.

Tabela 7 - Interpretação das famílias sobre o Pronaf Mais Alimentos, segundo a Escala Likert.

Trajetórias	Família*	Likert
<i>Trajetória I: Saberes de antepassados, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivo: gerar renda.</i>	6	5
	7	4
	9	5
	30	5
	49	5
	Média do Grupo I	4,8
<i>Trajetória III: Saberes de antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: diversificar e/ou agregar valor.</i>	36	5
	57	5
	Média do Grupo II	5
<i>Trajetória IV: Saberes de antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico não delimitado, produção orientada pelo excedente e objetivos: conservar, consumir e agregar valor.</i>	4	5
	Média do Grupo IV	5

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: *As informações constantes na segunda coluna referem-se à identificação da família nesta tese e não à quantidade de famílias que acessaram tal programa ou política pública. Foram consideradas somente as opiniões das famílias que estão participando e/ou participaram do programa.

A Escala Likert de cinco pontos referiu-se às seguintes respostas e valores: (1) Nada Importante (2) Pouco Importante (3) Razoavelmente Importante (4) Importante e (5) Muito Importante.

As informações constantes na Tabela 8, a seguir, apresentam as interpretações das famílias sobre a importância dos recursos financeiros, acessados pelo Pronaf Mais Investimento, utilizados para a construção e/ou realização de reformas nos locais físicos das agroindústrias. Considerando os cinco pontos da Escala Likert, todas as famílias consideraram tal política como “muito importante”. Apenas uma família considerou que esses recursos não tiveram importância para a atividade de processamento de alimentos. Nesse caso, também houve a mudança de interpretação dessa família sobre essa política pública, uma vez que, no momento em que realizaram o acesso, os agricultores consideraram que tais recursos eram “muito importantes”, viabilizando a construção da estrutura física. Porém, devido aos altos investimentos realizados, somados à diminuição das vendas dos produtos (portanto, limitação de pagamento da dívida), esse recurso foi interpretado, atualmente, como “nada importante”.

Tabela 8 - Interpretação das famílias sobre o Pronaf Investimento, segundo a Escala *Likert*.

Trajetórias	Família*	Likert
	27	5
	39	5
	40	5
<i>Trajetória I: Saberes de antepassados, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivo: gerar renda.</i>	43	5
	49	5
	56	5
	58	1
	64	5
	Média Grupo I	4,5
<i>Trajetória II: Saberes de cursos técnicos, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: gerar renda e/ou diversificar.</i>	38	5
<i>Trajetória III: Saberes de antepassados, sem mudanças técnicas significativas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: diversificar e/ou agregar valor.</i>	57	5

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: *As informações constantes na segunda coluna referem-se à identificação da família nesta tese e não à quantidade de famílias que acessaram tal programa ou política pública. Foram consideradas somente as opiniões das famílias que estão participando e/ou participaram do programa⁴⁸.

A Escala Likert de cinco pontos referiu-se às seguintes respostas e valores: (1) Nada Importante (2) Pouco Importante (3) Razoavelmente Importante (4) Importante e (5) Muito Importante.

No que se refere aos demais programas e políticas públicas acessados, especificamente sobre as linhas do Pronaf (Agroindústria, Mulher e Custeio) e os programas (Agroindústria Familiar e Aquisição de Alimentos), todas as famílias interpretaram que a utilização dos recursos foi “*Muito importante*”, segundo a escala *Likert* (Tabela 9). Apenas uma família interpretou a importância do Programa Agroindústria Familiar como “*Importante*”. Essa categorização, no entanto, não descaracteriza a relevância do programa para as atividades da família, já que os agricultores adquiriram conhecimentos específicos sobre as formas de produção adequadas aos regramentos de higiene. Ademais, a família destacou que a

⁴⁸ Uma das limitações deste trabalho referiu-se à coleta de dados sobre a importância dos programas e políticas públicas somente com as famílias que realizaram o acesso. A partir da análise dos dados, percebeu-se que, mesmo no caso em que as famílias não tenham acessado programas e políticas públicas, elas podem ter uma ideia de importância que determinado programa ou política pública pode ter (ou não) para as suas atividades de processamento de alimentos. Essa ideia, no entanto, pode ser modificada em razão do acesso. Porém, a ausência dessa análise não influenciou a compreensão sobre as mudanças institucionais, foco da tese.

importância foi entendida apenas após a participação nos cursos de treinamento. Essa interpretação, portanto, foi modificada:

[...] hoje eu entendo que valeu a pena. Acrescentou no conhecimento, sobre o manual de boas práticas (**Família 33, Trajetória II**).

Tabela 9 - Interpretação das famílias sobre as linhas do Pronaf (Agroindústria, Mulher e Custeio) e os programas (Agroindústria Familiar e Aquisição de Alimentos), segundo a Escala *Likert*.

Trajetórias	Família*	Programas e Políticas Públicas	Likert
<i>Trajetória I: Saberes de antepassados, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivo: gerar renda.</i>	2	Pronaf Agroindústria	5
	17	Pronaf Agroindústria	5
	31	Pronaf Mulher	5
	34	Pronaf Mulher	5
	49	Pronaf Mulher	5
<i>Trajetória II: Saberes de cursos técnicos, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: gerar renda e/ou diversificar.</i>	25	Pronaf Agroindústria	5
	33	Programa Agroindústria familiar	4
		Pronaf Custeio	5
	38	PAA	5

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: *As informações constantes na segunda coluna referem-se à identificação da família nesta tese e não à quantidade de famílias que acessaram tal programa ou política pública. Foram consideradas as opiniões das famílias que utilizaram recursos dessas três linhas do Pronaf (Agroindústria, Mulher e Custeio) e os Programas Agroindústria Familiar e Aquisição de Alimentos. A Escala Likert de cinco pontos referiu-se às seguintes respostas e valores: (1) Nada Importante (2) Pouco Importante (3) Razoavelmente Importante (4) Importante e (5) Muito Importante.

Combinando as informações quali e quantitativas sobre as interpretações das famílias no que se refere à importância dos programas e políticas públicas, algumas considerações são relevantes:

A primeira delas diz respeito às mudanças de interpretações sobre a importância dos programas e políticas públicas que foram utilizadas pelas famílias. Essa realidade revela que nem sempre os programas e políticas públicas estão sendo facilmente entendidos pelos agricultores familiares. A segunda consideração está relacionada à quantificação da importância dos programas e políticas públicas. Apesar de a maioria das famílias considerarem os programas e políticas públicas como “*Importante*” e “*Muito importante*”, essa importância foi relacionada, exclusivamente, à relevância quanto à possibilidade de

obtenção de recursos financeiros com juros baixos (a única exceção é o caso do PNAE, que será discutido no próximo capítulo).

Dessa forma, a quali e quantificação da importância não estão relacionadas com as mudanças institucionais. Os programas e políticas públicas estão contribuindo para que as famílias viabilizem seus “projetos” de investimento produtivo, os quais correspondem a mudanças na estrutura física, equipamentos, máquinas, reformas, veículos de transporte, matéria prima. Os depoimentos das famílias 36 e 40 retratam bem essas realidades:

[...] não foi difícil conseguir. Conseguimos resolver tudo muito rápido. Achei muito fácil, eles querem mais alimentos. E a gente produz isso. [...] melhorou a comercialização, é mais espaço para os produtos. Quando nós tínhamos o outro [veículo], a gente passava frio na feira, chuva. [...] fizemos projeto, encaminhamos para o banco. A gente consegue trazer mais produtos. O outro [veículo] que a gente tinha tava cheio, não sabia onde colocar os produtos (**Família 36, Trajetória III**).

[...] tinha direito e os juros eram muito baixos e a gente consegue. Primeiro ano foi difícil para pagar, mas depois conseguimos. Teve 2 anos de carência, fica fácil de pagar. Melhorou o ambiente de trabalho, pude reformar construir. Era aquilo que eu esperava, foi muito importante (**Família 40, Trajetória I**).

A Figura 23, a seguir, apresenta exemplos dos investimentos realizados pelas famílias nas atividades de processamento de alimentos. Na primeira foto, à esquerda, aparecem os equipamentos utilizados para a produção de sucos, que foram obtidos por meio do Programa Mais Alimentos. A segunda foto, no centro, destaca o espaço físico destinado a essa atividade, cuja construção foi oportunizada por meio de recursos financeiros do Pronaf Mulher. A terceira e última foto demonstra a utilização do veículo de transporte pela família no ambiente da feira de comercialização. Esse veículo, além de ser utilizado como transporte dos produtos da agricultura e dos alimentos industrializados, também é utilizado pela família para desenvolver a sua banca na feira de comercialização.

Figura 23 - Equipamentos comprados com os recursos do Programa Mais Alimentos (primeira foto, à esquerda); Estrutura física construída por meio dos recursos do Pronaf Mulher (no centro) e veículo de comercialização dos produtos da agricultura e alimentos processados (à direita).



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

6.3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: AS SEMENTES DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR?

As informações apresentadas na seção anterior revelam que os programas e políticas públicas funcionam como recursos, que foram utilizados para operacionalizar as mudanças na estrutura física, como o financiamento de materiais, equipamentos e máquinas. As políticas públicas, portanto, tiveram influência nas trajetórias de algumas famílias na atividade de processamento de alimentos, especificamente na viabilização das mudanças de ordem técnica e produtiva e não nos processos de mudanças institucionais. Em contrapartida, o PNAE é uma exceção. Apesar de ser um programa desenvolvido recentemente, é possível, descrever algumas mudanças institucionais, que correspondem à realidade de 10 famílias (9 destas pertencentes à Trajetória I e 1 família pertencente à Trajetória II). É pertinente ressaltar que, embora 17 famílias já participassem e/ou estejam participando desse programa, 10 dessas modificaram as suas instituições em decorrência dessa participação.

O funcionamento e operacionalização desse programa inclui a influência de outros agentes sociais nessas mudanças, especialmente atores envolvidos no processo de cadastramento e organização das famílias no programa, e também os atores ligados às escolas municipais e estaduais (Figura 24).

As formas como o PNAE está sendo operacionalizado nas diferentes localidades é resultado de um processo particular de organização social. Considerando apenas a comercialização de alimentos processados, dos dez municípios visitados, em quatro

localidades, as famílias estão participando desse programa. No entanto, em cada uma dessas localidades, há diferenças no que diz respeito não só aos atores envolvidos, mas também às interações desenvolvidas no processo de gestão do programa. Assim, as formas como as famílias estão participando e as maneiras pelas quais os líderes locais, os agentes técnicos e/ou de extensão rural estão gerindo esse programa não pode ser entendido apenas pelas normas e regras formais que regulamentam essa política pública. Ademais, as pessoas envolvidas, as formas como elas estão relacionadas entre si e as maneiras pelas quais essa interação acontece são os elementos que explicam não somente os acessos, mas também as suas continuidades e as mudanças institucionais.

A Figura 24, a seguir, tem como finalidade sintetizar e revelar a heterogeneidade dos fluxos de informações e interações no funcionamento do PNAE, nas quatro localidades diferentes. O objetivo dessa síntese não é comparar, descrever ou revelar as diferenças entre os municípios, mas apresentar as formas de operacionalização do programa no nível micro (local/regional), que pode diferenciar as maneiras como este é formulado no nível macro (governamental). Primeiramente, houve o fornecimento de informações e cadastramento de famílias interessadas em participar do programa (1). Os principais atores sociais, fornecedores de informações sobre o PNAE para as famílias são: as organizações sociais (Sindicato) e CAPA (não-governamental) e os agentes de extensão rural ligados à Emater. O papel da prefeitura local é o de aderir ao programa. Essa adesão pode ser realizada de duas formas: na primeira forma as escolas são responsáveis pela compra dos alimentos com a utilização de recursos repassados pela prefeitura. A segunda forma caracteriza-se pela realização das compras dos alimentos pela prefeitura do município, que realiza a distribuição. Também podem acontecer as duas formas de gestão (FNDE, 2012).

Após a adesão das famílias (cujo processo não pode ser caracterizado como momentâneo), são emitidas as declarações de aptidão ao Pronaf - DAP⁴⁹ (2), uma das principais documentações necessárias para efetivar a participação. Essa declaração, de forma geral, está sendo expedida pela Emater e/ou sindicato, especificamente pelos agentes de

⁴⁹ A Declaração de Aptidão ao Pronaf foi criada pela Secretaria da Agricultura Familiar, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Tal documento é utilizado como instrumento para identificar os agricultores familiares no acesso aos programas e políticas públicas destinadas a esse público-alvo. O órgão ou entidade que emite esse documento é credenciada pelo MDA. Para obter a DAP, o agricultor deve entrar em contato com a entidade que emite o documento. Dentre as informações solicitadas às famílias, estão incluídas área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo (BRASIL, 2013).

extensão rural. Segundo o BRASIL (2011), são mais de 15 entidades que podem emitir essa documentação.

Depois de participarem do processo de licitação (chamada pública⁵⁰), as famílias organizam as suas produções de acordo com o estabelecido no contrato (3) (elas podem fazer até dois contratos por ano, um contrato a cada 6 meses). Essa organização (4), no entanto, está sendo desenvolvida de duas formas: individual e coletiva (cujas diferenças e complementaridades serão detalhadas no decorrer deste capítulo). Segundo informações do BRASIL (2011), uma das etapas anteriores a esta consiste na elaboração dos projetos de venda, que podem ser desenvolvidos de forma individual ou coletiva (associação e/ou cooperativa). Tais projetos de venda são documentos formais que registram o interesse das famílias em comercializar alimentos para esse programa. Já os contratos, segundo o BRASIL (2012), apresentam o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento e as cláusulas correspondentes às ações de compra e venda.

As famílias tanto podem fornecer alimentos de acordo com as suas produções disponíveis ((a) relação com a produção local), como também podem modificar seus produtos, em consonância com as exigências e demandas das escolas (b). Essas demandas, por sua vez, estão conectadas, não só às preferências dos consumidores (estudantes, professores e funcionários), como também aos cardápios elaborados pelas nutricionistas⁵¹ (5) (nesse caso, é conveniente ressaltar que somente as escolas municipais possuem assessoria de nutricionistas para a elaboração dos cardápios). Esse *feedback* é relevante na compreensão sobre o processo de mudança institucional atrelado às modificações produtivas. As preferências dos estudantes influenciaram, em alguns casos, a ocorrência de mudanças na elaboração dos cardápios. Em algumas situações, são realizados “testes” para verificar a

⁵⁰ A resolução número 26, de 17 de junho de 2013, esclarece que a modalidade de compra para os alimentos no Programa Nacional de Alimentação Escolar é a chamada pública, que se diferencia da licitação. A chamada pública é um processo simplificado, em que os preços dos produtos e prazos são informados aos agricultores. Essa resolução define chamada pública como “procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações”. Essa falta de clareza justifica, em parte, por que os dados empíricos apresentaram que as compras dos alimentos eram realizadas pela licitação, e não pela chamada pública. Segundo informações do BRASIL (2013), “muitas entidades executoras não usavam a chamada por não entendê-la como procedimento administrativo legal”.

⁵¹ Segundo informações do BRASIL (2011), a elaboração do cardápio da alimentação escolar é de responsabilidade dos nutricionistas. Para tanto, estes devem “ser elaborados pelo nutricionista responsável, utilizando alimentos básicos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local, levando sempre em conta a diversificação agrícola da região, uma alimentação saudável e adequada, além da sustentabilidade”. No decorrer das discussões apresentadas neste capítulo, serão observadas que tais regras nem sempre são cumpridas pelos atores sociais envolvidos.

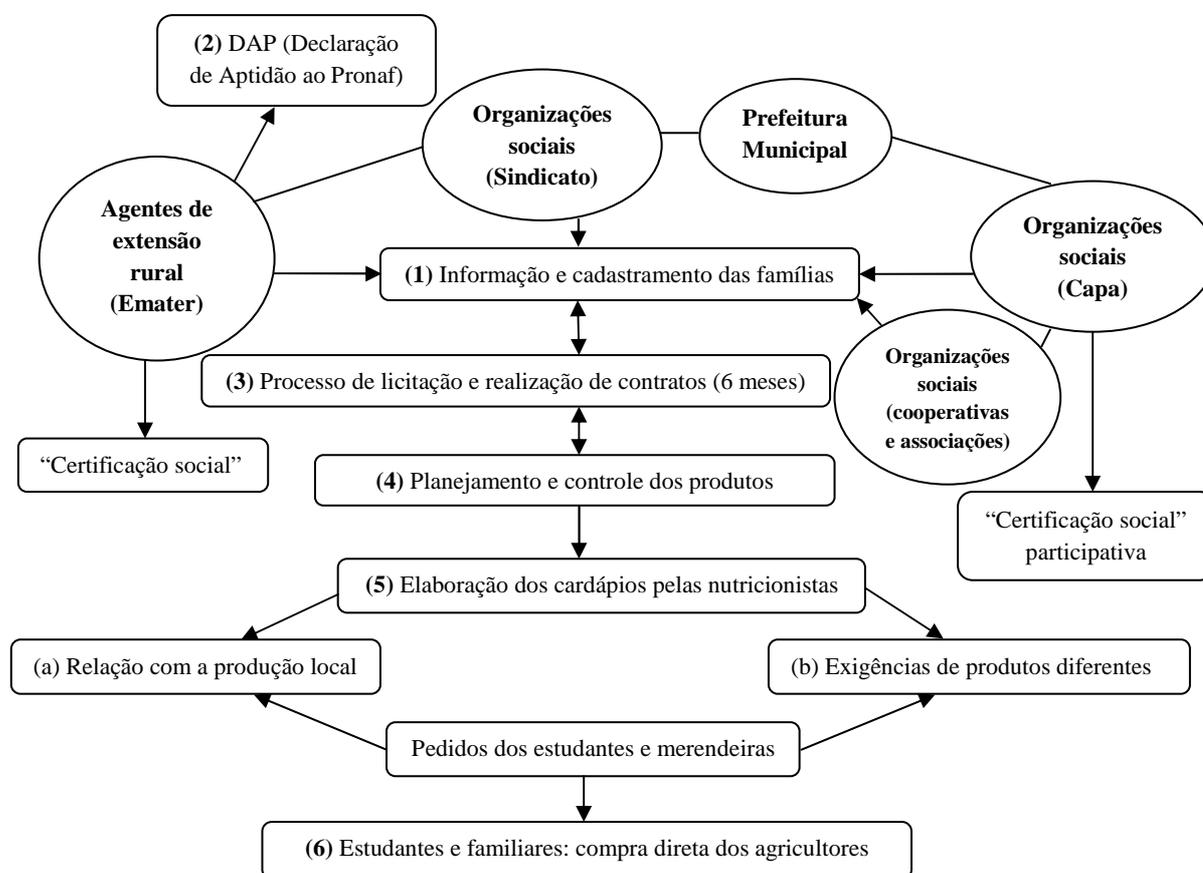
aceitabilidade de determinado alimento fornecido pela agricultura familiar. Alguns produtos industrializados, por exemplo, podem ser rejeitados em razão do sabor peculiar, como é o caso dos sucos de ananás e butiá, mencionado por um agente técnico do CAPA: [...] “o suco de ananás e de butiá não foram bem aceitos na merenda escolar. Pelo gosto peculiar do butiá e pela acidez do Ananás. Os outros sucos tiveram aceitação”.

Por um lado, as formas como as famílias estão produzindo podem divergir das expectativas dos estudantes quanto ao consumo de determinados alimentos. Por outro, essa divergência atribui-se aos hábitos de consumo das nutricionistas e dos alunos:

[...] a nutricionista da escola que preparava os cardápios tinha diabetes, aí ela queria que as crianças consumissem integral. Mas eu achava que as crianças não iam gostar. E, as crianças não comeram integral. Aí trocamos as bolachas integrais pelas bolachas doces (**Família 31, Trajetória I**).

Algumas particularidades no funcionamento desse programa corresponderam à emergência de novos consumidores (6), que começaram a adquirir alimentos industrializados das famílias que fornecem produtos para alimentação escolar. Dessa forma, as famílias destacaram que um dos principais benefícios desse programa não está somente na emergência de um novo canal de comercialização, mas, sobretudo, na construção de novas relações sociais, que são sumarizadas pela conquista de novos clientes (pais e funcionários das escolas): [...] aumentaram em 50, 70% as vendas. O produto ficou conhecido, as crianças falaram para os pais, outro colégio acabou indicando outro colégio para comercializar. Ajuda na divulgação do produto, no colégio esta marca fica divulgada (**Família 5, Trajetória II**). [...] houve repercussão do PNAE para comercializar os produtos, as professoras buscam direto os produtos (**Família 38, Trajetória II**). [...] eu ajudo na organização, acompanho as licitações. E a gente acaba pedindo também produtos para nós (**Funcionária Secretária de Educação**).

Figura 24 - Síntese do processo de funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar no nível local, com ênfase sobre os elementos explicativos dos processos de mudanças institucionais.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

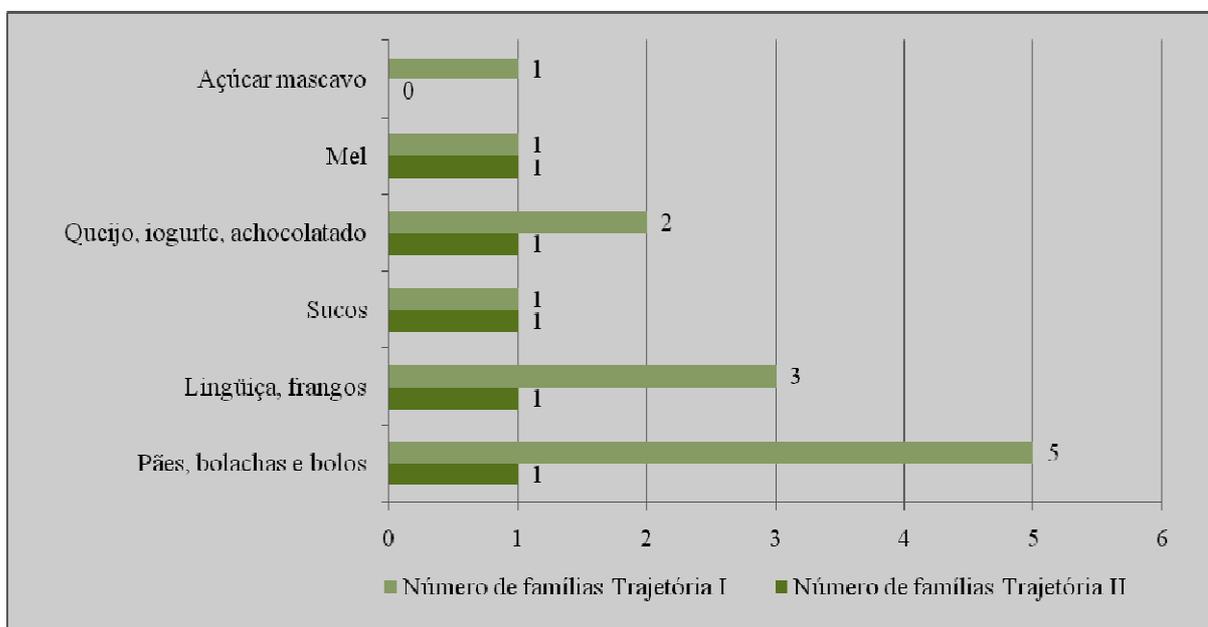
Outro aspecto que merece menção refere-se ao pouco tempo em que esse programa foi construído. A participação das famílias no programa iniciou no ano de 2009. Em algumas localidades⁵² onde esse programa foi implementado, foi constatado que os agricultores, as organizações, os agentes técnicos e/ou de extensão rural e os atores ligados ao governo local estão obtendo informações e aprendendo sobre o programa, especialmente sobre como geri-lo. Dessa forma, considera-se que as mudanças institucionais descritas neste capítulo possam representar algumas “sementes” no processo de transformações de hábitos de pensamento e

⁵² As localidades nos quais não foram encontradas informações sobre a adesão da prefeitura ao Programa Nacional de Alimentação para os alimentos industrializados pela agricultura familiar são Morro Redondo, Nova Petrópolis, Pelotas, Restinga Seca, Sapucaia do Sul e São Leopoldo. As famílias que estão participando do PNAE correspondem aos municípios de Cachoeira do Sul, Gramado, Novo Hamburgo e São Lourenço do Sul.

comportamento das famílias. À medida que os atores sociais envolvidos forem adquirindo informações e experiências sobre esse programa, a ocorrência de mudanças institucionais poderão ser avaliadas com maior precisão. Portanto, a variável tempo é um dos elementos que podem explicar não só as mudanças institucionais decorrentes da participação das famílias nesse programa mas também revelar por que elas aconteceram em uma parte do público -10 das 17 famílias participantes.

Conforme as informações do Gráfico 21, a seguir, pode-se observar que as famílias que estão acessando esse programa têm perfis similares, caracterizados pelos grupos de agricultores que modificaram as suas estruturas e/ou locais de processamento ao longo das trajetórias. Os modos de produção quando não são registrados, estão mais próximos aos regimentos sanitários. Sobre os produtos, a maior participação, no que se refere ao número de famílias produtoras, diz respeito à venda de pães, bolachas e bolos (6 famílias). Os produtos de origem animal (linguiça e frango) correspondem à segunda maior participação, já que esses produtos são entregues por quatro famílias. As demais produções comercializadas por meio desse programa são os sucos; queijo, iogurte, achocolatado, mel e açúcar mascavo.

Gráfico 21 - Produtos comercializados e número de famílias participantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: As famílias que comercializam alimentos industrializados através do PNAE são componentes dos grupos de Trajetória I e II.

6.3.1 As características das instituições no PNAE: a informalidade e heterogeneidade dos hábitos coletivos

Os regramentos formais componentes dos programas e políticas públicas são insuficientes para entender as mudanças institucionais, uma vez que a implementação e gestão das políticas públicas perpassam pelas relações informais. Contudo, interpretar a contribuição Vebleniana quanto à definição de instituições como sinônimas de regras informais é um erro. Como já mencionou Hodgson (2004), ambas as regras (formais e informais) fazem parte das instituições. Dessa forma, os regramentos, quais sejam, formal e informal, não podem ser separados. Um exemplo que reforça essas assertivas refere-se à forma como as famílias de uma localidade específica iniciaram a sua participação no PNAE.

Os agentes governamentais, os agentes técnicos de extensão rural e sindicato local fizeram um cadastro das famílias que poderiam comercializar produtos da agricultura e pecuária por meio do programa, incluindo os agricultores que industrializavam alimentos. No início, as famílias interpretaram de forma diferente o programa. Essa interpretação influenciou na decisão das famílias em não participar, com exceção de uma produtora, que produzia pães e bolachas. A participação dessa produtora no programa modificou a forma como as demais famílias estavam interpretando essa política pública: [...] todo mundo começou depois que a *fulana* entrou. Todos os agricultores foram perguntar para a *fulana* para saber como funcionava. Eu achava que eu tinha que produzir a nível industrial (**Família 1, Trajetória I**).

A formulação, a operacionalização e a gestão do PNAE são desenvolvidas socialmente e os atores envolvidos estão munidos de suas trajetórias, as quais, por sua vez, refletem nas suas ações, na forma como eles participam e influenciam as famílias a iniciarem a participação. Portanto, conforme Long (2001, p.48, tradução nossa), os indivíduos não “interpretam ou agem sobre as políticas quando eles são solicitados para implementá-las, e seus comportamentos não são somente influenciados pelas suas experiências ou rotinas administrativas, mas também por outros aspectos, que envolvem, por exemplo, as relações familiares”.

O regramento, desse modo, não é descolado da ação individual: ele é, sobretudo, enraizado socialmente, porém, isso não significa a ausência de conflito: pelo contrário, os desacordos existem. Esses conflitos são inerentes, uma vez que, ao interpretarem o regramento formal dos programas e políticas públicas, os diferentes atores envolvidos podem entender e julgar à sua maneira. Essa heterogeneidade na forma de interpretar e julgar as

políticas e programas explica por que um determinado regramento não é aceito pelos mediadores das políticas públicas e/ou também pelas famílias:

[...] nunca fui atrás de Pronaf. Uns falavam que era pra registrar sucos que ia vir programa para fornecer para as escolas. Mas suco dá muito trabalho. A gente não tem estudo e eles também não vêm dar explicação se eles vão colocar nas escolas. Tu produz o suco, tem um tipo, eu vou produzir mais eu não sei quanto que eles vão comprar se vão fazer um contrato. Dava dinheiro, mas eu precisava ter outras panelas, porque o suco em panela grande sai com gosto de queimado. Precisava ter 7,8 panelas e gente pra produzir. Não sei se eu poderia atender esta produção. Acho que não posso fornecer pro PNAE. E numa certa idade a gente já não tem o mesmo ritmo pra trabalhar (**Família 60, Trajetória I**).

Esse é um dos exemplos claros de como as políticas públicas, classificadas usualmente por um conjunto de regras formais, abrangem também relações marcadas pela informalidade, conflito, exclusão, amizade e proximidade. Sobre a exclusão, nota-se que, em muitos casos, as famílias não podem participar do programa, especialmente porque alguns municípios não aderiram a essa política. Em outros casos, a ausência de registro de sanidade⁵³ para a produção de alimentos pode ser um empecilho para essa participação, especialmente quando há conflitos entre as interpretações das famílias e dos agentes técnicos sanitários locais. Nem sempre o diálogo entre esses atores resulta em um processo de reflexão e mudança institucional.

As propriedades emergentes (termo utilizado por Hodgson, 1998) acontecem quando diferentes atores, munidos de diferentes interpretações, conseguem chegar a uma terceira instituição, que mescla elementos de ambos os pensamentos e comportamentos. Um exemplo dessa terceira via institucional, no caso do PNAE, refere-se ao acordo realizado com um agente de extensão rural e um conjunto de famílias que produzem sem alvará de sanidade.

Nesse caso específico, a ausência do alvará/registo de sanidade não foi empecilho para as famílias⁵⁴ participarem desse programa, uma vez que o agente de extensão rural

⁵³ É conveniente destacar que a formalidade (referindo-se à presença de registro sanitário) é uma das regras constantes no programa: “os produtos da agricultura familiar devem atender o que determina a legislação sanitária, que normatiza o registro dos produtos e empreendimentos no Serviço de Inspeção Federal – SIF; no Serviço de Inspeção Estadual – SIE; no Serviço de Inspeção Municipal – SIM; no Serviço de Inspeção Vegetal/MAPA; e na Vigilância Sanitária”. Os produtos de origem vegetal, em sua grande maioria, são isentos de registro sanitário, no entanto, eles devem ser fiscalizados pela vigilância sanitária da localidade (MDA, 2012).

⁵⁴ A “certificação social” é desenvolvida somente com as famílias que processam alimentos de origem vegetal. O registro sanitário para a produção de alimentos industrializados é obrigatória para os

realizava visitas periódicas nas instalações, tendo em vista observar a forma como as famílias produzem os alimentos. Entretanto, essas visitas não se revestem de um ato de fiscalização ou punição, pelo contrário, elas têm como objetivo dialogar, fornecer informações e incluir algumas práticas para tornar a atividade mais próxima aos padrões de higiene. Por meio de tal proximidade com o agente, as famílias puderam participar do programa. Portanto, apesar de as famílias não possuírem o registro, há a realização de uma espécie de “certificação informal”, como bem relatam as famílias: [...] A fulana [nome da extensionista] entende e coordena os grupos de mulheres também. Ela sempre vem olhar para ver como estamos produzindo [local] (**Família 1, Trajetória I**). [...] a Emater que autoriza o acesso dos agricultores pra vender para as escolas. A Emater verifica se é produtor rural ou não (**Família 7, Trajetória I**). [...] eu consigo comercializar com o aval da nutricionista da Emater (**Família 9, Trajetória I**).

Outra situação semelhante refere-se ao processo de certificação participativa realizada pela Cooperativa Sul Ecológica, assessorada pelo Centro de Atendimento ao Pequeno Agricultor - CAPA⁵⁵. Embora nem todos os agricultores estejam produzindo de acordo com as regras especificadas na vigilância sanitária, muitos deles conseguem comercializar por meio do PNAE, utilizando o selo ECOVIDA⁵⁶ da cooperativa:

[...] estamos com 90% da produção vinda da agricultura familiar e a nossa meta é chegar a 100%. Muitas agroindústrias usam a Cooperativa (Sul Ecológica) para acessar o programa porque as exigências do PNAE são pesadas para os agricultores familiares (**Funcionária Secretária de Educação**).

produtos de origem animal. Houve casos em que algumas unidades não foram aprovadas nas vistorias da vigilância sanitária, e essa reprovação significou a exclusão das mesmas no programa.

⁵⁵ O CAPA atua no município desde 1985. Atua nos municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas e Canguçu. Começou a atuação na região de Santa Cruz do Sul. Tem a sede no município de Pelotas, e em São Lourenço do Sul tem escritório compartilhado com a FETRAF. O CAPA teve influência na transição de agricultores da produção convencional para a agroecologia. Desde quando o CAPA se instalou no município, algumas famílias, incluindo os agricultores que possuem alimentos industrializados estão fazendo a transição da produção convencional para a produção ecológica, enquanto outros já estão produzindo de acordo com os princípios da agroecologia. O CAPA teve influência ainda na construção da Associação Caminhos Pomeranos, que teve como objetivo reunir um grupo de agricultores para construir uma proposta de rota turística. Nessa associação, estão participando muitas famílias que possuem agroindústrias, embora muitas delas não recebem turistas ainda.

⁵⁶ ECOVIDA é um selo específico de um processo de certificação participativa. A Cooperativa Sul Ecológica (presente nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas) possui cadastro no ministério da agricultura e pode vender somente para consumidores diretos, PNAE e PAA. Segundo relatos de um agente técnico da cooperativa, a legislação orgânica não permite a venda desses produtos para intermediários.

Essa informalidade das relações sociais também influenciou a quebra de algumas regras do funcionamento do programa, especificamente sobre o limite do valor de comercialização⁵⁷ para cada família (uma das regras do PNAE). Uma das principais discussões realizadas pelas famílias refere-se à determinação do limite de comercialização dos alimentos para o programa, que é estabelecido por cada DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Desse modo, uma família pode comercializar o valor de R\$ 20.000,00 ao ano, sem que sejam estabelecidas diferenças entre produtos industrializados e vegetais, legumes e frutas: [...] o valor é muito pequeno, para o frango este valor é muito baixo. Quanto mais alto o valor, melhor. Pra verdura este valor até dá, mas no caso das carnes que agrega valor é diferente **(Família 50, Trajetória II)**.

Tendo em vista driblar essa situação, algumas famílias cadastram filhos e parentes como sócios fictícios da “agroindústria”. Essa “sociedade” construída oportuniza o registro de uma nova DAP, que é obtida pelo “novo” sócio. Assim, a família dobra o valor de comercialização. Outras ações referem-se às relações de amizade e proximidade entre as famílias, especialmente quando estas pertencem à mesma organização social (cooperativa), como relata a produtora integrante da Família 38: [...] “o valor para comercializar podia ser mais alto, mas a cooperativa dá um jeitinho. Pega, empresta DAP de outro produtor que entrega só alface, por exemplo” **(Família 38, Trajetória II)**. Dessa maneira, algumas famílias possuem o registro (DAP) e não comercializam produtos por meio do PNAE. Em alguns casos, essas famílias “emprestam” sua DAP para que outros agricultores possam aumentar o valor de comercialização ao ano. Nesse caso, a comercialização está “formalmente” sendo realizada por meio de duas ou mais famílias, enquanto, na realidade, apenas uma família comercializa. Uma família relatou ainda que, na época em que obteve o alvará sanitário para funcionamento da agroindústria, “emprestava” os selos para que as famílias vizinhas pudessem comercializar seus produtos: [...] “eles deram apoio, reformei a minha garagem, mas em troca a contrapartida eles pediram o alvará para emprestar para outras famílias, até elas conseguirem registrar” **(Família 38, Trajetória II)**. Essa condição, no entanto, surgiu a partir de um acordo realizado com um agente técnico, que ofereceu apoio em troca (contrapartida) da realização desses “empréstimos”.

Realidade semelhante foi relatada por Triches (2010) na localidade de Rolante, no Rio Grande do Sul, onde algumas famílias que processam alimentos sem registro de sanidade

⁵⁷ No ano em que foram realizadas as pesquisas, o limite do valor de comercialização para cada família correspondia a R\$ 9.000,00 por ano.

estavam participando do PNAE. Essa participação foi viabilizada pela proximidade e construção de relações sociais entre os agentes de extensão rural e os agricultores.

6.3.2 A diversidade das interpretações no PNAE reforça a natureza heterogênea das instituições

De forma geral, nos municípios visitados, os agentes de extensão rural, secretarias de agricultura e de Desenvolvimento Rural e as organizações sociais (Centro de Atendimento ao Pequeno Agricultor – CAPA e Sindicato Rural) são os principais atores no processo informativo sobre esse programa, conduzindo dados sobre o funcionamento para as famílias. No entanto, percebe-se que há uma diversidade de interpretações sobre esse programa nos 10 municípios visitados, tanto por parte das famílias quanto dos agentes de extensão rural e organizações sociais.

Essas diferentes interpretações revelam a heterogeneidade institucional, a qual tanto dá suporte para a emergência de relações de conflito, como fundamenta a inércia institucional (já que em muitos casos não há o estabelecimento de acordos entre as partes, quais sejam, famílias, agentes técnicos e líderes de organizações sociais). Essa discordância prevalece na medida em que também prevalecem distintas interpretações, sem a ocorrência de interface de ideias. Em outras palavras, nem os agentes, nem os agricultores estão aptos à mudança: ambos resistem nos seus próprios hábitos de pensamento e comportamento, na possibilidade de encontrar uma “via alternativa” que mescle elementos dos diferentes pensamentos: [...] há uma grande demanda pelo produto cuca, mas não se tem produção da agricultura com registro sanitário para atender esta demanda (**Presidente do Sindicato**).

[...] houve uma proposta para que a associação pudesse fazer parte da Alimentação Escolar. Mas, depois de muita discussão elas disseram que podia terminar a receita colonial, porque, por exemplo, **não pode usar ovo da colônia para fazer as bolachas**. Veio o pessoal da fiscalização, da saúde e disseram que tinha que mudar a cozinha e usar ingredientes que tivessem registro. Outra coisa que foi comentado é o CNPJ. Muitas produtoras não concordaram porque isso complica na aposentadoria (**Agente de comercialização da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais**).

[...] tem 4 agroindústrias [agricultores familiares] que estão acessando o PNAE. Em 2011 começaram a acessar. O problema é o investimento mesmo, é ter visão sobre o negócio, porque muitas famílias ainda estão **produzindo de forma artesanal**. No caso dos produtos in natura, faltam

merendeiras para manusear estes produtos. Existe uma preferência delas pelos alimentos processados (**Agente de extensão rural**).

[...] o contrato é de 6 meses, a gente não quer ficar dependendo. Já tinha antigamente as chamadas. Mas se troca o governo a gente não sabe o que vai ser. **Pra fazer pra merenda tinha que acrescentar linhaça no pão, centeio na massa. Não é o que a gente está acostumada a fazer (Família 63, Trajetória I).**

As diferentes instituições, entendidas pela diversidade de hábitos de pensamento e comportamento dos atores envolvidos no programa, revelam situações de conflito, as quais explicam, em parte, discrepâncias em relação ao acesso das famílias ao programa e à forma como estas interpretam essa política pública. É importante mencionar que, nas escolas municipais, há elaboração de cardápios pelos nutricionistas contratados pelas localidades. A elaboração desses cardápios nem sempre corresponde às formas como as famílias produzem os alimentos, assim como nem sempre reflete os hábitos de consumo dos estudantes. Há, em algumas situações, obediência quanto aos contratos e à elaboração de cardápios, porém, em outras, percebe-se uma quebra no que diz respeito à obediência às regras formais. Essas situações reforçam os elementos informais no funcionamento das instituições do programa, uma vez que os atores sociais nem sempre reproduzem os hábitos expressos nos contratos firmados com as nutricionistas e as escolas: [...] já tirei nota do pão e entreguei bolacha, não estava no projeto entregar a bolacha, mas o pessoal da escola pediu (**Família 1, Trajetória I**). [...] é o que as crianças precisam. Tem a troca de informações com as nutricionistas para ver o que os agricultores podem produzir. Tem flexibilidade para mudanças de produtos. A ideia é fornecer para alimentação produtos locais (**Família 34, Trajetória I**). [...] eles são flexíveis no projeto, podemos trocar pão por cuca, por exemplo. E, eles ligam pra ver o que podemos levar (**Família 33, Trajetória II**).

A Tabela 10, a seguir, complementa essas informações sobre a interpretação das famílias (que participaram e/ou ainda estão participando) sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. No que se refere às famílias pertencentes ao grupo de trajetórias I, as respostas sobre a importância que esse programa possui, atualmente, para as atividades de processamento de alimentos, variaram de “razoavelmente importante” a “muito importante”. Das 12 famílias participantes do PNAE, 50% identificam que o programa é “muito importante” para as suas atividades de processamento de alimentos. Duas famílias não interpretam a importância desse programa de forma satisfatória como as demais, já que responderam que o PNAE, atualmente, é “razoavelmente importante” para essa atividade. A média desse grupo situa-se na faixa da resposta caracterizada como “importante”.

No grupo identificado como “Trajetória II”, 3 das 5 famílias responderam de forma bastante satisfatória sobre a importância que o PNAE tem para as atividades de processamento de alimentos, já que identificaram que esse programa é “muito importante”. Apenas 1 família identifica tal programa como “razoavelmente importante”, enquanto apenas uma família identificou ser “importante”. Ambas as médias dos dois grupos diferentes de famílias apresentaram valores similares, 4,3 (Trajetória I) e 4,4 (Trajetória II).

Tabela 10 - Interpretação das famílias sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, segundo a Escala *Likert*.

Trajetórias	Família*	Escala <i>Likert</i>
Trajetória I: Saberes de antepassados, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivo: gerar renda.	1	3
	2	3
	3	4
	6	5
	7	5
	9	5
	27	4
	31	5
	34	4
	49	5
	56	5
64	4	
	Média Grupo I	4,3
Trajetória II: Saberes de cursos técnicos, mudanças técnicas, espaço físico delimitado, produção ao longo do ano e objetivos: gerar renda e/ou diversificar.	5	3
	33	5
	37	5
	38	5
	50	4
	Média Grupo II	4,4

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: *As informações constantes na segunda coluna referem-se à identificação da família nesta tese e não à quantidade de famílias que acessaram tal programa ou política pública. Foram consideradas as opiniões das famílias que estão participando e/ou participaram do programa. A Escala Likert de cinco pontos referiu-se às seguintes respostas e valores: (1) Nada Importante (2) Pouco Importante (3) Razoavelmente Importante (4) Importante e (5) Muito Importante.

Ao considerarmos as informações quantitativas (Escala *Likert*), é possível identificar que não há respostas que tenham indicado que o Programa Nacional de Alimentação Escolar não contribui (ou não está contribuindo) para o desenvolvimento das atividades de

processamento de alimentos. Relacionando as informações quantitativas e qualitativas, é pertinente descrever a diferença do PNAE ante às demais políticas públicas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar não é caracterizado pelo oferecimento de crédito para investimento na atividade de processamento de alimentos. Embora haja a realização de contratos de seis meses entre os fornecedores (as famílias e organizações sociais), a prefeitura e as escolas (beneficiadas), a família pode optar por continuar participando desse programa ou não. Essa situação não é similar à dos demais programas (Pronaf, por exemplo), já que, uma vez que as famílias obtiveram o capital e realizaram investimentos, elas irão continuar com a dívida (prestações a pagar) durante algum tempo. Assim, essa característica pode justificar por que a maioria das respostas tenha situado na faixa dos 4 e 5 pontos, uma vez que as famílias podem se sentir “descontentes” e optar por não participar dos processos de licitações e/ou chamadas públicas futuras.

Contudo, os dados quantitativos atuais sobre a importância que as famílias observam no PNAE são parcialmente explicativos, quando a intenção é revelar que essas interpretações não são estáticas. Portanto, as diferentes interpretações das famílias que participaram ou participam atualmente do Programa Nacional de Alimentação Escolar foram sendo modificadas ao longo do tempo. Essas mudanças emergiram à medida que as famílias foram adquirindo maiores informações e experiências, sobretudo na participação.

Nos depoimentos abaixo, é possível identificar a construção de uma visão crítica das famílias sobre o programa, especificamente sobre as regras constantes na elaboração dos cardápios nas escolas:

[...] a nutricionista não colocou açúcar mascavo para merenda escolar. Pra nós, nós tínhamos o produto. Mas isso não é um produto que criança gosta. A merenda escolar já melhorou muito do que era há anos atrás. De repente ela não soube no que aproveitar. Depende muito da nutricionista, do cardápio que ela elabora. Tem uma família que está fazendo bolacha com açúcar mascavo aqui de um município perto. Ate seria bom, a gente vê com bons olhos as crianças comerem um produto saudável. O melado eu ouvi falar que iam colocar na merenda, mas até agora nada (**Família 64, Trajetória I**).

[...] a ideia é boa de eles colocarem alimentos bons para a saúde, mas a única coisa errada é que o projeto diz para eles colocarem lingüiça no feijão. As merendeiras fervem as lingüiças e dão para as crianças com cuca. Aqui é da cultura do alemão misturar doce com salgado. E é o dia em que todas as crianças vão fazer o lanche. Da onde que vai dar certo isso, colocar lingüiça no feijão (**Família 3, Trajetória I**).

[...] mas tem muita coisa errada também, alguns colégios estão dando salsicha, colocam salsicha na massa, no arroz para as crianças comerem. E, as nutricionistas ficam em cima, são contra a lingüiça porque na saúde não é muito usado, mas não percebem que a salsicha tem mais corante (**Família 3, Trajetória I**).

[...] deveria ficar a critério das crianças. Olhar o que a região consome. Carreiro com lingüiça, por exemplo, é um prato bom, delicioso, muito apreciado aqui na região. Pra eles, a lingüiça é só no feijão. [...] as crianças chegaram a pedir mais, mas um projeto que vem pronto do governo é difícil mudar (**Família 6, Trajetória I**).

Isso significa que nem sempre as expectativas que as famílias tinham antes da participação nesse programa estão condizentes com a forma como elas estão interpretando o programa, atualmente. Sobre isso, a principal dificuldade relatada pelas famílias participantes refere-se ao alto custo para transportar os produtos até as escolas, especialmente quando a entrega dos alimentos é realizada em apenas uma escola, localizada distante da propriedade rural. Tal situação influenciou as respostas de duas famílias (componentes da Trajetória I) que interpretaram essa política como “razoavelmente importante”. O depoimento da Família 2 ilustra esse caso:

[...] depende da quantidade, senão não vale a pena. Diminuiu a demanda, tava sobrando produtos nas escolas. O acesso é longe e é pouca produção. Em 2011 a gente fornecia pra dois colégios, agora é um. O ano passado [2011] foi bom. O plano é entregar mais lingüiça, pra colégio municipal (**Família 2, Trajetória I**).

Com exceção de duas famílias, todos os demais agricultores estão transportando os alimentos até as escolas, de forma individual. Algumas famílias relataram que o alto custo de transporte não estava viabilizando sua participação no programa e, por isso, quando iniciaram no programa, essa participação não era importante. Essa importância foi sendo modificada, à medida que as famílias passaram a fornecer uma maior quantidade de alimentos e em um número maior de escolas: [...] quando começamos estávamos trocando seis por meia dúzia. Levava longe e não tava valendo a pena. Estava entregando só pra um colégio. Pensei em desistir. Mas agora a gente entrega em duas escolas. É uma coisa boa, garantida (**Família 1, Trajetória I**).

6.3.3 As mudanças institucionais: os novos hábitos das famílias: emergência das “novas” relações com os mercados

A comercialização, ao ser efetuada diretamente nas escolas, oportunizou às famílias conhecer um ambiente de consumo coletivo, diferente do ambiente de comercialização ao qual estavam anteriormente vinculadas. Anteriormente a essa participação, os canais de venda eram caracterizados apenas pelas interações com os consumidores e/ou com intermediários. A observação sobre o consumo coletivo não era percebida pelas famílias, já que elas mantinham contato com alguns consumidores e/ou intermediários de forma individual.

A responsabilidade em fornecer alimentos de qualidade a um grupo maior de pessoas transformou a maneira como as famílias estavam desenvolvendo os alimentos. O consumo de um mesmo tipo de alimento por um número maior de pessoas ao mesmo tempo, especialmente crianças e adolescentes, influenciou na emergência de um cuidado maior ao produzir, como cuidado na procedência da matéria prima e no período de tempo entre a produção e a comercialização, já que

[...] hoje se tem uma maior preocupação com a higiene. Tá lidando com escola, e, se fizer uma coisa ruim, é para estudantes. Se tem uma maior concentração de pessoas comendo na mesma hora. Tem uma responsabilidade maior, mas nunca deu problema (**Família 3, Trajetória I**).

Esse regramento, porém, implica mudanças não somente nas relações de comercialização, mas, sobretudo, nas formas como as famílias organizam as atividades de processamento. Sobre isso, duas situações merecem ser destacadas: a primeira delas refere-se a duas famílias que estão diminuindo a sua participação nas feiras de comercialização, pela opção em atender à demanda das escolas. Essa situação revela a opção dessas famílias em desenvolver um hábito de comportamento novo, que é caracterizado pelo planejamento da produção e comercialização antecipadamente: [...] a alimentação escolar a venda é certa, nas feiras não. Diminuímos a produção das feiras. Se nós pegar mais colégios, nós vamos diminuir mais as feiras (**Família 2, Trajetória I**). [...] com a abertura do PNAE eu não precisei mais fazer 4 feiras. Eram 4 feiras, agora eu faço 3 (**Família 9, Trajetória I**). [...] nós tinha umas pessoas boas pra colocar na feira, mas eles começaram a assumir os colégios municipais e estaduais. Geralmente quem tem colégio não tem feira, é só colégio (**Família 57, Trajetória III**).

Por outro lado, nos casos das famílias 7 e 57, é possível destacar uma interpretação diferente sobre esse programa, uma vez que optaram por não modificar seus hábitos de comercialização, que são caracterizados pela relação direta com os consumidores:

[...] recebi o convite para entregar pães, mas não quis largar as feiras. Amanhã este programa pode não funcionar mais, aí eu vou perder meus consumidores da feira. Eu gosto de vender nas feiras, a gente não deixa de produzir para as feiras. O colégio é um extra. A alimentação escolar não vai reduzir as feiras (**Família 7, Trajetória I**).

[...] ofereceram pra fazer verduras, cucas pra os colégios. Aí eu não quis porque eu tinha que parar com a feira. Ofereceram até R\$ 8.000,00 de adiantamento para fazer a cuca pro João Neves [escola estadual], mas a gente não quis (**Família 57, Trajetória III**).

No caso específico da família 7, os agricultores produzem produtos panificados e queijos. Somente os queijos são comercializados para as escolas, por meio do programa. Entretanto, percebe-se que houve uma especialização produtiva nas atividades de processamento de alimentos, de forma que algumas atividades da agricultura foram interrompidas. Segundo relatos da família, essa especialização foi desenvolvida em decorrência da participação dos agricultores nesse programa. Mudanças no controle e planejamento da produção de matérias-primas, divisão de tarefas e aumento no tempo dedicado às atividades de processamento são algumas das modificações comportamentais.

6.3.4 Organização produtiva diferenciada: a emergência de novos hábitos de produção e de planejamento

Dentre as finalidades do programa, uma das expectativas refere-se à emergência de novas organizações sociais. Na cartilha apresentada pelo MDA, pode ser observado o estímulo para que os agricultores se organizem socialmente, relacionando as formas de organização coletiva à facilidade no acesso e participação na gestão do programa (BRASIL, 2012). Dessa forma, os hábitos antigos, caracterizados pela organização que as famílias tinham nos seus locais de fabricação, estão sendo transformados. A participação nesse programa por meio de organizações sociais implica planejar as quantidades produzidas e as formas de produção coletivas, e não mais individuais. Ademais, participar desse programa resultou no estabelecimento de metas em relação aos produtos que poderiam ser fabricados e

demandados pelas escolas. Em duas localidades, o regramento específico do programa, que inclui a realização de licitações, influenciou a emergência de duas organizações sociais formais (associações de agricultores familiares): [...] vai ser uma boa, quem não for sócio não vai conseguir vender para os colégios (**Família 7, Trajetória I**).

[...] as empresas de fora estavam ganhando a licitação, e o município tem que dar preferência para a produção local. E a cooperativa é a única saída para que a gente consiga colocar os produtos nas escolas que compram mais de R\$ 100.000,00 ao ano. Este ano, o governo está implantando no município a merenda escolar (**Família 3, Trajetória I**).

No que diz respeito à uma reunião específica, percebeu-se a preocupação do líder local (Figura 22, a seguir) sobre a necessidade de organização social e individual, para que as famílias pudessem participar do programa. Além disso, o líder local percebeu a necessidade de mobilizar outros atores sociais (especialmente agentes técnicos e/ou de extensão rural) para viabilizar o processo de organização das famílias: [...] o *fulano* [extensionista da Emater] vai nos ajudar a fazer um planejamento, vamos marcar outra reunião (**Presidente do Sindicato**).

[...] nós temos que fazer uma organização. Nós temos que ter planejamento. [...] e é essa ideia que eu quero passar pra vocês: que organizado dá. Carne de galinha só para nosso município é 60.000 kg que as escolas estão pedindo. Poderia 2,3 produzir e fazer um abatedouro. Se tu fizer tudo o que a lei manda, sozinho não dá. Se não os grandão vão tomar conta, tu acha que eles não tem 60.000 Kg de galinha? [...] é o caso da parceria, um ajuda a ensacar o do outro e conseguimos cumprir contrato (**Presidente da Associação, Família 49, Trajetória I**).

Tais organizações coletivas também pressupõem a organização individual, ou seja, o planejamento e controle produtivo em cada unidade produtiva familiar, tendo em vista atender à demanda de alimentos nas escolas do município. Uma produtora que participa de uma organização social mencionou a mudança na forma de planejar a atividade: [...] uma coisa que eu aprendi é que eu tenho que anotar tudo (**Família 1, Trajetória I**). Essa mudança institucional reflete o dinamismo por meio do qual as atividades de processamento de alimentos estão sendo transformadas. No caso específico desse programa, há maior clareza sobre as informações da demanda, uma vez que a quantidade de alimentos que serão comercializados é determinada previamente, por meio de contratos. A necessidade de planejamento surge de forma diferente, já que a demanda é calculada para os 12 meses seguintes e os agricultores podem assinar um ou dois contratos, para fornecer esses alimentos

durante um ou dois períodos de 6 meses. Desse modo, cada família realiza um planejamento individual, que inclui aplicação de instrumentos de controle produtivo e de escala. A definição e o compartilhamento dos diferentes planejamentos individuais é que darão sustentação à produção e participação coletiva nesse programa.

A Figura 25, a seguir, apresenta a mobilização de agricultores familiares (produtores de hortaliças, frutas e alimentos industrializados) em construir uma associação, tendo em vista organizar-se para atender à demanda do programa no município (primeira foto, à esquerda). A segunda foto mostra a primeira produtora que aderiu ao PNAE numa localidade específica, no ambiente da feira de comercialização. Essa produtora influenciou a participação de outras famílias, cuja análise será detalhada no decorrer do capítulo.

Figura 25 - Reunião de discussões sobre o PNAE: construção de associação, debate sobre a organização produtiva (foto, à esquerda). Família que comercializa pães, bolachas e bolos para as escolas do município (foto, à direita).



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

O regramento específico do PNAE é algo novo para as famílias, especialmente para as que estavam acostumadas a comercializarem seus produtos por meio de relações diretas com os consumidores. No entanto, o funcionamento e a forma de operacionalização do programa também é novidade para os gestores locais: [...] é um processo novo, precisa gestor para cumprir os 30%, é mais difícil, dá mais trabalho, precisa mais funcionários, tem a licitação, chamada pública, tem que assinar contrato com a prefeitura (**Família 5, Trajetória II**). Essa novidade na gestão também está influenciando a mobilização de alguns atores sociais para a obtenção de conhecimentos sobre o funcionamento do programa em cidades vizinhas: [...] “tem possibilidade da Emater disponibilizar um carro para Santa Cruz (pra ver como estão trabalhando) na gestão do Programa de Alimentação Escolar. Se vocês quiserem eu posso intermediar isso” (**Agente técnico da Emater**).

Algumas modificações mais específicas no ambiente produtivo de processamento de alimentos são elementos que devem ser mencionados. Tais modificações nos modos de produção foram desenvolvidas em decorrência de algumas exigências, especialmente das merendeiras e dos alunos. Antes de participar do programa, algumas famílias produziam alimentos diferenciados em tamanho, cor, aparência e textura, tendo em vista atender à diversidade dos hábitos dos inúmeros consumidores, o que contribuía na venda direta, já que distintos consumidores encontravam produtos que atendiam às suas expectativas. Porém, ao participarem do PNAE, as exigências começaram a ser opostas. As crianças e as merendeiras começaram a requerer produtos que não se diferenciavam entre si, já que os conflitos nas escolas emergiam quando os produtos não eram padronizados.

Há evidências de mudanças institucionais na forma como os agricultores produziam os alimentos, porém deve-se ter cuidado em afirmar que não há informações empíricas suficientes que comprovem que o programa está influenciando a emergência de uma padronização da produção das “agroindústrias”. Enquanto em algumas situações há uma flexibilidade e entendimento da diferenciação - que é uma característica do processamento de alimentos da agricultura familiar -, em outros casos, percebe-se que essa diferenciação pode ser um entrave para as famílias comercializarem: [...] costumava fazer pintado, bolachinha pintada. Não precisa. Na merenda, por exemplo, é bolinho inglês. Tive que adaptar, correr atrás (**Família 33, Trajetória II**). [...] não foi exigido mudanças. Se vende o frango inteiro. É flexível se pode vender o frango inteiro ou pode vender em parte também. A princípio não teve reclamação, não vende mais por causa do valor, porque tem estrutura pra isso (**Família 50, Trajetória II**). [...] o que eu ouvi falar é que às vezes eles falam que as escolas querem o que eles não têm (**Família 57, Trajetória III**).

[...] a única coisa que foi exigida foi a padronização dos produtos. Em todos os produtos tive que fazer de forma diferente. Escolas pediram, por exemplo, as crianças não aceitam bolacha seca e o bolo tem que ser retinho. As merendeiras não são tão flexíveis, as diretoras são mais, permitem fazer bolos menos certinhos (**Família 9, Trajetória I**).

A Tabela 11, a seguir, apresenta a síntese das principais mudanças institucionais desenvolvidas a partir da participação das famílias no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Observa-se que, em todas as situações, as mudanças institucionais emergiram envolvendo, primeiramente, uma mudança de interpretação e, posteriormente, a transformação de uma série de condutas das famílias nas atividades de processamento de

alimentos. Como já detalhado ao longo desta seção, essas mudanças incluíram desde planejamentos produtivos até a construção de organizações sociais específicas para atender ao programa e à mudança da participação das famílias em feiras de comercialização.

Tabela 11 - Mudanças institucionais: processos e características nas atividades de processamento de alimentos, a partir da participação das famílias no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Fatores	Mudanças institucionais (Etapas: 1, 2, 3) Situações: (a), (b), (c) e (d)		
	<i>Mudanças de interpretação</i>	<i>Mudanças de conduta</i>	<i>Situação</i>
<i>Interação com as escolas</i>	1 - Reflexão sobre o ambiente de consumo coletivo de alimentos	2 - Cuidado maior na procedência da matéria-prima, curto período de tempo entre processamento e venda	(a)
<i>Experiências das famílias no PNAE e troca de experiências com outros gestores</i>	1 - Mudança de interpretação: PNAE como oportunidade e garantia de venda	2 - Diminuição da participação das famílias nas feiras de produtores	(b)
		2 - Planejamento da produção e comercialização de forma antecipada	(c)
		2 - Emergência de novos hábitos coletivos: construção de organizações sociais	(d)
<i>Exigências de consumo pelas escolas</i>	1 - Reflexão sobre o ambiente de consumo coletivo de alimentos	2 - Desenvolvimento de produtos "mais padronizados"	(e)

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

O entendimento sobre os processos de mudanças institucionais e a influência de programas e políticas públicas, especialmente sobre os contextos nos quais o PNAE está sendo operacionalizado, revela a pertinência de análise sobre as interpretações e as formas como as famílias conduzem as suas atividades de processamento de alimentos.

E, tratando-se desse programa, nem sempre é possível identificar mudanças institucionais com clareza, uma vez que o seu funcionamento e operacionalização tiveram início no ano de 2009. Essa realidade, no entanto, não retrata o contexto de todas as cidades visitadas, já que os acessos por algumas famílias, em algumas localidades, tiveram início em 2010, 2011 e por outras, somente em 2012. Ademais, considerando os dados gerais e quantitativos (já discutidos no início deste capítulo), observou-se um número maior de acessos a partir do ano de 2010.

Partindo desses pressupostos, as mudanças institucionais influenciadas pelo funcionamento e operacionalização do PNAE revelam e descrevem um processo que pode ser

descrito como “embrionário”. Esses processos iniciais de mudanças - nas formas como as famílias interpretam as suas atividades de processamento de alimentos, assim como também as conduzem – revelam e “deixam abertas as janelas de possibilidades”, tanto de continuidade (ocorrência de novas mudanças) como de rupturas (que podem ocorrer com a interrupção do acesso e/ou da adesão do governo local ao programa, por exemplo).

Por fim, as rupturas e continuidades nos processos de mudanças institucionais estão presentes nos processos influenciados pela participação das famílias no PNAE, uma vez que a operacionalização do programa é dependente das formas específicas e particulares de organização coletiva (conforme foi apresentado na Figura 24, no início desta seção). Isso significa considerar a possibilidade de transformações relacionadas às mudanças na composição das redes sociais e na forma como os agentes participantes estão interagindo entre si. Dessa maneira, a partir dos resultados apresentados, esta é uma pequena amostra inicial do que as “novas” políticas públicas podem significar em termos de transformações nos olhares e nas ideias em torno da atividade de processamento de alimentos, na agricultura familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta tese teve início a partir das discussões que envolvem as principais mudanças no âmbito da atividade de processamento de alimentos na agricultura familiar. Por um lado, têm-se um conjunto de modificações no nível das regras formais da legislação sanitária agroalimentar brasileira, que incluem as discussões sobre a proposição de normas alternativas, especialmente adequadas à produção em pequena escala, à produção dos agricultores familiares.

Por outro lado, nesse cenário, também estão incluídas as mudanças que vêm ocorrendo no âmbito dos programas e das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. A partir da década de 1990, a atividade de processamento de alimentos emerge nos debates no campo político-público, e, após esse período, surgem várias linhas de crédito, que, por fim, criaram oportunidades para as famílias investirem nessa atividade. Assim, com o acesso ao crédito, as famílias adquiriram máquinas, equipamentos, participaram de cursos técnicos de capacitação e de “novos” canais de comercialização.

Apesar de os programas e de as políticas terem efeito nas mudanças de ordem técnica, é por meio das políticas locais que pode se explicar grande parte das transformações institucionais nesse contexto. Os agricultores modificaram as suas formas de pensar e agir nas atividades de processamento de alimentos a partir da interação com os governantes locais, agentes técnicos e/ou de extensão rural e organizações sociais. As mudanças mais significativas receberam influência das formas como esses agentes intervieram nessa atividade, especificamente por meio de planejamentos, ações e intervenções locais. Quando esses agentes pensam em propor mudanças, o que vem em mente são as regras constantes na legislação sanitária, embora se possam ser encontradas diferenças nas formas como cada agente compreende esse “mesmo” regramento.

Não há um único modelo de ação política local. Os resultados indicaram que diferentes formas de intervenção podem provocar a emergência de novas formas de pensar e agir das famílias. Enquanto algumas intervenções foram caracterizadas pela proximidade entre as famílias e os agentes, também podem-se descrever casos em que as famílias receberam as propostas de mudanças de forma repressiva. Além disso, essas intervenções abrem reflexões sobre a relevância em entender que as políticas locais não estão restritas às ações preconizadas pelos governos locais. Dessa forma, em outras situações, percebeu-se que as famílias e os grupos de que elas participam podem construir as suas próprias ações

coletivas e definir o rumo a ser seguido nessa atividade. Desse modo, os agentes governamentais podem tanto ser “atores principais” como “coadjuvantes” na história de transformações comportamentais.

As leituras que os atores sociais fazem dessa atividade (especialmente os governantes locais e os agentes técnicos e/ou extensão rural) são incompletas e imparciais. Isso significa que há uma dificuldade em perceber as diferenças nos perfis dos agricultores que trabalham nessas atividades (que se diferenciam tanto pela forma como iniciam essa atividade quanto pela maneira como eles fazem as suas próprias escolhas: objetivando modificar ou não tais atividades). Essa dificuldade, por sua vez, refletiu na exclusão de algumas famílias das políticas locais. Em algumas situações, essa exclusão significou ainda a saída de alguns agricultores dessa atividade, especialmente daqueles que não concordavam com a direção das ações tomadas pelos agentes supracitados. Assim, entender essas realidades abre espaço para novos questionamentos: quais efeitos são esperados com as ações políticas locais e as políticas públicas nas atividades de processamento de alimentos?

Talvez tais efeitos não são facilmente percebidos *a priori*, quando os atores formulam ações e políticas. Tanto as políticas locais quanto os programas e as políticas públicas são formulados, implementados e geridos por pessoas, grupos sociais e agricultores, que podem tanto divergir como convergir nas ideias. Ademais, “novas” ideias podem surgir, mesclando pensamentos e comportamentos de diferentes atores envolvidos. A compreensão sobre esses processos abre espaço para entender os cenários nos quais as atividades de processamento estão inseridas. Esses resultados constituem como um “pontapé inicial” de um outro debate nessa atividade, que deve considerar a emergência de novas interpretações, novas formas de desenvolver ações coletivas a partir da influência de políticas - em diferentes níveis.

Com a finalidade de sintetizar os principais elementos descobertos nas informações empíricas, por vezes relacionando-os com as reflexões teórico-analíticas, esta seção está dividida em duas partes. Na primeira seção, serão apresentadas as principais conclusões sobre as trajetórias das famílias e algumas reflexões sobre a caracterização destas na atividade de processamento de alimentos.

Na segunda seção, serão apresentados, de forma sucinta, os principais elementos que auxiliaram o entendimento sobre a influência das políticas nas mudanças na interpretação e na conduta dos agricultores familiares. Além disso, serão mencionadas questões que podem contribuir para o avanço de pesquisas nessa temática.

7.1 DAS “AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES” ÀS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: A BUSCA DE UM DIÁLOGO “MAIS PRÓXIMO” COM O EMPÍRICO

Os dados coletados nas regiões estudadas permitiram gerar uma riqueza informacional e analítica. Investigar em quatro regiões diferentes possibilitou a abrangência de famílias com comportamentos distintos nessa atividade e permitiu a geração de dados complexos e que se aproximam do “universo” que caracteriza as atividades de processamento de alimentos na agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Nesse conjunto de informações, pode-se perceber, a partir dos resultados do capítulo 4, que há diferença entre os grupos, especialmente sobre a forma como iniciaram a atividade de processar alimentos e as transformações ocorridas ao longo das trajetórias.

No início do Capítulo 4, pode-se observar que o entendimento sobre como as famílias iniciam o processamento de alimentos perpassa pela compreensão de sua relação com a agricultura. Mesmo nas realidades em que as famílias começaram essa atividade após participar de cursos técnicos, elas somente puderam colocá-los em prática porque acumularam conhecimentos na agricultura com os pais e os avós. Na literatura sobre esse tema, a relação entre as atividades de processamento de alimentos e a agricultura não é facilmente percebida. Essa relação, portanto, não pode ser resumida ao desenvolvimento de produtos agropecuários como fonte de matéria-prima. Essa relação implica olhar as trajetórias e os saberes emergentes da interação das famílias nas tarefas domésticas e produtivas. Essas histórias dão consistência para a formação do olhar das famílias sobre as suas próprias ações, assim como podem explicar por que algumas famílias resistem em modificar as formas como interpretam essa atividade.

A tipologia apresentada nesta tese teve início a partir das últimas reflexões em torno dessa temática, especialmente baseada na realidade do Rio Grande do Sul. No entanto, os tipos apresentados não tiveram a pretensão de criar nomes, generalizar ou apresentar novas definições para essa atividade. Pelo contrário, os grupos apresentados tiveram a finalidade de descrever as diferenças, cujas histórias e mudanças se apresentaram de formas bastante complexas. Desse modo, a tipologia tem a pretensão de contribuir para as discussões sobre esse tema, tanto na área acadêmica quanto na área política. E, tratando-se de programas e políticas públicas, as atividades de processamento de alimentos vêm demonstrando que a agricultura familiar demanda olhares, ações e intervenções diferenciadas. A tipologia demonstrou que essa diversidade vai além do aspecto produtivo e/ou socioeconômico. Ela

também se expressa pela história e pelas “imagens” que as famílias constroem sobre os seus próprios “futuros”.

Nessas histórias, as diferenças mais marcantes das famílias referiram-se aos seus objetivos, ao emprego e disponibilidade de pessoas para executar os serviços nessa atividade, às escolhas que as famílias fazem durante as suas trajetórias, aos elementos que as motivam nessas tarefas, às demais fontes de renda e, também, às perspectivas das futuras gerações. Sobre essa última diferença, por exemplo, algumas famílias - sem a perspectiva de continuidade - estão decidindo não realizar investimentos na estrutura física e nos processos produtivos - exigências mínimas para a obtenção do registro de sanidade. Exemplos como esse explicam por que a obtenção do registro de sanidade não representa a certeza de comercialização dos produtos. A incerteza da abertura das vendas, por exemplo, não está presente em muitos argumentos dos agentes locais, especialmente quando estes propõem às famílias que elas modifiquem as suas atividades e se adaptem às normas sanitárias.

No que se refere às diferenças entre os grupos, pode-se afirmar que as mudanças não aconteceram ao mesmo tempo, especialmente considerando as famílias pertencentes às Trajetórias I e II. No grupo denominado Trajetória I, os agricultores modificaram suas estruturas físicas e as formas como desenvolvem essa atividade de forma gradativa e “mais lenta” quando comparadas às famílias da Trajetória II. Ao considerarmos todos os grupos, o conjunto de mudanças desenvolvidas e o tempo em que as famílias as desenvolveram, as famílias do primeiro grupo possuem a Trajetória mais longa. Novamente, a razão dessa diferença pode ser explicada a partir dos elementos históricos: quando iniciaram a processar alimentos, as famílias já possuíam os conhecimentos técnicos necessários. Assim, quando as intervenções foram iniciadas (dos agentes técnicos e/ou de extensão rural técnicos nas atividades de processamento de alimentos), as famílias podem ter demonstrado resistência, principalmente em mudar os seus locais de processamento. Essa resistência está relacionada ao fato de as famílias reproduzirem as formas como elas iniciaram e aprenderam a fabricar esses alimentos.

Ainda fazendo referência às trajetórias, não se pode afirmar que as políticas locais, os programas e as políticas públicas sejam os únicos elementos que influenciam as famílias a investirem na atividade, seja pelas mudanças no local físico do processamento seja pela compra de equipamentos e/ou máquinas. Essa assertiva confirma-se a partir da realidade de algumas famílias que realizaram tais modificações de forma gradativa, fazendo uso de seus próprios recursos financeiros e/ou de outros, oriundos de programas governamentais. Alguns desses programas, por exemplo, eram as opções de crédito que existiam antes da criação das

principais políticas públicas para a agricultura familiar, como é o exemplo do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER. Essa situação ficou evidente em um grupo de famílias que têm uma história longa nessa ocupação, em torno de 20 anos. Nesses casos, os programas e políticas públicas chegaram com atraso, já que as famílias tiveram que buscar alternativas de crédito para viabilizar os investimentos planejados ao longo de suas trajetórias.

As trajetórias das famílias nas atividades de processamento ainda desmitificaram as ideias de que os agricultores, especialmente os denominados “informais” não modificam seus saberes, suas técnicas, as formas como produzem e processam alimentos. A ideia da informalidade como sinônimo de “saber-fazer” ou “estagnação” do conhecimento produtivo já não é mais suficiente para entender a complexidade na forma como essa atividade está organizada nos dias atuais. Mesmo para os grupos de famílias que não empregaram mudanças técnicas significativas (componentes das Trajetórias III e IV), foi possível observar que houve obtenção de outros conhecimentos técnicos. Essas modificações podem acontecer em apenas uma etapa, produto ou processo produtivo. E, por essa razão, a identificação de mudanças pode não ser facilmente percebida, tornando-se um desafio para uma agenda futura de pesquisas nessa temática.

Dessa forma, identificar esse público como inserido em duas situações distintas, quais sejam, na formalidade ou na informalidade, é limitante para entender a diversidade de situações produtivas nas quais elas se encontram. Essa conclusão se reforça, na medida em que algumas famílias empregam técnicas similares ao regramento formal da legislação sanitária, ao mesmo tempo em que preservam características que não são aceitas por esse regramento. Ademais, algumas dessas situações são viabilizadas pela proximidade que os agricultores possuem com agentes técnicos que trabalham em órgãos públicos locais. Assim, a informalidade já não pode ser mais entendida como uma ausência total de conhecimento técnico e sanitário e/ou preservação total do saber-fazer. A informalidade, na atividade de processamento de alimentos, está ganhando outros contornos, em decorrência do processo pelo qual esse contexto está sendo transformado. A informalidade passa agora a ser redigida não mais no singular, e, sim, no plural: “informalidades”.

“As informalidades” nas atividades de processamento de alimentos abrem oportunidades para a ampliação dos debates nesse contexto. Dessa forma, por exemplo, a obtenção e manutenção do registro sanitário, em qualquer instância (municipal, estadual e nacional) não podem ser caracterizadas por uma fórmula ou “receita de bolo”, que é seguida, à risca, pelos agricultores e outros agentes envolvidos. Essa realidade se expressa na medida em que as pessoas envolvidas têm distintas interpretações acerca das regras formais. A forma

como eles interpretam e traduzem esses regramentos é heterogênea, incluindo situações mais próximas ou mais distantes das maneiras pelas quais essas regras foram pensadas e formuladas. Assim, pode-se afirmar que ambas as interpretações aproximam-se ou distanciam-se, dependendo das pessoas e dos “olhares” envolvidos.

Nos processos para a obtenção do registro sanitário, a falta de clareza sobre estes não se resume às famílias. A falta de informações e dificuldades em interpretar os regramentos constantes nas legislações sanitárias também faz parte do trabalho diário dos agentes técnicos e/ou de extensão rural. Cartilhas, informações obtidas na internet, modelos de plantas e de processos industriais, entre outros, são objetos de trabalho quando estes se confrontam com as realidades produtivas dessas famílias. A informação “documentada” é colocada em confronto com as realidades visitadas, e as dificuldades emergem à medida que as limitações sociais e econômicas dos agricultores são percebidas (quando são percebidas) pelos técnicos. Algumas famílias, por exemplo, nunca tinham pensado em modificar a sua produção até a visita e informação do técnico. Outras, no entanto, revelaram que as mudanças já eram imaginadas, elas já faziam parte dos seus objetivos. Algumas dessas mudanças “imaginadas” são justificadas pelo próprio ambiente de fiscalização nessa atividade, o qual influencia diretamente na forma como as famílias constroem as suas interpretações de “certo” e “errado”:

[...] “quando eu era guri uma vez pegaram os leites. Eu ficava com vergonha. Achava errado, mas vendia pra sobreviver. Por isso quando teve a oportunidade da agroindústria eu agarrei. Tá certo, é importante que tudo tenha um regime, se não o pessoal se acomoda com muitas coisas. Foi mil vezes pensado. Tudo bem planejado” (**Família 56, Trajetória I**).

Uma das perguntas dos técnicos quando confrontam as informações do regramento sanitário com a realidade das famílias é: como adequar o processo e o local produtivo para que ambos se tornem uma “agroindústria”? Em algumas localidades, por exemplo, as “agroindústrias” foram registradas como empresas, e as famílias inseridas nessas realidades não conseguem obter o direito de receber o benefício de aposentadoria. Outro exemplo referiu-se às dificuldades em propor “soluções”, por parte dos técnicos, tanto nos casos em que não existia uma estrutura física específica para essa atividade e, especialmente, nas situações em que as famílias já tinham construído (por iniciativa própria) um espaço físico para processar os alimentos. Uma situação marcante referiu-se a um agricultor que tinha o registro sanitário municipal e objetivava obter o registro estadual. Por meio de suas próprias iniciativas, este produtor fez as modificações que considerava necessárias para a obtenção

desse registro. No entanto, após a visita dos agentes técnicos e também dos agentes de extensão rural, todo o investimento realizado não foi condizente ao que constava nas normas estaduais. Utilizando as palavras do agente técnico de extensão rural: [...]“pra ele conseguir o CISPOA ele, praticamente tem que refazer toda a estrutura da agroindústria”.

Portanto, as discussões sobre os processos de obtenção da condição de “formalidade” nesse contexto devem ser problematizadas, ou seja, os debates devem incluir questões referentes à diversidade na forma como os agentes envolvidos estão interpretando essa atividade. A existência das regras e, especialmente, a adequação destas à realidade produtiva da agricultura familiar não são condições suficientes para “formalizar” a atividade de processamento de alimentos. Partindo desses contextos, é possível concluir que a formalização é um processo que também envolve negociação das famílias com os agentes locais e vice-versa.

Diante desses contextos e dessas múltiplas realidades, considera-se que o uso de termos agroindústrias rurais, agroindústrias rurais familiares ou familiares rurais, agroindústrias familiares, agroindústrias de pequeno porte, agroindústrias caseiras, etc tendem a reduzir o complexo que são “as atividades de processamento de alimentos”, na agricultura familiar. Ademais, esses termos nem sempre são facilmente interpretados e reconhecidos pelos principais atores do estudo: os agricultores familiares. Desse modo, essas expressões, quando utilizadas nos argumentos de pesquisadores e demais agentes, podem se tornar ambíguas e adquirir diferentes facetas, sentidos e interpretações. Além disso, esta linguagem pode reduzir o próprio entendimento acerca dessas atividades, que estão conectadas às tarefas de trabalho e da vida social, de organização da propriedade rural e dos objetivos futuros das famílias. Quando utilizados na realidade empírica, por exemplo, esses termos podem ser reduzidos à compreensão da existência de uma estrutura física similar à da indústria rural. Essa assertiva justifica-se pela emergência de algumas respostas na pesquisa, tanto das famílias, tais como “eu não tenho agroindústria” como também dos agentes de extensão rural “aquí, todas as agroindústrias são empresas”.

Somadas à essas justificativas, essas expressões revelam o enraizamento que tais termos possuem com **a noção de um modelo único de produção e desenvolvimento das atividades de processamento de alimentos**, a qual ainda é interpretada de forma como se estivesse exclusivamente conectada às regras formais da produção agroalimentar. Na literatura, por exemplo, é comum separar agroindústrias que estão produzindo formalmente das que estão processando alimentos de maneira informal. Essa separação gera uma tendência em afirmar que toda a produção que é regrada formalmente pode perder seus saberes

“tradicionais” ou a “identidade” dos alimentos. Os resultados desta tese mostraram que há muito mais diversidade do que a simples afirmação de que não há saber fazer em produção formal e/ou não há saber técnico em produção informal. Portanto, por meio dos dados coletados nesta pesquisa, parece que as informações empíricas, acadêmicas e “políticas” estão “distantes”, como se fossem caminhos distintos de compreensão sobre uma mesma realidade.

7.2 COMO E POR QUE AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS FORAM DESENVOLVIDAS?

A partir das informações apresentadas no Capítulo 5, do total de 64 famílias, 13 não modificaram as suas instituições. Do ponto de vista quantitativo, o número de famílias que modificaram suas interpretações e condutas nas atividades de processamento de alimentos é significativo. A razão para isso correspondeu à dinâmica e complexidade dos elementos que exercem influência na modificação de ideias, ações e interpretações em torno dessa realidade.

O surgimento de “novas” formas de pensar e agir das famílias nas atividades de processamento de alimentos está relacionado às políticas locais, aos programas e às políticas públicas. No entanto, as políticas públicas que influenciaram tais processos são as mais recentes, porque foram construídas de outra forma, com outras ideias. Tais ideias referem-se às delegações de transferir o gerenciamento e a operacionalização de políticas públicas para os governos e organizações sociais locais.

Os agentes (formuladores de políticas locais e públicas), ao construírem tais políticas, por sua vez, utilizam os regramentos formais das legislações sanitárias como principais “guias”. Essa relação fica evidente, por exemplo, na medida em que uma das “regras formais” para a participação das famílias no PNAE é produzir de acordo com o regramento sanitário. Essa restrição explica ainda por que a participação das famílias nesse programa é maior nos grupos que possuem o registro sanitário ou estão mais próximos do “modelo” de produção “formal”. Apesar de essa regra ser “aparentemente fechada”, os resultados mostraram que os agricultores e demais atores sociais locais constroem “caminhos alternativos” que possibilitam ampliar o acesso das famílias ao PNAE. Esses “caminhos alternativos”, apresentados no Capítulo 6, configuram em estratégias dos atores sociais envolvidos para a inclusão das famílias cujos perfis não fazem parte da política pública “formalizada”. Além disso, esses “caminhos alternativos” são percebidos porque, nesta tese, as instituições são consideradas de forma diferente, compreendendo ideias, interpretações, condutas e transformações.

A análise acerca das políticas locais ampliou o conhecimento sobre o funcionamento da atividade de processamento de alimentos nas regiões estudadas. Mas, por que essa análise foi importante? Essa questão é respondida a partir de duas respostas. A primeira é descoberta a partir dos dados empíricos, da estreita relação entre políticas locais, programas e políticas públicas nessa realidade. A segunda corresponde à similaridade da participação dos atores envolvidos nessas políticas. Assim, os agentes que informam as famílias sobre os programas e as políticas públicas são os mesmos atores envolvidos no processo de implementação e gestão da maioria dos programas e políticas públicas. Ademais, estes mesmos agentes também estão envolvidos nas políticas locais. Especificamente, os governantes locais, os agentes técnicos e/ou de extensão rural e as organizações sociais - principais atores que influenciam as famílias a modificarem as suas ações nessa atividade - também são os agentes que fazem os cadastros dos agricultores, que encaminham projetos e realizam reuniões coletivas.

A partir dos resultados dos Capítulos 5 e 6, pode-se afirmar que as políticas explicaram por que as famílias decidiram seguir um caminho ou uma ideia em detrimento de outros rumos na atividade de processamento de alimentos. Todavia, nem sempre as famílias puderam participar/influenciar a escolha dessas ações coletivas. No caso da política “repressiva”, por exemplo, observou-se que as famílias legitimaram, *a posteriori*, as decisões tomadas pelos antigos governantes. As famílias transformaram seus olhares nessa atividade a partir do momento em que puderam visualizar o líder local como uma própria expressão da “identidade” coletiva do grupo. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que os processos por meio dos quais as políticas locais são construídas envolvem também relações de poder, que se sustentam na medida em que as famílias consideram os agentes públicos como “promotores de regras que devem ser seguidas”. Em muitas situações, esses representantes são vistos pelas famílias como pessoas que podem colocar um ordenamento na atividade, que podem multar ou “reprender” agricultores que não se adaptam às regras. Desse modo, as novas investigações que se propõem a estudar as políticas locais poderão incluir as relações de poder na análise, inclusive discutindo sobre como tais interações são construídas, destruídas, preservadas e/ou legitimadas. As análises sobre esses processos podem revelar, por exemplo, as características excludentes dos processos de transformações de ideias e comportamentos nessa realidade.

Outros elementos que envolvem esses processos são caracterizados pelas relações entre as famílias que trabalham na mesma atividade produtiva. Outra lacuna e oportunidade de pesquisa corresponde às formas como as famílias dão legitimidade a determinados atores sociais. Esses agentes, muitas vezes “colegas” de trabalho das famílias nessa atividade,

passaram a assumir posições privilegiadas de decisão e organização das atividades de processamento de alimentos locais. Nesse sentido, as futuras investigações poderão analisar as diferenças de participação nos processos de legitimação e construção de lideranças, identificando também os fatores que conduzem as famílias a não participarem desses processos. A não-participação das famílias, nesse caso, não está restrita à discordância das decisões tomadas pelos demais agentes, já que ela pode significar, ainda, a legitimidade/confiança/desconfiança dos agricultores em determinados atores sociais.

Acrescida a isso, deve ser reconhecida, também, a importância que determinados agentes sociais possuem no que se refere à capacidade de influenciar outros, especialmente sobre a emergência de novos comportamentos. Nas informações empíricas, observou-se que alguns agricultores possuem o que poderíamos chamar de “hábitos diferenciados”, que traduzem a forma como estão engajados no desenvolvimento de mudanças, tanto nas suas próprias interpretações e condutas, como também nas de outras pessoas. Essa situação é facilmente percebida no argumento da família 49: [...] “nós é que incentivamos todos os outros. É só eles virem que a gente coloca uma pilha. O [nome do agricultor] adora esta coisa de política, chega a brilhar o olho”. (**Família 49, Trajetória I**).

Esta análise pode contribuir, ainda, para revelar quais características são determinantes nas construções dessas “lideranças”. Alguns referenciais parecem bem úteis nesse sentido: para Fligstein, 2007, as instituições são interpretadas a partir da noção de “habilidade social”, que corresponde à presença de determinados agentes sociais que influenciam outros atores, construindo identidades coletivas (p. 67):

[...] para induzir a cooperação para formar instituições, os atores sociais devem ter a necessária habilidade, que chamo de habilidade social. É a habilidade social de atores-chave que permite que os grupos funcionem; é a sua habilidade de induzir a cooperação entre os atores ao definir os interesses e as identidades coletivas que permite o surgimento e a reprodução das instituições.

As formas como as políticas locais são construídas e suas especificidades de organização social local, por sua vez, também estão enraizadas na principal e única política pública que vem provocando mudanças institucionais nessas atividades: o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Como demonstrado no início do Capítulo 6, os demais programas e políticas públicas funcionaram como instrumentos de crédito, que permitiram às famílias investirem nessa atividade produtiva. No entanto, alguns exemplos apresentados revelaram que o investimento pode acarretar endividamentos. Nessas realidades, tanto os gestores locais

como os futuros pesquisadores devem considerar as características das famílias, seus objetivos, suas escolhas e as suas limitações. Por exemplo, uma das razões para o número de acessos aos programas e políticas públicas ser menor nos grupos de Trajetórias III e IV referiu-se às situações em que as famílias não objetivaram e não objetivam modificar a atividade de processamento de alimentos. Assim, parte-se do pressuposto de que os programas e políticas públicas nem sempre são desejáveis pelas famílias e tampouco pode-se medir a eficiência desses instrumentos somente a partir de dados de participação e/ou evolução de acessos. O alcance de metas, prazos e a abrangência dos programas e políticas públicas nos públicos-alvo significam apenas uma ponta do *iceberg*. Nesse sentido, as análises que objetivam demonstrar essas relações de forma profunda devem buscar compreender a forma como os programas e as políticas podem transformar e modificar a realidade das famílias.

Sobre as mudanças institucionais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, os resultados apresentados nas últimas seções do Capítulo 6 revelaram que algumas famílias estão “padronizando” os alimentos industrializados, enquanto outras optaram por não participar de feiras de comercialização. Além disso, percebeu-se a emergência de organizações coletivas, construídas para tornar realidade o acesso e a participação das famílias no programa. Em uma associação, a existência da organização social não se resume ao espaço físico, mas está significando também a própria transformação do olhar entre as famílias participantes. Essas famílias estão desenvolvendo um “olhar coletivo” sobre a atividade, pois estão planejando trocar serviços, compartilhar as estruturas físicas, os equipamentos, as máquinas e os veículos. Compartilhar representa conseguir acessar a política, cumprir os prazos estabelecidos e diminuir os custos inerentes à produção. Também representa, utilizando as palavras de uma agricultora “*venda certa, dinheiro certo*” para a produção da agricultura familiar. Dessa forma, essas organizações sociais podem viabilizar ainda a inclusão de mais famílias na produção formal. Portanto, iniciativas coletivas como estas podem estar mais próximas de um caminho que viabilize, economicamente, a obtenção e manutenção do registro sanitário.

Muitos desses resultados, por exemplo, não foram nem sequer previstos pelos formuladores do programa. Essa imprevisibilidade se explica porque essa política não foi construída com o objetivo de promover mudanças institucionais. A finalidade desse programa consistia e ainda consiste em fornecer alimentos “mais saudáveis” aos estudantes das escolas ao mesmo tempo em que as famílias podem obter renda com o “novo” canal de

comercialização. Dessa maneira, essas realidades resultam dos próprios processos evolucionários, cujos rumos e direções são multifacetados e imprevisíveis.

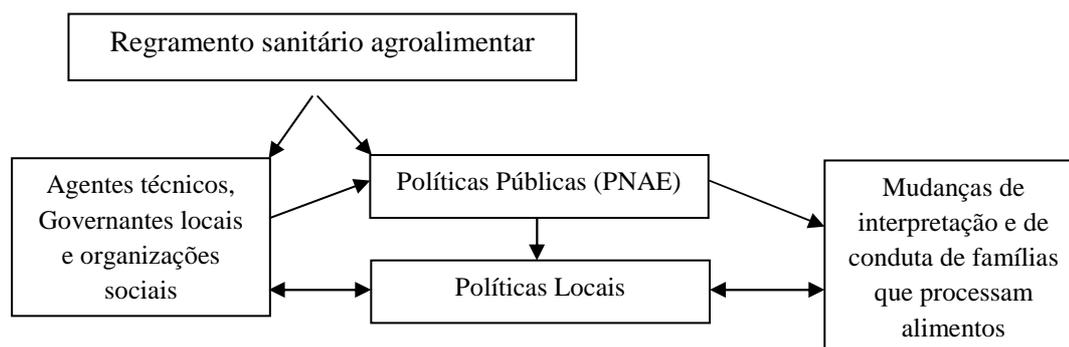
Do ponto de vista acadêmico, esta discussão relaciona-se aos novos olhares na análise das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. As formas como as famílias se organizam, as suas interpretações, as convergências e divergências de objetivos entre os diferentes atores sociais envolvidos estão cada vez mais ganhando relevância nesses estudos. Nesse sentido, entender o funcionamento das políticas públicas requer compreender também as relações e interações envolvidas. As famílias e outros atores sociais estão formando ideias, construindo ações e viabilizando o acesso aos recursos e aos programas. As relações de proximidade que se estabelecem entre as famílias e os informantes das políticas públicas determinam o rumo e a direção dessas políticas. Nessas relações, os elementos que passam a ser centrais são movidos pela informalidade, representada pelo convívio diário, conversas e troca de ideias entre as famílias e os demais atores locais. Nas políticas locais chamadas “negociadas”, por exemplo, o fato de os agentes de extensão rural e os governantes locais fazerem e se sentirem parte da transformação da vida das famílias é que dá sentido para entender por que, em algumas localidades, as políticas públicas já são objeto de reflexão e crítica dos agricultores. Essa crítica se forma à medida que as famílias possuem não só as informações sobre elas, mas também suas próprias experiências de participação e discussão coletiva. Assim, a impossibilidade de dissociar a informalidade da formalidade dá uma nova “cara” às instituições. Esta nova “cara” das instituições pode ser compreendida a partir dos ensinamentos de Veblen, os quais são poucos usados na literatura concernente a atividades de processamento de alimentos, políticas públicas para a agricultura familiar e Desenvolvimento Rural no Brasil.

Dessa forma, também é pertinente mencionar que um outro caminho pode ser promissor para futuras investigações: em que medida essas “novas” formas de pensar e agir podem influenciar o rumo e direção da formulação de programas e políticas públicas? De uma forma mais específica, isso significa descobrir em que medida as estratégias emergentes no nível local, como a construção de selos participativos, a criação de “sócios fictícios”, as certificações informais, podem contribuir para o redirecionamento das leis, das normas, dos programas e das políticas públicas? Em outras palavras, isso indica a possibilidade de o ambiente local interferir num processo de mudança institucional maior (ou em nível macro), que corresponde à transformação nos hábitos, interpretações e condutas das pessoas que formulam os programas, as leis e as políticas públicas.

Desse modo, os resultados apresentados em torno das transformações nos hábitos de pensamento e comportamento das famílias que estão participando do Programa Nacional de Alimentação Escolar são embrionários. A abordagem evolucionária institucional é bastante clara no que diz respeito ao tempo necessário para a ocorrência de transformações na forma como as pessoas pensam e se comportam, coletivamente. Em outras palavras, isso significa que os futuros estudos podem obter informações mais precisas sobre quais os rumos e direções que as atividades de processamento de alimentos podem desenvolver a partir dessas “novas” políticas.

Ao término desta tese, chegou-se a conclusão de que as políticas locais e as novas políticas públicas (especialmente o PNAE) contribuem, significativamente, para a emergência de novos hábitos das famílias nas atividades de processamento. As informações sobre os agentes envolvidos e as dinâmicas de operacionalização das políticas dão suporte para concluir que elas estão conectadas a um “projeto” maior, que é o de promover mudanças nas formas como as famílias produzem e comercializam esses alimentos. Essas mudanças, por sua vez, podem adquirir outros contornos e ganhar outros rumos, já que os atores envolvidos, tanto as famílias como os demais agentes não estão “engessados” em uma única ideia (Figura 26).

Figura 26 – Síntese da tese: relação entre políticas locais e a política pública (PNAE) no processo de mudanças institucionais nas atividades de processamento de alimentos.



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

As análises sobre as políticas públicas não devem partir somente de pesquisas “isoladas” tentando compreender resultados, alcance e/ou público-alvo participante. A nova complexidade que o empírico está apresentando reforça a ideia de que as futuras análises devam incluir, essencialmente, as ações políticas locais e as formas como elas se relacionam

com as políticas públicas. A diversidade institucional no âmbito dos programas e políticas públicas nessa atividade também desafia novas pesquisas e investigações. Os resultados desta tese indicam que as futuras intervenções políticas podem adquirir outros contornos, como, por exemplo: programas e ações que são desenvolvidos a partir de interações de diferentes instituições, em diversos níveis (local e nacional); e políticas que possam considerar as famílias que apresentam diferentes perfis. Esses novos mecanismos de intervenção podem estar mais próximos da diversidade na medida em que considerem a (s) especificidade (s) local (is). Atualmente, pode-se perceber que a maioria dos programas e das políticas públicas objetivam “padronizar” um comportamento que é, por natureza, heterogêneo. A inclusão dessa diversidade parece estar em fase inicial. Esse argumento ganha força a partir dos últimos programas e políticas públicas desenvolvidos, como são os casos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os cenários dos quais fazem parte as atividades de processamento de alimentos são caracterizados por instituições diversas. Essa diversidade não se limita aos elementos envolvidos, mas aos próprios processos de transformação tanto nas direções e caminhos que as famílias objetivam nessa atividade como nas formas como os agentes locais planejam e executam as suas ações de intervenção. Nesses processos, diferentes formas de pensamento e de conduta podem ser compartilhados, dando origem a uma nova instituição. Ainda, cabe lembrar que diferentes formas de pensar podem não dialogar e que nem sempre esse compartilhamento é eficiente e/ou benéfico. Essa incerteza é uma característica própria do desenvolvimento de uma história, de uma trajetória, ou seja, de uma evolução.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/Edunicamp/Hucitec, 1992. (Série Estudos Rurais, 12).

_____. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: _____. **Pobreza e mercados no Brasil**. Brasília: CEPAL, 2003. p. 235-294.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

AGNE, C.L. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região Corede Jacuí Centro/RS**. 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AGNE, C.L.; WAQUIL, P.D. A diferenciação dos produtos das agroindústrias rurais familiares: estratégias nos mercados de proximidade na região do Corede Jacuí Centro/Rs. In: CITURDES - CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Turismo Rural e Agricultura Familiar: iniciativas e inovações, 7., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 12 a 15 de maio de 2010. 1 CD-ROM.

ALMEIDA, M.H.T.; CARNEIRO, L.P. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 124-147, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n1/16154.pdf>> Acesso em: 2 out. 2013.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. P.. PRONAF: política agrícola discriminatória?!. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2004, 9., 2004, Minas Gerais. **Anais...** Uberlândia, 8 a 11 de julho de 2004. 1 CD-ROM.

ARCE, A; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: ARCE, A; LONG, N. (Ed.) **Anthropology, Development and Modernities. Exploring discourses, countertendencies and violence**. London: Routledge, p.1-31, 2000.

ATKINSON, G. W.; OLESON, T. Institutional Inquiry: the search for similarities and differences. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 30, n.3, p.701-718, Sept. 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>> . Acesso em: 25 jun. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed.70, 1979.

BERGH, C.J.M van den.; STAGL, S. Coevolution of economic behaviour and institutions: towards a theory of institutional change. **Journal of Evolutionary Economics**, London, p.289-317, 2003. Disponível em: <<http://dspace.ubvu.vu.nl/bitstream/handle/1871/31991/158433.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BINO, J.H.M; AGNE, C.L; SCHWANTZ, P.M. Da produção ao consumo: uma análise da cadeia produtiva da agroindústria rural Suibom, de Nova Petrópolis - RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 24 a 27 julho de 2011. 1 CD-ROM.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha**: o encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar. Brasília, 2011. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=8291399>. Acesso em: 21 jun. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programas**: Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/suasa>> Acesso em: 24 nov. 2011

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 21 jan. 2012.

BRITO, C. de. **A agroindústria artesanal e o programa fábrica do agricultor**: uma Tentativa de Racionalizar as Atividades em uma Unidade De Produção Agrícola Familiar. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005 Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2611/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20MESTRADO%20CELESTINO%20DE%20OLIVEIRA%20BRITO,%202005.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2007.

BUCHALLA, C.M.; PAIVA, V. Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n.36, p.117-119, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n4s0/11171.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2012.

CAPPELLE, M.C.A.; MELO, M.C. de. O. L.; GONÇALVES, C.A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/251>> Acesso em: 23 nov. 2013.

CARVALHEIRO, E. M. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. 2010. 180 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CASSAB, L.A; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, Rio Grande, n. 16, p.7-24, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/125/115>> Acesso em: 16 jun. 2011.

CAVALCANTI, C. **Análise metodológica da economia institucional**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2074> Acesso em: 23 set. 2011.

COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, London, v.4, n.16, p.386-405, 1937. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0013-427%28193711%292%3A4%3A16%3C386%3ATNOTF%3E2.0.CO%3B2-B>>. Acesso em: 12 set. 2013.

CONCEIÇÃO, O.A.C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.119-146, jul./dez. 2002.

_____. Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. **Revista Economia**, Brasília, p.622 – 642, set./dez. 2007.

_____. Tecnologia social e instituições: uma relação conceitual simbiótica. **Economia & Tecnologia**: UFPR, Curitiba, v.5, n. 16, p.99–108, 2009.

CONNOR, D.O. et al. At home with the cork declaration: rural development in Ireland. In: CONNOR, D.O. et al. (Org.). **Driving rural development: policy and practice in seven EU countries**. The Netherlands: Royal van Gorcum, 2006. p.145-166.

CRUZ, F. T. da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. 2012. 292f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_049_FABIANA_THOME.pdf> Acesso em: 26 jun. 2013.

DACIN, M.T.; GOODSTEIN, J.; SCOTT, W.R. Institutional theory and institutional change: introduction to the special research forum. **The Academy of Management Journal**, New York, v. 45, n. 1, p.43-56, Feb. 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3069284>> Acesso em: 27 mai. 2013.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, Mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n115/a05n115.pdf> > Acesso em: 16 jun. 2011.

DUGGER, W.M.; SHERMAN, H. J. Institutionalism and marxism theories of evolution. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 21, n.4, Dec.1997.

DOSI, G. Sources, procedures and microeconomic effect of innovation. **Journal of Economic Literature**, Sidney, v.26, p.1120-1171, Sept.1988. Disponível em: <http://www.decon.unipd.it/info/sid/materiale8/Bel_Sources_Proced_Microec_Effect_Innov.pdf> Acesso em: 27 dez. 2010.

DOSI, G.; NELSON, R.R. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of Evolutionary Economics**, Salisbury, n.4, p.153-172, 1994. Disponível em: <http://www.ciecas.ipn.mx/mpgct/04_plan/04_asignatura/03/03_opIII/lecturas/11_dosi/11_dosi.pdf> Acesso em: 28 dez. 2010.

FAVARETO, A. Abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? In: CONGRESSO DA SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...Fortaleza**, 23 a 27 de julho de 2006. 1 CD-ROM.

_____. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: IGLU (FAPESP), 2007.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.47 n.2, p.61-80, apr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 maio 2013.

FONTELLA, O. M. **Sociologia econômica: épocas e eventos**. Porto Alegre: PPGS/IFCH/UFRGS, maio 2009.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 5, set./out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n5/pt_v14n5a25.pdf> Acesso em: 3 fev. 2010.

FUHSE, J. A. The meaning Structure of social Networks. **Sociological Theory**, Washington, v.27, n.1, p.51-73, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Perfil socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/>> Acesso em: 3 dez. 2010.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_056_MARCIO_GAZOLLA.pdf> Acesso em: 26 jun. 2013.

GEELS, F.W. Technological transition as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. **Research Policy**, Amsterdam, n. 31, p. 1257–1274, 2002.

_____. From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. **Research Policy**, Amsterdam, n. 33, p. 897–920, 2004 a.

_____. Understanding system innovation: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: ELZEN, B; GEELS, F.W.; GREEN, K (Org.). **System Innovation and the Transition to Sustainability: theory, evidence and policy**. Cheltenham: Northampton Edward Elgar, 2004b. p. 19-47.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito: teoria e prática**. Tradução Oeiras: Celta, 1997.

GIDDENS, A. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984.

GRANOVETTER, M. S. La fuerza de los vínculos débiles. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973. Disponível em: <http://www.redcimas.org/archivos/analisis_de_redes/la_fuerza_de_los_vinculos_debiles.pdf> Acesso em: 3 set. 2008.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, Thousand Oaks, v.3, p. 201-233, 1983. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.128.7760&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 4 jul. 2011.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE electron**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>> Acesso em: 8 out. 2009.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/AJS/>> Acesso em: 18 jun. 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP. IE, 1996.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOODMAN, D., SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOURLART, I. B. **Temas de psicologia e administração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e desenvolvimento rural**, Brasília, v.4, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/76/77>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Relatório OPPA. Rio de Janeiro, p.26, 2009.

_____. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Catia-Grisa.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2013.

GUARESCHI, A. **A operacionalização da política de segurança alimentar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, RS.** 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GUIMARAES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 3 a 6 setembro de 2007. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2010.

GUIMARÃES, G.M. **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia, Rio Grande do Sul – RS.** 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_046_GISELE_GUIMARAES.pdf> Acesso em: 08 maio 2013.

HANASHIRO, M. M. **Relações de coordenação entre agricultura, indústria e distribuição na cadeia produtiva dos produtos minimamente processados.** 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000295269>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

HODGSON, M. G. Institutional Economics: surveying the old and the new. **Metroeconomica**, Malden, v. 44, n.1. p. 1-28, 1993.

_____. **Economic and evolution: bringing life back into economics.** Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.

_____. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. In: INTERNATIONAL SEMINAR INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: TOWARDS A COMPARATIVE PERSPECTIVE ON STATE REFORM, 1., 1997, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1997. p.12-14. 1 CD-ROM.

_____. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, London, p.415-431, 1998.

_____. **Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics.** Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1999.

_____. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, Salisbery, vol. 34, n.4, p.899-914, Dec. 2005.

_____. Institutions and individuals: interaction e evolution. **Organization Studies**, Amsterdam, p.95-116, Jan. 2007. Disponível em: <<http://oss.sagepub.com/content/28/1/95.full.pdf+html>> Acesso em: 15 dez. 2010.

_____. The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. **Constitutional Political Economy**, New York, n.13, p.111-127, 2002.

_____. Darwinism and institutional economics. **Journal of economic issues**, Salisbury, v. 17, n. 1, Mar. 2003. <<http://www.geoffrey-hodgson.info/user/bin/darwinisminstecon.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. **The evolution of institutional economics: agency, structure and darwinism in american institutionalism**. New York: Routledge, 2004. 534 p.

_____. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 40, n. 1, p.1-25, Mar. 2006.

HODGSON, M. G.; KNUDSEN, T. Dismantling lamarckism: why descriptions of socio-economic evolution as lamarckian are misleading. **Journal of Evolutionary Economics**, Thousand Oaks, v.2, n8, 2006.

_____. Darwinismo e ciências sociais: um diálogo possível – entrevista com Geoffrey M. Hodgson. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22. n. 63, p.271-280, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a20.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 2 out. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

KLUGE, S. Empirically grounded construction of types and typologies in qualitative social research. **Forum: qualitative social research**, Berlin, 2000. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/fqs/>> Acesso em: 24 jan. 2013.

KONDER, L. **O que é dialética?** 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LAURENT, C. J. et al. Household typology for relating social diversity and technical change. **Agrekon: Agricultural Economics Research**, Southern Africa, [S1], v.38, p.190-208, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03031853.1999.9524914>> Acesso em: 24 jan. 2013.

LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. New York: Routledge, 2001.

MARQUES, F.C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil**. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces, **Journal of Rural Studies**, Philadelphia, n.14, 107-117, 1998.

MARTINS, H. H. T. de. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> > Acesso em: 3 fev. 2010.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1992.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf> Acesso em: 12 ago. 2008.

_____. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

_____. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil). In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 27 a 31 de outubro de 2008. 1 CD-ROM.

MOORS, E.H.M.; RIP, A.; WISKERKE, S.C. The dynamics of innovation: a multilevel co-evolutionary perspective. **Seeds of Transition**, Assen. Van Gorcum, p.31-49, 2004.

MOUFFE, C. **On the political: thinking and action**. New York: Routledge, 2005.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Neoclassical vs. evolutionary theories of economic Growth: critique and prospectus. **The Economic Journal**, Malden, v. 84, n. 336, p. 886-905, Dec. 1974. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2230572>>. Acesso em: 7 ago. 2010.

_____. Evolutionary theorizing in economics. **The Journal of Economic Perspectives**, Sidney, v. 16, n. 2, p.23-46, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2696495>>. Acesso em: 28 dez. 2010

NEVES, D.P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf> Acesso em: 3 ago. 2011.

NICHELE, F. S. **Agroindústria familiar rural e a qualidade da produção artesanal na região metropolitana de Porto Alegre: o enfoque da teoria das convenções**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NORTH, D.C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Sidney, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1942704>> Acesso em: 30 mar. 2009.

_____. Institutions, transaction costs and economic growth. **Economic Inquiry**, Malden, v. 25, p. 419–428, Jul. 1987. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1465-7295.1987.tb00750.x/pdf>> Acesso em: 30 dez. 2010.

_____. **Understanding the process of economic change**. India: Princeton University Press and copyrighted, 2006. 193 p.

OOSTINDIE, H.A. et. al. The central role of nested markets in rural development in Europe. **Rivista di Economia Agraria**, Roma, v. 45, n.3, p. 191–224, 2011.

PAIM, G. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 2, n. 2, p.135-148, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf#page=135>> Acesso em: 16 jun. 2011.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da região do médio alto Uruguai** (CAAF, 2006). Relatório Final de Pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005 – PROCOREDES, Frederico Westphalen, jun. 2007.

PELEGRINI, G.; VELA, H. Estudo das associações de agroindústrias familiares do município de Palmitinho – **RS**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, 1., 2005, São Luis Gonzaga. **Anais...** São Luiz Gonzaga, 8 a 11 de novembro de 2005. 1 CD-ROM.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da Saúde, humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA, M. do C. S.; NEVES, R. I. S. **Redes de agroindústria de pequeno porte: experiências de Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 2004. 154 p.

PETTAN, K. B. et al. Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares em rede e isoladas no oeste de Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 25 a 28 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ceam/neagri/PDF/flavio.pdf>> Acesso em: 15 maio 2007.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n.29, v.4, p.318-325, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>> Acesso em: 23 nov. 2011.

PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Past, present and future. In: _____. (Org). **The virtual farmer**. Assen: Van Gorcum, 2003. p.3-48.

_____. Trajetórias de desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, n.27, p.114-140, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22439>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. et al. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, n. 1, p.133-173, Jan. 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066150.2011.652619>> Acesso em: 2 fev.2013

_____. et al. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J.S.C.; PLOEG, J.D. van der. (Org.). **Seeds of transition**, Assen: Van Gorcum, 2004. p.57-92

_____. et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, The Netherlands, v. 40, n. 4, Oct. 2000. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/rural_velopment.pdf> Acesso em: 10 jan. 2012

PLOEG, J.D. van der; LONG, N. Rural development: the state of art. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, N.; BANKS, J. (Org.). **Living Countrysides**, Netherlands: Elsevier, 2002. p.8-17.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLMAN, N. et al. Nested markets with common pool resources in multifunctional agriculture. **Rivista di Economia**, Roma, v.45.n.3, p. 295 – 318, 2011.

PONDÉ, J.L. Instituições, mudança Institucional: uma abordagem schumpeteriana. **Brasil Resumo Economia**, Brasília, v.6, n.1, p.119–160, jan. 2005.

POSSAS, M.L. Economia evolucionária neo-schumpeteriana: elementos para uma integração micro-macrodinâmica. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 22, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a21.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2010.

PRICE, G.R. The nature of selection. **Journal of theoretical Biology**, Philadelphia, n.175, p.389-396, 1995. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002251938570149X>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

RANZI, C.; FORCELINI, C.A. Aplicação curativa de fungicidas e seu efeito sobre a expansão de lesão da mancha-amarela do trigo. **Ciência Rural**, Santa Maria. v.43, n.9, p.1576-1581, Set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v43n9/a24313cr2012-0361.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2013.

REA, L.M.; PARKER, R. A. **Metodologia da pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Guazelli, 2000.

- REIS, R.P.; MEDEIROS, A.L.; MONTEIRO, L.A. Custos de produção da atividade leiteira na região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 3, n. 2, p. 45-52, 2001. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43379/2/revista_v3_n2_jul-dez_2001_5.pdf> Acesso em: 7 out. 2011.
- RENTING, H., MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, p. 393-411, 2003.
- REY, F.L.G. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sítiantes mineiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 65-74, 2007.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Departamento de Agroindústria familiar, Comercialização e Abastecimento. **Programas e Projetos: Política Estadual de Agroindústria Familiar**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- ROEP, D.; WISKERKE, J.S.C. Reflecting on novelty production and niche management. In: WISKERKE, J.S.C.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of Transition**. Assen: Van Gorcum, 2004. p.341-356.
- RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, London, p.463-477, 1998. Disponível em: <<http://cje.oxfordjournals.org>> Acesso em: 19 mar. 2011.
- SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, Set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2013.
- SABOURIN, E. et al. Mudança institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira: coordenação dos produtores para o acesso à inovação e ao mercado. **Raízes**, Campina Grande, v.18, n.19, p.101-110, maio 1999.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, p.82-113, 2011.
- SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE

CERRADO E O SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE SAVANAS TROPICAIS, 9., 2008, Planaltina. **Anais...**Planaltina, 12 a 17 de outubro de 2008. 1 CD-ROM.

SHORE, C.; WRIGHT, S. **Anthropology of policy: critical perspectives on governance and policy**. New York: Psychology Press, 1997.

SILVEIRA, P. R. C. et. al. O Turismo e a recriação das agroindústrias rurais tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 5., 2006, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, 10 a 13 de maio de 2006. 1 CD-ROM.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. v. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SMELSER, N.J. **A sociologia da vida econômica**. São Paulo: Pioneira, 1968.

SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. Introducing economic sociology. **The Handbook of Economic Sociology**, Second edition. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. The sociological perspective on the economy. **The Handbook of Economic Sociology**, Princeton: Princeton University Press, 1996.

SONNINO, R.; KANEMASU, Y; MARSDEN, T. Sustainability and rural development. In: PLOEG, J.D.V.D.; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: the dynamics regional rural development**. Wageningen: ETUDE, 2008. p. 29-52. Disponível em: <<http://etuderd.eu/cat/92/>>. Acesso em: 19 ago. 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 21 maio 2013.

STANFIELD, J.R. The scope, method and significance of original institutional economics. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v.33, n.3, p.230-255, 1999.

STUVIER, M. **Regime change and storylines: a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch dairy farming**. The Netherland: Wageningen Universiteit, 2008.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C.D. Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. **Campo Território: revista de geografia agrária**, Maringá, v.3, n. 5, p. 14-37, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11838>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

SWEDBERG, R. Economic sociology. **European Electronic Newsletter**, Amsterdam, v.1, n.1, Oct.1999.

_____. Major traditions of economic sociology. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, 1991.

_____. Max Weber's vision of economic sociology. **Journal of Socio-Economics**, Israel, v. 27, n. 4, p. 535-555, 1998.

TRICHES, R.M. **Reconectando a produção ao consumo:** a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf>> Acesso em: 4 out. 2011.

TOLEDO, E. N. B; SCHNEIDER, S. O PRONAF no Rio Grande do Sul dez anos depois o que dizer? In: IV ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2008. **Anais...**Porto Alegre: 2008.

TONNEAU, J. F; SABOURIN, E. Elementos de síntese e perspectivas. In: _____. (Org). **Agricultura Familiar:** interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, Cary, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1882952>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

_____. **A teoria da Classe Ociosa.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **The place of science in modern civilization and others essays.** New York: B. W Huebsch, 1919.

_____. **The instinct of workmanship and the state of the industrial arts.** New York: B.W. HUEBSCH, 1918.

VEIGA, L.; GONDIM, S.M.G.; A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n.1, p. 1-15, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v7n1/16930.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2011.

VIANA, J. G. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai:** análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor. 2011. 180 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VICENZI, M. S. Agroindustrialização na agricultura familiar: a fiscalização das leis de qualidade e seguranças de bebidas. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v.5, n. 1, set. 2011. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/107/101>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

VIERA, M.M.F.; CARVALHO, C.A. Organizações, instituições e poder. In: _____. (Org.) **Organizações, instituições e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VIEIRA, L. F. **Agricultura e agroindústria familiar.** [S.n.e.], 1997. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/ag-agroind-fam.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, p. 87-145, 2000.

WESZ JUNIOR, V.J. Políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf Agroindústria. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. 1 CD-ROM.

_____. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar**: análise e avaliação da experiência brasileira. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. O programa de agroindustrialização da agricultura familiar no Brasil: elaboração, implementação e resultados alcançados. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 3, Set. 2012. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/780/298>. Acesso em: 13 ago. 2013.

WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.64-80,1999. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1951/2327> Acesso em: 4 dez. 2011.

_____. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: FIGUEIREDO, A.; PRESCOTT E.; MELO, M. F. (Org.) **Integração entre a produção familiar e o mercado varejista**: uma proposta. Brasília: Universa, 2004.

_____. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados. **Revista Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2002. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2042/2424>.>Acesso em: 10 abr. 2008.

WILLIAMSON, O.E. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

WISKERKE, J.S.C. On promising and constraining sociotechnical: the case of Dutch wheat and bread. **Environment and Planning A**, London, v.35, p.429 – 448, 2003.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar,1970.

ZILBER, T.B. Institutionalization as an interplay between actions, meanings and actors: the case of a rape crisis center in Israel. **The Academy of Management Journal**, Malden, v. 45, n.1, p.234 – 254, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3069294>>. Acesso em: 28 maio 2013.

**APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS:
ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES (FAMÍLIAS) QUE
PROCESSAM ALIMENTOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR**

Pesquisadora: Doutoranda Chaiane Leal Agne

Orientador: Paulo Dabdab Waquil Co-orientadora: Flávia Charão Marques

Entrevistado (s):.....
Município:.....
Localidade:.....
Área total:; sendo que, em hectares, () próprios () arrendada para terceiros ()
arrendada de terceiros () comodato ou parceria () outra.
Área em produção:.....Área em preservação:.....Área da casa,benfeitorias.....

(1) Caracterização sócio-econômica da família

1.1 Origem da família (etnia/imigrantes): () portuguesa () italiana () alemã () negra
() indígena () espanhola () outra. Qual?

1.2 Quadro 1 – Identificação, idade e escolaridade dos membros da família

Sexo e Idade	1º Grau Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau Incompl.	2º Grau Completo	Nível Superior
	()	()	()	()	()
	()	()	()	()	()
	()	()	()	()	()
	()	()	()	()	()
	()	()	()	()	()
	()	()	()	()	()

1.2.1 Quantas pessoas estão envolvidas nas atividades agropecuárias? São contratadas, da família, da comunidade?

1.3 Religião: () catolicismo - católica () protestantismo - evangélica () outra.
Especificar:

1.4 Produtos agropecuários desenvolvidos (consumo e comercialização):.....

Matéria-prima agroindústria:.....

1.5 Informações complementares: outras atividades/produtos/rendas:

() aposentadoria () artesanato () arrendamento () alugueis de máquinas, implementos
 () serviços remunerados a terceiros () agroturismo () restaurante () armazém () Bolsa Social (família, etc) () nenhuma () outra

1.5.1 Quanto representa em porcentagem (%) esta (s) outra (s) fonte de renda na sua renda total?.....

1.6 Principal fonte de renda da família:.....

1.6.1 Quanto representa em porcentagem (%) a principal fonte de renda na sua renda total?.....

(2) Trajetória da família na agricultura

2.1 Quando (em que ano) e porque iniciou as atividades?

2.2 Desde que ano trabalha na agricultura? Seus pais trabalhavam nesta área também?

2.3 Você já interrompeu/mudou de atividade/trabalhou em outro setor ou deixou de produzir algo? Os filhos saíram/voltaram para a atividade? Em que ano e porque isso aconteceu?

2.4 Já teve apoio técnico, financeiro para a agricultura? Em que ano? Qual atividade foi beneficiada?

(3) Caracterização da agroindústria**3.1** Produtos agroindustrializados

() derivados de cana-de-açúcar () derivados do leite () doces e geléias
 () embutidos e produção de origem animal () panificação e confeitaria () conservas de legumes
 () produtos minimamente processados (descascados, lavados, cortados) () outros. Citar:

3.2 Quadro 3 - Estrutura física e atividades da agroindústria

Atividades/agroindústria	Formas		
	Individual Familiar	Coletiva (associação ou cooperativa)	Outra. Especificar

Produção da (s) matéria-prima (s)			
Comercialização			
Processamento (estrutura física)*	<input type="checkbox"/> peça na residência		
	<input type="checkbox"/> anexo à residência		
	<input type="checkbox"/> separado		
Mão-de-obra número de pessoas	<input type="checkbox"/> temporária		
Que trabalham:.....	<input type="checkbox"/> permanente		

3.3 Tem registro, selo e/ou certificação? sim não em fase de obtenção. Qual?

.....

3.4 Quanto representa (%) a renda da agroindústria na renda total?.....

3.5 Principal canal de comercialização:.....

- consumidores diretos comunidade, vizinhança
 intermediários associação, cooperativas. Qual?

(4) Trajetória da Agroindústria

4.1 Há quantos anos desenvolve esta atividade?.....

4.2 Motivo, porque começou a processar alimentos? De quem foi a iniciativa? Seus pais/avós desenvolviam esta atividade? Em algum momento pensou em interromper ou interrompeu a atividade? Por quê?

.....
.....
.....
.....

4.3 A forma como você organiza a sua atividade, desde as decisões de como e o que produzir até suas estratégias de negociação e comercialização da produção está baseada em:

- ensinamentos adquiridos pelos pais/avós ou outros parentes experiências adquiridas com cursos de capacitação experiência adquiridas com consumidores/intermediários aprendizado com os outros produtores Outros. Quais?

.....

4.4 Houve mudanças na agroindústria:

- no número de pessoas que trabalham na atividade,
 nas inovações na estrutura física, móveis, equipamentos, produtos, veículo
 tempo dedicado à agroindústria
 tempo dedicado à agricultura em função da agroindústria. Se sim, teve pessoas que influenciaram, quem? Quais foram os fatores que conduziram vocês adotarem estas modificações?

.....
.....
.....
.....

4.5 Quanto ao ambiente comercial, houve mudança: no número de consumidores, na sua forma de negociar, nos canais de comercialização? Se sim, porque isso aconteceu?

.....

4.6 Como você pensa a atividade para os próximos 10 anos? Você pensa em continuar, aumentar/diminuir a produção, comercializar em outros locais?

.....

4.7 Você acredita que as próximas gerações (filhos, netos) darão continuidade a atividade da agroindústria que desenvolve? Por quê? Caso positivo, acha que eles tem ideias diferentes para a atividade, quais?

.....

(5) Políticas Públicas

Quadro 4. Políticas públicas que a família teve acesso, para as atividades da agroindústria.
 Ex: produção matéria-prima, industrialização, comercialização dos produtos.

Políticas públicas	Já teve acesso?		
	Se sim, em que ano?	Se sim, marcar importância: (1) nada importante; (2) pouco importante; (3) razoavelmente importante; (4) importante ; (5) muito importante	Se não , você conhece?
a. Pronaf Destino recursos:			
b. Alimentação Escolar			
c. Aquisição de Alimentos			
d. Programa Mais Alimentos			
e. Outro. Citar:			

5.1 Para cada uma das políticas acessadas (a, b, c, d, e) – questões para famílias que acessaram:

5.1.1 Houve mudança na importância, ao longo do tempo? Por quê?

.....
.....
.....
.....

5.1.2 Fez uso de algum recurso proveniente destas políticas e deu outro destino pra ele. Ou você tem conhecimento sobre mudanças nas regras. Explique:

.....
.....

5.1.3 Você observa elementos negativos neste acesso? Se arrepende de ter feito uso desta (s) política (s)? Por que?

.....
.....
.....

5.1.4 O que foi exigido de você para que pudesse acessar a (s) políticas públicas? Você adotou mudanças na sua produção em decorrência das exigências de políticas públicas? Se sim, quais?

.....
.....
.....
.....

5.2 Questões gerais (famílias que acessaram ou não)

5.2.1 Qual foi a principal motivação para o (não) acesso? De onde veio a informação, quais pessoas ajudaram?

.....
.....
.....
.....

5.2.2 O que mudou (você acha que vai mudar – o que) na sua atividade (quanto à informação, conhecimento, experiência) após o acesso a estas políticas públicas?

.....
.....
.....
.....

5.2.3 Estas políticas atendem (atenderam) as suas expectativas? Por que? Se você pudesse, mudaria alguma regra nestas políticas? Qual? Você adota (já adotou) regras, ações diferentes das políticas públicas?

.....
.....
.....

5.2.4 Você já tentou conseguir algum tipo de apoio (técnico, financeiro) e não obteve êxito? Qual (is) foi (foram) as dificuldades? Como você resolveu esta situação?

.....

.....

.....

.....

.....

(6) Ações públicas/políticas locais e regionais

Quadro 5. Órgãos públicos locais e regionais que a família interage ou interagiu nas atividades da agroindústria.

Órgãos públicos locais e regionais	Interage, já interagiu?		
	Se sim, Desde que ano?	Se sim, importância: (1) nada importante; (2) pouco importante; (3) razoavelmente (4) importante ; (5) muito importante	Se sim e não : Este órgão é bem atuante no município ou região?
a. Secretaria de Agricultura			
b. Emater			
c. Sindicato Rural			
d. Sindicato dos trabalhadores rurais			
e. Prefeitura			
f. Universidades. Citar:			
g. ONG's. Citar:			
h. SENAR			
i. Outros. Citar			

6.1 Para os órgãos citados, houve mudança na importância, ao longo do tempo e por quê?

.....

.....

.....

.....

.....

6.2 A interação da família com estes órgãos: modificaram a atividade, no que se refere à recursos, eventos, cursos, informações, experiências, conhecimentos, melhorias técnicas, projetos, locais de comercialização?

.....

6.3 Há organizações sociais, como associações, grupos de jovens, agricultores, senhoras ou outro (no município ou região), tendo em vista reivindicar ações locais diferentes para as agroindústrias? Como: acessória técnica, informações, novos locais de comercialização, mudanças nas regras de sanidade, integração em programas políticos, etc.? Você participa destas mobilizações? De que forma?

.....

6.4 Quais são as principais lideranças locais na área da agroindústria? Como este líder participa das suas atividades?

.....

6.5 Sobre os governos locais: em algum momento foi exigido mudanças nas suas atividades (tanto nas áreas de produção, industrialização e comercialização)? Caso afirmativo, você estava de acordo com estas mudanças?

.....

Anotações gerais:

.....

